Conexão Letras

12 Estudos linguísticos e literários e suas inferfaces com a filosofia marxista

REVISTA CONEXÃO LETRAS

Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Volume 9, Número 12, 2014

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Porto Alegre, 2014

Copyright © 2014 PPG-Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 9, n. 12, 2014.

Título Original: Conexão Letras 12 - Estudos Lingüísticos e Literários e Suas Interfaces Com a Filosofia Marxista.

CTP: Núcleo de Editoração Eletrônica do Instituto de Letras da UFRGS.

Impressão e Acabamento: Gráfica da UFRGS

Coordenadora Editorial: Jane Fraga Tutikian

Comissão Editorial: Ana Zandwais, Jane Tutikian

Editoração: Leandro Bierhals Bezerra

Revisão: Jane Tutikian, Ana Zandwais

Capa: Adaptação sobre capa de Dirlene Possani

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

C747 Conexão Letras. Estudos Lingüísticos e Literários e Suas Interfaces Com a Filosofia Marxista / Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. - Vol. 9, n. 12. - Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
16x23cm, 176p.
Semestral Início: 2005
ISSN 1980-332x

1. Linguística. 2. Literatura. 3. Tradução.
I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras

CDU 81’1(05) 81’37(05) 801(05) 801.54(05)

Bibliotecária Responsável: Denise Pazetto CRB-10/1216

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, copiada, transcrita ou mesmo transmitida por meios eletrônicos ou gravações, assim como traduzida, sem a permissão, por escrito, do autor. Os infratores serão punidos pela Lei n° 9.610/98.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

CONSELHO EDITORIAL - CONEXÃO LETRAS

PRESIDENTE DO CONSELHO
Ingrid Finger (Coordenadora PPG - LET, UFRGS)

MEMBROS
Arnaud Laster (Un de Paris III) | Carlos Reis (Un. de Coimbra)
Eduardo Guimarães (UNICAMP) | Françoise Gadet (Sourbonne Nouvelle)
Freda Indursky (UFRGS) | Gilda Campos (UFRJ)
Henri Béhar (Un de Paris III) | Jean-Jacques Courtine (Un de Paris III - Sourbonne Nouvelle)
Jorge Campos (PUCRS) | Juraci Saraiva (UNISINOS)
Luiz Dias (UFMG) | Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)
Maria Cristina Leandro Ferreira (UFRGS) | Maria Lúcia Dalfarra (UFSE) |
Maria Marta Negroni (Un. de Buenos Aires) | Maria Marta Furlanetto (UNISUL-SC)
Mônica Graciela Zoppi-Fontana (UNICAMP) | Nelly Carvalho (UFPE)
Pedro Brum Santos (USFM) | Rita Terezinha Schmidt (UFRGS)
Robert Ponge (UFRGS) | Simone Schmidt (UFSC)
Vânia Chaves (Universidade de Lisboa) | Zilá Bernd (UFRGS)

INSTITUTO DE LETRAS

DIRETORA
Jane Fraga Tutikian

VICE-DIRETORA
Maria Lúcia Machado de Lorenci

COORDENADOR DO PPG-LETRAS
Ingrid Finger

VICE-COORDENADORA DO PPG-LETRAS
Márcia Ivana de Lima e Silva

COMISSÃO EDITORIAL
Ana Zandwais (UFRGS)
Jane Tutikian (UFRGS) - (Coordenadora)

SUMÁRIO

Apresentação 7

A Intervenção de Stalin Na Linguística Soviética Vista Por Alexander Soljenítsin: entre usos sociopolíticos e literários dos conhecimentos de Linguagens e línguas 11
Ekaterina Velmezova

Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal 23
Mónica G. Zoppi Fontana

O Analista de Discurso e a Práxis Sócio-Histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético 37
Helson Flávio da Silva Sobrinho

Contribuições de Teorias de Vertente Marxista Para os Estudos da Linguagem 51
Ana Zandwais

Monumentos São Efeitos De Que Práticas? 65
Elizabeth Fontoura Dornelles

Mobilidade do Sujeito e dos Sentidos No Espaço do Político: processos de identificação\desidentificação 77
Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante

Uma Palavra Sobre a Matéria: Bakhtin e Tynianov 87
Alastair Renfrew

O Discurso Poético de Rui Knopfli Em Uma Relação Interdiscursiva 111
Paula Terra Nassr

Estudos Literários e Crítica Política 123
Benjamin Abdala Junior

Religião e Ideologia em Ruy Belo: alguns apontamentos. 137
Natália Ubirajara Silva

Entre Literatura e História: considerações para uma abordagem materialista histórica das literaturas africanas de língua portuguesa 151
Rejane Vecchia Rocha e Silva e Ubiratã Roberto Bueno de Souza

Resenha: 'O Estado e a Revolução' 165
Luciana Vedovato

APRESENTAÇÃO

O número 12 da Revista 'Conexão Letras' intitulado 'Estudos Lingüísticos e Literários e Suas Interfaces Com a Filosofia Marxista', que ora apresentamos, tem por objetivos fundamentais:

- promover a divulgação e circulação de estudos lingüísticos e literários desenvolvidos por pesquisadores que produzem conhecimento nestas áreas, alicerçados em fundamentos de teorias materialistas;
- estabelecer diálogos fecundos entre diferentes leituras de bases materialista histórica e dialética inscritas nos domínios da Linguística e da Literatura, com vistas à produção de saberes com perfis menos compartimentados e mais comprometidos com uma visão não- fragmentária de ciência e de produção de conhecimentos.

Abrimos, asssim, este número com um artigo intitulado ' A Intervenção de Stalin Na Linguística Soviética Vista Por Alexander Soljenítsin: entre usos sociopolíticos e literários dos conhecimentos sobre linguagem e línguas' de Ekaterina Velmezova –Universidade de Lausanne/Academia de Moscou. Este estudo propõe uma análise de textos de J.V. Stalin, produzidos nos anos 1950, dando destaque a suas concepções de língua e de gramática, tomadas a partir da ótica materialista do ditador soviético. E, ao mesmo tempo, busca analisar como o escritor Alexander Soljenítsin apropria-se das concepções de Stalin, inscrevendo-as em seu romance intitulado 'O Primeiro Círculo'.

O artigo intitulado 'Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal', de Mónica Graziela Zoppi-Fontana – Unicamp – busca refletir sobre a produção intelectual dos filósofos franceses Louis Althusser e Michel Pêcheux, a partir da investigação de textos produzidos durante os anos 1980 e que circularam através de conferências, publicações em outras línguas, entrevistas, artigos apresentados em eventos, mas somente foram publicados a partir dos anos 1990. Com base na leitura destes textos, a autora retoma as influências do pensamento de Louis Althusser na obra de Michel Pêcheux.

Na sequência, o artigo ' O Analista de Discurso e a Práxis Sócio-Histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético', de Helson da Silva Sobrinho – Universidade Federal de Alagoas - objetiva contribuir com a prática do analista de discurso, revendo questões sobre o caráter ético, político e de responsabilidade do gesto teórico-metodológico de descrição--interpretação, que implica fazer ciência e fazer política ao mesmo tempo. Retomando a questão da luta de classes, da lógica do capital e determinados pressupostos da teoria marxista, o autor reflete sobre os fundamentos da Filosofia da Práxis, sobretudo, acerca o papel da história e da dialética como determinantes para o gesto de leitura do analista.

O artigo ' Contribuições de Teorias de Vertente Marxista Para os Estudos da Linguagem', de Ana Zandwais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – propõe-se a investigar o tratamento das noções de língua, ideologia e discurso, a partir de pressupostos filosóficos produzidos em momentos e contextos distintos: fundamentos produzidos durante os anos 1920-30, no contexto soviético, por Mikhail Bakhtin/Valentin Volochinov; fundamentos

elaborados durante os anos 1968-1980, na França, por Michel Pêcheux e que se reportam tanto às questões propostas por Valentin Volochinov como à produção científica de Michel Foucault e de Louis Althusser.

Em 'Monumentos São Efeitos de Que Práticas?', de Elizabeth Fontoura Dornelles- Universidade de Cruz Alta - a autora trata da impossibilidade de separação entre prática científica e ideologia. Alicerçada em idéias de Michel Pêcheux, de Zygmunt Bauman e de Carlos Henrique Escobar, questiona as relações entre ciência e ideologia e suas implicações para o trabalho de leitura e para a experimentação prática do analista de discurso.

Em 'Mobilidade do Sujeito e dos Sentidos No Espaço Político: processos de identificação/desidentificação Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante – Universidade Federal de Alagoas – busca investigar diferentes posições de sujeito assumidas por Luiz Inácio Lula da Silva em momentos distintos de sua trajetória política. Tomando o objeto discursivo como um espaço de ação e como um índice potencial de filiações sócio-históricas, a autora analisa como os sentidos trabalham e intervêm na realidade dos sujeitos.

O artigo 'Uma Palavra Sobre a Matéria: Bakhtin e Tynianov', de Alastair Renfrew – Universidade de Durham, United Kingdom – investiga as relações entre as correntes formalista e materialista no contexto soviético dos anos 1920-1930, trazendo concepções de autores formalistas como Tynianov, Medvedev e Shklovskii e de autores materialistas como Bukharin, Plekhanov e Trotskii com o objetivo de configurar como as influências do formalismo e do materialismo foram determinantes para a constituição dos fundamentos dos estudos literários.

Em 'O Discurso Poético de Rui Knopfli Em Uma Relação Interdiscursiva', Paula Terra Nassr – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – propõe uma análise do discurso poético do escritor moçambicano Rui Knopfli, com base em fundamentos materialistas alicerçados em pressupostos filosóficos da Análise do Discurso. A autora busca analisar relações de interdiscursividade entre as obras de poetas brasileiros e do poeta africano, na tentativa de caracterizar como a história se inscreve na linguagem quando se investiga o trabalho dos sentidos.

'Estudos Literários e Crítica Política', artigo elaborado por Benjamin Abdalla Junior – Universidade de São Paulo – busca analisar, desde uma perspectiva crítica, as condições de produção do conhecimento no campo dos estudos comparados das literaturas de Língua Portuguesa, caracterizando as circunstâncias político-culturais hegemônicas que intervêm no modo de produção dos estudos comparatistas.

O artigo 'Religião e Ideologia Em Ruy Belo: alguns apontamentos', de Natália Ubirajara da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – aborda o questionamento do catolicismo na obra 'Homem de palavras (s)', do poeta, crítico e ensaísta Ruy Belo, buscando colocar em relevo as formas através das quais a ideologia católica intervém nas condições de vida do povo durante os anos do regime de governo de Oliveira Salazar.

'Entre Literatura e História: considerações para uma abordagem materialista histórica das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa', de Rejane Vecchia Rocha e Silva e Ubiratã Roberto Bueno de Souza – Universidade de São Paulo – questiona os paradigmas que apresentam a cultura do continente africano como exótica ou ligada a paisagens paradisíacas e animais selvagens, enquanto referências a espaços colonizados e de dependência econômica e cultural que incorporam as ideologias imperialistas européias. Através de uma reflexão calcada em fundamentos do materialismo histórico, os autores buscam analisar como se constrói o eurocentrismo no continente africano, sob o signo da opressão e do esvaziamento de valores culturais autênticos. Essa hegemonia, no entanto,

vem a desencadear uma consciência crítica nos domínios dos estudos literários, que busca resistir à opressão do colonizador.

Na seção Resenhas, por fim, Luciana Vedovato – UNIOESTE /UFRGS – comenta a tradução da obra de Vladimir Ilitch Lênin intitulada 'O Estado e a Revolução', publicada pela Editora Centauro – SP e traduzida por Aristides Lobo. A compreensão desta obra, segundo Vedovato, requer outras leituras importantes tais como 'Sobre a Aliança Operária e camponesa', que trata de como o campesinato necessitou aliar-se ao proletariado organizado, após a reforma do sistema feudal, para não morrer de fome. A autora faz também referências a outros textos como 'Manifesto Comunista', Crítica ao Programa de Gotha' e ' A Sagrada Família' de Karl Marx e Friedrich Engels' como requisitos importantes para um diálogo com a leitura de V. Lênin.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos que colaboraram para que esta publicação em torno da temática dos estudos materialistas pudesse ser concretizada como um fascículo da Revista 'Conexão Letras'.

Ana Zandwais
Jane Tutikian
Organizadoras

A intervenção de Stalin na linguística soviética vista por Alexander Soljenítsin: entre usos sociopolíticos e literários dos conhecimentos sobre linguagem e línguas

Ekaterina Velmezova[1]

Abstract: The objective of this study is to analyze texts of J. V. Stalin produced during the years 1950 and compare them with passages of the novel of Alexander Soljenítsin 'The First Circle' for investigating the sources of the ideas of the soviet dictatorship on language, grammar, superstructure and ways of production and, at the same time, to observe how some important conceptions of Stalin are interpreted in the novel of Soljenítsin.
Key-words: Linguistic Ideas of Stalin; language; grammar; novel; interpretation.

Resumo: O objetivo deste estudo consiste em analisar textos de J. V. Stalin produzidos durante os anos 1950 e compará-los com passagens do romance de Alexander Soljenítsin 'O Primeiro Círculo' com vistas a investigar as origens das idéias do ditador soviético sobre língua, gramática, superestrutura e modo de produção e, ao mesmo tempo, observar como algumas concepções que têm destaque na obra de Stalin são interpretadas no romance de Soljenítsin.
Palavras-chave: Idéias lingüísticas de Stalin; língua; gramática; romance; interpretação.

O romance de Alexander Soljenítsin, *O primeiro círculo* (*V kruge pervom*), é uma das raras obras literárias onde a história das ideias linguísticas está refletida. Vários episódios da história da ciência da linguagem são apresentados ao mesmo tempo em *O primeiro círculo*: o marrismo, a "nova teoria da linguagem" de Nicolau Marr (1865-1934) (cf. Velzemova, 2011), a história da fonética experimental, assim como a intervenção de Stalin na "livre discussão linguística" na URSS em 1950.

O romance foi escrito entre 1955 e 1958 (Soljenítsin, 1982, p.9[2]). Em relação aos eventos que acontecem nessa obra, eles ocorrem (com numerosas analepses) de 24 a 27 de dezembro de 1949, ou seja, menos de seis meses antes da publicação, em 20 de junho de 1950, no jornal *Pravda*, do célebre artigo de Stalin que criticava severamente a "Nova teoria da linguagem".

As passagens linguísticas do romance de Soljenítsin já tinham chamado a atenção dos linguistas e historiadores das ideias. Assim, segundo Louis-Jean Calvet, "o Stalin de Soljenítsin aparece [...] como um homem entediado e que, para matar o tempo, desenvolve uma intuição diretamente inspirada por um obscuro linguista georgiano [Arnold Tchikobava – E.V]" (Calvet, 1977, p.32). O historiador russo contemporâneo B.S. Ilizarov reproduz essas páginas do romance em seu último livro dedicado a Stalin e Marr (Illizarov, 2012,

---

1 Docente de Língua e Literatura Russa e Pesquisadora da Universidade de Lausanne.
Este artigo é uma contribuição inédita das pesquisas realizadas pela Profa. Ekaterina Velmezova.

2 Mais tarde, em 1964, o romance foi transformado e resumido ("desfigurado" [iskažen]) para ser "reescrito" em 1968 (*ibid*). É nesta versão que nos apoiaremos neste artigo.

p. 173-176), insistindo em uma certa simplificação, entre outras simplificações, que o autor demonstra "na descrição, tanto do modo de vida [*byt*] de Stalin, como dos motivos particulares que levaram o ditador a começar a discussão [linguística]" (*ibid,* p.176).

Já no presente artigo, comparando essas passagens do romance de Soljenítsin com os textos de Stalin de 1950, tentaremos, na primeira parte, medir o "grau de confiabilidade" da transposição do discurso linguístico stalinista para a literatura. Isso nos permitirá julgar melhor a amplitude das consequências que a intervenção linguística de Stalin teve para a sociedade soviética dos anos 1950 e 1960.

1 A "discussão linguística de 1950": a intervenção de Stalin em linhas gerais

Antes de passar à comparação dos textos de Stalin e Soljenítsin, relembremos brevemente as questões linguísticas que o ditador discutiu em 1950[3]. Com exceção do já mencionado artigo de 20 de junho, as reflexões linguísticas de Stalin estão presentes em várias de suas respostas a "cartas de leitores" desse mesmo jornal.[4] Essas respostas foram publicadas no *Pravda* entre 4 de julho (resposta a E.Kracheninnikova de 29 de junho) e 2 de agosto (respostas a G.D. Sanjéiev, D. Belkin e S. Fourer e A. Kholopov, datando de 11, 22 e 28 de julho respectivamente). Segundo os comentários de Vladimir Alpatov, entre os destinatários dessas respostas "apenas G.D Sanjéiev era um linguista profissional[5], os outros nomes eram praticamente desconhecidos" (Alpatov 1991 [2004, p. 188]).

Tomando como modelo um diálogo com "um grupo de jovens camaradas", o artigo de Stalin de 20 de junho continha as seguintes teses-chave:

> 1) a língua não é uma superestrutura acima de uma base;
> ,dos povos que as falam;
> 2) enquanto fenômeno singular, a língua:
> - está ligada à sociedade;
> - é um meio de comunicação que existe para assegurar a troca de ideias entre as pessoas;
> - é constituída, em seu núcleo, pela gramática e pelo vocabulário de base;
> - evolui sem saltos revolucionários bruscos e (mais) por divergência do que por convergência;
> 3) por fim, o *Pravda* teve razão em abrir uma "discussão linguística", uma vez que a dominação do marrismo foi vista por Stalin de forma muito negativa.
> Stalin não separa completamente suas respostas às quatro questões acima, umas das outras, e sim retoma algumas ideias várias vezes: discutindo, entre outros, os traços característicos da língua, ele repete que ela não é uma superestrutura acima de uma base econômica.

Da mesma forma, repete em suas "respostas a camaradas", publicadas mais tarde, algumas teses expostas no artigo de 20 de junho. Dessa forma, respondendo a Kracheninnikova, ele reafirma de um lado que a língua não é uma superestrutura; de outro, admite que, se existem algumas "diferenças de classe" nas línguas (no nível do léxico, por exemplo), isso não impede a existência de línguas "dos povos inteiros" (pois "a gramática de classe" não existe). Stalin retoma essa mesma distinção (dialetos / "línguas de classe" *versus* línguas independentes) em sua resposta a G. Sanjéiev.

Ao responder "aos camaradas Belkin e Fourer", ele reflete mais uma vez sobre os "traços característicos da língua", dizendo que a língua não pode existir sem matéria e que

---

3 A discussão no jornal *Pravda* (órgão central do Partido Comunista Soviético) começou no dia 9 de maio de 1950. Durante aproximadamente seis semanas, até a intervenção de Stalin em 20 de junho, o jornal publicou artigos de três tipos a cada semana: "pro-marristas", "neutros" e "anti-marristas".

4 No presente artigo, não entraremos em detalhes no problema da autenticidade dos textos assinados por Stalin. Referir-nos-emos apenas à última pesquisa de B.S. Ilizarov (Ilizarov, 2012), que estudou os rascunhos dos textos linguísticos de Stalin, conservados nos arquivos pessoais do ditador. Isso lhe permitiu afirmar que o texto sobre a "intervenção linguística" foi (em todo caso grande parte dele) redigido pelo próprio Stalin. (*ibid*., p.259)

5 G.D Sanjéiev [Sanžeev] (1902- 1982) era um especialista em línguas mongóis.

para ele a linguagem sonora seria, por outro lado, principal, enquanto a linguagem gestual tem uma importância menor, etc.

Para terminar, na última "resposta aos camaradas", Stalin ainda discute a evolução linguística. Contudo, se suas respostas posteriores remetem a teses já expostas, o ditador também acrescenta a elas alguns elementos novos, chamando a atenção em sua resposta a Kracheninnikova, por exemplo, para a importância do estudo da semântica, que não deveria ser, no entanto, exagerado[6], etc.

2 Stalin-teórico das ideias linguísticas *versus* Stalin-personagem de Soljenítsin

Passemos agora à análise da transposição dos textos correspondentes de Stalin para a obra de Soljenítsin. O ditador soviético aparece desde a primeira página de *O primeiro círculo* sem que, no entanto, seu nome seja mencionado: "Ele é um homem, um só, recluso atrás de uma dezena de muralhas, que não dorme durante a noite e que treinou todos os que rabiscam textos em Moscou a compartilhar sua vigília até três ou quatro horas da manhã" (Soljenítsin, 1982, p.7[7]) Mais para frente, o autor descreve as reflexões de Stalin durante a noite, na qual o ditador, esse "Corifeu dos Linguistas", "brandiu sua faca na cabeça de Marr" (p.356): no romance, trata-se da noite de 24 para 25 de dezembro de 1949.

Já que o capítulo correspondente do romance (seu título foi traduzido em francês para *La langue est instrument de production* [A língua é instrumento de produção]) era menor que os textos linguísticos reais de Stalin, poderíamos supor que não há correspondência direta entre eles. Contudo, comparemos os dois textos.

Várias citações de Stalin foram transpostas por Soljenítsin de maneira muito fiel (exceto por algumas palavras). Abaixo, vejamos um exemplo:

"Citações" de Stalin- personagem do romance de Soljenítsin	Citações dos textos linguísticos de Stalin
" '(...) Qualquer língua das nações soviéticas que consideremos, russo, ucraniano, bielorrusso, uzbeque, cazaque, georgiano, armênio, estoniano, letão, lituânio, moldávio, tártaro, azerbaidjano, basquir, turcomeno (...)' será compreendida incontestavelmente" (p.148)	"Não é segredo para ninguém que o russo serviu tanto ao capitalismo e à cultura burguesa russas antes da Revolução de Outubro quanto (ela) serve atualmente ao regime socialista e à cultura socialista russa. Deve-se dizer o mesmo das línguas ucraniana, bielorrussa, cazaque, uzbeque, georgiano, armênia, estoniana, letã, lituana, moldávia, tártara, azerbaidjana, basquira turcomena e outras línguas de nações soviéticas que serviram tanto ao antigo regime burguês quanto servem ao regime novo, o socialista" (Stalin, 1979, p.200*)".

* Quando nos referirmos, mais adiante, à tradução francesa dos textos linguísticos de Stalin, indicaremos somente as páginas da edição datada de 1979.

Como se pode ver, a lista de línguas assim como a ordem de sua enumeração[8] são as mesmas nos dois textos. Soljenítsin conseguiu transmitir o estilo particular dos trabalhos stalinistas, reproduzindo, entre outros, longas enumerações, que constituíam um de seus

6 Vemos ainda nessa resposta uma crítica de Stalin endereçada a Marr, que era apaixonado pela ciência das significações linguísticas.

7 Salvo menção contrária, ao nos referirmos mais tarde à tradução francesa de Louis Martinez do romance de Soljénitsin, indicaremos apenas as páginas dessa mesma edição de 1982.

8 A comparação dos dois textos originais (em russo) ainda deixa à mostra uma semelhança até mesmo na denominação das línguas. Assim, no que diz respeito ao letão, nos dois textos russos, nos dois casos, é mencionado *latvijskij* (*jazyk*) (Soljénitsin, 1999, p.172 e Stalin, 1950, p.16); e não *latyšskij*, denominação mais corrente.

traços típicos[9]. Vejamos a citação do romance, desta vez sem cortes:

> *" '(...) Qualquer língua das nações soviéticas que consideremos, russo, ucraniano, bielorrusso, uzbeque, cazaque, georgiano, armênio, estoniano, letão, lituânio, moldávio, tártaro, azerbaidjano, basquir, turcomeno (Mas que diabos, quanto mais ele envelhecia mais tinha dificuldade de parar suas enumerações. Aliás, será que isso seria desejável? A repetição permitia imprimir melhor suas ideias no leitor e lhe despertar o gosto pelas objeções) '...será compreendida incontestavelmente (p.148[10]).*

No livro de Soljenítsin, essa citação permanece inacabada: começando a escrevê-la, colocando uma longa enumeração no começo de uma frase, o personagem Stalin ainda não sabe como irá terminá-la. "Acrescentar aqui alguma evidência enorme. Compreender incontestavelmente, mas o quê? Nada estava claro..." (p.148). Em geral, o Stalin, personagem do romance, prefere visivelmente *escrever* sobre linguística ao invés de *refletir* sobre ela. Como no caso anterior, às vezes ele só começa uma frase com o objetivo de escrever pelo menos algo, sem que ele mesmo compreenda o que quer dizer. Contudo se, ainda dessa vez, existe uma semelhança entre as frases do romance e as dos trabalhos linguísticos de Stalin[11], estas últimas não são certamente inacabadas:

Soljenítsin	Stalin
"Deixando-se levar, ele anotou diversas frases: 'A superestrutura é secretada pela base a *fim de*...' "A língua *é criada para*..." (p.106).	"A superestrutura é justamente gerada pela base para servir essa primeira, para contribuir ativamente na sua formação e consolidação, para lutar ativamente com o objetivo de liquidar a antiga base deteriorada junto com sua superestrutura antiga". (p.199) "A língua existe precisamente, ela se constituiu precisamente para servir a sociedade como um todo, enquanto meio de comunicação entre os homens, para ser comum aos membros da sociedade e única para a sociedade, para servir também aos membros da sociedade, independentemente da classe à qual pertencem". (p.200)

O paralelismo entre esse capítulo do romance de Soljenítsin e os textos linguísticos de Stalin se revela não apenas pelo nível do estilo e da transposição direta de certas frases de Stalin nessa obra literária, mas também através de várias teses teóricas gerais.

Dessa forma, segundo Soljenítsin, mesmo estando persuadido pelo "poder eletrizante" de sua "lógica" bem como pela "cristalina clareza" de sua "bela inteligência" (p.105), Stalin intervém na linguística com o objetivo de "realizar uma façanha científica: dar uma contribuição brilhante a outras disciplinas além da história e filosofia" (p.147)[12]. Em *O primeiro*

9 Refletindo sobre a autenticidade dos textos linguísticos assinados por Stalin e publicados em 1950, V.M Alpatov menciona também o "estilo particular de Stalin" (Alpatov, 1991 [2004, p.188]; sobre o estilo particular de Stalin cf. também Ilizarov 2012, p.177).

10 Outras passagens do romance de Soljénitsin, sem voltar à linguística, refletem também sobre esse mesmo estilo (não somente de escrita, mas também de pensamento) de Stalin, cf., por exemplo, Soljénítsin, 1982, p.126, 127-128, etc.

11 Mesmo que, mais uma vez, a semelhança entre os dois textos tenha sido em parte perdida nas traduções francesas.

12 A hipótese do motivo da intervenção *stalinista* na linguística é aceita, entre outros, por V.M Alpatov: "Já fazia doze anos, depois do lançamento do *Cours abrégé*, que Stalin não havia mais reconfirmado sua reputação de teórico" (Alpatov, 1991 [2004, p.183]; cf. também Gorbanevskij 1988 e 1991, p.134). Ora, essa intervenção do ditador na linguística poderia certamente ter (ainda) outras razões, que merecem ser estudadas à parte, mesmo que várias pesquisas tenham se debruçado sobre essa questão. Em relação ao romance de

círculo, Stalin sonha em tornar-se teórico das ciências exatas, porém não entende nada do assunto. Se ele escolhe a linguística como campo de batalha, não é apenas porque fica sabendo que Tchikobava criticava Marr, mas também porque, para ele, "a linguística (...) se parece com a gramática[13], que aos seus olhos, rivalizava em aridez com a matemática" (p.104):

Soljenítsin	Stalin
"Aparentemente, ele tinha feito de tudo para ser imortal. Seus contemporâneos, mesmo que o chamassem de Sábio entre os Sábios, não o admiravam, contudo, como ele merecia. Eles eram superficiais em suas exaltações, não conseguiam dar-lhe o devido valor. Nos últimos tempos, ele estava consumido por uma obsessão: não apenas vencer a terceira guerra mundial, uma ideia muito boa, mas era necessário ainda realizar uma façanha científica: dar uma contribuição brilhante a outras disciplinas além da história e filosofia. É claro que essa contribuição ele poderia ter oferecido à biologia, mas nessa área tinha passado a vez para Lyssenko, homem probo e vivaz, verdadeiro filho do povo. A matemática e a física tinham mais atrativos para Stalin. Todos os fundadores do materialismo científico se aventuraram nelas com intrepidez. Não se podia deixar de ter inveja ao ler as páginas corajosas que Engels dedicara ao zero ou menos um ao quadrado. Stalin admirava, da mesma forma, o desembaraço de Lênin, jurista de formação, que tinha se aventurado na selva da Física para recolocar os sábios em seu devido lugar e estabelecer que a matéria não poderia se transformar em energia. Stalin tentara em vão folhear a *Algébra* de Kiseliov e a *Física* de Sokolov desenvolvida para as grandes classes, mas não chegou a descobrir nada que lhe desse um *insight*. Uma feliz intuição lhe surgiu, é verdade que em outra área, a da Linguística, na época do caso Tchikobava (...) Ele teve, de repente, a certeza de que faria mais barulho recusando a teoria contrarrevolucionária da relatividade ou da mecânica ondulatória. Os assuntos de Estado não lhe deixavam muito tempo para o lazer. A linguística, mesmo assim, se parece com a gramática, que, aos olhos de Stalin, rivalizava em aridez com a matemática.	"Por conseguinte, abstraindo o particular e o concreto, tanto nas palavras como nas orações, a gramática toma o que há de geral na base das modificações das palavras e das combinações de palavras em orações e retira as regras e leis gramaticais dessa mesma base. A gramática é o resultado de um trabalho prolongado de abstração do pensamento humano, o indício de imensos progressos do pensamento. Nesse aspecto, a gramática lembra a geometria, que elabora suas leis abstraindo objetos concretos, considerando-os corpos desprovidos de características concretas e definindo as relações entre eles não como concretas, mas como relações entre corpos em geral desprovidos de todo caráter concreto". (p.212).

Soljénitsin, indicamos aqui duas outras razões que também são (implicitamente) apresentadas nessa obra: a "questão eslava" e a "questão chinesa" (as relações da URSS com os países "eslavos" e a China). Dedicaremos um estudo à parte a esses problemas – assinalando por enquanto que essas duas razões possíveis para a intervenção de Stalin já atraíram a atenção dos historiadores das ideias (cf. Kiparsky, 1970, p.96; L'Hermitte, 1987, p.73-74; Gorbanevskij, 1991, p.147-151, etc).

13 Em geral, Stalin – o político real – comprendia a *língua* como sendo composta pela *gramática* e pelo *vocabulário de base*: "No que diz respeito ao vocabulário de base e ao sistema gramatical do russo, que constituem o fundamento da língua.." (Stalin, 1979, p.199); "(o) essencial na língua é o sistema gramatical e o acervo o lexical de base, etc." (*ibid*., p.214), etc.

Como mostramos anteriormente, a primeira questão que Stalin responde em seu artigo de 20 de junho diz respeito às relações entre a língua e a superestrutura. No artigo, ele responde que não, sem nenhuma hesitação, à questão de a língua ser uma superestrutura acima de uma base: "PERGUNTA: *É verdade que a língua é uma superestrutura acima de uma base?* RESPOSTA: - *Não, é mentira*" (Stalin, 1979, p.198). Em uma de suas "respostas posteriores a camaradas" (mais precisamente na resposta a Kracheninnikova), Stalin recusa-se a considerar a língua como um fenômeno "intermediário" "entre base e superestrutura". Segundo ele, "tais fenômenos intermediários não existem" (*ibid*, p.222). Em contrapartida, o Stalin, personagem de Soljenítsin, está longe de ter muita certeza de si:

Soljenítsin	Stalin
"A economia é a base, os fenômenos sociais estão subordinados à superestrutura. Como se diz em boa doutrina marxista, não há meio termo. Ora, a experiência de toda uma vida demonstrara a Stalin que não se poderia avançar sem meio termo. É dessa forma que se encontram países neutros (com os quais acertaremos a conta mais tarde) e partidos neutros (fora de nosso país, é claro). Alguém que, no tempo de Lênin, decretasse: 'Quem não está conosco não está necessariamente contra nós', seria eliminado imediatamente. Era, no entanto, realmente o caso. A dialética, oras" (p.148**).	"QUESTÃO: *Em seu artigo, você mostra, de maneira convincente, que a língua não é nem uma base nem uma superestrutura. Então seria legítimo considerar a língua como um fenômeno próprio tanto à base quanto à superestrutura ou seria mais apropriado considerá-la um fenômeno intermediário?* RESPOSTA: (...) não se pode colocar a língua nem na categoria das bases nem das superestruturas. Tampouco se pode colocá-la na categoria dos fenômenos "intermediários" entre base e superestrutura, visto que tais fenômenos 'intermediários' não existem". (p.220, 221)

** O Stalin de Soljénitsin também reflete sobre a *base* e a *superestrutura* fora de suas ligações com a linguística. (cf. Soljénitsin, 1982, p.118, etc.)

Embora esta situação seja mais uma exceção à regra, quando as reflexões reais do personagem Stalin não correspondem completamente às ideias do ditador, outras teses-chave linguísticas de Stalin são retratadas por Soljenítsin de maneira mais fiel.

As ideias do ditador sobre as relações entre a base e a superestrutura o levaram à questão que, no romance de Soljenítsin, tornou-se o título de um capítulo ("A língua é instrumento de produção"): será que a língua seria um instrumento, uma ferramenta de produção[14]?

Soljenítsin	Stalin
"Stalin debruçou-se sobre o artigo de Tchikobava, chocado com um pensamento que nunca lhe ocorrera: se a língua é superestrutura, por que ela não muda a cada época? Se ela *não* é superestrutura, o que é então? Base? Modo de produção? Na verdade, o modo de produção resulta de forças e relações de produção. Nomear a língua *relação* é aparentemente impossível. A língua seria, portanto, uma força produtiva? Mas, veja, as forças produtivas reduzem-se aos instrumentos, aos meios de produção e aos homens. Diabos, nunca saímos disso.	"Mas talvez pudéssemos colocar a língua na categoria das forças produtivas da sociedade, na categoria, digamos, dos instrumentos de produção? É fato que existe certa analogia entre a língua e os instrumentos de produção: os instrumentos de produção, assim como a língua, manifestam uma espécie de indiferença para com as classes e podem servir da mesma forma às diferentes classes da sociedade, tanto as velhas quanto as novas. Essa circunstância nos autoriza a colocar a língua na categoria dos instrumentos de produção?

14 Em russo, este capítulo se chama *Jazyk – orudie proizvodstva*. Como a palavra russa *jazyk* corresponde a (ao menos) dois lexemas franceses ao mesmo tempo (*langue-langage* = língua e linguagem), às vezes a tradução do russo para o francês pode apresentar problemas. Na tradução francesa (realizada por Henri-Gabriel Kybarthi em 1968) de uma versão reduzida do romance, o título desse capítulo é traduzido por "A *linguagem* é um meio de produção" (Soljénitsin, 1968, p.102, grifo nosso), que não corresponde de forma alguma às ideias de Stalin, é claro.

Honestidade seria convir que a língua é um instrumento de produção pelas mesmas razões que as máquinas-ferramenta, as ferrovias e a agência de correios o são. Ela serve de fato como elo. Não foi Lênin quem disse "Nada de socialismo sem agência de correios?" Sem língua tampouco, aparentemente... Mas se tomássemos como princípio, sem pestanejar, que a língua é instrumento de produção, isso sim seria um concerto de escárnios. Não em nosso país, é claro. E ninguém para aconselhá-lo: ele era o único filósofo sobre a terra" (p.148-149).	De maneira alguma. (...) É um fato que a similitude entre a língua e os instrumentos de produção termina na analogia sobre a qual acabei de falar. Contudo, existe uma diferença fundamental entre a língua e os meios de produção. Ela reside no fato de que os instrumentos de produção produzem bens materiais enquanto a língua não produz nada ou não "produz" nada além de palavras. Para ser mais preciso, os homens que têm instrumentos de produção podem produzir bens materiais ao passo que os mesmos homens, tendo a língua mas não tendo instrumentos de produção, não podem produzir bens materiais. Não é difícil entender que, se a língua pudesse produzir bens materiais, os tagarelas seriam as pessoas mais ricas do mundo" (p.221-222).

Comparando esses dois trechos, poder-se-ia ter a impressão de que Stalin, nessa passagem, parecia prevenir esses mesmos "escárnios" que o personagem de Soljenítsin preveria mais tarde refletindo sobre a tese da língua como instrumento de produção.

Abaixo, mais adiante, outras reflexões sobre o mesmo assunto:

Soljenítsin	Stalin
"A menos que se proceda tranquilamente: 'A este respeito, a língua, fundamentalmente distinta da superestrutura, nem por isso se distingue dos instrumentos de produção, assim como as máquinas que, como ela, são indiferentes à existência de classes". 'Indiferentes à diferença de classes'. Aqui estão coisas que, até há pouco tempo atrás, não deveriam ser ditas..." (p.149)	"A este respeito, a língua, que difere fundamentalmente da superestrutura, não se distingue, porém, de instrumentos de produção, digamos, das máquinas que são tão indiferentes às classes quanto o é a língua e podem servir igualmente ao regime capitalista e ao regime socialista" (p.201)

A tese das máquinas que são "indiferentes à existência das classes", apresentada tanto em Stalin quanto em Soljenítsin, leva a outro ponto das críticas de Stalin endereçadas à "nova teoria da linguagem": trata-se da tese de Marr sobre o "caráter de classe" que seria próprio à língua[15]. Vejamos o que temos no artigo de Stalin publicado em 20 de junho: "– *É verdade que a língua sempre foi e continua sendo língua de classe, que não existe língua comum e única para a sociedade, que não existe língua que não seja de classe, e sim de todo o povo?* – Não, é mentira." (Stalin, 1979, p.203). E mesmo que, no romance de Soljenítsin, o personagem Stalin não reflita diretamente sobre como responder a essa questão, a tese da "indiferença à noção de classe" da língua como das máquinas está muito presente nesses dois textos, como acabamos de ver.

A resposta de Stalin à terceira questão em seu artigo de 20 de junho ("Quais são os traços característicos da língua?" [*ibid*, p.210]) toca, entre outros pontos, no problema da evolução das línguas, inclusive na interação entre elas. Em *O primeiro círculo,* é particularmente marcada a tese de que a revolução linguística não é brusca; pelo contrário, é desprovida de "saltos revolucionários":

15 Na realidade, a posição de Marr (onde também se apresenta a categoria de "língua nacional") estava longe de ser tão simplista assim.

Soljenítsin	Stalin
"Esse Lafargue, que teórico medíocre! 'A brusca revolução linguística que ocorreu entre 1789 e 1794!' (A menos que ele tenha tramado isso com seu sogro?) Que revolução? Havia uma língua francesa e ela permaneceu língua francesa" (p.150)	"Lafargue estava errado quando falava sobre 'a brusca revolução linguística, que se dá entre 1789 a 1794' na França (ver a brochura de Lafargue, *La langue française avant et après la révolution* [A língua francesa antes e depois da revolução]). Nessa época, na França, não houve nenhuma revolução linguística e ainda menos uma brusca revolução. É claro que, durante esse período, o vocabulário do francês enriqueceu-se de novas expressões e palavras, palavras velhas desapareceram, o sentido de certas palavras mudou, mas só isso. Pois bem, tais mudanças não decidem de forma alguma os destinos de uma língua. O essencial na língua é o sistema gramatical e o acervo lexical de base. Mas, longe de desaparecer no curso da revolução burguesa francesa, o sistema gramatical e o acervo lexical de base do francês conservaram-se sem sofrer mudanças notáveis. Eles não só se conservaram como continuam vivendo ainda hoje no francês moderno. Sem contar que, para liquidar uma língua existente e construir uma nova língua nacional ("a brusca revolução linguística"!), um espaço de cinco a seis anos é ridiculamente breve – para isso são necessários séculos" (p. 214-215).

Mais adiante ainda, essa mesma ideia de Stalin sobre a evolução linguística desprovida de "saltos revolucionários" está refletida em *O primeiro círculo* através de citações particulares que, mais uma vez, parecem ter sido diretamente transpostas do discurso do Stalin político real para a obra literária:

Soljenítsin	Stalin
" 'É preciso, falando em geral, lembrar nossos camaradas, entusiasmados por rupturas, que a lei de passagem de uma qualidade antiga para uma qualidade nova por meio de uma ruptura é inaplicável à evolução da língua. Além disso, é até mesmo raro que ela possa encontrar sua aplicação em outras esferas da vida social'. Stalin afastou o rosto de seu papel, releu-se. Estava bem escrito. Era necessário que os propagandistas explicassem cuidadosamente essa passagem: a partir de certo momento, as revoluções terminam e o desenvolvimento não é mais que evolutivo. E talvez mesmo a quantidade cesse de se transmutar em qualidade. Voltar-se-á mais tarde a esse ponto. 'É até mesmo raro'... Não, ainda era prematuro. Stalin riscou essas palavras, substituiu-as: 'Nem sempre é verdade' " (p.150)	"É preciso dizer em geral, aos camaradas aficionados por explosões, que a lei de passagem da qualidade velha para a nova por meio de explosões não é somente inaplicável à história da evolução da língua, mas que não se poderia tampouco aplicá-la sempre aos outros fenômenos sociais que dizem respeito à base ou à superestrutura" (p.215)

E ainda mais reflexões sobre o mesmo assunto:

Soljenítsin	Stalin
"Um pequeno exemplo seria bem vindo. 'Nós passamos da estrutura burguesa da propriedade camponesa individual ao *kolkhoz* socialista'. Depois de ter posto um ponto final, como qualquer um, ele refletiu mais um pouco e corrigiu: 'Passamos... a uma estrutura *kolkhoziana* socialista'. Era bem seu estilo: um golpe bem dado em um parafuso já bem pregado. A repetição de todas as palavras deixava cada uma de suas frases mais claras. Em seu ímpeto, sua pluma prosseguia: 'No entanto, essa radical mudança não se operou por ruptura, ou seja, por deposição do poder vigente (passagem que os comentaristas deveriam ter a obrigação de comentar com mais atenção), nem por criação de um novo tipo de poder (mas se pensou nisso!)...' Aproveitando o ímpeto do frívolo Lênin, a ciência histórica soviética só quer ouvir falar de revoluções vindas *de baixo*, a revolução *de cima* lhes parece uma meia medida, um híbrido de gosto duvidoso. Daqui para diante, trata-se de chamar as coisas pelo nome: 'Uma tal realização foi possível porque se tratava de uma revolução vinda *de cima,* porque essa deposição foi possível graças a uma iniciativa do poder vigente" (p.150-151)	"No espaço de oito a dez anos, realizamos, na agricultura de nosso país, a passagem do regime burguês de exploração camponesa individual para o regime *kolkhoziano* socialista. Foi uma revolução que liquidou o antigo regime econômico burguês no campo e criou um novo regime, o socialista. (...)" "Ela pode se dar porque era uma revolução vinda *de cima*, porque a virada radical foi realizada graças a uma iniciativa do poder existente com o apoio das massas essenciais do campesinato". (p.215)

Enfim, o Stalin de Soljenítsin reflete sobre "o terror tão militar" na linguística (p.150). Na tradução francesa de 1968 de uma versão reduzida do romance, encontra-se no lugar disso a expressão regime de Araktchéiev (Soljenítsin, 1968, p.106). Essa mesma expressão [arakčeevskij režim] aparece diversas vezes nos textos linguísticos de Stalin no seguinte contexto[16]:

Soljenítsin	Stalin
"Por que esse terror tão militar na linguística?" (Soljenítsin, 1982, p.150). "Como era possível que houvesse um regime Araktchéiev em filologia?" (Soljenítsin, 1968, p.106)	"Como isso pode acontecer? Isso aconteceu porque o regime *araktchevieno,* criado na linguística, cultiva a irresponsabilidade e favorece tais excessos". (p.217) "A discussão revelou-se muito produtiva, antes de mais nada, porque desvendou o regime *araktchevieno* e o esmagou completamente". (*ibid).* "Liquidar o regime *araktchevieno* na linguística, renunciar aos erros de Marr, introduzir o marxismo na linguística: esse seria, a meu ver, o caminho que permitiria a purificação da linguística soviética". (p.219) "A razão da estagnação da linguística soviética não é o 'formalismo' inventado por Marr e seus "alunos" e sim o regime *araktchevieno* e as lacunas teóricas na linguística. Foram os "alunos" de Marr que instauraram esse regime *araktchevieno*". (p.225)

16 No livro de Alpatov sobre Marr e o marrismo, o capítulo que precede o da discussão linguística de 1950 intitula-se da mesma maneira [*Arakčeevščina*]. O autor discute, nesse capítulo, a linguística soviética de 1948 a 1950. (Alpatov, 1991 [2004, pp. 143-167]).

As menções de Stalin ao "regime *araktchevieno*" estão diretamente ligadas à sua resposta à última questão discutida em 20 de junho. "O *Pravda* estava certo em abrir uma livre discussão sobre as questões de linguística?" (Stalin, 1979, p.216). Essa expressão aparece dessa maneira, em Stalin, pela primeira vez precisamente na resposta a essa questão. De maneira indireta, Soljenítsin transpõe, para seu romance, a resposta do Stalin político real, que diz o seguinte: "Sim, teve". (*ibid*).

Soljenítsin	Stalin
"Por que esse terror tão militar na linguística? Ninguém ousava articular uma palavra contra Marr". (Soljenítsin, 1982, p.150). "Como era possível que houvesse um regime Arakcheiev em filologia? Todo mundo tinha medo de dizer uma palavra contra Marr". (Soljenítsin, 1968, p.106).	"A mínima crítica da situação na linguística soviética, mesmo as tentativas mais tímidas de criticar o que se chama de 'nova teoria' em linguística, foram perseguidas e sufocadas pelos meios dirigentes da linguística. Uma atitude crítica dirigida à herança de Marr, a mínima desaprovação à sua teoria, colaboradores e pesquisadores de peso eram exonerados ou rebaixados. Linguistas eram chamados para os cargos de confiança não por suas qualidades científicas, mas com a condição de reconhecerem sem reservas a teoria de Marr". (p.216-217 e seguintes).

3 O impacto da intervenção stalinista

Como se pode ver, a maioria das teses-chave stalinistas da discussão linguística de 1950 – quer tenham sido publicadas em 20 de junho ou mais tarde – foram fielmente transpostas por Soljenítsin para *O primeiro círculo*. A falta de paralelismo entre as reflexões do verdadeiro Stalin e do Stalin personagem é raríssima. O fato de o autor (matemático e não filólogo de formação) conhecer tão bem o conteúdo dessa discussão testemunha o grande impacto da intervenção stalinista que, na URSS, ultrapassava de longe o quadro das ciências da linguagem propriamente dito.

Tradução: Jessica Bandeira
Revisão: Patrícia Reuillard e Ana Zandwais

Referências

ALPATOV,V.M. Istorija odnogo mifa: Marr i marrizm. Moskva: URSS,2004.[L'histoire d'un mythe. Marr et le marrisme], 1991 [2004]
CALVET, L.-J «Sous les pavés de Staline la plage de Freud?», in Calvet L.-J. Marxisme et linguistique. Paris: Payot, 1977, p. 7-40.
GORBANEVSKIJ, M.V. «Konspekt po korifeju», Literaturnaja gazeta, le 25 mai 1988, p. 8. [Le coryphée: un abrégé]
_____ V načale bylo slovo… : Maloizvestnye stranicy istorii sovetskoj lingvistiki. Moskva: Izdatel'stvo Universiteta družby narodov. [Au commencement était le Verbe…: des pages peu connues de l'histoire de la linguistique soviétique], 1991.

ILIZAROV, B.S. Početnyj akademik Stalin i akademik Marr. Moskva: Veče. [L'académicien honoraire Staline et l'académicien Marr], 2012.
IPARSKY, V. Current Trends in Linguistics. Den Haag – Paris: Mouton, , 1970.
L'Hermitte R. Marr, marrisme, marristes. Paris: Institut d'études slaves.
SOLJENITSYNE, A.. 1968: Le premier cercle. Paris: Robert Laffont (traduit du russe par H.-G. Kybarthi), 1987.
_____, A. Le premier cercle. Paris: Fayard (traduit du russe par L. Martinez), 1982.
_____, A. I V kruge pervom (Solženicyn A.I., Sobranie sočinenij v devjati tomax, vol. II). Moskva: Terra. [Au premier cercle], 1999.
STALIN,J.. Marksizm i voprosy jazykoznanija. Moskva: Gosudarstvennoe izdatel'stvo političeskoj literatury. [Marxisme et questions de linguistique], 1950.
_____ J «Marxisme et questions de linguistique. Lettre à la camarade E. Kracheninnikova. Lettre au camarade Sanjéiev. Lettre aux camarades D. Belkine et S. Fourer. Lettre au camarade A. Kholopov», In : Gadet F., Gayman J.-M., Mignot Y., Roudinesco E. Les maîtres de la langue, avec les textes de Marr, Staline, Polivanov. Paris: François Maspero, 1979, p. 198-236.
VELMEZOVA, E. «"O proisxoždenii vsex slov ot slova ruka v sta mirovyx jazykax": marristskaja lingvistika v romane A.I. Solženicyna V kruge pervom», in Faustov A. (éd.), Universalii russkoj literatury, 3. Voronež: Naučnaja kniga, 2011, p. 358-367 [«Sur la dérivation de tous les mots de la 'main' dans cent langues du monde»: la linguistique marriste dans le roman d'A. Soljénitsyne Le premier cercle], 2011.

Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal

Mónica G. Zoppi Fontana

Abstract: This article aims to reflect on the intellectual production of the philosophers Louis Althusser and Michel Pêcheux, considering an analysis of their texts written at the beginning of the years 1980 that circulated through different modalities: lectures, publications, interviews, editions in other languages. We are going to analyse these materials that, not with standing were produced during the years 1980, were published in French only during the years 1990.
Key-words: Historical Materialism; French Discourse Analysis; Interpretation of Texts; Historical Event.

Resumo: Este artigo busca refletir em torno da produção intelectual dos filósofos Louis Althusser e Michel Pêcheux, com base em uma análise de seus textos escritos no início dos anos 1980, que circularam através de diferentes modalidades tais como: conferências, publicações, entrevistas, edições em outras línguas, tendo sido somente publicados em língua Francesa, entretanto, a partir dos anos 1990.
Palavras-chave: Materialismo Histórico; Análise de Discurso Francesa; Interpretação de textos; Acontecimento histórico.

A Análise de discurso, tal como praticada por Michel Pêcheux e colaboradores a partir de meados dos anos sessenta até início dos anos noventa na França se inscreve explicitamente no materialismo histórico, a partir de uma leitura althusseriana de Marx. A referência a Althusser e aos autores clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lenin, Mao Tse Tung, entre outros) é explícita nos textos teóricos assinados por Pêcheux individualmente ou em coautoria com seus colegas de pesquisa e militância. Pêcheux aponta, em um célebre artigo em coautoria publicado originalmente na revista *Langages 24*[1], para as mudanças de terreno – da língua ao discurso, ou da teoria da língua à teoria do discurso – produzidas pela Análise de Discurso como efeito de sua inscrição no materialismo histórico[2]. Nesse artigo está expressa a aproximação da "teoria do discurso" à proposta central do materialismo histórico, a saber: a de produzir uma 'mudança de terreno' epistemológica (e política) que permita, nas palavras de Pêcheux:

> [...]se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo [...] e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo histórico designa pela expressão *relações sociais*, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a

1 Haroche, C.; Henry, P.; Pêcheux, M. (2007[1971]) "A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso".

2 Remetemos ao artigo em coautoria Amaral, MV. B. e Zoppi Fontana, M.G.(2014) que desenvolve uma reflexão sobre a relação da Análise de Discurso com o Materialismo Histórico. Retomamos aqui brevemente algumas das considerações apresentadas nesse trabalho.

> domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhe correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem) (Pêcheux 1971[2011], p.127)

Pêcheux (1975[1998]), em sua proposta de "uma teoria materialista dos processos discursivos", traz para o campo dos estudos da linguagem a concepção althusseriana de Ideologia, definindo-a como "uma estrutura-funcionamento que dissimula sua existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências 'subjetivas',* [...] 'nas quais se constitui o sujeito'" (Pêcheux 1975[1988], pp. 152-153). Citando a famosa tese central de Althusser sobre a Ideologia, a saber: *A Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos,* (idem, p. 148), Pêcheux afirma que é este conceito que permite pensar "o homem" como "animal ideológico" e que lhe permite defender a tese original de que "o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito- consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos 'o todo complexo das formações ideológicas'" (idem, p.160), avançando desse modo em relação à reflexão althusseriana ao propor princípios teóricos e procedimentos de análise que descrevem o papel constitutivo da linguagem nos processos de interpelação ideológica, destacando, assim, a dimensão necessariamente ideológica (e, portanto, histórica) dos processos de significação.

O impacto do trabalho de Louis Althusser na reflexão de Michel Pêcheux e seu grupo de colaboradores não só é explicitado por meio de citações e referências nos textos assinados por estes autores, mas também foi objeto de importantes estudos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Apenas como testemunho dessa linha de pesquisas, trazemos aqui um recorte do prefácio escrito por Denise Maldidier à publicação em francês de textos de Pêcheux, alguns até então inéditos nessa língua.

> *Althusser est, pour Michel Pêcheux, celui qui fait jaillir l'étincelle théorique, celui qui fait naître les projets au long cours. À tout une génération, d'ailleurs, il offrait la possibilité de « penser le marxisme hors d'une vulgate mécaniste ». Il avait notamment, en 1964, dans son article « Freud et Lacan », désigné aux marxistes inquiets de l'éternelle condamnation de la psychanalyse, cette « idéologie réactionnaire », l'horizon d'un rapprochement théorique, (Maldidier, 1990: 10)*

A presença do pensamento de Althusser nos textos de Pêcheux é constante, embora seja sempre reelaborada a partir das preocupações teóricas deste autor na sua proposta de criação de uma nova região de conhecimento, cujo objeto é o *discurso* e cujo campo epistemológico reúne de forma crítica o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise. Conceitos como condições de produção do sentido, efeito de sentido (constituído na posição sujeito a partir do funcionamento da figura de interpelação ideológica), formação discursiva (definida na sua articulação com a formação social e as formações ideológicas), interdiscurso (este por sua vez definido como "o todo complexo a dominante das formações discursivas), entre outros, são reelaborações originais e deslocamentos teóricos produzidos por Pêcheux em relação aos textos de Althusser, principalmente àqueles escritos entre início dos anos sessenta e fim dos anos setenta[3].

Neste texto não vamos insistir sobre essa relação já suficientemente explorada; nosso objetivo é trazer para a reflexão a proposta de uma aproximação entre estes dois autores

3 Destacamos principalmente as obras Pour Marx (1965), Lire Le Capital (1965), Lenine et la philosophie (1969), Idéologie et appareils idéologiques d'État (1970), Sur la reproduction (1970), Réponse à John Lewis (1973), Élements d'autocritique (1974), Positions (1976).

considerando os textos escritos por ambos no início dos anos oitenta e divulgados na época de diversas maneiras (como conferências, participações em eventos científicos, entrevistas concedidas, edições em outras línguas, etc.), mas que só foram publicados em francês a partir dos anos noventa. Desde 2005, ano em que traduzi para a revista *Crítica marxista* o célebre artigo de Louis Althusser sobre o materialismo do encontro ou materialismo aleatório[4], tenho defendido a tese de uma aproximação, não só possível mas oportuna, entre os textos e avanços teóricos propostos por esses autores nos seus últimos anos de vida[5]. À diferença da relação com a obra de Althusser explicitada largamente por Pêcheux em seus próprios trabalhos, a aproximação que proponho neste artigo não conta com referências explícitas ou citações claramente identificadas na escrita destes autores; trata-se de uma interpretação plausível que defendemos a partir da leitura em paralelo da produção teórica de ambos os autores nos anos oitenta, produção contemporânea entre si, porém na qual não encontramos indicações dos autores que nos permitam afirmar que Pêcheux tinha conhecimento dos artigos ou cursos de Althusser nos quais se desenvolve a reflexão sobre a centralidade da contingência nos processos históricos, ou vice-versa, que Althusser conhecia a reflexão teórica de Pêcheux em torno da noção de acontecimento discursivo.

O "último Althusser"

No início dos anos oitenta Althusser escreve alguns textos que só serão publicados mais tarde, já na década de noventa após a sua morte, reunidos na obra *Sur la philosophie* (1994) ou recolhidos nas edições organizadas por François Matheron *Écrits philosophiques et politiques vol. I* (1994) e *vol. II* (1995) ou por Yves Sintomer *Solitude de Machiavel* (1998)[6]. Destacamos ainda a publicação em espanhol das entrevistas concedidas a Fernanda Navarro *Filosofía y marxismo* (1988), reproduzidas na sua tradução ao francês como primeira parte do livro *Sur la philosophie* já citado. Estas publicações incluem ainda textos, revisados ou não por Althusser, de conferências, artigos e cursos ocorridos ainda na década de setenta, notadamente em torno do estudo de Maquiavel. Este conjunto de obras sinaliza uma inflexão na reflexão althusseriana que desde sua publicação não deixou de produzir acalorados debates no campo da filosofia, ciências políticas e sociologia, especialmente entre autores que se reconhecem na teoria marxista. Desde então têm surgido inúmeras obras dedicadas ao estudo desses textos, alimentando a polêmica sobre o pensamento do que passou a ser denominado "o último Althusser" ou "o Althusser tardio". Mencionamos aqui somente algumas dessas publicações, para conhecimento do leitor que talvez não esteja familiarizado com elas: *Autour d'Althusser. Penser le matérialisme aléatoire: problèmes*

4 ALTHUSSER, Louis (1982) " A corrente subterrânea do materialismo do encontro". Trad. Mónica G. Zoppi Fontana. Em: *Crítica marxista, 20,* p.9-48. RJ, Ed. Revan, 2005. Disponível *online* em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica20-A-althusser.pdf

5 Após a tradução ao português do texto de Althusser e sua publicação na revista *Crítica marxista 20* (2005), desenvolvi uma reflexão sobre a aproximação possível de ambos os autores (Pêcheux e Althusser) e de suas obras ("O discurso, estrutura e acontecimento", do primeiro, e "A corrente subterrânea do materialismo do encontro", do segundo) que apresentei em diversas ocasiões, entre elas: na conferência "Discurso e acontecimento: repetição no arquivo, contingência na historia" (jun-2005) proferida junto ao Curso de Mestrado em Linguística da Univ. Federal de Uberlândia; no curso "Teoria da Ideologia e discurso", ministrado junto à *Maestría de Análisis del Discurso*, Universidad de Buenos Aires (abril-2005). Como fruto dessa reflexão publiquei alguns artigos nos quais desenvolvo por extenso essa tese: Zoppi Fontana (2009), (2011), Amaral, M.V. e M.G. Zoppi Fontana (2014).

6 Esta edição traz uma correção acrescentada ao texto da conferência ministrada por Althusser na Fundação Nacional de Ciências Políticas em 11 de junho de 1977.

et perspectives, organizado por Annie Ibrahim (2012) ; *Althusser : un lecture de Marx,* organizado por Jean-Claude Bourdin (2008) ; Vittorio Morfino (2006) ; os artigos de François Matheron *La recurrence du vide chez Louis Althusser* (2009); e de André Tosel *Les alèas du matérialisme aléatoire dans la dernière philosophie de Louis Althusser* (2005); os números temáticos de importantes revistas dedicados à discussão desta virada teórica no pensamento althusseriano, como da revista *Multitude, 21* (2005) e da revista *Décalages, vol.1 n. 1* (2013), em particular os artigos de Jean-Claude Bourdin *Le reencontre du matérialisme et de l'aléatoire chez Louis Althusser* (2005) e de Warren Montag *El Althusser Tardío: ¿Materialismo del Encuentro o Filosofía de la Nada?* (2013), respectivamente.

Pela quantidade e qualidade das publicações a que deu lugar, podemos apreciar o impacto da publicação desses textos "tardios" de Althusser, que provocaram tomadas de posição combativas e apaixonadas, seja para defender essa nova inflexão no pensamento do autor- considerada desafiadora e produtiva-, seja para decretar o fim de um pensamento que se mostraria esgotado e inútil. Como diz Tosel (2012): « *Les derniers textes de Louis Althusser font problème, notamment 'Le courant souterrain du matérialisme'* ». Este mesmo autor resume bem o conjunto de reações provocadas no meio acadêmico pelo polêmico texto de Althusser:

> *Pour les uns, notamment les philosophes italiens –Vittorio Morfino, Fabrizio del Lucchese-, cet essai programatique est aussi suggestif que fascinant. Pour d'autres, il n'aurait nul autre intérêt que de témoigner du désarroi d'un marxiste contraint de renoncer à la prétention de scientificité affirmé dans sa première interprétation de Marx, celle de Pour Marx (1965) et de Lire Le Capital (1965). Sous la déconstruction de la scientificité revendiquée dans les années heureuses d'une réélaboration du matérialisme historique et de la philosophie marxienne, se cacherait alors une terrible entreprise d'autodestruction théorique. (Tosel, 2012 : 19)*

Tosel reconhece na obra de Althusser três momentos diferentes que se sucedem cronologicamente e que ele denomina Althusser I, Althusser II e Althusser III. Trazemos aqui sua descrição desses três momentos porque nos interessa aproximar essa escansão temporal e teórica a outro texto, *Análise de Discurso: três épocas*, de autoria de Michel Pêcheux, também publicado tardiamente a partir de um manuscrito não revisado pelo autor, que teve um impacto notório e que é largamente citado por alguns autores como prova de um recuo ou refluxo das posições marxistas no desenvolvimento da teoria da Análise de Discurso. É curioso observar como ambos os textos e ambos os autores foram interpretados por aqueles que não se inscrevem em posições declaradamente materialistas como sendo a prova viva de um fracasso teórico e político. Retomando, então, a descrição de Tosel, a obra de Althusser poderia ser classificada como segue:

> *[Ils sont] les deux ouvrages inauguraux [Pour Marx; Lire Le Capital] qui ont fait d'Althusser le dernier philosophe marxiste d'envergure, porteur d'un programme refondateur de recherche et d'initiative politique. On pourrait nommer Althusser I ce moment. Althusser II désignerait alors le moment autocritique où, contre la déviation scientiste antérieure, il s'agirait de mieux définir la philosophie comme pratique de la lutte de classes dans la théorie et comme théorie de la lutte politique de classes au sein des appareils idéologiques d'État. Le but serait de promouvoir des effets d'une subjectivation révolutionnaire au sein de l'interpellation idéologique constituant par assujettissement le sujet juridique et moral moderne. Ce tournant autocritique commence tôt, en 1967. Chemin faisant, c'est l'idée séminale d'une rectification et d'une reconstruction de « la science marxiste du continent histoire » qui est abandonnée, tout comme est préconisée la reconnaissance de la crise irréversible du marxisme, fût-ce celui de Marx.*

> *La proposition du matérialisme aléatoire se veut une transformation radicale de la position philosophique et de son rapport à Marx. Elle s'anticipe dans d'autres études concernant Machiavel et elle s'exprime dans les entretiens avec Fernanda Navarro entre 1984 et 1987, publiés en 1988 sous le titre Sur la philosophie. On peut parler d'un Althusser III en rupture épistémologique et philosophique avec Althusser I et II, cessant de soutenir la scientificité inédite du Capital et renonçant au programme de travail marxiste initial. Il faut mesurer l'ampleur de ce renoncement. (Tosel, 2012 : 19-20)*

Tosel defende na sua análise que as posições tomadas por Althusser em seus últimos textos dão continuidade e finalizam um processo de desconstrução de um princípio de Razão e de causalidade capaz de explicar o devir da história. Tosel resume esse processo de desconstrução considerando os três momentos já descritos. Segundo este autor, *Althusser I* recusou qualquer humanismo teórico, fazendo a crítica à categoria de alienação da essência humana e rejeitando qualquer recurso a um sujeito fundador da história. *Althusser II* orientou suas análises e teorizações para a questão da conjuntura e de suas contingências. Nesse sentido, propõe considerar a história como um processo sem sujeito nem fim, que se dá em conjunturas imprevisíveis, porém inteligíveis na medida em que a luta de classes está ligada às transformações do modo de produção capitalista. Finalmente, *Althusser III* defendeu a necessidade da contingência: tudo – estrutura, elementos, conjunturas- estaria sometido ao primado da contingência. É oportuno citar aqui uma passagem do texto de Althusser que ficou rapidamente famosa:

> *O todo que resulta da "pega" do encontro não é anterior à "pega" dos elementos, mas posterior, e por isso poderia não ter "pegado" e, com mais razão ainda, "o encontro poderia não ter acontecido" (Althusser, 1982/2005:32).*

E ainda:

> *Jamais um encontro bem sucedido e que não seja breve, mas dure, garantirá sua duração ainda no dia seguinte em lugar de desaparecer. Do mesmo modo que poderia não ter acontecido, pode não acontecer mais [...] Nada garantirá jamais que a realidade do fato consumado seja a garantia de sua perenidade (Althusser, 1982/2005:14).*

Tosel associa esse desenvolvimento teórico e a natureza do terceiro momento do pensamento althusseriano à conjuntura política da época:

> *Cette montée en puissance de la nécessité de la contingence et cet effacement du principe de raison font rupture. Ils se corrèlent avec un effacement politique des partis communistes et avec la liquidation du communisme soviétique, mais aussi avec un désespoir personnel croissant après la tragédie du meurtre d'Hélène, la femme du philosophe. (Tosel, 2012 : 27)*

Análise de Discurso : três épocas

No prefácio à coletânea de textos de Michel Pêcheux reunidos para publicação, Denise Maldidier[7] organiza seu relato reconhecendo no trajeto intelectual de Pêcheux três momentos, que ela nomeia como: *Le temps de grandes constructions (1969-1975); Tâtonnements*

7 *"(Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui*". In : Maldidier (1990 : 7-91) ["(Re) ler Michel Pêcheux hoje" In : Maldidier (1990 : 7-91)]

(1976-1979); e *La déconstruction maîtrisée (1980-1983).*[8] Na sua apresentação, a autora assinala o caráter reflexivo dos últimos textos de Michel Pêcheux, nos quais ele ensaia uma interpretação histórica de sua trajetória acadêmica, à que qualifica de "aventura teórica". Na análise desse percurso, Maldidier destaca o conceito de "estruturalismo político" proposto por Pêcheux no seu artigo *Sobre a (des)construção das teorias linguísticas* (1982) e retomado no seu último texto *O discurso. Estrutura e acontecimento* (1983). Conforme a autora, Pêcheux trouxe este conceito para propor uma demarcação no interior do estruturalismo que designaria um espaço de encontro intelectual com autores como Foucault, Lacan e Derrida, além de Althusser, em torno da questão da linguagem. Trata-se da contestação radical de uma concepção de linguagem que a defina como instrumento de comunicação, o que acarreta a crítica à noção de sujeito psicológico[9]. Nas palavras do autor: "O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social" (Pêcheux, 1983: 45).

Nesse espaço teórico Pêcheux ocupou um lugar totalmente original, ao pensar o sujeito ideológico (reflexão iniciada por Althusser) na materialidade específica da língua (contribuição inédita de Pêcheux). Os últimos textos de Pêcheux, aqueles que correspondem à autodenominada "terceira época da Análise de Discurso" investiriam em um movimento de "desconstrução controlada" *("déconstruction maîtrisée",* nas palavras de Maldidier, 1990) de uma tendência a uma sobreinterpretação estruturalista, que funcionaria como um dispositivo de tradução de "enunciados empíricos vulgares" por "enunciados estruturais conceptuais"; tratar-se-ia, segundo Pêcheux (1983a: 46), de evitar o "narcisismo da estrutura" inscrito no espaço teórico que ele identificou como "estruturalismo político"[10].

No seu texto *Análise de Discurso: três épocas,* Pêcheux explicita os elementos alvo de desconstrução e as tentativas de mudança tanto teórica quanto metodológica. Este texto, datado em 1983, se caracteriza por reunir um conjunto de anotações de Michel Pêcheux não revisadas nem publicadas em vida por este autor. Permaneceu inédito em francês até a edição crítica da obra de Pêcheux organizada por Denise Maldidier[11] e publicada em 1990. Sua tradução ao português foi publicada também em 1990 na coletânea de textos organizada por Gadet e Hak[12], cuja tradução ficou a cargo de uma equipe de pesquisadores liderados por Eni Orlandi. Nesse texto o autor propõe a substituição das "máquinas discursivas" que ele identifica com a primeira época da Análise de Discurso por "máquinas paradoxais", nas quais se imponha o primado do outro como espaço interdiscursivo que intervém nas formulações e como memória discursiva na qual se inscrevem os enunciados. Assim, o

8 André Tosel (2012), no seu artigo sobre o materialismo do encontro que já mencionamos, também reconhece três momentos no percurso intelectual de Althusser, aos quais nomeia por meio dos subtítulos de seu texto como: *Althusser I: science du continent histoire et programme de recherche; Althusser II: rectification "politique", autocritique et crise;* e *Althusser III: une déconstruction radicale pour quel commencement?* O paralelo entre as trajetórias de Althusser e Pêcheux, conforme a interpretação daqueles que estudaram sua obra não deixa de ser notável.

9 Vale a pena lembrar o paralelo que Maldidier estabelece entre esta noção de "estruturalismo político" presente nos textos de Pêcheux e a expressão "anti-humanismo teórico" de Althusser. A autora afirma em nota de rodapé a seu prefácio *Re(lire) Michel Pêcheux aujourd'hui* que: "*On peut penser que le struturalisme politique reformule, dans le contexte des années 1980, la position qu'avait représentée l'expression althussérienne d'« antihumanisme théorique » (Maldidier, 1990 : 87).*

10 Contudo, como bem lembra Maldidier (1990:88): "Segundo Paul Henry, nem Michel Pêcheux, nem Althusser, nem Foucault, nem Lacan, nem Derrida podem ser considerados como "estruturalistas", dada sua ruptura radical com uma noção de natureza humana como princípio explicativo.

11 Maldidier, D. (org.) *L'inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux.* Paris: Ed. des Ceindres, 1990.

12 Gadet, F. e T. Hak (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso.* Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

discurso-outro, compreendido como heterogeneidade constitutiva, deveria intervir tanto na construção do corpus (não mais ancorado em condições de produção estáveis ou em espaços ideológicos homogêneos) quanto na sua análise (que comporta diversos momentos, organizados "em espiral", de descrição e interpretação alternadas e recorrentes).

A reflexão em torno do *acontecimento discursivo* e a reformulação teórica do objeto da Análise de Discurso que daí se depreende se insere nesse último momento da trajetória de Michel Pêcheux e aparece largamente desenvolvida no seu último texto *O discurso. Estrutura e acontecimento* (1983). A publicação em português da conferência originalmente ministrada e publicada em inglês data de 1990 e é contemporânea à publicação da versão em francês deste texto, incluído na coletânea organizada por Maldidier. Embora seja nessa obra que a noção de acontecimento é definida e mobilizada na prática de análise de enunciados concretos, ela já tinha aparecido em textos anteriores, notadamente *Leitura e memória: projeto de pesquisa* (1982), sempre relacionada à noção de memória discursiva. A oposição/batimento entre *acontecimento* e *estrutura* interfere no modo de organização e exploração do *corpus*, mas principalmente afeta o modo de compreensão teórica do objeto *discurso*. É esta dimensão teórica e epistemológica da noção de *acontecimento* que nos interessa neste artigo, embora reconheçamos o impacto que ela teve nos procedimentos de análise, dando lugar a preciosas reflexões em torno da identificação de um acontecimento discursivo no corpus e de sua diferenciação em relação a outros tipos de acontecimento (histórico, enunciativo, jornalístico).[13]

Esta dupla visada teórica e metodológica aparece já explicitada no próprio texto de Pêcheux, dividido textualmente em três partes que poderíamos *grosso modo* caracterizar como sendo a primeira voltada à explicitação de procedimentos de análise das formulações em relação ao acontecimento discursivo e a memória; a segunda, de natureza mais epistemológica, revisa a relação ciência / marxismo / estruturalismo; e finalmente a terceira parte desenvolve uma reflexão teórica sobre o discurso como acontecimento, colocando no centro a noção de equívoco.

Neste nosso artigo focamos a reflexão justamente sobre essa compreensão do *acontecimento* como *dimensão constitutiva* do objeto *discurso.*

Discurso e acontecimento

Em trabalhos anteriores (Zoppi Fontana, 1997; 2002; 2005) já mobilizamos a noção de *acontecimento discursivo* na exploração e análise do corpus, o que nos levou a trabalhá-la também teoricamente, considerando sua relação com a noção de memória discursiva. A partir da definição de Pêcheux do *acontecimento discursivo* como o "ponto de encontro de uma atualidade e uma memória"[14], insistíamos no impacto sobre os processos discursivos de um elemento histórico descontínuo e exterior que afeta a memória produzindo ruptura e deslocamentos, o que nos levou a compreender

> *o acontecimento discursivo como o lugar material onde o real da língua e o real da história se encontram produzindo uma ruptura, uma interrupção e uma emergência nas relações de continuidade definidas pelos rituais enunciativos que conformam as práticas discursivas na sua historicidade. (Zoppi Fontana, 1997).*

13 Remetemos aqui à leitura das análises reveladoras de Dela Silva (2009), Indursky (2003), Mittmann (1999), entre outros.

14 Pêcheux (1983a:17).

Assim, na caracterização do discurso como acontecimento proposta por Pêcheux destacamos, como já o fizemos anteriormente (Zoppi Fontana, 2009), a afirmação explícita de uma possibilidade de transformação em aberto, realizada ou realizável, no simples fato de um discurso ter existência: o seu potencial efeito desestruturador-desregularizador; sua relação constitutiva com o irrealizado.

> Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos. (Pêcheux, 1983a: 56)

Esta afirmação do autor, que coloca na própria existência do discurso a possibilidade de interromper uma série de repetições, dando lugar a uma "desestruturação-reestruturação" da memória e das práticas discursivas, leva a pensar o *discurso como acontecimento*, ou seja, a considerar *o acontecimento* como uma *dimensão constitutiva* do objeto *discurso.* Observe-se que no trecho citado, assim como em outros nos quais Pêcheux aproxima a noção de acontecimento à de equívoco, o autor faz uma afirmação sobre o funcionamento de *todo discurso*, portanto, define e caracteriza o discurso enquanto objeto teórico, explicitando as propriedades ou dimensões que o constituem.

> Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (Pêcheux, 1983a: 56)

Poucas linhas mais adiante na mesma obra, Pêcheux (1983a : 57) esclarece que "a análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais". Estas passagens do texto são largamente citadas por autores que focam sua reflexão no funcionamento da interpelação ideológica (e do assujeitamento) na constituição do sujeito do discurso, refletindo sobre as falhas que a atravessam como efeito necessário do equívoco que habita na língua.

Nosso foco dirige a atenção para outro aspecto do texto que já apontamos em trabalhos anteriores (Zoppi Fontana, 2009; 2011): a compreensão do conceito mesmo de *acontecimento* e sua aproximação com os trabalhos de Althusser sobre o materialismo do encontro. Trata-se de retomar a discussão sobre a (sobre)determinação histórica dos processos de significação e especificamente sobre a relação constitutiva do real da língua e do real da história no discurso, definido como *objeto paradoxal*.
Como aponta Maldidier (1990: 92)

> *tratava-se agora de construir 'máquinas paradoxais' [que permitissem abordar] 'este espaço aberto de retomadas, formando trajetos em redes de textos (com pontos de acumulação instáveis, organizando redes de memória provisoriamente regularizadas, expostos ao choque dos acontecimentos).*

Retomando a discussão já feita no início deste artigo sobre a obra do "último Althusser", defendemos a tese de que a noção de *acontecimento* pode ser aproximada da noção de *encontro* ou *pega* proposta por Althusser e, sendo assim, deve ser compreendida a partir

do *primado da contingência*. Dito de outra maneira, proponho considerar *o acontecimento do discurso* –ou seja, o discurso na sua dimensão de acontecimento- na *sua contingência constitutiva*. Se todo discurso é compreendido por Pêcheux como um "índice potencial de agitação nas filiações sócio-históricas e nas redes e trajetos de memória", entendo que todo discurso é constitutivamente habitado pelo acontecimento, compreendido na sua radical contingência histórica. Retomando as considerações de Althusser nos seus últimos trabalhos, podemos interpretar a noção de acontecimento do discurso e no discurso como a irrupção de um vir-a-ser-consumado (o encontro entre uma atualidade e uma memória) que poderia não ter sido ou que poderia vir-a-ser-outro ou vir-a-não-ser[15]. Nesse sentido, o discurso, na sua dimensão de acontecimento, isto é, considerando sua inscrição no real da história, mantém uma relação constitutiva com o *irrealizado,* que pelo primado da contingência que rege os processos históricos, conforme posto por Althusser, não pode ser confundido com um impossível nem com nenhum regime de causalidade estrutural ou de finalidade teleológica.

Nos seus textos tardios Althusser, sem negar a sobredeterminação dos processos históricos, abre o conceito de história para a indeterminação potencial desses mesmos processos[16]. Ou seja, como diz o próprio autor: "Em lugar de pensar a contingência como modalidade ou exceção da necessidade, é necessário pensar a necessidade como o vir-a-ser-necessário do encontro de contingentes" (Althusser, 1982/2005:p.29)

Refletindo sobre o materialismo aleatório, Moulier-Boutang (2005) analisa o conceito de *aléas* ou acaso/contingência presente na obra de Althusser e suas consequências para pensar os processos históricos e a prática política.

> Si l'événement historique est "matériel" par excellence, c'est parce qu'il résiste à toute prédictibilité d'émergence. Sa singularité absolue ne peut faire l'objet d'un calcul rationnel d'anticipation, ni de rétropolation ex post dans une téléologie des « lois de la nature ». Une histoire en tant qu'elle obéit à un développement du bouton vers la fleur, n'est pas matérialiste. […] Seul un matérialiste aléatoire pourra ne pas essuyer le démenti systématique des « faits » et approcher l'art de la politique révolutionnaire. La révolution est un événement irréductible, imprévisible, « surdéterminé ». La causalité univoque, la continuité ne sont d'aucune utilité. Le matérialisme aléatoire, c'est la politique, mais pas n'importe quelle espèce de politique : une politique de la révolution, de la fondation de quelque chose de radicalement nouveau. Inanité des preuves de la nécessité de l'existence de la révolution. (Moulier-Boutang, 2005)

Note-se que o acontecimento histórico, o encontro, não somente é imprevisível, mas, também, não é necessário: a necessidade é efeito de sua ocorrência e de sua duração, não sua causa.

Esta mesma concepção de história parece-me estar na base da compreensão do discurso como *acontecimento significante,* que Orlandi define de forma original, retomando a relação estrutura/acontecimento trabalhada por Pêcheux[17].

---

15 Em Zoppi Fontana (2009) explicito e fundamento esta aproximação da noção de acontecimento à noção de encontro, que define para Althusser a história, pensada na sua contingência radical, conforme a tradição filosófica do materialismo aleatório.

16 É importante enfatizar que a singularidade e imprevisibilidade do acontecimento é resultado do excesso / acúmulo de múltiplas determinações e não de uma insuficiência ou falta de determinação dos processos históricos e do sujeito. Esta ressalva é imprescindível para que a tese do primado da contingência não seja lida (como de fato já o foi) como a afirmação do "reino da liberdade" (o sujeito estaria finalmente livre da ideologia – e do inconsciente! - para agir conforme sua vontade e consciência).

17 Cf. Zoppi Fontana (2011), onde abordo a questão do estatuto teórico da noção de equívoco na Análise de Discurso na sua relação com o real da história e o funcionamento do silêncio no discurso.

> Trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos, ao mesmo tempo, à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os homens e os sentidos fazem seus percursos, mantém a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem. No discurso, no movimento do simbólico, que não se fecha e que tem na língua e na história sua materialidade. (Orlandi, 1999: 53)

> É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos. Algo do mundo tem de ressoar no "teatro da consciência" do sujeito para que faça sentido. [...] Não se trata apenas de um jogo de significantes descarnados, embora a língua como sistema significante importe e muito. Para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a-história. [...] Se de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável. (Orlandi, 2001: 102).

Acontecimento e equívoco

Como já posto neste artigo e em trabalhos anteriores[18], na minha reflexão aproximo a noção de *encontro* em Althusser à noção de *acontecimento* em Pêcheux, para pensar a questão *do real da história* na conceituação do discurso.

Pêcheux insiste, num parágrafo largamente citado nos trabalhos da área, sobre os "pontos de deriva possíveis" que assombram todo enunciado do seu interior. Essa possibilidade do sentido vir a ser outro constitui para o autor o "equívoco da língua".

> Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (Pêcheux, 1983a: 53)

Esta citação, comumente interpretada em relação ao real da língua, permite-nos lançar sobre o enunciado (portanto sobre o discurso) um olhar que considere também o real da história, entendido (como já vimos) como contingência radical. Desta maneira, o enunciado (o fato consumado, o encontro que "pegou") é assombrado, mesmo depois de produzido (isto é, do acontecimento de sua enunciação) pela *instabilidade radical* de sua ocorrência, isto é, pela possibilidade nunca cancelada de o sentido vir-a-ser-outro ou de vir-a-não-ser (ou seja, de não durar o suficiente para produzir um encontro "feliz", um sentido que "pegue" historicamente dando lugar à estabilização de um processo discursivo).

A partir dessa aproximação, tentamos mostrar que em relação ao objeto teórico *discurso* podemos pensar o real da história no seu funcionamento específico sem reduzí-lo ao real da língua. Como já defendi em outro trabalho (Zoppi Fontana, 2009), se o real da língua se funda em um impossível, o real da história se funda no possível, isto é, não há necessidade nem impossibilidade que estruture *a priori* os processos históricos. A articulação destas duas ordens materiais irredutíveis no seu funcionamento, sobredetermina conjuntamente os processos de produção de sentido e do sujeito, tomados no fundo duplo de identificações falhas e de indeterminação histórica. Neste sentido, entendo o discurso como um *objeto paradoxal*.

Considerar o discurso como um objeto paradoxal, tal como o fazemos seguindo a reflexão de Pêcheux (1983c[2010]), nos permite manter teoricamente a diferença entre os conceitos de *acontecimento* e *equívoco.*

18 Zoppi Fontana (2009; 2011; 2014).

Com efeito, acontecimento e equívoco, como dimensões constitutivas do objeto *discurso* não se confundem. O irrealizado histórico não se confunde com o impossível da ordem simbólica, mas também não se submete a sua lei.

Retomando e deslocando ao mesmo tempo o parágrafo que citamos do último texto de Pêcheux (1983a), Orlandi sublinha decididamente a intervenção da história na produção do equívoco.

> É aqui que faz sentido a distinção entre falha e equívoco que tenho procurado desenvolver. A língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha - é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco.[...] O equívoco é falha da língua, na história. (Orlandi, 2001: 102-103)

Assim podemos afirmar que, se o equívoco é efeito da falha da língua na historia, *o acontecimento discursivo é efeito da contingência da história na língua.* Encontro paradoxal de duas ordens irredutíveis no objeto teórico de uma disciplina desafiadora.

Encontro paradoxal, também, de dois autores que subverteram as projeções narcísicas do pensamento de sua época, tanto na sua vertente positivista quanto no "estruturalismo político" que pretendia revolucionar a ciência e a política da segunda metade do século XX.

Pierre Macherey (2005) aponta para as consequências filosóficas e políticas do percurso teórico de Althusser, marcado pela sua tomada de posição explícita por um anti-humanismo teórico. Macherey cita no seu artigo uma passagem do livro *Lire Le Capital*:

> Dans la réduction de toute connaissance aux rapports sociaux historiques, on peut introduire em sous-main une seconde réduction, qui traite les *rapports de production* comme de simples *rapports humains* – cette subreption est courante dans touts les interprétations humanistes du marxisme. Cette seconde réduction repose sur une « évidence » : […] que les « acteurs » de l'histoire sont les auteurs de son texte, les sujets de sa production. […] Il suffit d'escamoter le *metteur en scène* pour que l'acteur-auteur ressemble comme un frère au vieux rêve d'Aristote : le médecin-qui-se-soigne-lui-même : et que les *rapports de production* qui sont pourtant proprement les metteurs en scène de l'histoire, se réduisent à de simples *rapports humains.* (Althusser *Lire Le Capital,* p. 338-339 apud Macherey, 2005 : 154)

Por causa de Althusser e de seus textos decididamente contrários à corrente do humanismo filosófico e do marxismo reformista as práticas sócio-históricas e seus sujeitos não podem ser confundidas com a evidência empírica da ação de atores sociais e, consequentemente, as relações de produção não podem ser reduzidas a ou naturalizadas como simples relações humanas (entre atores sociais que interagem na sociedade).

Da mesma forma, podemos salientar o impacto da obra de Michel Pêcheux no campo das ciências da linguagem e especialmente da Análise de Discurso; ele rompe com as evidências de um sujeito bio-psico-social em interação comunicativa e produz uma ruptura epistemológica na abordagem das práticas discursivas na sua relação constitutiva com a história. Como bem o mostra Maldidier (1990), por causa de Pêcheux o *discurso* não pode ser reduzido a sua evidência empírica e, acrescentamos, o estudo da produção histórica do sentido não pode ficar restrito à descrição da diversidade cultural das interações humanas ou à complexidade dos seus contextos pragmáticos.

> Le parcours de Michel Pêcheux a déplacé quelque chose. D'un bout à l'autre, ce qu'il a théorisé sous le nom de « discours » est le rappel de quelques idées aussi simples qu'insup-

> portables : le sujet n'est pas la source du sens ; le sens se forme dans l'histoire à travers le travail de la mémoire, l'incessante reprise du déjà-dit ; le sens peut être traqué, il échappe toujours. À cause de Michel Pêcheux, le *discours,* dans le champ français, ne se confond pas avec son évidence empirique ; il représente une forme de résistance intellectuelle à la tentation pragmatique. Maldidier, 1990 : 89)

Para Bourdin, o último Althusser e sua proposta do materialismo aleatório não constituiria uma nova filosofia ou um novo materialismo, mas seria uma forma nova de fazer filosofia sendo materialista.

> Adopter ce matérialisme n'est donc pas défendre une philosophie contre une autre (ou deux autres), mais c'est se livrer à une pratique. Le matérialisme de la rencontre ou matérialisme aléatoire [MR/MA] est alors l'instrument d'une pratique de la philosophie et d'une pratique du matérialisme. Pour reprendre une distinction éclairante de Pierre Macherey, on dira que le MR/MA n'est pas une philosophie matérialiste, mais une façon nouvelle de faire de la philosophie en matérialiste. (Bourdin, 2012 : 59).

De nossa parte, nós aprendemos com Pêcheux a praticar a análise de discurso sendo e permanecendo materialistas.

Referências

AMARAL, M. Virgínia e Mónica ZOPPI FONTANA. Análise de discurso e o materialismo histórico. In: FERREIRA, M. Cristina L; Freda INDURSKY; Solange MITTMANN. *Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença.* Porto Alegre: UFRGS, no prelo

BOURDIN, Jean-Claude La rencontre du matérialisme et de l'aléatoire chez Louis Althusser. In : *Multitudes. 21. Mineure 21. Le matérialisme aléatoire et le « dernier Althusser ».* 2005. Disponível em: http://www.multitudes.net/category/l-edition-papier-en-ligne/multitudes-21-ete-2005/mineure-le-materialisme-aleatoire/

_____. Org. *Althusser : une lecture de Marx.* Paris: PUF, 2008

_____.Ce que fait la reencontre aléatoire au matérialisme (et à la philosophie). In : IBRAHIM, Annie *Autour d'Althusser.* Paris: Le Temps des Cerises, 2012, p. 54-82

DELA SILVA, Silmara *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia.* Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000436084&opt=4

HAROCHE, Claudine.; HENRY, Paul.; PÊCHEUX, Michel (1971[2007]) "A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso", in: BARONAS, R. L. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.* São Carlos: Pedro & João Editores, pp. 13-32.

IBRAHIM, Annie. Org. *Autour d'Althusser.* Paris: Le Temps des Cerises, 2012.

INDURSKY, Freda Lula lá : estrutura e acontecimento. In: *Organon, vol 17. n 35,* 2003, p. 101-121 Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020/18616

MACHEREY, Pierre Verum et factum : les enjeux d'une philosophie de la praxis et le debat Althusser-Gramsci. In : KOUVÉLAKIS, E. e V. CHARBONNIER *Sartre, Luckács, Althusser, des marxiste en philosophie.* Paris: Presse Universitaire de France, 2005, p. 143-156

MALDIDIER, Denise. «(Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui». In : *L'inquietude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990. Trad. de Eni Orlandi. *A inquietação do discurso.* Campinas: Pontes, 2003.

MATHERON, François La récurrence du vide chez Louis Althusser. In : ALTHUSSER, Louis *Maquiavel et nous.* Paris: ed. Tallandier, 2009, p. 205-235

MITTMANN, Solange Nem lá, nem aquí: o percurso de um enunciado. In: FERREIRA, M. Cristina L. e Freda Indursky *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso.* Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

MONTAG, Warren El Althusser Tardío: ¿Materialismo del Encuentro o Filosofía de la Nada? Trad. Aurelio S. Pezonaga. In : *Décalages. Vol 1. n 1.* Disponível em t: http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss1/2

MORFINO, Vittorio O primado do encontro sobre a forma. In: *Crítica Marxista, 23,* p. 11-33. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo126artigo1.pdf

MOULIER-BOUTANG, Yann Le matérialisme comme politique aléatoire. In : *Multitudes. 21. Mineure 21. Le matérialisme aléatoire et le « dernier Althusser ».* 2005. Disponível em: http://www.multitudes.net/category/l-edition-papier-en-ligne/multitudes-21--ete-2005/mineure-le-materialisme-aleatoire/

ORLANDI, Eni *Discurso e texto.* Formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Les Vérités de la Palice. Linguistique, Semantique, Philosophie.* 1ª ed. Paris, Maspero, 1975. Trad. Eni P. de Orlandi et alii. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____ "Lecture et mémoire: project de recherche". (1982). In: *L´inquietude du discours*. Paris, Ed. des Cendres, 1990. Em *Análise de Discurso. Michel Pêcheux.* Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011

_____. Le discours: structure ou événement? (1983a) In : D. MALDIDIER *L´Inquietude du discours.* Paris, Ed. des Cendres, 1990. Trad: Eni P. de Orlandi. *O discurso: Estrutura ou Acontecimento* Campinas: Pontes, 1990.

_____ Analyse de discours : trois époques. (1983b) In : *L´inquietude du discours*. Paris, Ed. des Cendres, 1990. Em: Gadet, F. e T. Hak *Por uma análise automática do discurso.* Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. Ideologie – Festung oder paradoxer Raum? *Das Argument,* núm 139, p. 379-387. Berlin: 1983c

TOSEL, André Les aléas du matérialisme aléatoire dans la dernière philosophie de Louis Althusser. In : KOUVÉLAKIS, E. e V. CHARBONNIER Sartre, Luckács, Althusser, des marxiste en philosophie. Paris: Presse Universitaire de France, 2005, p.169-196

_____. Matérialisme de la reencontre et pensée de l'évenement-miracle. In : IBRAHIM, Annie. Org. *Autour d'Althusser.* Paris: Le Temps des Cerises, 2012, 19-53

ZOPPI FONTANA, Mónica O acontecimento do discurso na contingência da história. In:FERREIRA, M.C. & F. INDURSKY (org.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras.* São Carlos: Claraluz, 2009. p. 133-146 Disponível em: http://issuu.com/prazeremler/docs/contemporaneidade

_____. Estar em estado de palavra. In: RODRIGUES, E.; SANTOS, G.; BRANCO, L. *Análise de Discurso no Brasil*. Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editora, 2011, p.69-86

O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético

Helson Flávio da Silva Sobrinho[1]

Resumen: Este artículo, inscrito en la perspectiva del Análisis del Discurso de Michel Pêcheux y con fundamento en el materialismo histórico y dialéctico, busca contribuir con la teoría y la práctica del analista del discurso. Pretende, sobre todo, reabrir cuestiones sobre el carácter ético, político y la responsabilidad de nuestro gesto teórico metodológico de descripción--interpretación que siempre, a partir de la relación sujeto-objeto, una relación determinada históricamente implica, de modo incontenible, el hacer ciencia y el hacer política al mismo tiempo, pues no se relaciona de modo tangencial la praxis socio histórica.
Palabras clave: discurso; marxismo; práxis; ciência; política.

Resumo: Este artigo, inscrito na perspectiva da Análise do Discurso de Michel Pêcheux e fundamentado no materialismo histórico e dialético, busca contribuir com a teoria e a prática do analista de discurso. Visa, sobretudo, reabrir questões sobre o caráter ético, político e de responsabilidade do nosso gesto teórico-metodológico de descrição-interpretação que, a partir da relação sujeito-objeto, sempre uma relação determinada historicamente, implica, de modo incontornável, o fazer ciência e o fazer política ao mesmo tempo, pois não se pode tangenciar a práxis sócio-histórica.
Palavras-chave: discurso; marxismo; práxis; ciência; política.

Palavras iniciais: o (des)conforto de estar e trabalhar no entremeio das contradições

> "A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma. O poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem." (MARX, [1843], 2010, p. 151)

> "Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário." (LENIN, [1902], 1977, p. 96)

> "Não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar'." (PÊCHEUX, [1982], 1997b, p. 304)

Diante de falas concordantes e/ou discordantes e posturas críticas e acríticas sobre a chamada "banalização/vulgarização/despolitização"[2] dos conceitos da Análise do Discurso

---

1 Doutor em Letras e Linguística. Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador do Grupo de Estudos em Discurso e Ontologia (Gedon).

2 Sobre a "banalização" dos conceitos da Análise do Discurso na França, conferir D. Maldidier (2003), e sobre a "despolitização" da AD, ver Courtine (1999, p. 11): "Havia *uma* análise *do* discurso que queria articular história e lingüística. Existem agora *n* análises *de* discurso que, em sua maioria, abandonaram tal projeto".

(AD) e do legado de Michel Pêcheux, compreendemos a necessidade de pensar sobre a nossa prática e refletir sobre quem somos e o que fazemos. E mais, indagar: por que (e para quem) fazemos o que fazemos? Começar por essas perguntas pode assemelhar-se a um tipo de esquisitice/evidência/absurdo semelhante ao gesto de *la Palice* e/ou *Barão de Münchhausen*, mas é uma forma de inquietação que faz valer a crítica à afirmação do óbvio, especialmente porque elas podem nos levar a refletir sobre o que efetivamente nos preocupa na conjuntura atual e, assim, dialeticamente, contribuir com a teoria e a prática do analista de discurso. Em suma, nosso **gesto de interpretação**[3] busca reabrir questões sobre o caráter ético, político e de responsabilidade de nossa prática teórica e metodológica de descrição-interpretação. Esta, a partir da relação sujeito-objeto (sempre uma relação determinada historicamente), implica, de modo incontornável, o fazer ciência e o fazer política ao mesmo tempo.

Michel Pêcheux buscou sempre em suas autocríticas retificar, mas também ratificar questões no quadro teórico e metodológico da AD (Marxismo, Linguística e Psicanálise), a fim de trabalhar no entremeio das contradições – e isso sempre foi para ele um ponto complexo de natureza teórica e política. Ressaltamos que trabalharemos na complexa relação contraditória entre Sujeito, Língua e História, e, por isso, buscaremos não recobrir a luta de classes quando falarmos de discurso e de prática teórico-analítica. A consequência desse gesto é que precisaremos trafegar na contramão do saber dominante, tomando partido e, sobretudo, assumindo, a partir de uma perspectiva materialista-dialética, uma posição na luta resistência-revolta contra o sistema capitalista.

Posto isso, iniciemos, pois, com as citações em epígrafe dos três autores, tidos para o pensamento burguês da atualidade como "nomes malditos" e, por isso, "impronunciáveis"; ou ainda, como "cachorros mortos", pois hoje a luta de classes não é tida como uma questão central, sendo muitas vezes até considerada como inexistente[4]. Para contestar essa posição ideológica dominante, vamos aos trechos das obras desses teóricos de posição materialista e dialética. Na primeira citação, temos Karl Marx nos alertando que o poder material deve ser combatido na práxis sócio-histórica pelo poder material; ao mesmo tempo, entretanto, Marx destaca que a teoria é essencialmente relevante, pois se torna força material quando chega à raiz das questões e adentra a consciência do sujeito para intervir nas lutas. Em continuidade, na segunda citação, retirada do texto *Que fazer?* de Lenin, esse teórico-militante e revolucionário afirma: "Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário", o que nos possibilita compreender a importância da teoria e do gesto teórico-analítico nas práticas revolucionárias. Na última citação, de Michel Pêcheux, vemos uma forte convocação à luta, já que "não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar'".

A partir desse quadro que demonstra ser a História a História da luta de classes, é preciso que nos revoltemos diante dos problemas colocados pela lógica do capital, pois, particularmente no Brasil, há inúmeras questões que nos afetam cotidianamente e nos exigem respostas radicais e efetivas. Reafirmamos, por isso, a necessidade do materialismo histórico e dialético, visto que nos confrontamos com acontecimentos que exigem uma análise discursiva de caráter revolucionário e não um retorno à filosofia burguesa, incapaz de uma

3 Estamos tomando de empréstimo a noção de Orlandi de *gesto de interpretação* como prática discursiva (sócio-histórica) que intervém no mundo. Segundo a autora (1996, p. 17 e 18), "o gesto de interpretação, fora da história, não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é rearranjo). [...] A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é 'materializada' pela história".

4 Cf. Silva Sobrinho (2011), "Análise do Discurso e a insuportável luta de classes na teoria e na prática".

crítica radical ao capitalismo. Em síntese, como vimos, as três citações pressupõem a luta de classes (dominação/resistência-revolta) como o motor do processo histórico; por isso, não podemos minimizar a importância da teoria e da práxis, que devem avançar dialeticamente no processo dinâmico e contraditório da relação do sujeito com o real sócio-histórico.

1 O analista de discurso e a práxis sócio-histórica

Diante das questões já colocadas na presente reflexão, é importante enfatizar que a relação entre o analista de discurso (sujeito histórico) e a práxis sócio-histórica tem seu fundamento último nas condições de reprodução/transformação das relações de produção. Trata-se da existência das determinações sócio-históricas, ideológicas e também inconscientes que afetam e constituem o analista, pois estamos inscritos em lugares/posições materiais de classes (antagônicas) num determinado modo de produção histórico-concreto. Daí advém nosso aprofundamento na teoria da Análise do Discurso pelo viés da perspectiva marxista, para compreender e também fazer trabalhar uma concepção de História e de discurso que leve em consideração a práxis sócio-histórica dos sujeitos a partir das forças produtivas e das relações sociais de produção e suas materializações no funcionamento da linguagem. O que está em jogo nessa discussão é a categoria Condições de Produção, pois, como diz Zandwais, "o conceito de condições de produção tomado do materialismo histórico [...] viria a criar as condições para inscrever, de modo concreto, a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis" (2009, p. 22). Podemos acrescentar que esse gesto deve ser tomado como algo decisivo na Análise do Discurso, pois impulsiona o questionamento eficaz da estrutura econômica do capitalismo, combatendo, sobretudo, suas relações de exploração.

Na teoria marxista a base da atividade vital humana é a relação que os sujeitos estabelecem com a natureza, pois o trabalho é a categoria fundante do ser social[5]. Essa atividade de caráter material responde às carências e às necessidades dos sujeitos em sua práxis cotidiana, e tais respostas dão origem a novas necessidades, num eterno vir a ser dos sujeitos e das relações sócio-históricas que eles estabelecem entre si. É desse modo que a socialização é desencadeada pelo trabalho, e este, em sua dialética, não só transforma a natureza, mas também transforma o próprio sujeito, que é radicalmente um ser social e histórico[6]. Para Marx e Engels (2004), a base real de toda história é a existência dos sujeitos vivos desenvolvendo ações e meios de sobrevivência em condições materiais de produção. Isso remete à produção da vida material em sua cotidianidade histórica.

Como a História é resultado da práxis humana e resulta da produção, reprodução e transformação social, por esse caminho é que nos direcionaremos ao conceito de práxis sócio-histórica. Segundo Vázquez (2007), a filosofia marxista é uma filosofia da práxis, uma atividade humana, real e efetiva, de caráter transformador que leva em consideração as condições materiais de existência. Ou seja, "Como filosofia da práxis, o marxismo é a consciência filosófica da atividade prática humana que transforma o mundo. [...] revela seu fundamento, condições e objetivos – como também tem consciência dessa relação e, por isso, é um guia da ação" (VÁZQUEZ, 2007, p. 171).

---

5 "Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada, forma os dois estímulos principias sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano – que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição." (ENGELS, 2004, p. 16).

6 Segundo Marx (2004, p. 119): "a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais".

Esse fundamento que toma a atividade humana, o trabalho, como a protoforma do ser social é importante porque revela a articulação essencial e dialética entre teoria e ação. Por isso, podemos analisar também a forma como o trabalho (estranhado) aparece nas sociedades de classes, pois o objeto de trabalho não pertence ao trabalhador, e as relações entre os sujeitos são relações de exploração. A divisão social do trabalho (cidade/campo e físico/intelectual) e a propriedade privada dos meios de produção, na sociedade capitalista, transformam tudo em mercadoria, até mesmo a força de trabalho, o que implica o processo de coisificação do sujeito, como esclarece Coutinho:

> *Todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades "naturais" estranhas e independentes da sua ação. Os produtos da atividade do homem social, desde a esfera da economia à cultura, revelam-se aos indivíduos como algo inteiramente alheio à sua essência; opera-se uma cisão entre a essência (a práxis criadora) e a existência (a vida social) dos homens.* (COUTINHO, 1972, p. 24).

Assim, no capitalismo, os sujeitos assumem determinados lugares e posições nas relações desiguais que, como afirma Marx (2004), se resumem em duas posições de classes: "proprietários e trabalhadores (sem propriedade)". Portanto, esse processo social contraditório e estranhado afeta radicalmente os sujeitos históricos e a discursividade, pois as relações sociais, dialeticamente, determinam o processo discursivo e são determinadas por ele, ou seja, **efeito** e **trabalho** (PÊCHEUX, 2002). Consideramos que Michel Pêcheux não se afasta dessa posição marxista, já que sua concepção de História aparece de modo fecundo no livro *Semântica e Discurso*, quando justifica sua inscrição teórico-política: "[...] na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as 'práticas lingüísticas'" (1997a, p. 24). Essa inscrição é uma busca de não excluir a História, o sujeito e a sociedade, nem recobrir a política e a ideologia, como o fizeram o sociologismo e logicismo em Linguística, e o conteudismo em Psicologia e Ciências Sociais. Pêcheux, ao trabalhar com a prática científica e política, buscava desvendar a produção de sentidos a partir da teoria materialista dos processos discursivos, articulando o dizer com as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Ao questionar a base linguística (relativamente autônoma) e explicar o funcionamento ideológico dos processos discursivos, Pêcheux demonstra como ocorre a divisão discursiva – direta e/ou indiretamente afetada pela base econômica (material) – nas relações sociais, políticas, jurídicas e ideológicas, desvelando como essa divisão materializa, reproduz e transforma, dialeticamente, as próprias relações de trabalho.

Assim, o discurso não tem uma gênese espontânea (abstrata/pura), pois é gerado e sustentado pela e nas condições materiais de existência dos sujeitos históricos. Esse complexo faz com que a forma de ser de cada sociabilidade seja condição fundamental da discursividade, pois está entrelaçada com as atividades historicamente determinadas. Por isso, o processo concreto real de produção material é o fundamento da História, e nessa direção, a subjetividade, na sociedade capitalista, é constituída nas/pelas contradições do antagonismo entre capital e trabalho, que constitui, por sua vez, contraditoriamente, as práticas discursivas. O processo é verdadeiramente complexo, uma vez que o discurso é gerido na atividade prática do ser social, na base material, onde há sujeitos reais reproduzindo/transformando seus meios de vida e sua própria vida, pois não há dialética histórica sem sujeitos transformadores. Como diz Lukács (1981, p. 60), "a dialética materialista é uma dialética revolucionária", porque sua essência é a unidade entre teoria e prática, tomada de consciência e operação decisiva no real, ou seja, possibilidade de compreender e intervir na dinâmica sócio-histórica.

Desse ponto de vista, consideramos também que a práxis do analista de discurso está intrinsecamente articulada ao processo sócio-histórico e sofre as vicissitudes e nuanças da divisão social do trabalho, das hierarquias sociais, da luta de classes. Segundo Pêcheux (1997a, p.189), "não há discurso científico puro", o que nos faz compreender também que – apesar de possuirmos um aparato teórico e instrumental amadurecido, de reconhecermos que trabalhamos com a descrição-interpretação e no entremeio das contradições – o gesto analítico e sua implicação sócio-histórica não nos são transparentes. É que somos constituídos pela ideologia e afetados pelo inconsciente e, sobretudo, vivemos em meio às práticas determinadas historicamente e desempenhamos alguma função – sempre de caráter paradoxal – de submissão e/ou de resistência-revolta no processo produtivo, marcado pela divisão social do trabalho.

Assim, mesmo intentando uma relação menos ingênua com a linguagem e sabendo da existência de causas que nos determinam, algo escapa na nossa prática analítica, podendo, inadvertidamente, derivar para uma prática científica aparentemente "desinteressada/despolitizada" e/ou "voluntarista/subjetivista". E, já que corremos riscos, é importante ressaltar que nossa prática está, de modo incontornável, imbricada nas relações sociais de reprodução/transformação das condições de produção, pois o fazer ciência e o fazer política não escapam da lógica do capital, que cada vez mais potencializa sua exploração de infinitas formas, por exemplo: na qualificação e desenvolvimento de "competências"; na exigência de técnicas quantificadoras de nossa "produtividade"; na aplicação prática imediatista da teoria para "solucionar" problemas político-econômicos em seu caráter fenomênico, evitando assim tocar efetivamente na raiz das questões; na dissimulação dos interesses dominantes pelo "consenso" em defesa da "democracia" burguesa tomada sempre como valor universal e eterno; nas contradições sociais através da exigência da ininterrupta competitividade fomentada entre os sujeitos pela produção de "inovações" e consequente submissão à lógica do mercado.

Desse modo, a perspectiva teórico-política burguesa impede a compreensão da totalidade social concreta, pois não visa à crítica ao capitalismo, neutralizando por vezes a práxis revolucionária. A nosso ver, fazer AD é sempre uma prática desafiadora na conjuntura histórica de reprodução/transformação das relações de produção, ou seja, o fazer ciência e política é, ao mesmo tempo, parte constitutiva das relações antagônicas existentes entre capital e trabalho. Portanto, nossa prática (confortável e/ou desconfortavelmente) tem conexões com determinadas classes, porquanto não pode estar isolada da práxis sócio-histórica.

2 O fazer ciência: uma questão de ética, política e responsabilidade

Pêcheux (2002, p. 57), em *Discurso: estrutura ou acontecimento?*, finaliza seu texto enfatizando: "em face das interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim, de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade". Ao retomar esse dizer, estamos interpretando-o pelo viés marxista para compreender a prática teórico-analítica e política na sua devida gênese, ou seja, nas contradições do real com suas determinações históricas e posições ideológicas de classes.

A esse respeito, é preciso reafirmar que o discurso é também produto (materialidade) da sociedade burguesa, e quando o analisamos, estamos também desempenhando alguma "função" no processo produtivo, já que não estamos fora das classes sociais. Assim, nossa leitura e nossa escrita analítica são sempre um gesto político que desafia o contexto histórico,

pois nos deparamos com a opressão, a violência, a repressão, a desilusão e o conformismo, mas também com a indignação, o inconformismo, a esperança, a resistência-revolta e a luta pela emancipação humana. A cada análise temos o compromisso de elucidar o processo discursivo em seu movimento dialético no processo histórico que está, em última instância, inscrito nos antagonismos inconciliáveis das classes sociais do modo de produção capitalista. E é assim que buscamos compreender/intervir nas práticas históricas de nosso tempo. Desse modo, podemos dizer que fazer AD é para nós uma perspectiva de trabalho de resistência-revolta e luta contra a opressão do capital.

Diante dessas formulações, e para não nos desviarmos da posição assumida de resistência-revolta, é preciso julgar sobre fatos e não deixar que nosso discurso se autonomize em uma reflexão cheia de abstrações, ao modo de um teórico de gabinete. Por isso, traremos aqui duas análises de questões, todas elas perpassadas pela luta de classes, para contribuir com a crítica à sociedade burguesa. Na primeira, o foco é sobre uma materialidade discursiva de caráter acadêmico-científico; na segunda, o olhar se dá sobre questões de caráter acadêmico-sindical. A proposta é trabalhar na contradição entre fazer ciência e política na formação social capitalista. Esse gesto é algo mais que simbólico, pois expõe os mecanismos de poder da ideologia que "sutilmente", enquanto profissionais da área, também nos coloca diante da ofensiva do capital.

Comecemos pela análise de algumas sequências discursivas (SD) retiradas do projeto "Prêmio Jovem Cientista", de 2011, cujo tema foi "Cidades sustentáveis":

1. O futuro do país está nas salas de aulas, nas bibliotecas e nos laboratórios das escolas e universidades. Em uma palavra, o futuro está na Educação. (...) Ao premiar o esforço de cada estudante e pesquisador em encontrar e propor soluções que melhorem o dia a dia dos cidadãos, o Prêmio Jovem Cientista ajuda a pavimentar o caminho para um Brasil mais sustentável e desenvolvido.

2. À concessão de prêmios, uma ação tradicional do CNPq, buscou-se imprimir maior visibilidade, junto à sociedade, da importância das atividades de CT&I para o desenvolvimento do país. A utilização desse importante instrumento de política científica e tecnológica, paralelamente a uma mobilização crescente dos diversos atores associados à produção técnico-científica, insere-se nos esforços de uma articulação mais efetiva com instituições do setor privado. Esta ação tem funcionado, assim, como um incentivo para impulsionar a formação de estudantes, jovens pesquisadores e profissionais empenhados na busca de soluções para desafios da sociedade brasileira.

3. O Prêmio Jovem Cientista é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Gerdau, a Fundação Roberto Marinho e a GE, e tem como objetivos promover a reflexão, estimular a pesquisa e revelar talentos, além de investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas brasileiros.

O "Prêmio", em sua espessura histórica discursiva, com sua transparência/opacidade, responde à demanda das relações sociais de produção, buscando "soluções" criativas para os "problemas" contundentes de nossa existência histórica. Mas, como diz Pêcheux, "todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes" (1997a, p. 92); assim, vemos que a criatividade se dá a partir do funcionamento da ideologia dominante que interpela o "Jovem Cientista", convocando-o para "livremente" "assumir" o "seu lugar", pois o "Jovem Cientista" (e não o velho cientista) é tido como sujeito, em potencial, para encontrar "soluções/alternativas" aos "desafios/problemas da sociedade brasileira". O pressuposto é que para o discurso da Ciência (com C maiúsculo) é possível "solucionar"

diversas problemáticas através da produção do conhecimento, o que culminará em propostas de intervenções na sociedade. Essa intervenção faz valer os interesses hegemônicos e propõe "soluções" tidas como "alternativas" para manter a ordem do social sem que se efetive uma prática revolucionária.

Esse recrutamento do "Jovem Cientista" é uma tomada de posição (ideológica) de classe. Para constatar isso foquemos nossa análise no objetivo do concurso: "Ao premiar o esforço de cada estudante e pesquisador em encontrar e propor soluções que melhorem o dia a dia dos cidadãos, o Prêmio Jovem Cientista ajuda a pavimentar o caminho para um Brasil mais sustentável e desenvolvido". Assim, como todo espaço discursivo, esse dizer é determinado pelo que pode e deve ser dito em uma formação discursiva que materializa posições ideológicas no discurso. "Premiar" o "esforço" do "Jovem-estudante-pesquisador" que busca "soluções" para "melhorar" o "dia a dia" dos "cidadãos" no "caminho" para um "Brasil" "mais sustentável" e "desenvolvido" tem o atravessamento de pré-construídos que revelam, pelo domínio de saberes, a força material do discurso e os interesses ideológicos em jogo.

Esse é o caráter alienante, utópico e universalizante de uma "Ciência" que se coloca a serviço do poder e que, ao propor "soluções" para os problemas sociais, "pensa" ser a fonte de sentido, quando, em verdade, discursiviza de um ponto de vista em defesa da economia burguesa. Estamos aqui diante do que Lukács, fundamentado em Marx, chama de defesa burguesa do progresso [neste caso, chamado de "desenvolvimento"] e da crítica romântica ao capitalismo (1981, p. 114). Assim, pois, se há problema na ordem da "sustentabilidade" e do "desenvolvimento" brasileiro, essa questão deriva em parte da nossa história de colônia de exploração, fruto do próprio "desenvolvimento" do capitalismo tardio, período de acumulação primitiva do capital. Mas resulta, também, das políticas econômicas do Império e da República, passando pelo Golpe militar e chegando às políticas neoliberais levadas a cabo pelos governos brasileiros. Por fim, o problema se entrelaça ao atual período de crise econômica que assola "globalmente" as sociedades capitalistas "centrais" e "periféricas".

O que vemos é que a necessidade de resoluções de "problemas" via Ciência (Jovem Cientista) manifesta os interesses privados que vêm se associar à pesquisa para continuar reproduzindo as relações de produção (exploração) da sociedade regida pela lógica do capital. Diante dessas sequências discursivas, pensamos como os interesses dominantes atravessam e constituem essas materialidades. Não precisamos nos alongar na busca por respostas; basta atentar para os "parceiros" do "prêmio": "Fundação Roberto Marinho, Gerdal e GE". Essa materialização do discurso "parceria" demonstra como se coadunam os interesses político-econômicos da burguesia e a prática científica, pois "insere-se nos esforços de uma articulação mais efetiva com instituições do setor privado". É característico nessa sequência discursiva aquilo que disseram Marx e Engels: "As idéias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...] são, dessa forma, as idéias de sua dominação" (MARX & ENGELS, 2004, p. 78).

De fato, na sequência discursiva acima, vemos que, sem defender explicitamente o sistema capitalista, a política científica que interpela, "incentiva" e "premia" o "Jovem Cientista" para encontrar "inovadoras" "soluções" às mazelas produzidas pela lógica do capital direciona – através do discurso da "sustentabilidade" – o saber/fazer para a continuidade do "desenvolvimento" do capitalismo, e não para sua superação-revolução. Como diz Pêcheux (1997a, p. 91), "os processos ideológicos simulam os processos científicos". Assim, vemos também como os proprietários do capital medeiam o fazer ciência e orientam a forma possível de intervenção nas relações de produção. Dessa maneira, na prática,

ciência e política incorporam-dissimulam os elementos do interdiscurso no intradiscurso e fazem com que, como diz Pêcheux (1997a, p. 160), as palavras mudem de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.

Vejamos agora, após termos passado pela produção de evidência de sujeito/sentido da ciência e suas "premiações", um segundo caso também exemplar da relação discurso e práxis sócio-histórica na sociedade regida pelo capital. Trata-se de uma questão acadêmico-sindical, mais especificamente, a política sindical do fazer universidade. Para isso, tomaremos recortes de enunciados do sindicato dos professores do ensino superior.

A fim de resgatar as especificidades dessa questão, precisaremos lembrar que entre julho e setembro de 2011 vivenciamos, nas Universidades Federais brasileiras, um debate/embate entre professores, funcionários, estudantes, sindicatos e o Estado, em torno de questões salariais, plano de carreira, qualidade de ensino, infraestrutura, expansão universitária, jornada de trabalho e precarização do trabalho, segurança, direitos sociais, e outros pontos importantes da conjuntura histórica. Tais confrontos nos revelaram os vestígios da eficácia das relações de força mediadas pelo poder de Estado burguês e os interesses das classes dominantes em manter a exploração do trabalho e a ordem do capital. Nesse entremeio de contradições, o *site* da Andes (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior) enunciava, em sua tomada de posição assumida e não negada, o seguinte *slogan*: "NOSSOS DIREITOS CABEM NO PAPEL. EM NOSSAS MÃOS CABE A CONQUISTA".

Em nosso rastreamento teórico-analítico e científico-político, durante esses momentos de confrontos e questionamento sobre o "fazer universidade", encontramos no *site* da Adufal (Associação Docentes da Universidade Federal de Alagoas) o seguinte enunciado: "GESTÃO RENOVAR E AVANÇAR NA LUTA", que sinalizava, parafrasticamente, as ressonâncias da mesma posição discursiva sindical da Andes em seu direcionamento político da "gestão" que parecia efetivamente querer "renovar" e "avançar na luta".

Vemos aqui o efeito de evidência da realidade do pensamento que faz com que o sindicato pense saber/fazer/dizer no lugar dos professores. Paradoxalmente, essa mesma "gestão", contrariando a base (assembleia dos professores que em sua maioria rejeitou a proposta do Governo), acabou assinando, juntamente com a Andes, o acordo oferecido pelo Governo Federal de aumento de 4% para os professores, previsto para 2012. A assinatura desse acordo causou "revolta" entre os professores das diversas universidades federais que reivindicavam várias pautas que não se reduziam ao "aumento" salarial. Na Ufal, numa assembleia tensa, em 31/8/2011, deflagramos a greve, materializando, na prática política, o descontentamento-revolta com o sindicato "fraco" e "impotente"[7]. Foi quando o *site* da Adufal, para noticiar o acontecimento da greve, "escolheu" dizê-la da seguinte forma: "**Docentes da Ufal decidem cruzar os braços" (ADUFAL, em 31/8/2011).**

Quando interrogamos a maneira de escrever/ler/interpretar os acontecimentos, podemos nos perguntar se algo falhou e/ou deslizou na forma material léxico-sintática desse enunciado. Mas, como afirma Pêcheux (1997a, p. 91), "é, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria 'acidentalmente' os sistemas lingüísticos". Assim, não se trata de uma imperfeição da linguagem, até porque o discurso não é transmissão de informação, e entre o que o texto parece querer dizer e como ele significa discursivamente, há inúmeras diferenças. Sim, pois o discurso, sempre produzido por sujeitos históricos, deixa materializar sua filiação discursivo-ideológica. Nessa compreensão, apesar de ser dito num *site* do sindicato (lugar de possível resistência-

7 Essas palavras circularam durante o movimento grevista.

-revolta), o enunciado, de modo discrepante, age contra os professores e revela sua filiação (subordinação), através do (im)pensado do pensamento, às redes de sentidos dominantes que consideram o "grevista" como "baderneiro", "preguiçoso", "mal-educado", "desrespeitoso", "arruaceiro", "ideológico" etc.[8]

Contudo, o confronto de sujeitos e sentidos não findou por aqui. Em 6 de setembro de 2011, em reunião de assembleia grevista, ocorreu a manifestação explícita do poder da ideologia dominante, que desde sempre já estava produzindo seus efeitos. Dezenas de professores que nunca participaram das assembleias durante essa greve compareceram para votar "contra" a greve e "contra" os grevistas. Contraditoriamente, exclamavam: "volta imediata ao trabalho!", "não estamos em greve!", "não se pode impedir que o funcionário público trabalhe!", "sou pago pelo Estado para trabalhar!". Entre palavras de ordem, gritos eufóricos, aplausos e vaias, os dizeres deixavam vestígios do abandono, ou mesmo, marcas da não incorporação do ideário socialista e comunista entre nós professores, e também da debilidade das forças sociais que têm como porta-voz o sindicato. O auditório ficou polarizado: professores tidos como porta-vozes do poder ("pelegos"/ "reacionários"/"estadistas") *versus* professores tidos como militantes ("agitadores"/ "ideológicos/"radicais"/"arruaceiros"). Como sabemos, "a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o 'bom lado' da história se oporia ao 'mau lado'; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes" (PÊCHEUX, 1997a, p. 190). Por isso, pudemos compreender que nessa conjuntura de confronto, o foco da questão deslizava para o reformismo, pois o embate se dava, equivocadamente, entre a categoria consigo mesma em suas diferentes posições-sujeito, já que chegamos, até mesmo, a ouvir gritos, quase clamores, de que se deveria "chamar a polícia!", numa tentativa de neutralizar a resistência-revolta.

Como não podemos deixar de encarar as questões discursivas como históricas e dialéticas, é preciso dizer que esses dois acontecimentos com que nos defrontamos, reproduzem, de modo distinto, as contradições da sociedade capitalista.

Segundo Pêcheux,

> *Este duplo caráter dos processos ideológicos (caráter regional e caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas e discursivas nas quais eles se inscrevem se referem necessariamente a "objetos" (como a Liberdade, a Ordem, a Igualdade, a Justiça, a Ciência, o Poder, etc.) que são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas em relação a si mesmos, quer dizer, cuja unidade é submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois.* (PÊCHEUX, 1990, p. 12)

Reconhecer isso exige compreender, de modo bastante rigoroso, como interpretamos a conjuntura histórica em que vivemos, e exige também a busca por alternativas a essas forças contrárias. Como vimos no discurso acadêmico-científico que remete à produção do conhecimento no "Prêmio Jovem Cientista" e na prática política e acadêmico-sindical que diz que "nossos direitos cabem no papel", em sua materialidade, Linguagem e História se fundem no/pelo sujeito em condições determinadas, para, dialeticamente, produzir sentidos e constituir e orientar as escolhas entre as alternativas possíveis. Aqui reencontramos o fundamento materialista e dialético, pois essa discursividade está intimamente ligada aos processos de organização (exploração) do trabalho do modo de produção capitalista, ou seja,

8 Essas palavras também circularam durante as assembleias dos professores.

aos interesses socioideológicos em lutas na conjuntura histórica atual. É desse modo que tanto a Universidade, com suas instituições de pesquisas e fomento, quanto os sindicatos e suas representações políticas, acabam incorporando os valores dominantes e se dobrando ao sistema capitalista. Assim, jogam conforme as regras dominantes, inscrevendo o seu dizer nas relações de subordinação ao *status quo* e ao Estado, onde, como diz Lenin, **as contradições de classes são inconciliáveis**.

Nessas análises que retratam vestígios das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações materiais de produção, vimos que o processo dinâmico e contraditório do discurso, em suas condições históricas, faz com que a prática política pareça estar em decadência/banalização/despolitização, pois separa, pelas relações aparentemente disjuntivas: para o "Jovem cientista", o "incentivo" e o "Prêmio"; para os "professores--cientistas-militantes", a "polícia" e a "punição". Assim, cada um é chamado a ocupar um lugar e a agir por si mesmo, já que pensa ser a fonte do sentido que discursiviza.

Desse modo, fazer uma análise que pense a totalidade das questões tem implicações sérias em nossa prática, pois pode ajudar a evitar nossa decadência, despolitização e a banalização das categorias teóricas e da prática política. Nesse sentido, nos reportaremos novamente a Lukács, para lembrar como esse filósofo fez a crítica à especialização da Sociologia que separa a História das relações econômicas. De nosso ponto de vista, essa crítica contundente que Lukács estabelece também poderá nos fazer pensar sobre nossa prática enquanto analista de discurso:

> *A divisão capitalista do trabalho, portanto, não se limita apenas a submeter a si todos os campos da atividade material e intelectual, mas se insinua profundamente na alma de cada um, provocando nela profundas deformações, que se revelam posteriormente, sob variadas forma, nas diversas manifestações ideológicas. A covarde submissão a estes efeitos da divisão do trabalho, a passiva aceitação destas deformações psíquicas e morais, que são inclusive agravadas e enfeitadas pelos pensadores e escritores decadentes, constituem um dos traços mais importantes e essenciais do período de decadência.* (LUKÁCS, 1981, p. 122).

Dissemos em trabalhos anteriores (SILVA SOBRINHO, 2007; 2009; 2011) que o real, em processo de transformação, possibilita um pensar configurado por lutas entre sentidos estabilizados e sentidos a se estabilizar, e que o discurso tem sua gênese nesse processo dinâmico e contraditório, no qual os sujeitos respondem às necessidades históricas. É preciso, pois, compreender o discurso no processo histórico de produção material da própria vida. Sendo assim, seja qual for o discurso que analisamos (científico e/ou político, por exemplo), é pressuposto que este não surge por autogênese, pois não se produz a si mesmo. É preciso que sujeitos históricos em condições de produção determinadas o produzam/reproduzam e o transformem, e isso é um processo dialético de efeito e trabalho que surge e interfere nas práticas sociais, pois os discursos fazem os sujeitos tanto quanto os sujeitos fazem os discursos. Por isso, não podemos ir ao real a fim de puramente (positivamente) descrevê-lo, nem podemos ficar nas evidências dos fenômenos empíricos. Não se trata de uma questão meramente "epistemológica", mas, sobretudo, das consequências sérias que se efetivam na práxis sócio-histórica. É preciso insistir, pois não basta apenas resistir; é preciso ousar se revoltar e intervir nos universos logicamente estabilizados e não estabilizados, para transformá-los de forma revolucionária, pois com as análises de discursos que realizamos também participamos do processo histórico, e esse é o caráter da práxis dialética. Por isso, a crítica deve ser radical e impiedosa, colocando em causa a ordem vigente, porque o capital é impiedoso.

3 Efeito de finalização: a quem estamos servindo quando fazemos AD?

Karl Marx, Vladímir Lenin e Michel Pêcheux foram sujeitos ardentes e inquietos que se identificaram, contraidentificaram e desidentificaram com o fazer ciência e o fazer política de sua época. Assim, inscreveram-se nas lutas sociais de seu tempo histórico e compreenderam que a prática política e a prática científica não são disjuntas, pois a produção do conhecimento e suas intervenções nas práticas históricas não estão dissociadas dos interesses socioeconômicos de uma dada conjuntura. Por isso, é importante perguntar: com quem nos identificamos hoje e qual o nosso papel na práxis social constituída por relações de antagonismos inconciliáveis? Uma resposta cômoda seria dizer que não fazemos ciência − como tantos "colegas" nos acusam e nos "vulgarizam" por aí. Poderíamos também ainda, para fugir dessa questão, dizer que não existem mais classes sociais, nem relações de exploração de trabalho, nem ideologia − e assim seríamos uma "Ciência" (pós) moderna e despolitizada, em nome de uma cientificidade burguesa. Fazer isso, a nosso ver, implicaria estar no entremeio da evidência e do absurdo, e ainda se puxar histericamente pelos cabelos, o que seria outra forma de nos banalizarmos. Por isso, voltemos a repetir: é preciso desconfiar do óbvio, retomar o fundamento materialista e dialético e avançar na crítica radical, fazendo visíveis aos nossos olhos o (in)visível e o (in) suportável da nossa prática científica.

Nessas anotações finais, traremos ainda três citações, agora, não mais *dos* autores citados na epígrafe deste artigo, mas sim *sobre* eles: Marx, Lenin e Pêcheux a partir de George Lukács, Florestan Fernandes e Ana Zandwais. O propósito é ainda reafirmar, de modo contundente, as contribuições do marxismo em face da perspectiva da práxis dialética revolucionária, para chegar às raízes das contradições e intervir na materialidade sócio-histórica do real.

> *A relação com Marx é a verdadeira pedra de toque de todo intelectual que leva a sério o esclarecimento da sua própria concepção de mundo e do desenvolvimento social, particularmente a situação atual, a sua inserção nela e seu posicionamento frente a ela. A seriedade, o escrúpulo e a profundidade que dedica a este problema indicam se e em que medida o intelectual pretende, conscientemente ou não, furtar-se a uma clara tomada de posição em face das lutas históricas contemporâneas.* (LUKÁCS, 2008, p. 37).

> *[Lenin] repôs o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes para o modo de organizar politicamente a sua transformação e destruição, como etapa preliminar à instauração do socialismo.* (FLORESTAN, 1989, p. 21).

> *[...] ao tratar da teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos, Pêcheux se aparta da ótica do historicismo-comparatista [...] Desde esta ótica, portanto, as relações do sujeito com a história e com os sentidos não podem mais ser tomadas como "representações" subjetivas que os sujeitos constroem sobre o real, mas, ao contrário, é o campo da prática concreta, da experiência, do vivido, que determina como o real precisa ser representado e significado como discurso.* (ZANDWAIS, 2009, p. 27).

Trazer essas questões necessárias e inquietantes – do marxismo enquanto pedra de toque de todo intelectual e que exige conhecimento e posicionamento em face da sociedade de classes, ou seja, no campo da prática concreta – implica confrontar com nossa própria análise, perguntando-nos sempre a quem estamos efetivamente servindo quando fazemos AD.

Certamente essas interrogações tocam no efeito de desconhecimento ideológico que também nos afeta e, por isso, esse gesto pode ajudar a quebrar os espelhos da relação transparência/opacidade de nossa interpelação-identificação para buscarmos visualizar nossa posição sujeito assumida, e/ou mesmo negada enquanto tal, ante as contradições da sociedade capitalista.

A consequência desse gesto é fazer pensar a implicação de nossas análises na práxis sócio-histórica e, sobretudo, impulsionar o questionamento do sujeito quanto à ordem existente e ao poder econômico dominante. Para nós, a prática analítica por si só não faz revolução; no entanto, ela possui força material cuja possibilidade de intervenção não pode ser negligenciada, pois não há transformação social sem a construção de críticas capazes de compreender as raízes dos efeitos de sentido que nos afetam e/ou constituem, que nos constroem e/ou desconstroem, ou mesmo, que nos mobilizam/desmobilizam. Por isso, em nossa incompletude de sujeitos históricos, marcados por contradições vivenciadas na práxis cotidiana, de um modo ou de outro, estamos comprometidos com a reprodução/transformação das relações de produção e não podemos nos esquivar disso.

Ao articular o discurso e as condições de produção do dizer, o analista não escapa ao entrelaçamento das lutas ideológicas em jogo na conjuntura histórica. Esse gesto exige o enfrentamento aos desafios históricos, marcados pela exploração do trabalho, pelo caráter competitivo, excludente e violento da sociabilidade regida pela lógica do capital. É preciso, então, avaliar nossa prática e recuperar o nexo materialista da relação dialética objetividade-subjetividade na obra de Pêcheux, especialmente sobre a teoria das ideologias, a produção de conhecimento e a prática política revolucionária, tal como ele mesmo enfatizou: "a prática teórica do materialismo histórico pressupõe e implica a prática política do proletariado, com o vínculo que as une: em suma, trata-se da formação histórica de uma política científica, contemporânea à formação histórica do movimento operário, e ligada, de seu interior, a um conhecimento científico da luta de classes" (PÊCHEUX, 1997a, p. 203).

Talvez estejamos cada vez mais distantes e nos distanciando da classe operária, e deixando de compreender o discurso a partir das bases filosóficas do materialismo histórico-dialético. Nosso afastamento/distanciamento se dá no confronto com o real, particularmente quando reduzimos as análises a querelas especulativas sem repor a questão das relações de trabalho, do estranhamento e da lógica do capital de modo concreto. Retomar a AD numa perspectiva marxiana é também, para o analista de discurso, articular dialeticamente teoria e prática, trabalhando concretamente no ponto nodal/crucial das contradições da reprodução/transformação das relações de produção, evitando e, sobretudo, recusando o caráter cientificista-acadêmico-universitário que pode solapar o avanço da AD e afetar negativamente o processo histórico revolucionário.

Para finalizar este nosso percurso, retomaremos a afirmativa de Pêcheux que diz: "é preciso ousar se revoltar", para, assim, reclamar por sua atualidade, pois ela nos remete à prática histórica, ou seja, às atividades dos sujeitos nas relações de trabalho, mediadas pelas práticas discursivas constituída nas relações de classes em incessante conflito na sociedade capitalista. O que nos assombra hoje não são os fantasmas de uma (pós) modernidade tardia, pois nesses mais de quarenta anos de AD a "pré-história da sociedade humana" não findou e o capital continua voraz em sua existência, pois, de modo "sofisticado" e também "selvagem", continua a intensificação da exploração do trabalho, que permanece impiedosa e mordaz.

Parece "óbvio" que houve mudanças, mas não houve ainda transformações revolucionárias que eliminassem definitivamente a sociedade de classes e suas desigualdades sociais. Ainda não vivemos em outro mundo possível, nem instauramos uma sociedade sobre

novos fundamentos; ao contrário, as regras continuam dissimuladamente orientadas pela lógica capitalista. Sabemos que dizer isso poderá despertar controvérsias, mas insistimos: o que de fato temos produzido de revolucionário? Ao que parece, entre nós, analistas de discursos, prevalece um relativo "consenso" sobre o que investigamos, ou seja, "o discurso enquanto efeitos de sentido entre os interlocutores". Todavia, esses sentidos se tornam bastante complexos, contraditórios, e até mesmo traumáticos quando efetivamente tocamos de modo radical nos antagonismos inconciliáveis das classes sociais, questionamos suas evidências e voltamos a nos perguntar: o que é o discurso? O que são efeitos de sentido? Quem são os interlocutores? O que buscamos? Por fim, ou talvez ainda, por início: quem somos e o que fazemos? Afinal, como diz Michel Pêcheux, é preciso tomar partido pelo fogo de um trabalho crítico, e fazer isso é uma questão de ética, política e responsabilidade.

Referências

COURTINE, Jean-Jacques. [1991]. O discurso inatingível: marxismo e linguística (1965-1985). In *Cadernos de tradução*. UFRGS, Porto Alegre: nº 6, abril-junho, 1999.

COUTINHO, Carlos. [1971]. *O estruturalismo e a miséria da razão.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ENGELS, F. [1976]. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In ANTUNES, Ricardo. *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan. Introdução. In FERNANDES, F. (Org.). *Lenin*. Coleção Grandes cientistas sociais − Política. São Paulo: Ática, 1989.

LÉNINE, Vladímir. [1902]. Que fazer? In *V. I. LÉNINE*: Obras escolhidas. Tomo 1. 1977.

LUKÁCS, Georg. [1933]. Meu caminho para Marx. In LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização*: escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. [1938]. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In NETTO, J. P. (Org.). *Georg Lukács*. Coleção Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1981.

MALDIDIER, Denise. [1990]. *A inquietação do discurso*: (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003. MARX, Karl & ENGELS, F. [1845]. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl & ENGELS, F. [1848]. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. [1843]. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos [1844]. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORLANDI, Eni. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. [1978]. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. Delimitações, inversões, deslocamentos. In *Cadernos de estudos linguísticos*, nº 19. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. [1983]. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

SILVA SOBRINHO, Helson. *Discurso, velhice e classes sociais*: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: Edufal, 2007.
SILVA SOBRINHO, Helson. Os andaimes suspensos do discurso nos alicerces do real. In INDUSKY, F. et al. *O discurso na contemporaneidade.* São Carlos: Claraluz, 2009.
SILVA SOBRINHO, Helson. Análise do Discurso e a insuportável luta de classes na teoria e na prática. In TFOUNI, L. et alii (Orgs.). *A Análise do Discurso e suas Interfaces*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.
VÁZQUEZ, A. Sánchez. [1967]. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França. *Série Cogitare*. Vol. 8. Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM. Santa Maria, 2009.

Contribuições de teorias de vertente marxista para os estudos da linguagem

Ana Zandwais[1]

Abstract: The purpose of this article is to reflect on the notions of language, discourse and ideology, considering the studies of two authors. Valentin N. Volochinov who studied the relationships between the signs and ideology, and can be considered the precursor of the studies on ideology in the soviet context of the years 1920-30, and referred by Michel Pêcheux in his Lecture 'Remontemonos de Foucault a Spinoza' (1980). Michel Pêcheux, who studied, during the years 1968-1980 in France, the relationships between discourse and ideology by following some conceptions produced by L. Althusser (ideological formations) and Michel Foucault, but at the same time criticized some gaps let by them.
Key-words: discourse; language; ideology

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir acerca das noções de língua, discurso e ideologia, considerando estudos realizados por dois autores. Valentin N. Volochinov, que estudou as relações entre signo e ideologia e pode ser considerado precursor de tais estudos no contexto soviético dos anos 1920-30 e, inclusive, referido por Michel Pêcheux em sua Conferência 'Remontemos de Foucault a Spinoza' (1980). Michel Pêcheux, que estudou, durante os anos 1968-80, na França, as relações entre discurso e ideologia perseguindo algumas concepções produzidas por L. Althusser (formações ideológicas) e por Michel Foucault, mas que ao mesmo tempo criticou algumas lacunas deixadas por estes autores.
Palavras-Chave: discurso; língua/linguagem; ideologia

Se nos reportarmos às bases de fundação dos estudos da linguagem de vertente marxista, para além de Karl Marx (1986), que preconiza a linguagem como: a) o espaço onde as práticas sociais adquirem valores simbólicos, sendo a linguagem configurada pela condição de ter-se inaugurado a partir da necessidade de interação laboral para fins de produção; b) a consciência prática real que permite aos homens simbolizar as experiências vividas, transformando suas relações com os objetos e transformando-se, ao mesmo tempo; podemos constatar, através de um percurso retrospectivo, que alguns dos fundamentos mais importantes sobre as condições materiais do funcionamento da linguagem, de sua essência, de suas relações com os domínios histórico e dialético remontam ao contexto soviético. Mais precisamente, ao início do sec. XX (1920-1930), período dentro do qual podem ser tomadas como referências, fundamentalmente, duas obras: 'Marxismo e Filosofia da Linguagem[2] (1986) e 'Chto Takoe Yazik' (O Que é a Língua e a Linguagem[3]) (2009).

---

1 Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Para fins da realização deste estudo em 'Marxismo e Filosofia da Linguagem' estamos trabalhando com a edição brasileira de Marxismo e Filosofia da Linguagem que data de 1986., traduzida do Francês, e que confere a autoria deste texto a Mikhail Bakhtin e Valentin Volochinov. No entanto, é preciso observar que as versões inglesa (1973) e russo-francesa (2009) atribuem a Valentim Volochinov a autoria de Marxismo e Filosofia da Linguagem.

3 O texto de Volochinov está sendo pesquisado, para fins deste estudo, nas versões francesa, de tradução de Patrick Sériot e Inna Tylkowski Ageeva (2009), e Portuguesa, traduzida por João Wanderlei Geraldi (2013).

Partindo do pressuposto marxista de que a linguagem não é independente da realidade material, mas, ao mesmo tempo, necessita extrapolá-la, ultrapassar os fins imediatos aos quais ela serve, como meio de interação, como facilitadora da produção, meio de acesso às trocas de toda ordem, Bakhtin/Volochinov em 'Marxismo e Filosofia da Linguagem' (MFL:1986) e V.Volochinov em 'Chto Takoe Yazik' (2009) irão tratar das condições em que a linguagem, para tornar-se um objeto simbólico, precisa ser explicada em termos de suas relações de mediação.

É a partir, pois, de uma perspectiva que busca investigar com base em pressupostos materialistas como a linguagem está a serviço de interesses contraditórios e de que modo as relações entre língua e ideologia se interpenetram, tornando possível explicar como a palavra se constitui no "ator principal" da arena social onde se travam as lutas de classe que Bakhtin/Volochinov em 'Marxismo e Filosofia da linguagem' (1986) elaboram dois capítulos que entendemos ser fundamentais, entre todos: a) um capítulo dedicado ao estudo das ideologias sob o âmbito da filosofia da linguagem; b) um capítulo dedicado às relações entre a infra-estrutura e as superestruturas.

Comecemos, então, pela leitura de algumas questões que entendemos ser imprenscindíveis no capítulo que trata, de modo específico, da ideologia.

Em sua teoria sobre o signo, Bakhtin/Volochinov (1986:31) refletem sobre como os objetos físicos, enquanto produtos de consumo, necessitam estar inscritos em uma ordem simbólica – a língua – a fim de que possam ultrapassar este plano e ser desinvestidos de seu valor imediato, isto é, o valor de produto meramente de consumo no seio social.

Esta função que não é meramente linguística e que o objeto linguístico desempenha, enquanto ordem simbólica, é que confere uma racionalidade ao signo, que, para além de ser cognitiva, está permeada por valores que traduzem as formas como as forças sociais se dividem em relação aos modos e meios de produção, permitindo compreender que o signo ideológico não pode ser "apenas um reflexo, uma sombra da realidade"(id.,p33), já que nem a realidade é diretamente acessada pelo valor imediato de um objeto de consumo – um corpo físico – nem a língua fora de suas relações de intersecção com fatos históricos e com a divisão das classes na disputa pelo poder e pela hegemonia de valores pode incorporar em seu interior o domínio do ideológico.

Mas Bakhtin/Volochinov, ao tratar do signo ideológico, conferem-lhe um espaço bem peculiar no interior de sua teoria, ao articularem, conforme Lähteenmäki (2012), o ideológico ao semiótico (znakouyi), com vistas a tratar do fato ideológico não apenas nos limites da linguagem verbal, mas para além dela, nos domínios da imagem, do gesto, do som, da cor, enfim das formas através das quais as diferentes massas físicas podem ser percebidas. Deste modo, se a condição essencial do signo ideológico é a de representação, de formas mediada, assimétrica e valorativa do real, através do simbólico, este trabalho de representação funciona de modo específico em diferentes esferas de 'criatividade ideológica'. Ou seja, os modos como os signos se inscrevem nos domínios do simbólico e da história nos domínios da arte, da literatura, por exemplo, seriam distintos da forma de inscrição dos signos nos domínios da filosofia, da ética ou das ciências biológicas, configurando, assim, formas específicas de relação objetiva entre os sentidos que os significantes adquirem no interior de uma ciência e os modos como as ciências são produzidas.

É preciso destacar que, segundo Bakhtin/Volochinov (1986:36), a palavra seria o signo mais indicativo do trabalho ideológico em virtude de seu funcionamento dialético. Sendo o material semiótico de expressão de todos e ao mesmo tempo um signo neutro, ela somente converte-se em signo ideológico ao incorporar os valores contraditórios dos que a utilizam, refletindo e refratando a ordem do real de formas distintas e até mesmo paradoxais.

É importante também salientar que Bakhtin/Volochinov em (MFL) distinguem dois tipos de ideologia.

Na primeira acepção, a ideologia é tomada como Ciência dos signos (*nauka ob ideologiiak*), que permite compreender a atividade simbólica de representação e de produção dos sentidos nas diferentes esferas da sociedade, para além de uma atividade meramente lógico-formal.[4] Esta é compreendida como uma ciência mestra que permite explicar como funcionam as diferentes formas de expressão semiótica da criatividade ideológica, remetendo, necessariamente, para relações históricas e dialéticas.

Na segunda acepção, a ideologia é tomada como visão de mundo, produzida no cotidiano da vida pelas forças sociais, independente do fato de que os sujeitos tenham consciência de sua existência como tal e de seus efeitos. Esta concepção remete às experiências vivenciadas de modo direto pelos sujeitos, independente do fato de que tais experiências possam ser mediatizadas ou interpretadas por meio de sua inscrição em uma ordem simbólico-histórica.

Torna-se importante ressaltar, por outro lado, que enquanto as experiências vividas e percebidas de forma mais imediata constituem a 'matéria prima' para os estudos desenvolvidos pela ideologia tomada como Ciência dos signos, é a própria ideologia enquanto ciência dos signos que viria a fornecer os pressupostos, ou seja, a "ação de retorno", conforme Lähteenmäki (2012: 96) , do conhecimento acerca da experiência, do vivido, intervindo nas próprias condições de compreensão, pelas forças sociais, das atividades simbólicas do cotidiano.

Assim, se determinadas relações causais são refratadas na ordem do simbólico, no cotidiano da vida, o estudo das condições em que os sentidos se refletem e são refratados em diferentes contextos, em virtude dos interesses que dominam entre as classes, os grupos sociais, é desenvolvido pela ideologia, compreendida como uma ciência que busca explicar tanto as condições através das quais os sentidos se refratam, como o modo através do qual estes se relacionam de forma instável com os significantes a fim de preservar interesses de classe que são distintos.

Para Bakhtin/Volochinov (id,p.38), desta forma, uma Ciência das ideologias torna-se indispensável à compreensão tanto do modo de produção e hegemonia de determinados valores simbólicos em detrimento de outros, quanto dos processos de refração ideológica verbal que corresponderiam às próprias condições de refração ideológica dos sujeitos, alienados da compreensão de suas próprias práticas ou cerceados por suas condições existenciais.

Cabe observar, por outro lado, que tal relação dialética posta entre a ideologia como práxis imediata e como trabalho de representação de ordem simbólica e mediatizada é que permite a Bakhtin/Volochinov (1986) tratar da questão das relações entre infraestrutura e superestruturas e, sobretudo, das relações contraditórias entre ambas.

Partindo, inicialmente, da necessidade de explicar o trabalho da ideologia na infraestrutura, a partir do modo de determinação das condições históricas e das correlações de força com as superestruturas, Bakhtin/Volochinov (id.,p.40) observam que todos os fenômenos, as transformações que afetam as forças sociais não podem ser compreendidos senão a partir das próprias condições existenciais e de produção da infraestrutra, de tal forma que entender como os signos refletem e refratam a realidade na infraestrutura, a partir de determinadas condições históricas, seria diferente de entender como os signos refletem e refratam a realidade das superestruturas porque seus interesses são conflitantes.

4 Queremos aqui considerar , sem dúvida, a influência da obra de Ernst Cassirer 'A Filosofia das Formas Simbólicas' (2001) para a construção de uma teoria dos signos, mas também considerar o fato de que os estudos desenvolvidos por Cassirer tratam da representação sígnica de uma perspectiva dominantemente formal.

Ao afirmar, deste modo, que "as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios"(id.,p.41) Bakhtin/Volochinov estão tratando de diferenças qualitativas que dominam os modos de produção do simbólico, pelo viés da linguagem, mas que acabam por redundar em modos de produção e de refração de sentidos distintos. Sob o ponto de vista prático, podemos elucidar a questão, observando que o 'conteúdo' da História narrada pelo viés das superestruturas não coincide com o 'conteúdo' da História narrada pelas forças sociais, embora ambas venham a tratar dos mesmos objetos.

Esta relação, postulada a partir das categorias marxistas que permitem representar a tópica do funcionamento das esferas do político e que os autores inscrevem na ordem do simbólico, parece ser uma contribuição genuinamente materialista[5], para além de uma leitura de Marx, na medida em que não só as correlações de forças materiais entre a infraestrutura e as esferas de poder superestrutural são representadas dialeticamente, mas também as correlações de força entre a ordem do simbólico e as formas de expressão das práticas sociais são colocadas sob o olhar da contradição.

Este modo de investigar a ordem do simbólico a partir de uma ciência *(nauka ob ideologiiak*) que estabelece relações intrincadas entre o trabalho do signo e o trabalho da ideologia, buscando centrar a observação em torno das "discrepâncias" entre as formas de ação e de expressão verbal do corpo social, permite também a Bakhtin/Volochinov refletir sobre os critérios que determinam a escolha de determinados temas em detrimento de outros, por uma ou outra classe, e, sobretudo, caracterizar o modo de produção dos gêneros discursivos a partir de condições que vêm responder aos conjuntos de interesses e aos valores dominantes no seio das diferentes classes e grupos sociais. Assim, as formas de constituição e de circulação dos enunciados que compõem os discursos produzidos em diferentes esferas de produção precisam ser tomadas como objetos de investigação a partir de circunstâncias concretas vivenciadas dentro das organizações sócio-políticas.

É importante salientar que para Bakhtin/Volochinov(1986) "cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas discursivas", bem como a seleção de temas não é aleatória, mas responde integralmente aos interesses e às necessidades dos grupos sociais.

É a partir desta perspectiva, portanto, que, para que se possa compreender em que consiste um gênero discursivo é preciso entender que os gêneros não se constituem primeiramente na materialidade da língua, mas a partir do modo como os signos que compõem o repertório discursivo de cada classe, cada grupo social representam formas de produção e de segmentação sócio-política, refletindo, em última instância, o modo como as formas de expressão verbal incorporam valores e práticas de classe e materializam-se sob diferentes modalidades e 'acentos' discursivos.

O tema e a forma do signo ideológico, conforme Bakhtin/Volochinov(id.,p.45), "estão indissoluvelmente ligados", "... constituem duas facetas de uma só e mesma coisa." (id.,p.46) Assim, por exemplo, se uma campanha política do gênero panfletário[6] coloca em pauta a necessidade de câmeras e de segurança nas ruas do centro e nos bairros de uma cidade populosa, este tema tem como destinatários principais as classes média e alta, não

5 É importante lembrar que 'Marxismo e Filosofia da Linguagem começou a circular na URRS em 1929 e que 'A Ideologia Alemã', obra em que Marx trata da questão ideológica somente entra em circulação em 1932.

6 Nos reportamos ao gênero panfletário, como um gênero de discurso político com fins essencialmente pragmáticos, para o qual importam o trabalho de massificação independente de razões lógicas, os meios tornam-se irrelevantes em favor dos resultados imediatos. Como um discurso que produz ecos a partir de sua força de persuasão por identificação com as condições de vida, com o lugar do outro.

sendo tão relevante para as classes de baixo poder aquisitivo, já que estas não possuem bens altamente cobiçados como as demais classes. Mas, o tema, ao mesmo tempo em que coloca em destaque as questões de determinada classe, precisa garantir que o discurso panfletário produzido responda, de forma eficiente, às expectativas destas classes a fim de cumprir os objetivos pretendidos.

Do mesmo modo, a título de ilustração, uma campanha política que dá destaque à falta de empregos e à resolução de questões assistenciais aos trabalhadores que vivem na informalidade tem como destinatários as classes mais baixas, os que trabalham sem carteira de trabalho e sem direitos assistenciais e os desempregados. Os interesses que estão implicados neste gênero de discurso, portanto, podem ser assistencialistas, populistas, simplesmente eleitorais, mas, inegavelmente, precisam ser apresentados como contraditórios aos valores que sedimentam os interesses do lucro e da exclusão social.

O mesmo se pode dizer da seleção de registros. O emprego do registro vernacular e dos jargões metalingüísticos é próprio do uso das classes de nível sócio-cultural mais elevado, ao passo que o emprego dos jargões de alta produtividade falada é próprio dos grupos jovens e dos grupos menos reconhecidos socialmente como os grafiteiros, pichadores, sacoleiros, funkeiros, hip-hops,etc. Cada modalidade de registro, desta forma, tem seus "espaços" delimitados de reconhecimento mútuo, de inclusão, de exclusão e de resposta ao outro e ao meio social.

Portanto, a partir desta perspectiva, tanto as formas de estratificação social e funcional da língua como os gêneros discursivos derivam das relações de produção de uma sociedade, mas não de modo direto ou transparente. Daí a necessidade de se pensar sobre as relações entre o simbólico e o ideológico, já que toda diferença social é refletida em termos simbólicos e através de diferentes 'acentos discursivos' que colocam determinados valores regionais em perspectiva, mas retratando-os como se fossem universais.

E para tratar desta questão, duas noções tornam-se fundamentais nas obras de Volochinov (2009) e de Mikhail Bakhtin (1986-a).[7] A noção de heteroglossia *(raznoiaziche*), que vem a ser definida pela condição de hibridez de toda língua, considerando-se que uma língua somente pode ser compreendida como um conjunto heterogêneo e estratificado de línguas que a constituem como um todo complexo, e cuja unidade se produz pela diferença.

A noção de heterofonia, *(raznorechie*), que se define pela condição de que um discurso é um todo multifacetado, não uno, porquanto, fragmentado em múltiplas vozes, múltiplas formas de responsividade que demandam sempre a inscrição de um discurso em outros discursos. Assim, tanto as formas de orientação do trabalho da língua (*yazik)*, das palavras *(slovo*) que compõem os enunciados caracterizam a identidade semiótica de um discurso (*rech*) de um modo peculiar: são produzidas sob a hibridez, a fragmentação e a contradição.

É com base nesta ótica que, para Bakhtin/Volochinov (1986), os signos lingüísticos são orientados no interior da língua e, suas formas de discursividade podem ser metaforizadas pela imagem de uma arena onde se trava ' a competição ideológica.' Mas esta arena torna-se mais específica, por ser uma 'arena viva' e, ao mesmo tempo, porque é somente a partir de seu 'interior' que se pode refletir sobre a influência dos valores externos sobre os grupos sociais e suas formas de valoração.

É, pois, no âmbito desta lógica que, para Bakhtin/Volochinov (id.,p.45) "não se pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão naquilo que adquiriu um valor social." Assim, para Bakhtin/Volochinov é através da língua, na medida em que

7 Fazemos referência, notadamente, ao texto de Volochinov 'Chto Takoe Yazik'[Quest ce que la langue et le langage], publicado pela Edit. Lambert-Lucas, 2009 e ao texto ' The Problem of speech genres', publicado em 'Speech genres and other late essays', pela University of Texas Press, 1986, no qual Mikhail Bakhtin reflete sobre a noção de gênero discursivo.

os sujeitos são capazes de preencher os valores que os signos adquirem como índices representativos e vivos dos valores sociais e culturais dos grupos, das classes que se pode compreender o funcionamento da contradição sob uma perspectiva dialética. Por fim, pode-se dizer que a língua viva, para Volochinov (2009), pode ser entendida como o todo de um conjunto de signos pluriacentuados e que expressam as posições ideológicas dos sujeitos em suas correlações de força nas diferentes esferas sociais.

Se nos reportarmos, por outro lado, ao contexto francês, e ao pensamento do filósofo Michel Pêcheux, na década de 1980, e, mais precisamente, ao texto " Remontémonos de Foucault à Spinoza", encontramos uma ponte entre as reflexões marxistas já realizadas por Volochinov e a abertura da reflexão de Pêcheux em torno da língua, do materialismo e da ideologia através da referência que passamos a transcrever a seguir:

> *"Lengua, ideologia y discurso: ni Marx, ni Lênin, ni ninguno de los llamados "clássicos del marxismo" produjo um estúdio organizado politicamente sobre este tema. De hecho, los pensadores políticos del marxismo leninismo se quedaron a esse respecto en obsevaciones de orden muy general (por exemplo, lo que se puede encontrar em Gramsci); de modo que desde Volochinov hasta nuestros dias puede decir-se que esta cuestión há sido y sigue siendo esencialmente cosa de universitários progressistas (pocos lingüistas, historiadores y filósofos sobre todo)." Pêcheux (1980:230)*

Esta retomada de Pêcheux aos estudos realizados por Volochinov acerca do papel da língua, do signo e da ideologia, parece constituir-se em uma "âncora" fundamental, a partir da qual Pêcheux propõe-se a sustentar suas leituras marxistas-leninistas em torno da linguagem, da ideologia e dos sentidos.

Por outro lado, foi necessário a Pêcheux reconhecer, ao longo de sua trajetória de investigações[8] não somente os deslizes de seu percurso inicial, que privilegiou as bases de uma teoria distribucionalista como a de Zellig Harris (1973), para fundamentar sua noção de discurso, e a construção de métodos informacionais para a realização de análises,[9] como também o fato de que tanto Karl Marx (2008) como V. Lênin (1986) não teriam tido cuidado suficiente para desenvolver reflexões em torno de questões de linguagem.

Seria, portanto, seria este o domínio de conhecimentos lacunar já explorado por Volochinov, durante os anos 1920-1930, sobre o qual Pêcheux iria também se debruçar. E a identidade entre ambos começa a se pautar pela busca de uma ciência capaz de investigar as questões de ordem simbólica como questões da ordem do ideológico.

Cabe acrescentar, por outro lado, o fato de que no contexto da Academia francesa os saberes marxistas, à exceção dos anos 1968-1970, não teriam grande relevância, de modo que Pêcheux viria a desenvolver suas investigações "fora de lugar", buscando construir uma disciplina cujos pressupostos epistemológicos fundamentais – o materialismo histórico e o materialismo dialético – tomados da obra de Marx, da obra de Lênin, dentre outras reflexões materialistas[10], seriam considerados marginais, sobretudo, pelos lingüistas.

---

8 Fazemos referência, sobretudo, aos escritos produzidos durante a fase inicial de fundação da disciplina de 'Análise Automática do Discurso', que nos remete a uma proposta de hibridação entre pressupostos distribucionalistas de discurso e materialistas, acarretando um engessamento do próprio processo de construção de uma teoria materialista do discurso.

9 Reportamo-nos, notadamente, aos métodos inicialmente propostos para análises automáticas do discurso que fundamentaram-se em pesquisas alicerçadas em estudos estatísticos em torno do léxico e de discursos de temática política, criando a ilusão de que se poderia construir um dispositivo de análises discursivas a partir de métodos formalistas.

10 Queremos colocar aqui em destaque a obra de Benedictus Spinoza 'Tratado Político' (1994) produzida no sec. XVII e tomada como um marco referencial dos estudos materialistas.

Esta questão parece, no entanto, estar bem clara para Michel Pêcheux, quando no texto Formação Social, Língua, Discurso" produzido juntamente com Catherine Fuchs (1975:163) são tecidas algumas considerações em torno de sua proposta de articular três regiões distintas do conhecimento como o Materialismo histórico, a Linguística e uma Teoria do discurso, no que se refere ao modo como a articulação entre estas regiões de conhecimento seriam recebidas pela Academia, conforme os comentários que transcrevemos a seguir:

> *"Observemos desde logo que, nas condições atuais do trabalho universitário, tudo concorre para tornar mais difícil a articulação teórica entre estas regiões. Além de esta articulação parecer a alguns de gosto teórico duvidoso, subsiste o fato de que, mesmo com a melhor vontade teórica e política do mundo, é difícil levantar os obstáculos ligados à balcanização dos conhecimentos e sobretudo ao recalcamento-mascaramento universitário do materialismo histórico." (1990: 165)*

Dentro deste contexto impróprio à produção de uma Teoria discursiva de base materialista, foi essencial para Pêcheux explorar algumas questões teóricas e analíticas propostas por outros pensadores, como as reflexões em torno do simbólico e do ideológico, propostas por Volochinov, mas também rejeitadas dentro do contexto soviético[11].

Mas M. Pêcheux tomou também determinadas concepções de outros filósofos franceses, dentre as quais destacamos os conceitos formulados por Michel Foucault em 'Arqueologia do Saber' (2000) e os conceitos formulados por Louis Althusser em 'A Reprodução' (1999), a fim de que ele pudesse levar adiante sua proposição de articular três regiões distintas do conhecimento para constituir sua teoria.

Comecemos por compreender os tipos de relações que ele considerou necessárias entre o materialismo histórico, a Linguística e uma Teoria do discurso.

Buscando também, como Volochinov, construir uma teoria que pudesse tratar do funcionamento da ideologia, enquanto *'uma superestrutura ideológica em sua ligação que domina o modo de produção de uma formação social considerada'* (1990:165) Pêcheux irá tentar superar as investigações de tipo marxista mecanicista que estabelecem pontos de contato direto entre a base econômica e as ideologias, à semelhança de Volochinov, que denunciava a força das idéias positivistas e formalistas nos domínios dos estudos materialistas sobre a linguagem, no contexto dos anos 1920-30, mas por caminhos que podem ser considerados diferentes.

Enquanto Volochinov tentou ultrapassar o olhar mecanicista de seus contemporâneos que pensavam as relações entre os estudos da linguagem e o modo de produção da base econômica como imediatamente articulados, permitindo o acesso direto às formas de produção dos sentidos na linguagem, através da construção de uma teoria do signo ideológico, em que a questão do valor é posta como eixo central, mas não transparente do trabalho simbólico, Michel Pêcheux (1990), com base em uma crítica em torno da perspectiva mecanicista de ideologia[12] hegeliana irá configurar o papel da ideologia em diferentes instâncias, partindo do que ele denomina de 'modalidade particular de funcionamento da instância

11 É importante salientar que 'Marxismo e Filosofia da Linguagem' , ainda que tenha gerado muitas discussões entre os lingüistas soviéticos, saiu 'fora de circulação' tendo as idéias de Volochinov em torno do signo e de sua condição dialética sido resgatadas , conforme Lähtheenmäki, somente na década de 1970 por Viacheslav V. Ivanov.

12 Transcrevemos a seguir alguns comentários de Pêcheux (1990:165) sobre a questão: "Os trabalhos marxistas recentes mostram a insuficiência de considerar a superestrutura ideológica como expressão da "base econômica", como se a ideologia fosse constituída pela "esfera das idéias", acima do mundo das coisas, dos fatos econômicos, etc.

ideológica quanto à reprodução das relações de produção' (id.,p.165) e que caracteriza como sendo um processo complexo que envolve tanto uma análise do modo de produção econômica, da divisão do trabalho, do funcionamento dos aparelhos de Estado como do modo de interpelação ou assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico, conceitos estes tomados de L. Althusser (1999).

Para Pêcheux (1990), que se ancorou em pressupostos althusserianos, mas também de modo diferente de Althusser (1999), na medida em que este conferiu às ideologias um papel determinante no seio das formas de organização institucional, elaborar uma teoria discursiva, em primeiro lugar, conferindo às ideologias um papel superestrutural implicava não somente libertar-se de uma leitura sobre a condição da ideologia como uma "questão metafísica" à moda hegeliana mas sobretudo articular as questões de práxis observadas por Althusser no seio dos aparelhos de Estado às suas formas simbólicas de expressão. Assim, podemos dizer que com Althusser a ideologia deixaria de ser representada de forma metafísica, ou como pura ilusão, como sonho e, portanto, avessa ao real. E este 'espaço' empírico' conferido à noção de ideologia interessava, sobremaneira, a Pêcheux.

Para Althusser, investigar os domínios do ideológico, implicava mostrar que as ideologias têm histórias próprias, concretas, e que podem somente ser compreendidas no plano das condições empíricas de existência, dos modos de produção dos sujeitos, a partir dos interesses que os movem segundo as formações sociais e as formações ideológicas com as quais estes se identificam e em que se inscrevem. É, pois, a partir do percurso de Althusser, cujo mérito, em primeiro lugar, consistiu em conferir à noção de formação ideológica um estatuto concreto, empírico, constituído no seio das instituições, que Pêcheux irá encontrar os alicerces sobre os quais irá assentar a noção de formação discursiva.

A designação, formação discursiva, proposta inicialmente por Michel Foucault (2000), em 'Arqueologia do Saber' (1987:26), trata da noção de unidade discursiva para chegar ao conceito de formação discursiva (Fd), e questiona se a unidade discursiva seria homogênea e "aplicável" de modo uniforme. Para responder que a unidade material de um discurso é somente aparente, e, portanto, efeito de dispersão, Foucault (1987:43) observa que os conjuntos de enunciados que compõem as unidades discursivas construiriam uma espécie de arquitetura, articulando, ao mesmo tempo, conceitos distintos, temas conflitantes, posições assimétricas e construções lingüísticas irregulares, que possibilitando o esboço de quadros de diferenças permitiriam descrever o modo de funcionamento dos sistemas de dispersão. É a partir deste trabalho de 'desmanche' da ilusão de unidade de um texto, que, para Foucault, todo discurso estaria preso a um sistema de remissões a outros discursos e a um sistema de dispersões como um "nó em uma rede." (id.p.26)

Michel Pêcheux, instigado pela noção não positivista de formação discursiva, proposta por M. Foucault[13] irá, por sua ótica, servir-se das noções de dispersão e de heterogeneidade, com vistas à construção de uma noção própria de formação discursiva, marcada também pela heterogeneidade, mas articulada à noção althusseriana de formação ideológica, a fim de poder caracterizar, de modo concreto, como as ideologias se constituem e tomam forma como práticas e discursos simultaneamente, constituindo as formações imaginárias dos sujeitos e produzindo efeitos de universalidade, que ao se naturalizarem parecem compor a própria 'ordem do real'.

13 É importante observar que Michel Foucault, ao ministrar a disciplina 'História dos Sistemas de Pensamento no 'Collège de France' desenvolveu através de seus Seminários reflexões de diferentes ordens sobre o objeto discursivo, iniciando por 'Dits et écrits' (1994), 'A Ordem do discurso' (1987) e 'Arqueologia do Saber' (2000), através das quais passou a questionar a influência de pressupostos positivistas, no contexto francês, sobre o desenvolvimento de concepções discursivas.

Faz-se necessário acrescentar também que um dos méritos de Louis Althusser consiste em refletir sobre o fato de que as questões ideológicas não poderiam ser discutidas somente com base em análises do papel da infra-estrutura econômica, mas necessitavam, sobretudo, ser investigadas em relação ao papel das forças políticas no seio do aparelho estatal, de suas formas de organização e de fragmentação, buscando caracterizar o funcionamento da ideologia no próprio no interior dos aparelhos políticos, enquanto instituições a serviço da ação política do Estado, ou seja, de suas formas concretas de materialização .

É preciso salientar, no entanto, que a noção de formação discursiva tal qual é elaborada por M. Pêcheux, não vem a se constituir em um acréscimo à teoria althusseriana; pelo contrário, esta noção torna-se fundamental por tratar de um aspecto lacunar na teoria de Althusser. Isto é, M. Pêcheux entende ser imprescindível investigar o funcionamento da ordem simbólica para poder tratar das diferentes formas de expressão da ideologia no seio dos aparelhos políticos: nos domínios das práticas e dos discursos, e, sobretudo, entrecruzando ambos.

Assim, a noção althusseriana de formação ideológica adquire uma importância ímpar, na medida em que é ela que irá conferir à própria noção de ideologia um estatuto concreto, sedimentado a partir da reflexão sobre o modo como as classes se relacionam, atuam, estabelecem correlações de forças no seio dos aparelhos institucionais de Estado, e é através desta noção que Althusser irá caracterizar como se produzem e se reproduzem as diferentes formas de manutenção/ massificação das relações de produção dominantes no seio dos aparelhos de Estado.

Com Pêcheux, por outro lado, a noção de formação discursiva irá configurar-se como um dos aspectos "materiais das materialidades ideológicas" (1990:166) que interligadas, no seio dos aparelhos promovem, ao mesmo tempo, e de forma tensa, as relações de reprodução e de transformação destes aparelhos. Em outras palavras, os aparelhos ideológicos passam a encarnar o "palco" onde as lutas e as contradições de classe se desenvolvem, mas não somente para a observação das relações de produção/reprodução das práticas institucionais, e sim para a observação do real das correlações de força no seio dos aparelhos que acaba por desencadear a transformação.

Podemos dizer que se a contribuição de Althusser torna-se fundamental para Pêcheux, caracterizando como a ideologia trabalha no interior dos aparelhos de repressão de Estado (a polícia, o exército, as prisões) e no interior dos aparelhos ideológicos propriamente ditos, onde o trabalho ideológico é assegurado por meio de um tipo de violência menos visível: a violência simbólica, é Michel Pêcheux que vem a aprofundar a questão da invisibilidade da violência simbólica justamente através da noção de formação discursiva.

Assim, de acordo com M. Pêcheux, as formações discursivas, por seu turno, permitem caracterizar as formas de inscrição e de reconhecimento dos sujeitos no interior dos aparelhos através da ordem simbólica – investigadas a partir de uma relação dialética entre o discurso, tomado como processo e uma base sobre o qual ele se articula. Vejamos como ele se coloca em relação à questão.

> *"....toda prática discursiva está, sobretudo, inscrita no complexo contraditório-desigual--sobredeterminado das formações discursivas, o que vem a caracterizar a materialidade da instância ideológica por condições históricas reflexas nas práticas discursivas, sendo necessário subtrair-se dessa relação a homogeneidade, a transparência e a circularidade dos efeitos da prática política no campo discursivo." Michel Pêcheux (1988:213)*

A citação acima, que busca caracterizar as práticas discursivas como formas de concretização do político, ou seja, da ação da ideologia sobre as forças sociais, adquire relevância

especial na medida em que, tais práticas, enquanto materialidades da instância ideológica não são homogêneas, transparentes ou circulares, devendo ser, portanto, observadas nas contingências em que se produzem.

Eis porque Pêcheux precisa distinguir as materialidades da língua e do discurso, já que as primeiras agem como uma base comum, reproduzem-se, enquanto o discurso necessita ancorar-se nas determinações históricas, nas contingências que desafiam a ordem do repetível, nas correlações de força sociais, constituindo um espectro bem mais complexo e menos transparente do que os domínios lingüísticos, cuja autonomia passa a ser entendida, sob este prisma, como sendo relativa, por produzir efeitos semânticos somente a partir de sua inscrição nos domínios discursivos.

Do mesmo modo, é importante dar destaque, seguindo o percurso de Althusser e, ao mesmo tempo, à forma como M. Pêcheux lê Althusser, à noção de interpelação do indivíduo em sujeito ideológico. Para Pêcheux interessa, inicialmente, o modo como L. Althusser descreve o "livre assujeitamento do indivíduo" como uma condição constitutiva do sujeito e ao mesmo tempo imaginária.[14]

Seguindo as pegadas de Althusser, Pêcheux irá tratar também do processo de assujeitamento, sendo este configurado como um processo "de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra" formação social, identificando-se ao seu modo de produção.

A perspectiva de assujeitamento Pêcheux, no entanto, precisa ser deslocada a partir da constatação de que as formações discursivas são heterogêneas em sua composição e mantêm entre si relações dissimétricas, de modo a constituir um trabalho de reconfiguração incessante.

Esta perspectiva leva Pêcheux a deslocar o centro de "racionalidade" da teoria althusseriana para outro lugar; isto é, ao propor que o trabalho incessante de reconfiguração das Fds. é uma conseqüência do fato de que a relação entre as formações ideológicas (FIds) e formações discursivas (Fds) não é estável, nem a reprodução das relações de produção se opõe às relações de transformação, ele passa a questionar as bases do próprio modo de sedimentação das ideologias no interior dos aparelhos de Estado.

Ao questionar, portanto, a condição de circularidade da reprodução a fim de explicar como se produz o processo de alienação que sedimenta as condições de hegemonia dos valores de determinadas classes de posse dos aparelhos de Estado, ele precisa também questionar as hipóteses que caracterizam o "voluntarismo pleno" no processo de assujeitamento ideológico dos sujeitos proposto por Althusser. Para Pêcheux, é certo que os processos discursivos não têm sua origem nos sujeitos, mas se realizam através dos sujeitos, mas de um modo bem mais complexo que transcende a idéia de voluntarismo pleno, e que ele passa a designar como 'o bom sujeito'.

Assim, em virtude do fato de estarem atrelados a condições de produção distintas, determinadas pela história e pelos acontecimentos, os processos discursivos se reformulam, são ressemantizados, produzindo determinados efeitos que tornam mais complexas e heterogêneas as formações discursivas nas quais os sujeitos se reconhecem, e, sobretudo os modos através dos quais os indivíduos podem se reconhecer como sujeitos.

Desta forma, ainda que para Pêcheux, seja possível explicar, a partir das noções de interpelação e de aparelhos ideológicos de Estado de Althusser (1999), o que determina as relações de produção/reprodução de classe, econômicas, culturais e sociais, materialmente configuradas pelo modo como os aparelhos ideológicos de Estado agem sobre os

14 É importante ressaltar que a concepção de imaginário althusseriana não se opõe ao real, mas está fundada nas determinações históricas que afetam as condições de existência dos sujeitos.

sujeitos, colocando em jogo práticas associadas a lugares que permitem compreender como se cristalizam os interesses e se produzem as relações de reprodução no seio da luta de classes, a teoria de Althusser parece ainda deixar lacunar leituras sobre o funcionamento da contradição no seio dos aparelhos ideológicos. É, pois, justamente este aspecto que Pêcheux passa a questionar.

É, portanto, a partir da dialética entre relações de reprodução/transformação no seio dos aparelhos ideológicos de Estado, e das formas de emergência dos saberes, e de seus modos de cristalização, de circulação e de transformação nas práticas discursivas que representam os interesses das formações ideológicas (FIds.) que Pêcheux irá produzir uma releitura da teoria de L. Althusser, buscando colocar em relevo o fato de que não haveria qualquer relação opositiva entre reprodução e contradição, já que ambas podem ocorrer simultaneamente e de formas tensas no interior dos aparelhos de estado, acarretando a reprodução, mas também a transformação das relações de produção.

Por outro lado, se nos propusermos a acompanhar o desenrolar da trajetória de Pêcheux em relação ao modo como ele produz uma teoria de base marxista, a partir de uma articulação de três regiões do conhecimento é preciso também que analisemos qual o estatuto a ser ocupado pela língua em sua relação com o objeto discursivo, com a história e com pressupostos dialéticos que viriam a desafiar as concepções positivistas de língua dominantes em diferentes épocas[15].

Refletindo em torno da falta de "uma teoria do funcionamento material da língua em sua relação consigo própria" Pêcheux (1975:173) busca tratá-la em termos de sistematicidade, desde que esta não se oponha ao "não-sistemático"- a divisão língua/fala e que possa ser articulada sob os aspectos morfológico e sintático.

Entendendo que a caracterização da materialidade da língua seria uma questão nuclear para o analista de discurso, mas que, ao mesmo tempo, a descrição do funcionamento desta materialidade não poderia ser autônomo, considerando, sobretudo, o fato de que os sentidos não são dados pela língua, embora esta seja a matéria prima para a produção destes, Pêcheux opta por configurar a língua como a base material dos processos discursivos. Esta escolha coloca em perspectiva o fato de que a língua se constitui no lugar material que serve de alicerce para o funcionamento dos processos discursivos e que, enquanto "conteúdo simbólico" é universal – mesma para todos – mas enquanto "conteúdo de outro conteúdo" ou "corpo de outro corpo" ela possui autonomia relativa, já que seu funcionamento, no que tange aos efeitos semânticos que as estruturas morfológicas, sintáticas produzem é determinado por uma exterioridade.

Deste modo, ao conferir à língua uma autonomia relativa, conceito tomado de Althusser e redimensionado, a língua não pode realizar uma mediação direta entre o sujeito e o mundo, sendo apenas condição necessária mas não suficiente para estruturar o sujeito e

Produzir sentidos.

É, portanto, a partir da inscrição da língua em uma determinada região ideológica, mobilizada a partir do trabalho do interdiscurso que ela passa a significar. Desde esta perspectiva, a distinção entre base linguística e processo discursivo e suas relações com a ideologia consiste em uma tentativa, proposta por Pêcheux, de articular aos domínios de concretização e funcionamento das ideologias materialidades de naturezas distintas:

15 É preciso dar destaque ao fato de que as correntes lingüísticas que se tornaram mais notáveis em diferentes momentos históricos e em diferentes contextos, tanto do "Leste" como do "Oeste" foram as concepções positivistas. No final do sec. xix e início do sec. xx temos as concepções comparatistas no contexto do Leste europeu e no início do sec. xx, por exemplo, temos as concepções estruturalistas dominando o cenário do oeste europeu.

a) a materialidade linguística, da ordem do sistemático, do logicamente estabilizado, da ordem do "funcionamento da língua em relação a si mesma";

b) a materialidade do discursivo, que não se submete a leis internas – sistêmicas – sendo, portanto, qualificada como processo por produzir efeitos a partir de uma relação dissimétrica entre a estabilidade da língua e as contingências dos acontecimentos.

Para Concluir

Este artigo buscou investigar como as noções de língua, de discurso e de ideologia adquirem determinadas especificidades em dois contextos distintos. Primeiramente, focalizamos as concepções materialistas de Valentin Volochinov, as relações estabelecidas por este autor entre língua e ideologia e o modo como ele nos apresenta o funcionamento da ideologia no contexto soviético dos anos 1920-30, buscando caracterizar a ideologia tanto da perspectiva de uma ciência que se debruça sobre as práticas discursivas produzidas na infraestrutura como da perspectiva das práticas dentro das quais ela funciona, de modo independente da consciência que os sujeitos tenham dela. No contexto francês dos anos 1960-1970, buscamos refletir sobre as concepções de discurso e de ideologia propostas por Michel Pêcheux, acompanhando sua trajetória epistemológica e as formas de intervenção próprias na concepção de ideologia de L. Althusser e na concepção de formação discursiva de Michel Pêcheux. Com base na realização deste estudo, podemos concluir, de modo provisório, que não somente as incursões de M. Pêcheux pelas concepções de L. Althusser e de Michel Foucault influenciaram o modo de produção da disciplina de Análise do Discurso, mas também as leituras realizadas em torno das contribuições de V.Valentin Volochinov, em torno da relação dialética entre o estatuto da língua – a mesma para todos – e do discurso (rech), cujos sentidos não podem ser apreendidos de forma direta, sem a inscrição deste em um contexto sócio-histórico caracterizado pela correlação de forças entre os interesses super e infraestruturais.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V.) *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.* São Paulo: Ed. Hucitec, 1986. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi et al.

_____. Speech genres and other late essays. Austin: University of Texas Press, 1996 Translated by Vern W. McGee

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Ed. Gallimard, 1994.

_____. El orden del discurso. Barcelona, Ed. Tusques, 1987.

_____. A ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996 Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio

_____. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves

LÊNIN, V. I. Obras escolhidas. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986. Trad. Instituto de Marxismo-leninismo

LÄTHEENMÄKI, Mika. Valentin Voloshinov: signos, ideologia e sentido. In: História

das idéias: diálogos entre linguagem, cultura e história. ZANDWAIS, A. (org.), Passo Fundo, Ed. UPF, 2012, p.92-119.
MARX, Karl, ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008 Trad. Luis Claudio de Castro e Costa
PÊCHEUX, Michel. Remontémonos de Foucault a Spinoza. El discurso político. TOLEDO, Mario Montforte (org.), México, UNAM, Ed. Nueva Imagen,1980, p.181-231.
_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990 Trad. Eni Pulcinelli Orlandi
_____. FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975) In: *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990 Trad. Péricles Cunha
_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al.
SPINOZA, Benedictus de. Tratado político. São Paulo: Ed. Ícone, 1994. Trad. Norberto de Paula Lima
VOLOSHINOV, Valentin N. Marxisme et philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Limoges, Ed. Lambert-Lucas, 2009 Traduit par Patrick Sériot et Inna Tylkowski Ageeva
_____. Q'est-ce que la langue et le langage. In: Marxisme et philosophie du langage. Les problèmes fondamentaux de la methode sociologique dans la science du langage. Limoges: Ed. Lambert-Lucas, 2009, p.521-572
ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso.Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009 (Série Cogitare)

Monumentos: são efeitos de que práticas?

Elizabeth Fontoura Dornelles[1]

Abstract: The text covers the impossible separation between scientific practice and ideology. Part of the first reflections of Michel Pêcheux – Thomas Herbert (1966 and 1967), where he explains, through historical materialism, how practical techniques mask the presence of ideology. Further supported by the ideas of Bauman (2000) and Escobar (1978), and having as an empirical object a product of the symbolic riograndense culture, shows how the masking of political practice occurs when the object is exposed to the work of interpretation.
Keywords: Scientific Practice; Practical Techniques; Ideology; Culture; Society; Politics.

Resumo: O texto trata da impossível separação entre prática científica e ideologia. Parte das primeiras reflexões de Michel Pêcheux – Thomas Herbert (1966 e 1967) onde ele explicita, via materialismo histórico, a forma como as práticas técnicas mascaram a presença da ideologia. Apoiado ainda nas ideias de Bauman (2000) e de Escobar (1978) e, tendo como objeto empírico um produto da cultura simbólica rio-grandense, mostra como ocorre o mascaramento da prática política quando o objeto é exposto ao trabalho da interpretação.
Palavras-chave: Prática Científica; Prática Técnica; Ideologia; Cultura; Sociedade. Política.

Introdução

A proposta de falarmos sobre práticas nasce da inquietação focada na reflexão que tenho feito dentro da pesquisa que vem sendo gestada e orienta o trabalho junto aos mestrandos do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Quando ouço o sintagma práticas socioculturais várias perguntas surgem. A primeira: será que existe prática desconectada do social? Existindo, o que afinal é cultural e o que é social? Não havendo, onde é o ponto de encontro? Como se dá esse encontro?

Começaria a atender a provocação com a afirmação de Althusser (1978) "os homens concretos são sujeitos na história", feita no texto Sem sujeito nem fim. Na reflexão sobre práticas socioculturais, coloco o sujeito no seu lugar determinado pelo materialismo histórico. Nesse lugar teórico onde não se concebe o homem separado das práticas e nem as práticas isoladas umas das outras. O sujeito que transcende a sua individualidade, "sua interioridade psicológica", interage com o todo complexo da sociedade e sua experiência fica além de si, inscreve-se na história que o afeta e é afetada.

Para pensar essa não separação, é preciso fazer um avanço no pensamento marxista. Sair de Marx, passar pela releitura que lhe fez Althusser e chegar a Michel Pêcheux. Devemos ao marxismo, ou melhor, ao materialismo histórico, parte do alicerce teórico que constitui a disciplina de interpretação, Análise do Discurso – AD.

1 Docente da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)-RS.

1 Práticas científicas e ideologias

Nos textos iniciais de Michel Pêcheux, ainda como Thomas Herbert, cito dois: Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social (1966) e Observações para uma teoria geral das Ideologias (1967) e ainda num dos seus últimos textos, Remontémonos de Spinoza a Foucault (1980), a ideologia e a contradição são objeto de reflexão profunda cujo argumento principal é a não separação entre a prática científica e a política.

Para fazer a crítica ao que considera a não cientificidade das ciências sociais, parte da demonstração do equívoco que o paradigma herdado do Iluminismo projeta sobre as ciências sociais ao impor-lhes uma separação entre a objetividade, demonstrável através dos procedimentos aplicáveis às ciências da natureza, e a subjetividade. O paradigma impunha e entendia a subjetividade como a negação do caráter científico o qual era efeito da filosofia idealista e da experimentação. A concepção de subjetividade estava pressuposta no sujeito cartesiano, portanto era individual, efeito de um eu onipotente. Ele aponta nesse texto para o que posteriormente tratará, mostrando que a subjetividade decorre da historicidade, função da história só possível no próprio movimento levado a efeito pelas práticas no interior da formação social.

Bauman (2000), ao tratar sobre as diferentes concepções ou funções que a ideologia tem recebido, reafirma a crítica de Herbert, ao mostrar que a ideologia surge para controlar a fidelidade da produção à lógica do pensamento. A função era a de ser guardiã da racionalidade pura. Já no Século XX, passa a ter um caráter anticientífico, pois deve dar espaço para o conhecimento fruto da experimentação, da manipulação empírica sobre o real, e não para as ideias abstratas. Diz o autor:

> *O termo "ideologia" passou assim do domínio do "conhecimento" para o terreno inferior das "crenças". Representava agora as crenças mais desarraigadas e ainda não superadas, falsas, equivocadas e perigosas, que arrogantemente resistiam ao teste do conhecimento; as crenças que a ciência jurara desmascarar, desautorizar e por fim eliminar da consciência humana na sua marcha para o inconteste domínio da razão. (p. 118)*

A reflexão que nos apresenta Bauman aponta para a separação entre política, filosofia, ciência, e nessa conjuntura, a ideologia se transforma na nova tábua de salvação para a burguesia esclarecida que tem no combate à ideologia sua bandeira de luta, já que ela perturbava a validade científica. O que de modo alguma afasta a ciência da política. O que passamos a ver em Herbert parte desse estágio da noção de ideologia e o que esse texto de 1966 faz é colocar o ideológico no lugar que o Materialismo Histórico lhe constituiu.

Ao tratar sobre as práticas, Herbert (1966), toma como ponto de partida o modo como práticas técnica, ideológica e teórica se constituem na relação com a prática social. A prática técnica consiste num conjunto que compreende:

1 – A matéria prima sobre a qual ela se aplica;
2 – Os instrumentos que ela utiliza, assim como a forma de trabalho humano que implicam;
3 – O produto técnico obtido. (p. 28)

Na sequência ele descreve a forma como se dá a migração da prática social ou dos seus efeitos sobre a técnica. Diz:

> *Notamos imediatamente que a prática técnica se efetua tendo em vista o produto, ou dito de outra forma, que a técnica tem uma estrutura teleológica externa; ela vem preencher*

> *um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica. O lugar onde se define a falta que indicará sua função em relação a esta técnica particular não é esta técnica,* ***mas o todo organizado da própria prática social, quer dizer, em primeiro lugar, o modo de produção tal como o definimos.*** *(grifo nosso) (idem, p.29)*

A prática técnica produzirá uma simulação, como parte do mecanismo das ideologias tipo A, através do que reproduz o real. Como diz o autor (p. 31): "a técnica realiza o real sob uma forma manipulável". São procedimentos científicos, como a experimentação, a medição, a contagem, a criação de códigos, de descrições, ver o caso da Química e da Astronomia, que permitem manipular o real e produzir uma realidade que carregará os efeitos dessa ideologia técnica.

Isso tem o funcionamento de prover a prática da objetividade necessária, imposta pelo paradigma das ciências da natureza. Dessa forma, a temida subjetividade fica escamoteada, entretanto ela está sob a forma de ideologia do tipo B, presente nas práticas sociais que produziram a necessidade do produto, efeito da técnica. E que estará sempre presente nos usos que serão feitos do "invento", seja máquina ou técnica postos a serviço dos sujeitos na formação social. A própria ideologia opera fazendo o recalcamento de que o produto dessa técnica decorre de uma demanda vinda das práticas sociais e o seu produto voltará para elas.

A técnica que se demonstra adequada ao real passa a ser vista como dotada de cientificidade, validade para ser usada nas práticas sociais cujos resultados possam ser medidos, matematizáveis na lógica do 2+2=4. Isso, entretanto, nas Ciências Sociais já se mostrou impraticável, conforme sabemos a partir do exemplo da Linguística que se funda como ciência sacrificando parte do seu objeto, a língua, quando retira dessa o aspecto individual, aquele que não se repete. Michel Pêcheux, ao longo da sua obra, busca trazer para a linguística o efeito das práticas sociais, exterioridade que havia sido desprezada pelo corte saussuriano. O que, em tentativas anteriores, como a sociolinguística, foi sem sucesso, pois não conseguiram ultrapassar a barreira das ideologias tipo B e continuaram na prática-técnica repetindo a divisão entre língua/exterioridade, ciência/ideologia.

A transmissão do produto dessa interpretação do real será administrada por ritos e sessões, sejam de ensinança ou de criação de códigos secretos. São práticas sociais como educação, caça às bruxas, intolerância às diferenças raciais ou de gênero que materializam a presença da ideologia no produto de práticas técnicas que devem guardar um caráter puramente científico sem a presença da "subjetividade".

Nos textos posteriores, Michel Pêcheux explicitará as relações entre ideologia, linguagem e práticas sociais, entretanto, como já se anunciou, não há práticas sociais sem a linguagem. Nessa reflexão de 1966, ele mostra que a transformação de uma prática técnica em prática política que será materializada nas práticas sociais se dá sob a forma de uma linguagem. Assim ele diz:

> *O instrumento de transformação da prática política é o discurso, como sistema articulado que remete a prática social complexa – seja ela sob a forma de mito ou sistema – compreende-se finalmente que a prática política tem por função transformar as relações sociais reformulando a demanda social (demanda é também comanda, no duplo sentido que entendemos daqui por diante), por meio de um discurso. (p. 35)*

As práticas técnicas, efeito da demanda das práticas sociais, produzem objetos técnicos ou técnicas das quais apropriar-se-ão os sujeitos e as transformarão no interior da formação social numa comanda no sentido de que ali inscrever-se-ão, através de suas práticas políticas, consequentemente, discursivas. A transformação que deverá se operar será pela

decorrência da explicitação da demanda vinda da prática social que foi incorporada e recalcada na/pela prática técnica.

Na primeira parte de Observações para uma teoria geral das ideologias, Herbert (1967) sustenta a impossibilidade de uma ciência ser considerada dicotomizando-se prática técnica e prática política.

Alerta para o fato de que prática técnica e prática política formam um elemento dentro da estrutura de uma prática. Remete então para a constituição dos objetos pelo duplo efeito do técnico e do político. Mostra que a prática social, na sua relação com a ciência, está na primeira fase da "transformação produtora" do objeto de uma ciência. O que fica encoberto pela a ideologia técnica, a do tipo A, que se encarrega de dissimular a presença da demanda vinda da prática social. É o momento do tipo teórico-conceptual. O segundo momento é quando se dá a "reprodução metódica" do seu objeto, pelo qual ela explora, do interior, o seu discurso para testar a coerência do objeto ou técnica.

Nas práticas sociais o efeito da prática teórico-conceptual será reproduzido como "realização do real". Um real que, como nos aponta Bauman (2000), para a ciência positivista é a autoridade suprema, inquestionável, que sustenta a cientificidade.

A experimentação, na prática social conceptual-experimental, feita no campo das relações dos sujeitos, faz circular as ideologias do tipo B, são elas que podem fazer revelar o momento primeiro que levou o cientista para o laboratório, a fase secreta, quando tudo deve parecer pura objetividade limpa de tudo aquilo que não for passível da demonstração técnica.

Pela possibilidade de resistência reveladora, o segundo momento constitui-se como condição indispensável da prática política, "ideologias tipo "B", "... estruturalmente ligada à sociedade como tal, onde desempenham o papel de cimento" (HERBERT, 1967, p. 65). Elas operam, como teorizou Althusser (1969/1996), através dos Aparelhos Ideológicos de Estado – AIEs e dos Aparelhos Repressivos de Estado – AREs.

Conforme Herbert (1966), os AIEs, esses que fazem a engrenagem da ideologia materializar-se e mover-se, como o educacional, o religioso, o jurídico, o cultural, são imprescindíveis na formação social. Fazem o trabalho com maestria e ao mesmo tempo dão conta de encobrir, deixar que as ideologias do tipo B continuem no seu papel de serem condições indispensáveis da prática política.

Conforme já tratei em Dorneles (2005), no texto de 1967, Thomas Herbert já mostra a sua preocupação em explicitar, a partir da dupla forma da ideologia (A e B), o modo como a prática vem impregnar a ciência de ideologia. Nessa busca, ele vai apontar para um novo paradigma para todas as ciências.

A não incorporação nas ciências sociais daquilo que lhes é mais próprio, impede que esses processos sejam transformados em objetos teóricos e apague-se a dicotomia entre ciência e ideologia. A consideração a esse amálgama entre ideologia, efeito das práticas sócio-históricas, e a ciência será a forma de conferir às ciências sociais a cientificidade que não poderá resultar da capacidade de fazer reprodução de um "real natural-sócio-histórico" atravessado por uma série de equívocos da ordem do ideológico. Nada escapa da ideologia, nem ciências sociais, nem ciências exatas.

É na historicidade que permeia, movimenta os processos sociais que se encadeiam constituindo as condições de produção de uma dada Formação Social, que está a sustentação científica para as ciências sociais[2] poderem ver além da prática técnica e empírica.

2 Para fazer essa afirmação recorremos a Thomas Herbert, nome adotado por Michel Pêcheux, nos seus primeiros escritos. Ele nos mostra a presença da ideologia já no momento fundador de toda ciência. A ideologia, no modo como ele trata, nessa fase inicial, está diretamente tomada de Marx. A visão de Althusser, e dos AIEs, será convocada por Pêcheux mais tarde, quando trata do assujeitamento ideológico.

Na figura que segue demonstro , a partir de dois eixos, o modo como operam a prática técnica, a fase de construção do objeto do conhecimento e produtora das ideologias tipo A, e a prática social, espaço da coleta da demanda, da concepção daquilo que será submetido ao paradigma das ciências, na perspectiva do Iluminismo, sempre tendo como modelo o das ciências da natureza. Espaço produtor das ideologias tipo B pelos "homens na história". Cabe esclarecer que uso "cientistas malucos" para ilustrar o isolamento do social, a assepsia absoluta, imposto pelo paradigma das ciências da natureza, em relação à subjetividade.

2 Práticas culturais

O real que é efeito das práticas técnicas e sociais apresenta-se como o todo estruturado sobre o qual novas práticas se instauram. Aquilo que se apresenta como o espaço dado é a formação social, delimitada pelo conjunto de práticas, normas, princípios, tradições que organizam determinado grupo. São elas que delimitam esse espaço, regulamentam as trocas sociais. É o real que rege o social e impõe-se ao sujeito que com ele relaciona-se.

A formação social, conforme já tratei em Dorneles (2005), é a realidade empírica que se apresenta como o já existente. Essa realidade resulta da historicidade que movimenta os processos sociais. A FS é regulada por códigos, por manuais de comportamento, por condutas tradicionais, por práticas sem que necessariamente tragam explicitadas as origens. São os espaços de visibilidade dos efeitos de processos desencadeados, organizados sob a forma de realidade que permite a ilusão de que isso é real. É nesse espaço que as práticas culturais se efetivam também numa perspectiva de processo submetido a uma série de equívocos decorrentes da prática social em que acontecem.

As práticas culturais tem uma ambiguidade advinda dos diferentes paradigmas adotados na definição de cultura. Uma primeira questão importante é a de que cultura pode ser dividida entre aquela que se confunde em alguns momentos com civilização e a cultura como arte, cultura simbólica.

É importante, entretanto, lembrarmos que ela é sempre uma linguagem ou um efeito de linguagem. Se pensada na perspectiva antropológica, veremos como nos aponta Bauman (2000), que a linguagem funda uma proibição, estabelece numa regra, como é o caso das

relações incestuosas, a qual encaminha para determinadas práticas sociais. Na segunda perspectiva, a dimensão simbólica, a da representação, a cultura se funda pela anti-regra, já que foge do compromisso com a lógica, pode colocar o mundo de ponta cabeça.

As diferentes concepções e funções atribuídas à cultura estão atreladas aos momentos da história das ideias, da epistemologia que governa as ciências da natureza. Como já vimos em Herbert (1966,1967), as ciências sociais acompanharam as preocupações com a descrição, foco das ciências da natureza. A questão dos estudos culturais, embora o estágio técnico-especulativo possa mascarar a presença do social, mostram-se como espaço privilegiado para o agenciamento ideológico. A demanda satisfeita volta para que, a prática sociocultural faça a dissimulação da razão dos interesses de fora, por exemplo, pelo conhecimento da cultura do outro. Conhecê-la pode ser um caminho produtivo para dominar mercados, a economia, de um determinado país.

No caso dos estudos culturais eles devem não só interpretar aquilo que é a cultura do outro através de uma matriz que, no caso do Brasil, é a cultura europeia, mas reproduzi-la através de mecanismos implícitos nas práticas sociais.

A abordagem que estamos encaminhando no PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social considera que a amplitude de concepções de cultura não impõe exclusões para o analista dos processos culturais, entretanto há que se seguir uma coerência teórica. A concepção de cultura que mobilizamos é a de totalidade de uma dimensão do processo social. Para nós, então,

> *Cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, ela mesma em processo, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas. (SANTOS, 2006, p. 50)*

Essa dimensão se materializa nas práticas e, logo, é do campo das discursividades, tendo em vista que tais práticas trazem a presença do sujeito na história e nele se corporifica a linguagem e a ideologia. Nessa linha, tratarei da cultura na dimensão de AIE, como aparelho cultural que opera na forma de agenciadora das técnicas produtoras da simulação de um real assim "tão natural".

A reflexão de Escobar (1979), é ponto fundamental para encaminhar a compreensão dessa relação. Diz ele:

> *Se a noção de cultura é equívoca ela o é, precisamente, tanto por se constituir na noção-suporte de uma antropologia voltada a falsear a análise social pela realização "cultural" das relações humanas, quanto de incumbir-se, duplamente, tanto de isolar as práticas superestruturais de base, quanto na de se constituir na farsa de um discurso acima das contradições que sirvam de sustento ao aparelho cultural. (p. 184)*

A introdução da noção de aparelho cultural estabelece a relação entre cultura e ideologia. Sabemos que a contradição é elemento fundamental nas relações sociais. A tentativa de, pela cultura, escamotear a contradição constitui-se numa estratégia para naturalizar sentidos, domesticá-los. A produção de um efeito de evidência coloca-se na contramão das práticas políticas democráticas.

Os objetos culturais estão submetidos aos múltiplos olhares e, o próprio conceito de cultura não pode ser simplificado, naturalizado, como livre da contradição produzida no

espaço das práticas sociais. As práticas sociais, aquilo que ocorre na infraestrutura, na base dos processos levados a efeito pelo sujeito, da mesma forma que ocorre com a prática técnica, não poderá ser ignorado como efeito de prática social. Eles estão afetados pela superestrutura e a afetam, pois na prática sociocultural os objetos culturais se adensam e a reforçam. Um objeto cultural assume também a condição de produto de uma demanda. A cultura, enquanto AIE, apenas esforça-se para apresentar-se como não ideológica, ou como acima das classes.

Conforme Escobar (p. 187), a cultura atravessa todos os demais AIEs como aparelho transverso, onde as práticas culturais ajudam a sedimentar tanto as práticas realizadoras do efeito ideológico de sujeito quanto sustentam – em suas razões "civilizatórias" – os rituais de dominação que disciplinam por dentro os AIE.

Resgatando o que já vimos acerca das práticas técnicas e práticas políticas, efeito do social, cabe tratarmos da cultura na dimensão de prática que, impossível de ser de outra forma se não social, tem no sintagma práticas socioculturais a síntese de um processo. Começamos por ver que a cultura como dimensão do conhecimento opera na prática técnica através de certo escamoteamento da epistemologia da ciência no interior das teorias, como se elas fossem efeito de si mesmas.

Toda a ciência tem sua epistemologia e seu paradigma. A simplificação da ciência em teoria escamotea as bases filosóficas que a constituem, o que deixa fora do alcance da técnica o acesso a um conhecimento que permitiria chegar às práticas sociais, espaço onde a demanda se constituiu sob a presença das contradições. Momento como já vimos, da circulação das ideologias que funcionam através dos AIEs. A título de exemplo, cabe lembrar que um analista de discurso, filiado à AD, não pode desconhecer a base epistemológica da Linguística, da Psicanálise, da História. Estamos num campo de outras disciplinas ou ciências, mas fazemos, sustentamos a diferença exatamente pela perspectiva epistemológica adotada na relação com essas disciplinas e ciências.

A técnica que é posta em circulação na formação social entra no circuito dos produtos a serem consumidos. Para Escobar, as concepções de cultura que a restringem ao campo, ao espaço da tão temível "subjetividade" são efeito da desconsideração ao paradigma que não admite a separação entre prática técnica e prática política. As questões do conhecimento, seus modos de produção e seus usos, estão ligados de modo indissociável às práticas socioculturais.

Escobar (1979), ao criticar um artigo de Ferreira Gullar, mostra que o equívoco que perpassa todo o artigo de Gullar é o fato de que esse "não admite a identificação da "cultura" com a ideologia, isto é, a cultura para ele se situa num terceiro lugar e é – o que agrava mais o equívoco de suas posições – confundida com as artes e as ciências." (p. 189)

A posição defendida naquele artigo está na contramão das práticas sociais concebidas como espaço onde se evidenciam todas as dimensões da existência humana, pois como diz Escobar (p. 189), "a sociedade é inseparável da dimensão ideológica e sabemos que a reprodução da sociedade como tal se faz pelas práticas, também ideológicas presentes e necessárias em todas as suas dimensões."

A cultura, nessa perspectiva, está submetida à contradição que atravessa a formação social e que se manifesta pelas lutas que, embora possam estar dissimuladas, são lutas de classe na perspectiva marxista. Desconhecer, por exemplo, que toda produção literária brasileira carrega efeitos da dominância da classe economicamente privilegiada torna-se possível na medida em que as próprias práticas socioculturais tem mecanismos para produzir tal efeito. Porém as práticas também atuam de modo a inverter posições dadas. Assim o destaque em que se colocam, diríamos, alguns produtos culturais, não significa

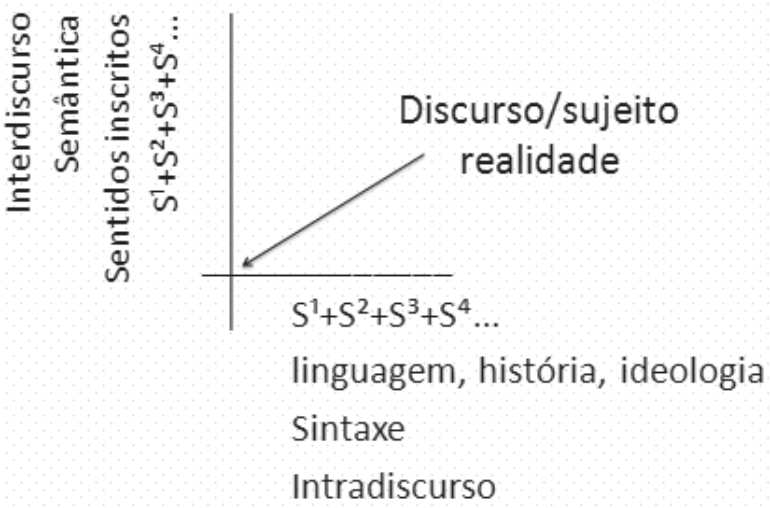
sedimentação de posição. O objeto da prática técnica, isso que ganha um estatuto de real, não cessa de produzir novas realidades desde que é posto em circulação.

No âmbito da cultura simbólica podemos exemplificar com uma obra que surge a partir da demanda social da classe ruralista do Rio Grande do Sul que, através de gestões administrativas e técnicas, constitui o produto denominado Tradicionalismo, o qual produz uma cadeia de objetos, entre eles o monumento O Laçador.

Exposto o objeto ao trabalho da interpretação o mesmo vai se distanciando da demanda, efeito das ideologias tipo B, que estão na base da sua fase conceptual e passa a ser objeto de outras demandas, ainda que se estabeleça a contradição entre a que lhe deu origem e as demais.

Como podemos ver numa série usos do objeto simbólico feito pelas práticas socioculturais que reproduzem o produto cuja demanda da prática social que lhe motivou a existência está embutida no objeto e ficou silenciada pelas ideologias do tipo A. O aparelho cultural trabalha a ideologia não só pelo objeto que está exposto, mas pela reprodução que as práticas fazem do produto. O objeto vai ganhando ressignificações as quais podem inscrever outros efeitos de sentido para o Laçador. Na mesma proporção em que a cadeia de significantes se enriquece a cada novo uso que as práticas sociais fazem do Laçador, conforme podemos ver nas fotos um, dois e três, as práticas técnicas farão trabalhar as ideologias do tipo A, inscrevendo novos objetos nessa cadeia e criando novos elementos sustentadores da demanda que produziu o objeto.

Na figura abaixo, a partir dos dois eixos do paradigma da Linguística, faço uma ilustração de como a inscrição de novos objetos das práticas sociais no eixo da sintaxe e, na concepção da AD, o do intradiscurso, reinscreve novos sentidos no eixo da semântica, o do interdiscurso para AD. Nesse movimento que envolve sujeito, linguagem, história e ideologia constitui-se a realidade cujo processo constitutivo só pode ser acessado pelas práticas científicas e políticas.



Alguns dos diferentes significantes produzidos a partir da ressignificação do Laçador pelas práticas sociais estão configurados nas imagens abaixo, Na foto 1, o monumento torna-se símbolo da campanha contra a AIDS ao receber o laço vermelho.

Jornal Correio do Povo (02/12/11)

A prática sociocultural expressa sob a forma de movimentos reivindicatórios por melhores salários e condições de trabalho se coloca aos pés do Laçador – foto 2 – com faixas e palavras que objetivam produzir a sensibilização social para a sua luta. A partir dessa composição de homens policiais vestidos de preto, faixas reivindicatórias e o símbolo do gauchismo podem produzir efeitos de sentido importantes para sua luta. Porém o que chama atenção é a contradição que a cena produz, apagada exatamente pelo efeito das práticas sociais. Não há mais resquício de luta de classes nesse gesto, todos são gaúchos lutando pela "Ordem e Progresso", luta onde os policiais tem significativa importância.

Jornal Correio do Povo (15/7/12)

O mesmo objeto, em outras condições de produção, está sendo usado para evidenciar a luta entre ruralistas e trabalhadores rurais Sem Terra. Em 2004, no momento em que os Sem Terra deflagram o movimento Abril Vermelho, os ruralistas deflagram o Maio Verde. Assim desfraldam bandeiras verdes e vestem o Laçador de verde. E o monumento, objeto "cultural", "vestido" deixa transparecer a ideologia do tipo B, a demanda social que lhe deu origem.

Jornal Correio do Povo (26/05/2004)

Importante lembrar que o poncho verde colocado sobre o monumento foi retirado por decisão judicial. Nesse episódio fica encoberto o fato de que foram os ruralistas que, há mais de cinquenta anos lançaram as bases do tradicionalismo do qual o monumento é produto. Nas práticas sociais o monumento tornou-se símbolo do Rio Grande do Sul e a prática técnica que o constitui encobriu a prática política que, nesses episódios de vestir o poncho e ter que retirá-lo, ressurge de modo contraditório.

Conclusão

A criação de condições para as práticas socioculturais moverem com o que parece estar sedimentado passa pelo desvelamento da prática política, daquela que no espaço das práticas sociais fez produzir uma demanda de modo velado. O produto das práticas técnicas, essas que fazem circular as ideologias do tipo A, carecem de análise na perspectiva política para podermos fazer aparecer a contradição que cria os produtos que, conforme tratamos, não são efeito puramente da fase teórico-técnica.

A cultura está na história e reproduz/reforça pelas práticas a luta de classes no interior das mesmas e é exatamente por isso que trazemos para a reflexão acerca das práticas socioculturais a perspectiva do materialismo histórico. Ela não tem espaço como um "terceiro neutro", não ideológico. A reflexão de Michel Pêcheux, Thomas Herbert, tem enorme importância e atualidade para que possamos tratar as práticas socioculturais sem nos deixar atemorizar pelas perspectivas, às vezes catastróficas, que nos são apresentadas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. (1969) Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. Observações sobre uma categoria: "Processo sem sujeito nem fim". In: *Posições*, Graal, 1978.

BAUMAN, Sigmund. *Em busca da política***.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DORNELES, Elizabeth F. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados.* Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ESCOBAR, Carlos Henrique. Da categoria de cultura: do aparelho cultural de estado. In: *Encontros com a civilização brasileira.* v. 16. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CORREIO DO POVO, edições de 26.5.04, 02.12.11 e 15.07.12.

HERBERT, Thomas (1966). Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Michel Pêcheux.* Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. (1967) Observações para uma teoria geral das ideologias. In: *Rua*. Campinas, 1:63-89, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Remontémonos de Spinoza a Foucault. In: *El discurso politico.* México: Nueva Imagen, 1980.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura.* 16 ed. São Paulo: Brasiliense. 2006.

Mobilidade do sujeito e dos sentidos no espaço político: processos de identificação/desidentificação

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante[1]

Résumé: Par la voi de l'Analyse du Discours, ancrée dans le Materialisme Historique Dialetique, ce travail a comme objectif analyser les diferentes positions du sujet assumés par l'ancien président Luiz Inácio Lula da Silva, dans des différents moments de sa trajetoire politique. Nous partons d'une vision de discours en tant que lieu d'action de sujets, une práxis humaine qui peut être comprise a partir de contraditions sociales qui expriment toujours des lieux discursifs qui comprennent des relacions sociales, historiques et ideologiques.
Mots-clés: sujet; discours; identification/desidentification.

Resumo: Pela via da Análise do Discurso, ancorada no Materialismo Histórico Dialético, este trabalho tem por objetivo analisar as diferentes posições de sujeito assumidas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em diferentes momentos de sua trajetória política. Partimos de uma visão de discurso como lugar de ação dos sujeitos, u ma práxis humana que não pode ser compreendida senão a partir do entendimento das contradições sociais que exprimem sempre lugares discursivos resultantes das relações sociais, históricas e ideológicas.
Palavras-chave: sujeito; discurso; identificação/desidentificação.

Introdução

Retomando o que já dissemos em Cavalcante *et.all* (2009),[2] este artigo resulta "da tessitura de uma rede de muitos fios de vozes que se cruzam, dialogam, se completam, respondem umas as outras, e, ás vezes, até polemizam."

Iniciamos a construção desta "teia" com GREGOLIN (2003, p. 47) que diz: "há textos que nos parecem familiares, reclamando leituras. [...] A aparição de um texto só se completa quando um leitor o insere na ordem da história, deslocando-o do lugar onde jaz, reclamando sentidos." Foi esse sentimento de familiaridade que nos tocou quando nos deparamos com o artigo de Orlandi (2013) – Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo? Ainda a propaganda do Estado: País rico é país sem pobreza. Neste artigo, a autora analisa o enunciado, propaganda do governo Dilma – País rico é país sem pobreza.

A leitura do referido texto fez ecoar outros textos, também de propagandas com a mesma temática, surgidas em vários governos, iniciando por Fernando Henrique com

1 Docente dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Educação e Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

2 Cf. FLORENCIO *et all* – Análise do Discurso:procedimentos e prática.

o programa Bolsa Escola e continuando nos governos Lula e Dilma com os programas Fome Zero, Bolsa Família, entre tantos outros. Este último, também pensado com o objetivo de combater a pobreza no Brasil, vinculado á escolarização de crianças e jovens. Nosso objetivo neste, artigo, no entanto, não é analisar o Programa Bolsa Família, mas discursos antagônicos produzidos a partir do acontecimento histórico que possibilitou seu surgimento, ou seja, a conjuntura histórico-ideológica que possibilitou o engendramento do acontecimento discursivo.

É a partir da análise dessas condições que poderemos chegar ao entendimento de como os sentidos do discurso se constituem e interferem na realidade, como transformação ou estabilização do sentido pretendido. Como já foi dito em Florencio et all (2009,p. 65), "para a AD, não há sentido dado, único, verdadeiro, mas sentidos vários que estão além das evidências, porque são produzidos por sujeitos que realizam suas escolhas em determinadas situações e que se mostram no modo como dizem."

Quando dizemos que os sujeitos fazem escolhas, não estamos nos referindo a um sujeito autônomo, soberano, que tudo pode, mas a um sujeito determinado por uma objetividade que o interroga, que o provoca a buscar respostas para questões atinentes à realidade concreta, com suas possibilidades e limites. pois nenhuma realidade oferece apenas uma alternativa. É diante das alternativas (por mais limitadas que sejam), postas pela realidade objetiva, que o sujeito faz escolhas e introduz as marcas das relações de classe de seu tempo. É o próprio Marx (2001) quem afirma que a cada tempo e espaço social cabe uma individualidade que reage ás determinações, a partir das possibilidades da própria objetividade. Reagindo a alternativas colocadas pela realidade objetiva, o sujeito o faz aceitando-as, delas discordando, modificando-as, retendo certos elementos nelas existentes. Segundo Magalhães et all (2009, p. 51), "é nesse espaço de escolhas que a subjetividade exerce a capacidade de produzir o novo em todas as práticas humanas, inclusive a discursiva". Segundo PÊCHEUX (1990, p. 56), "Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado,[...] mas de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço."

É possível perceber, nesse trecho, que, para Pêcheux a produção do discurso se dá, mediante um processo de identificação do sujeito com as filiações sócio-históricas, admitindo uma agitação no interior delas. Ou seja, o sujeito toma posição, identificando-se ou desidentificando-se com determinada filiação ideológica, lembrando sempre que esse deslocamento do sujeito só é possível, a partir do que a realidade objetiva lhe permite escolher. Nesse sentido, afirma MAGALHÃES et all (2007, p. 140),

> *O discurso não é uma construção independente das relações sociais, mas ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação. Pêcheux enfatiza esse fato em todos os seus textos, ao submeter a formação discursiva ás formações ideológicas que, por sua vez expressam as contradições de classes antagônicas da sociedade.*

É a partir desses pressupostos que nos propomos analisar as diferentes posições de sujeito assumidas pelo ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o mesmo acontecimento – Bolsa família - em diferentes momentos de sua trajetória – como líder do sindicato de metalúrgicos e como presidente da república – verificando como essas posições ideologicamente atravessadas, interferem nos processos de identificação/desidentificação que se corporificam e se revelam em discursos, materializados pela linguagem.

A materialidade apresentada a seguir foi transcrita de um vídeo intitulado Lula contra Lula[3] que contém depoimentos do ex-presidente, antes e depois de assumir o poder. Vejamos Lula em 2000, posicionando-se sobre os programas sociais de seu oponente, eleito Presidente da República

> *Lamentavelmente, no Brasil, o voto não é ideológico.. Lamentavelmente, no Brasil, as pessoas não votam partidariamente.*
> *Lamentavelmente,* ***no Brasil, você tem uma parte da sociedade, que pelo alto grau de empobrecimento, é conduzida a pensar pelo estômago e não pela cabeça.*** *É por isso que se distribui tanta cesta básica, tanto ticket de leite, porque isso na verdade é uma* ***peça de troca no momento da eleição e assim se despolitiza o processo eleitoral.*** *Assim, você trata o povo mais pobre no Brasil, da mesma forma que Cabral tratou os índios, distribuindo bugigangas para ganhar os índios, você distribui alimentos.* ***Você tem como lógica manter a política de dominação que é secular no Brasil*** *(Grifos nossos)*

De que lugar (discursivo) fala Lula e a partir de que posição de classe, considerando que a tomada de posição do sujeito revela sempre sua posição de classe? Com que Formação Ideológica esse sujeito se identifica?

Segundo LEONTIEV, (2004, pp.104,105), "todo sentido é sentido de alguma coisa. Com efeito, o sentido traduz precisamente a relação do sujeito com os fenômenos objetivos". Entendemos haver uma perfeita coerência do pensamento do referido autor com o de Michel Pêcheux, na citação que aqui retomamos: "Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado)". Encontramos também em Zoppi Fontana (1999, p.23) contribuições nesse sentido quando diz que "o processo de constituição do sujeito se dá pelas relações de identificação ideológica estabelecida com as posições de sujeito. [...] Nesse sentido, os lugares de enunciação se definem em relação ao funcionamento do Estado e de suas instituições".

As Formações ideológicas são definidas por Haroche (1971, p. 103) como "um conjunto complexo de atitudes e representações que nem são individuais nem universais, mas dizem respeito às posições de classes em conflito." Representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito. Assim, cada Formação Ideológica estabelece um conjunto de valores, atitudes e representações historicamente definido em relação às classes em confronto – capital x trabalho -, dando lugar a discursos que põem à mostra posições em que os sujeitos se colocam. São, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas ás relações de classe e constituem matrizes comuns a um conjunto de discursos que expressam posições assumidas pelos sujeitos em diferentes práticas sociais concretas.

Voltemos às condições em que é produzido esse discurso de crítica às políticas compensatórias. As Condições de Produção do Discurso – categoria central da AD – englobam as condições materiais de produção do Discurso, ou seja, a situação mais imediata e o sujeito em suas relações mais amplas, resgatando pela memória sócio-histórica e ideológica, discursos outros. Vamos encontrar em Bakhtin/Volochinov (1981, p.122) o embrião

3 Disponível em http:/WWW.youtube.com/watch?v=khrWYPd3RQ

desse conceito que depois é apropriado pela A.D. "A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente, e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação." Vejamos, pois a situação social imediata e as condições amplas em que Lula produz o seu discurso.

Ano de 2000, após mais uma disputa pela presidência da república entre Fernando Henrique Cardoso (candidato à reeleição) e Luis Inácio da Silva– derrotado pela terceira vez. Fernando Henrique, reeleito para o segundo mandato, já em 1999, implanta um Programa de Reforma e Proteção Social que engloba um conjunto de 22 programas selecionados nas áreas de saúde, educação, previdência e trabalho, destinados à prestação de serviços sociais básicos e voltados para grupos de baixa renda - Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação; Benefício Mensal – Portadores de Deficiência, Auxílio-gás, entre outros benefícios.

Lula, na condição de ex-presidente do Sindicato dos metalúrgicos do ABC e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, qualifica esses programas como paliativos, que não contribuem para que seus usuários adquiram autonomia financeira; ao contrário, funcionam como benesses, como favores que têm por objetivo manter os beneficiários na condição de eternos devedores dos seus benfeitores. É pois, a partir do lugar da classe dominada, do lugar do trabalhador explorado que ele enuncia, e, de sua percepção do momento político vigente, atribui sentidos aos programas assistencialistas: são peça de troca no momento da eleição;estratégia de despolitização do processo eleitoral; mecanismo de manutenção da política de dominação, secular no Brasil. Em termos de condições amplas do discurso, esse enunciado retoma a memória da formação social brasileira, capitalista, subdesenvolvida que, segundo Florencio et all (2009, p. 66), "se fez e ainda permanece com suas instituições impregnadas pelo abuso de poder, pelo favoritismo, nepotismos concretizados pelo uso de empregos públicos, usados como moeda de troca entre os políticos."

No caso específico dos programas de Proteção Social, a "moeda de troca" torna-se ainda mais cruel, pois consiste em trocar alimentos, artigos de subsistência por votos, uma vez que esses programas têm um destinatário específico: uma parte da sociedade que pelo alto grau de empobrecimento, é conduzida a pensar pelo estômago e não pela cabeça. Ser conduzido é ser incapaz de decidir sobre seu próprio rumo, ou mesmo não saber que rumo tomar. E o que produz esse fenômeno? "O alto grau de empobrecimento". É esse grau de empobrecimento extremo que desumaniza as pessoas, ao ponto de fazê-las "pensar com o estômago e não com a cabeça". Esse enunciado produz um efeito de sentido que nos leva a uma interpretação da metáfora do "estômago pensante", como uma denúncia do processo de desumanização a que é submetida (conduzida) a classe dominada, excluída de todos os bens socialmente produzidos. A essa classe é negado, inclusive o direito de escolher seus representantes, pois, afim de assegurar a alimentação para manter-se vivo, resta-lhe a opção de trocar seu voto por comida. Nessa perspectiva, a atividade do homem limita-se ao atendimento de uma necessidade instintiva, biológica – saciar a fome - como os animais, pois, segundo Leontiev, (2004, p..67),"a atividade dos animais é biológica, instintiva. Por outras palavras, a atividade animal não pode exercer-se senão em relação ao objeto de uma necessidade biológica." Continuando, o referido autor, (op. cit, p. 90), diz:

> *chamamos de pensamento, em seu sentido próprio, o processo de reflexo consciente da realidade, nas suas ligações e relações objetivas, incluindo os objetos inacessíveis á percepção imediata.[...] Razão por que é condição necessária do aparecimento do pensamento a distinção e a tomada de consciência das interações objetivas. Mas esta tomada de consciência é impossível nos limites da atividade instintiva dos animais.*

Por aí podemos deduzir que quem "é conduzido a pensar pelo estômago e não pela cabeça" não pensa, não decide nada. É necessário que alguém pense e decida em seu lugar É isso que acontece com a parte da sociedade que "é conduzida a pensar pelo estômago": Pelo seu "alto grau de empobrecimento não é capaz de perceber que a sua situação de miséria é causada pelo modelo injusto de sociedade capitalista, excludente que seus "benfeitores" lutam para manter." A esse respeito, já dizia Marx, nos manuscritos econômicos (2002, p.147), "Um ser só é independente quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si próprio quando a si mesmo deve a existência. O homem que vive pelo favor de outros se considera como um ser que depende. Vivo completamente de favor de outro, quando lhe devo não só a manutenção da minha vida, mas também a criação".

Mudam-se os lugares/mudam-se os sentidos

Passados não mais que dois anos, desencadeia-se uma nova disputa eleitoral pela Presidência da República. Nesse embate, destacam-se duas candidaturas – José Serra, candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso e, representando a oposição, o ex-sindicalista e ex-operário Luis Inácio Lula da Silva que adota como carro-chefe de sua campanha o combate à pobreza. Eleito com uma margem significativa de votos, assume a presidência da República, apresentando-se como representante da classe trabalhadora, de uma força política capaz de construir um novo Brasil "sem fome e sem miséria", e, uma das primeiras medidas de seu governo é a implantação do programa Fome Zero,[4] vendo,nesse programa, a grande saída para a resolução do problema da fome e da miséria no Brasil. O documento intitulado Solidariedade, produzido pelo então Ministro extraordinário da Segurança Alimentar e Combate á Fome do governo Lula (2003) assim se refere ao programa Fome Zero: " é a primeira pedra dos alicerces para crescer com justiça social"[5]. Segundo Moreira et all(2005, p.138), "Os movimentos progressistas brasileiros viam essa campanha como uma possibilidade de profundas mudanças sociais [...] que, embora não sendo revolucionárias, significariam o fim do neoliberalismo. Por outro lado, os setores representantes do capital lançaram um olhar, [...] de forma positiva, na perspectiva de ampliação dos seus interesses".

Estaríamos, então, diante de um governo de consenso que representaria o fim do antagonismo existente acerca dos interesses do capital e do trabalho? Isso seria cabível num modo de produção capitalista cuja lógica se funda na exploração do trabalho do outro? Como isso seria possível sob a égide de uma sociedade capitalista cujos fins são expandir, cada vez mais seu processo de reprodução? PETRAS (2003, p.28) apresenta contribuições para a compreensão desse fenômeno. Diz ele:

> *Os meios financeiros brasileiros e estrangeiros, as instituições financeiras internacionais (o FMI, o Banco Mundial a Wall Street, a Cit de Londres e preeminentes líderes da direita, como o ministro Tony Blair e o presidente Bush) elogiaram Lula como "homem de Estado" e "líder carismático". Em outras palavras, os grandes capitais, os banqueiros e os líderes políticos da direita consideraram Lula um aliado na defesa de seus interesses contra a esquerda e os movimentos populares.*

Por aí já podemos começar a desconfiar de que alguma coisa está errada. Como pode a classe dominante apoiar reformas que possam ameaçar o metabolismo do capital? Se as instituições financeiras, representantes do grande capital, não estão fazendo oposição a

4 Esse programa substitui o programa Comunidade Solidária do governo FHC

5 Disponível em: http:/PT.wikipedia.org/wiki/Bolsa_FamC3%ADlia

esses programas, se estão considerando Lula um seu aliado, é porque as políticas sociais implantadas, sob a aparência de um "Brasil Novo", nada mais são do que um conjunto de medidas resultantes de um "consenso passivo". Segundo Coutinho (2010, p. 12),

> *Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas, [...] mas simplesmente pela aceitação do existente como algo 'natural'. Mais precisamente, da transformação dos valores e ideias das classes dominantes em senso comum das grandes massa, inclusive das classes subalternas.*

A partir do Programa Fome Zero, que vem em substituição do programa Comunidade Solidária do governo FHCF, surgem vários outros como: fortalecimento à agricultura familiar, programa primeiro emprego, microcrédito, entre outros. O Fome Zero, diz o já citado documento governamental "é um programa que, a partir de um conjunto de ações, tem como prioridade assegurar aos pobres o direito à vida, para que eles possam lutar pela própria sobrevivência" (grifo nosso).

Por questões administrativas de operacionalização o Programa Fome Zero é substituído pelo Programa Bolsa Família que unifica o Programa Fome Zero, mais quatro programas implantados no governo FHC – Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Vejamos o que diz o documento elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Lula[6] "o Bolsa Família, além de representar uma evolução conceptual e operacional dos programas sociais está trazendo uma substancial economia de custos. [...] O governo trocou a dispersão pela unificação e passou a dar voz e vez a milhares de excluídos, para torná-los protagonistas de sua própria emancipação". (grifo nosso).

Em 2009, numa cerimônia em Belo Horizonte, o então presidente da república condena veementemente os que criticam o programa Bolsa Família.

> *Alguns dizem assim. O Bolsa Família é uma esmola; o Bolsa Família é assistencialismo; o Bolsa Família é demagogia e vai por aí. Tem gente tão imbecil, tão ignorante que ainda fala: o Bolsa Família é para deixar as pessoas preguiçosas, porque quem recebe o Bolsa Família não quer trabalhar. [...]* ***O Bolsa Família é a porta de saída da miséria e a porta de entrada num mundo melhor*** *(Grifo nosso).*

O que há de familiar nesses textos? Que leituras eles reclamam? Não nos causa estranheza que esse discurso seja produzido pelo mesmo enunciante que criticava as políticas compensatórias do seu antecessor? Ocorre que agora esse sujeito discursivo mudou de posição – da posição de sujeito sindicalista para a de presidente da república, representante do Estado e de suas instituições e, conforme Zoppi Fontana (1999, p. 23) "os lugares de enunciação se definem em relação ao funcionamento do Estado e de suas instituições", ou seja, o processo de constituição do sujeito se dá pelas relações de identificação/desidentificação ideológica das posições capital x trabalho em relação ao Estado. Assim, ao assumir a posição de um Estado cuja função é a defesa do capital é desse lugar que ele enuncia e, dessa posição, produz novos sentidos que apagam/desqualificam os discursos de crítica, inclusive o seu, produzindo um sentido antagônico para a mesma ação política – O Programa de combate à fome.

6 Disponível em:http://WWW.mds.gov.br/bolsafamilia.

Vejamos.

Lula 2002	X	Lula 2009
Programas FHC - peça de troca eleitoral; - estratégia de despolitização do processo eleitoral; -.mecanismo de manutenção da política de dominação.	**Programa Bolsa Família** - dá voz e vez aos excluídos; -.torna os excluídos protagonistas de sua própria emancipação; - porta de saída da miséria e porte de entrada para um futuro melhor.	

Tomemos alguns enunciados desse segundo momento **"O governo** trocou a dispersão pela unificação e **passou a dar voz e vez a milhares de excluídos, para torná-los protagonistas de sua própria emancipação.".(**grifo nosso). **O Bolsa Família é a porta de saída da miséria e a porta de entrada num mundo melhor** (Grifo nosso). Vale lembrar que o Programa Bolsa Família consiste na ajuda financeira de R$60,00, às famílias pobres (definidas como aquelas que possuem renda per capta de 70 até 140 reais) e extremamente pobres (com renda per capta menor que 70 reais). A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes frequentando a escola e vacinados. Ora, uma família de 4 pessoas com a renda per capta de 70 reais, recebe por mês 280 reais + 240 do Bolsa Família, 520 reais. Na realidade econômica atual, essa quantia é suficiente apenas para que adquiram o básico para sua alimentação. Essas pessoas não estariam também "sendo conduzidas a pensar pelo estômago e não pela cabeça? Como poderiam ser "protagonistas de sua própria emancipação". O que seria "ser protagonista de sua própria emancipação"? Seria poder decidir os rumos de sua vida, tendo consciência do que produz, para que e para quem produz. É ter consciência de que o produto de seu trabalho gera riqueza, e, se essa riqueza não melhora sua condição de vida é porque ela é apropriada por outros. É não se resignar com as condições de existência impostas pela sociedade que lhe permitem apenas satisfazer, de modo ainda precário, suas necessidades essenciais e primárias: comer, beber e reproduzir-se. É isso que uma renda Segundo Marx e Engels (2004, p. 10), "A emancipação dos indivíduos, sua libertação das condições opressoras só poderia se dá quando alcançasse todos os níveis, e, entre eles, o da consciência. Somente a educação, a ciência e a extensão do conhecimento, o desenvolvimento da razão, pode conseguir tal objetivo."

Nesse mesmo sentido, Tonet (2005, p. 222) afirma que propiciar a emancipação humana é garantir ao indivíduo "a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, etc, que se constituem em patrimônio acumulado ao longo da história da humanidade." Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano.

Um outro sentido atribuído ao programa Bolsa Família é que ela "é a porta de saída da miséria e a porta de entrada num mundo melhor". O que significa um mundo melhor para quem ultrapassa os umbrais da miséria? A nosso ver, não seria um mundo melhor, pois o mundo da miséria não bom; seria um mundo menos ruim, menos miserável, apenas.

Entretanto, muitos defensores do Bolsa Família argumentam: mas agindo assim o governo não está de fato, melhorando as condições de vida dessa população? ? Os usuários desse programa também o consideram uma benesse do governo, emitindo sobre ele algumas avaliações do tipo: "melhor po.uco do que nada"; "o pouco com Deus é muito"

Consideramos pertinente a contribuição de Courtine (b 2006, p. 21) que, ao falar sobre "A arte da mentira política" diz que para levar a bom termo um projeto pçlítico, certas condições são imprescindíveis. "É necessário dispor de uma massa de crédulos prontos a repetir, expandir, disseminar por toda parte as falsas notícias forjadas. A reserva de ingênuos é indispensável, pois, 'não há homem que recite e espalhe uma mentira com tanta graça como aquele que acredita nela". Consideramos pertinente também, trazer aqui, uma citação contida em um artigo de Michel Pêcheux intitulado: Foi "propaganda" mesmo que você disse? Nesse artigo, falando sobre propaganda política, Pêcheux refere-se a Tchakotin, formulador da bio-psicologia da propaganda, autor de Violação das multidões pela propaganda política, publicado em 1939. Sobre o referido teórico diz Pêcheux (2011, p. 37), "numerosos são hoje aqueles que de diversos horizontes tomariam essas terríveis palavras de Tchakotin (1939, apud, Pêcheux, 2011, p. 38).

> *O grande perigo que a humanidade corre é determinado por três fatos: o primeiro deles é que há homens que perceberam a possibilidade, no estado em que se encontra a maior parte de seus contemporâneos, de fazer deles marionetes, de fazê-los servir a seus fins. [...] O segundo fato é precisamente que essas possibilidades existem e que a proporção dos seres humanos que sucumbem a elas é espantosa – dez contra um. O terceiro fato consiste em em que a violação psiquica coletiva pelos usurpadores se faz sem que nada se oponha a ela, sem que estes que deviam velar para impedi-la percebam o perigo.*

Considerações finais

Como diz Orlandi (1995, p,30) "o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas. Hoje com as estratégias do Estado Neoliberal, criado para recompor a crise que se instalou no Sistema Capitalista na década de 70 e 90, estamos assistindo a um projeto que se alastra construindo sentidos que se legitimam a favor do bloco dominante e, para manter seu projeto hegemônico é necessário impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade,

Para atingir seus objetivos, e, ao mesmo tempo, mascarar/ocultar seu comprometimento com determinados grupos, lança mão de vários mecanismos discursivos que produzem "excelentes" resultados ideológicos, por sua capacidade de anular a reflexão crítica. Trava-se, então, no espaço político uma luta não só pela tomada e manutenção do poder, mas também pela tomada e manutenção da palavra. Por isso, a conquista da mídia tem sido uma prioridade da política, pois não basta apenas ocupar os canais de comunicação, mas também conquistar a legitimação midiática e fechar o acesso aos adversários, impondo seus consensos e valores. A nosso ver, é isso que constatamos nas posições de sujeito assumidas pelo ex-presidente, Luis Inácio Lula da Silva nas materialidades que analisamos.

Para entender os processos de sustentação desse discurso político, é necessário recorrer aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Essa teoria nos fornece subsídios que nos permitem desvelar os discursos, visto que não se limita, apenas, a interpretar fatos na sua aparência fenomênica, mas busca entender esses fatos pela via da conjuntura histórico-ideológica que possibilita o seu surgimento. A AD descreve e interpreta como os sentidos se constituem e se fixam na sociedade, sempre na articulação indissociável entre a língua e a história.

Referências

BAKHTIN, Mikhail, *Marxismo e filosofia da linguagem***.** São Paulo: Hucitec, 1981.
COUTINHO, Carlos Nelson – "Hegemonia da pequena política" *in:* OLIVEIRA, Francisco de et all – *Hegemonia ás avessas.* São Paulo: Boitempo, 2010.
FLORENCIO, Ana Maria Gama *et all – Análise do discurso: procedimentos & prática.* Maceió: EDUFAL, 2009
GREGOLIN, Maria do Rosário – "Sentido, sujeito e memória: com que sonha nossa vã autoria?" *in:* GREGOLIN, Maria do Rosátio et all (ORG.) *Análise do discurso: as metarialidades do sentido.* São Carlos: Clara Luz, 2003.
LEONTIEV, Alexis, *Desenvolvimento do psiquismo.* São Paulo: Centauro, 2004.
MAGALHÃES, Belmira Rita, *et all* **–** História, consciente e inconsciente:o sujeito na análise do discurso *in: Revista LEITURA,* Nº 40. Maceió: EDUFAL, 2007.
MARX, Karl – *Manuscritos econômicos filosóficos.* São Paulo: Martin Claret, 2002.
MOREIRA, Luciano Accyoli Lemos – "Fome zero: uma ação política a um mal social? *In:* CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (org.) *As malhas de discursos (re)veladores.* Maceió: EDUFAL, 2005.
ORLANDI, Eni – *As formas do silêncio no movimento dos sentidos.* São Paulo: UNICAMP, 1995.
_____ -Uma tautologia ou um embuste semântico discursivo? Ainda a propaganda de Estado: país rico é pais sem pobreza *in:* DIAS, Verli e PETRI, Cristiane (orgs) *Análise do discurso em perspectiva* Santa Maria: Ed. Ufsm, 2013.
PÊCHEUX, Michel, *Semântica e discurso.* Campinas: UNICAMP, 1988
_____ - "Foi "propaganda" mesmo que você disse:" *in:* ORLANDI, Eni, - *Análise de discurso Michel Pêcheux.* Campinas: Pontes,2011.
PETRAS, James – "Para onde vai o Brasil?" *in:*Marxismo vivo: revista internacional, n. 7. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2003.
TONET, Ivo, - *Educação, cidadania e emancipação humana.* Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.
ZOPPI FONTANA, Mónica – "Lugares de enunciação e discurso" *in: Revista LEITURA*, N. **23.** Maceió: EDUFAL, 1999.
VÍDEO – *Lula contra Lula* Disponível em:http://WWW.mds.gov.br/bolsafamilia

Uma palavra sobre matéria: Bakhtin e Tynianov

Alastair Renfrew[1]

Il y a pour toute chose une
théorie qui se proclame
elle-même 'le bon sens'.
Victor Hugo

Résumé: Cet article se penche sur questions de materialisme et de formalisme durant les années 1920-1930 dans le contexte soviétique. On analyse la querelle entre les sources de la pensée marxiste et des études formalistes pour reflechir surtout autour de la materialité des études literaires et aussi sur la dichotomie entre forme et contenu.
Mots-clé: Esthetique et Literature; Materialités Literaires; Formalisme; Contexte Sovietique

Resumo: Este artigo se debruça em torno de questões relacionadas ao materialismo e ao formalismo durante os anos 1920-1930 no contexto soviético. Buscamos analisar a querela entre as bases do pensamento marxista e dos estudos materialistas, a fim de refletir, sobretudo, em torno da materialidade dos estudos literários e também sobre a dicotomia entre forma e conteúdo.
Palavras-Chave: Estética e Literatura; Materialidades Literárias; Formalismo; Contexto Soviético

Quando Mikhail Bakhtin escreveu, em 1924, a respeito dos perigos de uma "estética material"[2], sua principal preocupação não era em relação à abordagem amplamente marxista com a qual o pensamento materialista é muito comumente associado no campo literário; o principal destinatário da polêmica de Bakhtin era, preferencialmente, o chamado "método formalista" e seus variados proponentes, os quais ofereciam a única alternativa significante para o "Marxismo" na luta por destaque nos estudos literários soviéticos. As motivações de Bakhtin ao atacar os Formalistas podem ter sido, em parte, pragmáticas, assim como também ocorreu com Pavel Medvedev, em grande parte, em sua declaração escrita mais

1 Professor Leitor de língua Russa na Universidade de Durham. O artigo foi publicado originalmente em língua Inglesa em **'The Slavonic and East European Review', 84.3, 2006, p.419-445.**

2 M. M. Bakhtin, 'Problema soderzhaniia, materiala i formy v slovesnom khudozhestvennom tvorchestve', in Raboty *1920*–kh godov, Kiev, 1994, pp. 257–318; 'The Problem of Content, Material and Form in Verbal Art', in *Art and Answerability*: Early Philosophical Essays by M. M. Bakhtin, ed. Michael Holquist and Vadim Liapunov; trans. Vadim Liapunov and Kenneth Brostrom, Austin, TX, 1990, p. 257–325 (hereafter, Bakhtin, 'The Problem of Content, Material and Form'; traduções modificadas, as referências de página são da edição russa lançada primeiro).O artigo foi parcialmente publicado como 'K estetike slova', em Kontekst–73, Moscou, 1974, pp. 258-80, e publicado por completo no ano seguinte em M. M. Bakhtin, Voprosy literatury i estetiki: issledovaniia raznykh let, ed. S. Leibovich, Moscow, 1975, p. 6-71. Para uma visão completa, por vezes tendenciosa do contexto e das circunstâncias da não-publicação do artigo em 1924, ler o comentário em M. M. Bakhtin, Sobranie sochinenii, vol. 1, ed. S. G. Bocharov and N. I. Nikolaev, Moscow, 2003, p. 707-41.

tarde contra o formalismo, *O método formal nos estudos literários,* publicada em 1928, quando o produto de sua luta era menos aberto à discussão[3]; e eles também podem ter envolvido um certo *hauteur*[4]*,* com a implicação de que as abordagens grosseiramente deterministas que passaram pelos estudos marxistas representados, em um nível teórico, constituíam um oponente impróprio.

O elemento mais importante da motivação de Bakhtin, no entanto, é a convicção de que o Formalismo e o Marxismo, ao invés de serem os inimigos naturais, como os seus engajamentos na luta poderiam sugerir – uma presunção que foi posteriormente intrincada pela história literária canônica – na verdade, ambos representariam dois lados da mesma moeda.[5]

Dois problemas teóricos fundamentalmente relacionados recaem no cerne desta convicção: o primeiro é a dicotomia entre forma e conteúdo, e o segundo, vinculado ao primeiro, é tão inconveniente quanto é negligenciado – o que é, de fato, a *materialidade* da literatura?

No período entre a dissolução do *Lef* e sua eventual 'capitulação' dos representantes ostensivos do marxismo no estudo literário, Viktor Shklovskii fez uma última tentativa de reunir as forças dispersas do *Opoiaz*[6]. O objetivo de Shklovskii pode ter sido a segurança organizacional mais do que a restauração de uma unidade teórica perdida, mas ele foi encorajado nas suas tentativas – ou pelo menos considerado – por Roman Jakobson e Iurii Tynianov, cujo conteúdo programático em 1928, "Problema no estudo da Literatura e da Linguagem", viria a ser o foco teórico *e* organizacional da restauração do *Opoiaz*[7].

---

3 P. N. Medvedev, Formal´nyi metod v literaturovedenii. Kriticheskoe vvedenie v sotsiologicheskuiu poetiku, Leningrad, 1928; P. N. Medvedev/M. M. Bakhtin, *The Formal Method in Literary Scholarship*: A Critical Introduction to Sociological Poetics, trans. Albert J. Wehrle, Baltimore, MD, 1978. Esta tradução foi reimpressa em 1985 com os nomes dos autores em ordem reversa: M. M. Bakhtin/P. N. Medvedev, *The Formal Method in Literary Scholarship*: A Critical Introduction to Sociological Poetics, trans. Albert J. Wehrle, Cambridge, MA, 1985 (hereafter, Medvedev, The Formal Method; todas as citações em Inglês são da edição mais nova).

4 Eminência. NT.

5 É importante ressaltar, entretanto, que Bakhtin às vezes é visto como um estudioso operando entre o Formalismo e o Marxismo: ver por exemplo Ann Shukman, 'Between Marxism and Formalism: the Stylistics of Mikhail Bakhtin', in Elinor Shaffer (ed.), Comparative Criticism: A Yearbook, 2, 1980, p. 221–34; Michael Bernard-Donals, *Mikhail Bakhtin: Between Phenomenology and Marxism*, Cambridge, 1994.Galin Tihanov, em uma avaliação mais ampla do espaço do Formalismo na história intelectual do Ocidente, expressou sua curiosa relação 'dupla' com o Marxismo ao tentar 'ser mais Positivista do que o Positivismo' e a tentativa de competir com o Marxismo na mesma arena (conceitual e pragmática): Galin Tihanov, *'Zametki o dispute formalistov i marksistov 1927 goda', Novoe literaturnoe obozrenie,* 50, 2001, p. 279–86; see also D. Ustinov, *'Materialy disputa* "*Marksizm i formal´nyi metod*" 6 marta 1927 g.', *Novoe literaturnoe obozrenie*, 50, 2001, pp. 247-78.

6 *Opoiaz* [Obshchestvo izucheniia teorii poeticheskogo iazyka] deixou de funcionar como um grupo formal desde o momento da partida forçada de Shklovskii para Berlim no início de 1922, embora Boris Eikhenbaum e Iurii Tynianov permanecessem vinculados pessoalmente e profissionalmente muito após esta data. Logo após seu retorno à Rússia no fim de 1923, Shklovskii pediu ajuda institucional no contexto mais utilitário, e talvez, politicamente promissor da aliança Marxista/Futurista *Lef* [Levyi front iskusstva], que absorveu o ex-membro da Opoiaz,, Osip Brik, e pôde ostentar em sua essência a figura emblemática de Vladmir Maiakovskii.*Lef,* por sua vez, se desfez no outono de 1928 devido a tensões ideológicas e pessoais, cuja combinação precisa é difícil de determinar.

7 Shklovskii convidou vários estudantes de diversos níveis de proximidade ao Opoiaz para responder à tese baseada no artigo de Tynianov e Jakobson como base para uma forma de manifesto publicado para a nova organização; dessa maneira, é irônica a forma como a tentativa culminou na publicação da resposta individual de Shklovskii, como a tese profundamente ambivalente e/ou comprometida '*Pamiatnik nauchnoi oshibke*', que foi interpretada como encarnando uma capitulação sem reservas/tendenciosa, e tática. V. B. Shklovskii, *'Pamiatnik nauchnoi oshibke'*, *Literaturnaia gazeta*, 27 January 1930, p. 4. Also, Iurii Tynianov and Roman Jakobson, *'Problemy izucheniia literatury i iazyka' [*1928], in Tynianov, *Poetika. Istoriia literatury*. Kino, Moscow, 1977 (hereafter, *Poetika*), pp. 282–83; 'Problems in the Study of Literature and Language', in Ladislav Matejka and Krystyna Pomorska (eds), *Readings in Russian Poetics*: Formalist and Structuralist Views, Ann Arbor, MI, 1978 [1971], pp. 79–81.Para um estudo detalhado e recente dos esforços de Shklovskii

Shklovskii também deve ter sido encorajado, entretanto, por algo muito mais indefinido, ou seja, sua avaliação em relação ao fracasso contínuo das críticas marxistas dispostas a ocupar o centro do debate da crítica literária com algum nível de convicção teórica. De acordo com o que Shklovskii escreveu a Osip Brik em Fevereiro de 1929:

> *A questão mais difícil é a questão das nossas relações com os Marxistas. Isto é, em sua essência, uma questão de uma atitude em resposta a uma atitude, porque os próprios Marxistas não foram encontrados (Ibid., p. 142).*[8]

Esta declaração até representa um epitáfio da série de tentativas para construir uma teoria marxista da Literatura durante a primeira década soviética: "Marxistas não foram encontrados".

O diagnóstico de Shklovskii da falta de abordagens convincentemente marxistas para a literatura não é tão surpreendente quanto pode parecer, principalmente porque os fundamentos sob os quais a estética marxista foi construída foram produzidos de modo profundamente problemático.

Há duas principais razões para isso, as quais são tão fortemente relacionadas que podem ser consideradas virtualmente inseparáveis: a primeira diz respeito à relativa reticência de Marx em relação às questões estritamente estéticas (expressão que pode ter parecido para ele, em termos, uma contradição)[9]; a segunda é a necessidade concomitante desta deficiência ser complementada por seguidores e intérpretes de Marx no contexto russo e soviético, frequentemente, e mais danosamente, com referência direta aos princípios centrais do marxismo que foram somente secundariamente, ou até tangencialmente, preocupados com a estética[10]. Deste modo, para dar um exemplo óbvio, as leis da oferta e da procura

---

a este respeito, ver Aleksandr Galushkin, "*I tak, stavshi na kostiakh, budem trubit´ sbor": K istorii ne sostoiavshegosia vozrozhdeniia Opoiaza v* 1928–1930 gg.', *Novoe literaturnoe obozrenie*, 44, 2000, pp. 136–58.

8 Shklovskii prossegue na mesma carta para relacionar a insistência de Lev Iakubinskii para com a necessidade de uma linguística marxista, apesar da incerteza deste com relação ao que precisamente isso poderia implicar. A linguística nos oferece um paralelo educativo para os estudos literários a esse respeito, e eu estou devendo a Nikolai Nikolaev por destacar um aspecto da 'lógica' particular do objetivo de Shklovskii: Se o Marxismo foi capaz de estabelecer-se como uma doutrina linguística 'Marxista' autorizada, porque não uma marca do Formalismo modificado (ex. historicizado ou sociologizado) como 'o método' para a crítica literária?

9 Esta dificuldade é agravada pela publicação histórica de certa obra de Marx em tradução russa: *A Ideologia Alemã,* por exemplo, foi publicada primeiramente em 1932, muito depois do momento onde poderia afetar o debate corrente na teoria e crítica. Para um trecho maior, ver Karl Marx, *Selected Writings*, ed. David McLellan, Oxford, 1977, pp.159-91. Com o benefício de uma visão retrospectiva, o capítulo (section) sobre "As Primeiras Premissas do Método Materialista" de *A ideologia alemã* parece quase profetizar a crítica de Voloshinov a respeito da ideia de Plekhanov de "psicologia social", e, particularmente, de sua definição de materialidade do signo, cuja afirmação de Marx foi "inicialmente 'espírito' que está aflito [...] com a maldição de ser 'oprimido/sobrecarregado' com a matéria, que aqui faz sua aparição na forma de camadas agitadas de ar, sons, ou seja, da língua,' é um 'antepassado' paradoxal. (Marx, *Selected Writings*, p. 167). Ver V. N. Voloshinov, *Marksizm i filosofiia iazyka, in Voloshinov, Filosofiia i sotsiologiia gumanitarnykh nauk,* St Petersburg, *1995, p. 216–380,*(Continuação) (pp. 221–28); *Marxism and the Philosophy of Language*, trans. Ladislav Matejka and I. R. Titunik, Cambridge, MA, and London, 1986, pp. 9–15 (hereafter, Voloshinov, *Marxism and the Philosophy of Language*).

10 O principal autor entre estes é Plekhanov, o qual forneceu o pano de fundo estético do Marxismo da URSS dos anos 1920, e foi particularmente influente em sua ideia de 'psicologia social' como mediadora entre a base e a superestrutura; ver G. V. Plekhanov, psychology' as a mediator between base and superstructure; ver G. V. Plekhanov, *Literatura i estetika*, Moscow, 1958. *Literatura i revoliutsiia*, Lev Trotskii, Moscow, 1991 [1923] *(Literature and Revolution,* London, 1991) foi uma continuação importante e polêmica da suplementação estética de Marx, um refinamento na teoria de Plekhanov e Trotski; reconhecida com pouca frequência é a obra de Nikolai Bukharin '*O formal´nom metode v iskusstve', Krasnaia nov´*, 3, 1925, pp. 248–57, uma gravação estenográfica de sua contribuição à disputa *'Iskusstvo i revoliutsiia'*, que ocorreu em 13 de Março de 1925.

podem ser invocadas na avaliação da produção e da circulação de "mercadorias" literárias, uma abordagem que encontrou expressão na obra de Boris Arvatov,[11] em detrimento de um tratamento mais sofisticado em diferentes pontos da obra de Trotskii *Literatura e Revolução.* Trotskii tenta relacionar a estética da investigação ao cânone da teoria marxista e, ao mesmo tempo, antecipar e evitar as tentativas inaceitavelmente grosseiras e auto-destrutivas de outros autores tentarem fazer algo similar:

> *"Que a demanda pela arte não seja criada por condições econômicas é inargumentável. Mas nem a demanda pela alimentação ou pelo aquecimento é criada pela esfera econômica. Ao contrário, a economia é criada pela demanda de alimentação e aquecimento[...]. Os trabalhos artísticos devem, em primeiro lugar, ser julgados por suas próprias leis, isto é, por leis do campo da arte. Mas somente o marxismo é capaz de explicar porque e de onde uma determinada direção artística desponta em uma dada época, ou seja, quem demandou certas formas artísticas ao invés de outras e por quais razões."*[12]

A suplementação da estética marxista pela referência de restrições não-estéticas não foi, entretanto, restrita à questão de oferta e procura, a qual poderia ser considerada como uma manifestação superficial de um problema mais basilar: a relação da 'base' (econômica) com a 'superestrutura' (ideológica).

As dificuldades implícitas pela pedra fundamental do materialismo dialético podem ser sintetizadas em uma única palavra que assombra as abordagens marxistas e materialistas da arte dentro e além do contexto soviético: o determinismo.

Se a diversidade de atividades humanas que combinadas formam a "cultura" são fenômenos da superestrutura que se desenvolve a partir da base econômica, a questão surge acerca da natureza precisa da relação entre a cultura, ou qualquer elemento desta e as relações econômicas que a alicerçam. A resposta que observa que as características da base *determinam* a natureza dos elementos superestruturais leva muito facilmente à presunção de uma causalidade direta, mecanicista: usando o exemplo dado por Valentin Voloshinov como algo parecido com uma 'falácia do espantalho' em sua discussão *contra* a viabilidade de tais interpretações mecanisticamente causais da relação base-superestrutura, a emergência do *lishnii chelovek* na ficção russa na metade do século 19 pode ter sido diretamente e intimamente relacionada a uma crise na autocracia e na economia parcialmente feudal do período imediatamente anterior[13]. A resposta de Voloshinov é argumentar que

> *O estabelecimento de uma conexão entre a base e um fenômeno isolado, abstraído de seu contexto ideológico integral e unificado, não possui nenhum valor cognitivo de fato. (Ibid., p. 229; pp. 17–18)*

Voloshinov segue muito rigorosamente o argumento de Bukharin, embora, como veremos a seguir, com um propósito muito diferente:

> *Você pode isolar qualquer fenômeno da vida social, quaisquer fragmentos ou séries, mas [...] se você não vir sua função na vida, se você não considerá-lo como*

11 B. Arvatov, 'Literatura i byt', Zvezda, 6, 1925, pp. 308–19; B. Arvatov, *'Utilitarizm v literature',* Oktiabr´, 12, 1925, pp. 100–06.

12 Trotskii*, Literature and Revolution*, p. 141-42; p. 207.

13 Voloshinov, Marxism and the Philosophy of Language, p. 230; p. 18.

> *um componente orgânico de um todo social, [...] você jamais compreenderá estes fenômenos. (Bukharin, 'O formal´nom metode v iskusstve', p. 255)*

Bukharin argumenta essencialmente que o modelo base-superestrutura requer um alto nível de sofisticação em sua aplicação nos fenômenos culturais e ideológicos, que consiste, mais ou menos, na recusa em executar o tipo de isolamento específico que Voloshinov mais tarde crItica: a crise política e econômica do início do século dezenove *determina* intimamente a aparição do *lishnii chelovek*.[14] Ainda, tão conclusivo quanto o mais primário dos deterministas, para os quais (juntamente com os arqui-anti-deterministas do início do Formalismo) suas críticas são voltadas a Bukharin, de como ele deixa intacto o paradigma de base-superestrutura, que é a base para uma dicotomia que se provou problemática e muitas vezes intransponível para a maioria das metodologias críticas: forma *versus* conteúdo.

A teoria da causalidade, seja mecanicista ou não, está inclinada a ser resistente à consideração da forma, porque a forma é imaterial para a ideologia: por que importa, para continuar com o nosso exemplo, se *lishnii chelovek* deve ser representado principalmente pela ficção, ou em versos ou ambos? Estímulos econômicos e sociais semelhantes para aqueles que "produziram" o *lishnii chelovek* encontraram sua expressão, em um nível temático, em quaisquer formas literárias que eram dominantes naquele período; os meios formais são receptivos aos efeitos ideológicos produzidos pelas mudanças nas relações econômicas de base, mas eles têm menos força para "determiná-los". E até mesmo quando o marxismo volta-se para questões de forma, há uma tendência de tratá-lo exatamente como conteúdo: a questão de quais formas particulares são "demandadas", segundo Trotskii, pela classe dominante está relacionada a fatores de base que têm determinado a dominância desta classe, ou que estão no processo de mudança da relação de classe. A forma pode obedecer o conteúdo, ou seja, eles se mantém em uma relação particular e hierárquica; ou, de algum modo bizarro, a forma é o 'mesmo' que o conteúdo, o que implica uma deformação ainda maior de sua relação.

A possibilidade de uma relação integral, mutuamente constitutiva é evitada desde o princípio por aderência, em qualquer nível, ao modelo base-superestrutura.

Por outro lado, o estímulo para os argumentos de Trotskii, Bukharin e, de um modo diferente para Voloshinov, é o comprometimento carregado de polêmica e agressividade da forma sobre o conteúdo, que, além da ideia de distinção de uma linguagem especificamente "poética", foi o próprio marco do nascimento do Formalismo.

A marca icônica do formalismo, repleta do *pathos* do futurismo, encontrou a sua expressão mais substancial nos trabalhos feitos por Shklovskii como "*Kak sdelan 'Don Kikhot'*" [Dom Quixote][15] e *Khod Konia,* a última sendo objeto específico do desdém de Trotskii em *Literatura e Revolução*[16]. Como Medvedev discutirá algum tempo mais tarde, a rejeição de Shklovskii à dialética do modelo de base-superestrutura que implica não só a predominância da forma em detrimento do conteúdo, mas também uma compreensão de que o conteúdo, e consequentemente o significado, é finalmente *expulso,* se não da própria obra literária em si, pelo menos do processo de seu estudo.

---

14 NT. A expressão lishnii chelovek significa 'homem supérfluo. Em 'Marxismo e Filosofia da Linguagem' Bakhtin/Volochinov fazem referência a esta representação do homem supérfluo no romance.

15 NT. As expressões acima foram traduzidas para a língua Portuguesa a fim de facilitar o entendimento do leitor.

16 V. B. Shklovskii, '*Kak sdelan* "*Don Kikhot*" [1921], in Shklovskii, *O teorii prozy,* Moscow, 1929, p. 91-124; 'The Making of *Don Quixote',* in Shklovsky, *Theory of Prose,* trans. Benjamin Sher, Elmwood Park, 1990, pp. 72-100. Viktor Shklovskii, *Khod Konia*, Orange, CT and Dusseldorf, 1986 [1923].

Esta expulsão do conteúdo consiste em duas operações relacionadas: Primeiro o "material" do trabalho literário é associado à *fábula*; o alcance/extensão de fenômenos éticos, políticos, históricos e eventos "da vida real" que, de diversas formas a *precedem*; eles são artisticamente organizados para formar seu *siuzhet*, às vezes referido como 'plot/roteiro', mas melhor compreendido como a organização literária imanente de eventos e fenômenos que constituem a *fábula,* transformada em diversos processos que poderiam tornar-se o foco técnico da teoria Formalista. A produção literária, nesta análise, é literalmente "feita de" elementos discrepantes de seu ambiente pré-literário, concebido no sentido mais amplo possível, e é trabalho do estudo literário determinar precisamente *como* este processo se desenrola.[17]

Secundariamente, a relação hierárquica atribuída ao artifício literário e ao material "real" na escola marxista soviética dos primórdios se reverte[18]: a obra literária não é mais o "receptáculo" da materialidade ideológica significante, mas sim a sua matéria serve, em uma formulação celebrada, 'apenas como motivação dos instrumentos narrativos'[19].

Sendo assim, o 'conteúdo' da obra literária não tem significado por si próprio, mas sim como a forma pela qual é possível diversas técnicas de transformação e especificamente vários instrumentos de composição ['frenagem'] *tormozhenie*], 'dificultando'[20] [*zatrudnenie*] a 'repetição' [*povtorenie*], etc.; todos esses elementos são relacionados ao instrumento 'mestre' da 'alienação' ou ao 'estranhamento' [*ostranenie*]). Por consequência, a contenção hiperbólica de Shklovskii de que as viagens de Don Quixote somente se tornaram significativas na medida que motivaram o instrumento de "agrupamento" [*nanizyvanie*], enquanto disponibilizaram a "matéria prima" para a construção de uma 'realidade' unicamente literária[21].

O objetivo de Shklovskii é claro: enfraquecer uma ideia de representação realista "fiel" e, consequentemente, concepções deterministas da relação entre arte e vida (ou, como já vimos, entre base e superestrutura). Contudo, embora este passo caracteristicamente extremo possa ser considerado superdeterminado retoricamente, em oposição a teoricamente 'sincero', ele ilustra vivamente o abismo enorme entre os Formalistas e os Marxistas neste estágio inicial, e suas implicações teoricamente desastrosas para o problema da forma e do conteúdo.

Uma alternativa metodológica surgiu nos anos 1920, a qual prometia aperfeiçoar os piores defeitos do determinismo marxista e da abstração formalista. Esta tomou a forma de uma metodologia crítica 'cambaleante', que poderia desempenhar uma análise textual imanente da obra literária antes de examinar suas relações com o ambiente extra-artistico social' ao redor ('vnekhudoz-hestvennaia sotsial´naia sreda'). Voloshinov atribui esta abordagem em sua forma madura a Pavel Sakulin, embora existam inúmeros exemplos anteriores de uma orientação metodológica similar, incluindo Aleksandr Tseitlin e, mais uma vez, *Literatura e Revolução* de Trotskii.[22]

---

17 Tynianov consegue fazer uma declaração admiravelmente clara deste princípio em um artigo dedicado ao problema do *siuzhet* e *fabula* no cinema bem como no texto literário, mas sem ser desviado pela especificidade do material cinematográfico, que merece uma análise mais aprofundada em seu pleno direito: Iu. N. Tynianov, 'O siuzhete i fabule v kino' [1926], in Tynianov, *Poetika. Istoriia literatury. Kino*, pp. 324-25.Ver também Iu. N. Tynianov, 'Ob osnovakh kino' [1927], in ibid, pp. 326-45; Yury Tynianov, 'The Fundamentals of Cinema', *Russian Poetics in Translation,* 9, 1982 *(The poetics of Cinema)*, pp. 32-54.

18 Nota-se que a escola marxista soviética não inventou, evidentemente, o que foi e é o princípio mais estável da compreensão não-acadêmica do funcionamento da literatura.

19 Medvedev, *O Método Formal*, p. 146; p. 107.

20 NT.

21 É em 'Kak sdelan "Don Kikhot"', aliás, que Shklovskii afirma o que mais tarde provocaria contestação direta de Bakhtin: 'a palavra é uma coisa' (slovo – veshch´´); ver nota 35 abaixo.

22 V. N. Voloshinov, 'Slovo v zhizni i slovo v poezii' [1926], in Filosofiia i sotsiologiia gumanitarnykh nauk, pp. 59–86 (p. 59); 'Discourse in Life and Discourse in Poetry', Russian Poetics in Translation, 10, 1983 (*Bakhtin School Papers*), pp. 5–30 (p. 5) (em seguida, Voloshinov, 'Discourse in Life and Discourse in Poetry').

Tseitlin inicia reconhecendo o que foi anteriormente admitido por Plekhanov, e que irá, mais tarde, se repetir por Shklovskii em sua carta à Brik, ou seja, que 'uma estética marxista [...] continua não existindo/a não existir'[23]. Em seguida, ele tenta unir as metodologias do formalismo e do 'sociologismo', mas em uma relação hierárquica bastante particular: uma 'análise puramente formal' da obra literária, que inicialmente envolverá a descrição e classificação dos 'fatos', não é apenas 'primária e essencial', mas é, de fato, o 'fundamento, sem o qual qualquer síntese sociológica [subsequente] é inconcebível'.[24] Trotski desenvolve uma proposição muito similar, mas com uma valorização marcadamente diferente de cada 'fase' metodológica sucessiva: a obra de arte pode, como já vimos, ser julgada inicialmente 'de acordo com suas próprias regras/leis', mas este aspecto de metodologia literária deve aceitar seu papel essencialmente subsidiário (*sluzhebnaia*), seu status preparatório em relação ao cerne do negócio 'científico' no estabelecimento da significação social e ideológica da obra. Para Trotskii, a análise formal da obra literária desempenha a mesma função que a estatística nas ciências sociais e o microscópio para a biologia.[25]

Há duas dificuldades óbvias com esta junção muito conveniente de duas metodologias críticas divergentes: conforme as valorizações distintas de cada fase do processo oferecidas por Tseilin e Trotskii sugerem fortemente, e de acordo com o que Robert Maguire salientou, a prática crítica sempre tenderá a enfatizar um lado ou outro: a análise sociológica que busca se relacionar mais convincentemente ao texto através de meios essencialmente formal (suplementar), ou a análise formal que busca se 'justificar' trabalhando fora do texto com o contexto social. Mais fundamentalmente, entretanto, ambas versões desse método superficialmente integrado ou 'cambaleante' acabam por reafirmar precisamente o que elas se propuseram a resolver ou solucionar: a divisão fatal entre forma e conteúdo.

II

O fator que determina esta similaridade contra-intuitiva, e o qual é a base de nossa caracterização do marxismo e do formalismo como dois lados da mesma – estética material – moeda é o conceito compartilhado que ambas têm da materialidade da literatura. Se os eventos históricos, ou da vida doméstica, ou das relações de classe, etc. são meramente uma 'motivação do instrumento' vide formalismo inicial, ou constituem o conteúdo ideológico que deve ser absorvido, transformado e representado no 'receptáculo' literário, nenhuma das tendências duvida que é, de fato, o que é *externo* à obra literária, nos termos mais crus da ontologia, que constitui sua materialidade. As palavras de Medvedev levam, inexoravelmente, à 'desvalorização do conteúdo' ('nizvedenie soderzhaniia'),[26] condenando as evidências do Formalismo e seu medo do significado, que, com seu 'não aqui' e 'não agora', consegue destruir o sofisma do trabalho e da completude de sua presença no aqui e no agora.[27] Medvedev continua a descartar esta - Shklovskiana ou formalista-inicial – concepção de materialidade nos seguintes termos conclusivos:

É inadmissível tratar a *fabula* (no sentido de um evento específico 'na vida'), o heroi, a ideia, e tudo ideologicamente significante em geral como materialidade, já que tudo isso não existe *como real* fora da obra.[28]

23 Ibid., p. 115.
24 Ibid., pp. 121–22.
25 Trotskii, *Literatura e Revolução*, p. 131; p. 193.
26 Medvedev, *The Formal Method*, pp. 148, 151; pp. 108, 110.
27 Ibid., p. 145; p. 105.
28 Ibid., p. 153; p. 112; grifo meu.

O que é digno de nota, entretanto é que isto pode funcionar também como um descarte convincente de uma concepção *marxista* da materialidade do trabalho literário, se omitíssemos somente a palavra *'fabula'* e substituíssemos pela interpretação que Medvedev traz nos parênteses. A desvalorização do formalismo do conteúdo pode ser colocada ostensivamente em oposição diametral ao Marxismo, mas ambos extremos são baseados em uma concepção amplamente *compartilhada* sobre o que consiste a materialidade do trabalho/obra literário/a. Para os formalistas, esta materialidade pré-literária pode ter sido concebida predominantemente em termos de fenômenos empíricos neutros, matéria prima para uma narratologia emergente/nascente/incipiente; para os marxistas, naturalmente, isto era profundamente ideológico, relacionado mais intimamente com o contexto social de qualquer fenômeno empírico e às suas imbricações com as 'relações de produção', a base para uma sociologia da literatura nascente/incipiente/emergente/latente. Para o "medo do sentido" do formalismo, leia-se o "medo da forma" marxista. A expulsão do conteúdo pelos formalistas e a negligência do marxismo pela forma são produzidas pela mesma ideia errada da materialidade da obra literária.

Entretanto, em 1924, quando Bakhtin citou pela primeira vez o espectro da "estética material" em "Problemas de conteúdo, material e forma", que foi destinado a manter-se sem publicação até 1974-75, sua rejeição a este conceito de materialidade é apenas – e talvez cruelmente – implícita. Bakhtin prevê (e, em vista da história da publicação, ecoa) a objeção de Medvedev ao conceito de 'vida' e 'realidade' sendo em qualquer sentido a matéria prima da obra literária, argumentando que a realidade "já é minuciosamente estetizada" ('uzhe sushchestvenno estetizovana') antes de entrar em contato com a arte:

> *Nós devemos lembrar de uma vez por todas que não há realidade em si, nenhuma realidade neutra que pode ser posta em oposição à arte: no ato de falar sobre realidade e pô-la em oposição a algo, nós também a definimos e avaliamos de alguma maneira particular (Bakhtin, 'O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária', p. 278; p. 276).*

Bakhtin também acusa a 'poética contemporânea' da 'negação ao conteúdo' ('otritsanie sodershaniia'), ao descrevê-la tanto como aspecto da forma, ou como aspecto da materialidade.[29]Bakhtin e Medvedev até empregam uma analogia aparentemente idêntica ao repudiar a ideia da matéria/materialidade como um elemento inerte da realidade pré-criativa, como o escultor trabalhando no mármore.

Aqui, entretanto, somos forçados a confrontar a problematização em dois níveis: Primeiro, precisamos pelo menos reconhecer a questão da autoria do *Método Formal,* que se mantém mais intratável do que o recurso de Medvedev e Bakhtin que uma analogia similar pode sugerir.[30] Segundo, e mais importante, suas perspectivas se utilizam de analogia para abrir novas perspectivas sobre a questão da materialidade em si. O uso de Medvedev da analogia não pretende apenas caracterizar sua rejeição à associação da matéria com a fábula;

29 Ibid., p. 284; p. 282.

30 Assim como os fatores acadêmicos, ideológicos e até nacionais, algumas posições na questão de autoria têm sido parcialmente condicionadas pela história da publicação destes textos, em russo e em inglês. Deve ser, no mínimo, notado, entretanto, que a pouca evidência documental que há tende a apoiar a autoria 'física' de Medvedev; ver [M. M. Bakhtin], Besedy V. D. Duvakina s M. M. Bakhtinym, Moscow, 1996, pp. 77–78; 'Pis´ma' M. M. Bakhtina', Literaturnaia ucheba, 4–5, 1992, pp. 144–52. Ver também Iu. P. Medvedev, 'Pis´mo v redaktsiiu zhurnala "Dialog. Karnaval. Khronotop"', Dialog. Karnaval. Khronotop, 4, 1995, pp. 148–56; Iu. P. Medvedev, '"Nas bylo mnogo na chelne . . ."', Dialog. Karnaval.Khronotop, 1, 1992, pp. 89–108.

também é uma introdução à análise de uma segunda concepção *bem diferente* da 'matéria', a qual (ele) atribui à Viktor Zhirmunskii e mais tarde, de forma modificada, a Tynianov:

A própria palavra 'matéria', como está sendo utilizada aqui, é ambígua no mais alto nível. [...] Nos parece inadmissível falar sobre matéria/materialidade na arte somente como algo já encontrado pelo artista, e não como algo criado por ele de acordo com um plano artístico. [...] É possível tratar a linguagem como a matéria da literatura, como Zhirmunskii faz, pois a linguagem em sua especificidade linguística é de fato encontrada pelo artista individual/pelo indivíduo artista.[31]

Medvedev, buscando algo que poderia ser declarado como 'existindo como dado fora do trabalho/obra' e que não está 'minuciosamente estetizado', desempenha um ato de sutil artimanha retórica: ao negar a validade do que nós devemos agora chamar de *primeira* concepção formalista de material, para a qual nós utilizamos a iconoclastia militante de Shklovskii como um atalho conveniente, identifica agora uma *segunda* concepção de material, a qual o mesmo caracteriza como hiperformalista e hiper-abstrata, mas não ontologicamente e esteticamente inadmissível.

Medvedev, como devemos notar, questiona as *limitações* desta segunda concepção formalista de material/matéria/materialidade como linguagem, e não sua viabilidade fundamental.

Se Bakhtin fosse, de fato, o autor de *O Método Formal,* entretanto, seríamos obrigados a denominar isto como um ato de regressão retórica. No '*Problema de Conteúdo, Material e Forma na Criação Literária'*, ao prestar pouca atenção no primeiro conceito de material em associação com a *fabula,* o que está implicitamente ligado aos graus do oponente "indigno", Bakhtin utiliza a analogia de um escultor trabalhando o mármore afim de demonstrar a inadequação de seu segundo conceito de material como "linguagem em sua especificidade linguística"; ele antecipa, isto é, a inadequação a qual Medvedev volta sua atenção crítica para apenas rejeitar uma noção amplamente Shklovskiana da relação de material e fabula.

Para Bakhtin, em uma polêmica de caráter bastante diferente, a atividade do artista 'axiológica-artística' é direcionada não ao que é encontrado, mas sim à 'forma esteticamente significante/significativa do *ser humano e seu corpo"* ao 'objeto estético', o qual não pode simplesmente ser identificado com o material do qual é 'feito'.[32] A percepção da forma do artista é certamente impossível sem o mármore, tal como o é, incidentalmente, sem o cinzel, "que não é, em nenhum sentido, parte do objeto artístico".[33] Onde a matéria é verbal, Bakhtin argumenta, 'a situação se torna, de alguma forma, mais complexa e não é mais tão obviamente absurda numa primeira observação [...] mas não é, em princípio, diferente.[34]' O material assim concebido – em termos da segunda concepção formalista de material – toma uma forma/caráter quase instrumental, e qualquer 'estética material' se torna uma teoria de instrumentalidade, uma teoria de aspectos 'secundários, derivativos' ('vtorichnyi, proizdvonyi') da relação do artista com seu objeto.

---

31 Medvedev, *O Método Formal,* p. 153; p. 112. Medvedev cita antes o discurso explícito de Zhirmunskii do seu princípio em 'Zadachi poetiki' [1919] em V. M. Zhirmunskii, *Theoriia literatury. Poetika. Stilistika.* Leningrado, 1977, pp. 15-55: Medvedev, *O Método Formal*, p. 119; p. 85. A proposição de que a linguagem é o material da literatura é adotada/suposta, mas não discutida, no artigo que é o objeto mais direto da polêmica de Bakhtin em "O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária", ou seja, V. M. Zhirmunskii, 'K voprosu o "formal´nom metode"" [1923], em *Teoriia literatury*. *Poetika. Stilistika.* Pp. 95-105

32 Bakhtin, 'O Problema do Conteúdo, Material e Forma na Criação Literária', p. 267; p. 265.

33 Ibid., p. 267; p. 265.

34 Ibid., p. 267; p. 265.

O que é crucial aqui é que Bakhtin, em momento algum, associa a matéria, dentro do enquadramento da poética formalista, com *fabula,* com dados éticos e experienciais que *precedem* a obra literária. Ele não faz nenhuma tentativa de responder a inversão de Shklovskii da essência da vida e da mecânica da representação, e assume desde o início que a definição formalista operativa do material da arte verbal é simplesmente 'a palavra na linguística' ('slovo lingvistiki'), e que isto é precisamente o julgamento equivocado da natureza da 'palavra' que requer urgentemente reparação/compensação. Medvedev, ao escrever após Bakhtin, embarca em uma crítica de implicações da concepção da linguagem como um material inerte, e a obra artística como um "*material organizado*, como uma coisa",[35] apenas após lidar com o 'cerne genético' do formalismo, sua primeira concepção de matéria.

Assim, nós conseguimos identificar uma certa distância entre as 'declarações concretas', exteriorizadas, de Medvedev e de Bakhtin sobre esse assunto, apesar de suas origens em uma concepção declaradamente comum.[36] Bakhtin não está primariamente preocupado com o conceito formalista inicial de matéria, e, na verdade, nunca se refere diretamente a ele. O corolário de tal conceito, ou seja, a usurpação de um conceito ideologicamente significativo por um 'dispositivo' técnico é implicitamente rejeitado na discussão da natureza 'já estetizada' da realidade e na 'negação do conteúdo' pelo formalismo, as quais já discutimos, mas o conceito em si é aparentemente indigno de resposta explícita.[37]

Bakhtin, então, se concentra no segundo conceito formalista de matéria, na última proposição que consiste no fato de que é a *linguagem* em si que deve ser considerada o material da literatura, e coloca, de modo crucial, as conclusões fundamentalmente conflitantes que podem surgir desta premissa.

Isto marca, de alguma forma, não o fim, mas o início do engajamento de Bakhtin com o formalismo; é possível imaginar Bakhtin e, digamos, Zhirmunskii concordando provisoriamente com o fato de que a língua deve ser, de alguma forma, o material da obra literária, mas quaisquer definições resultantes da função da matéria e dos processos envolvidos em sua transformação na atividade estética permanecem separadas por seus conceitos fundamentalmente opostos de *linguagem por si só*.

---

35 Ibid., p. 266; p. 264.

36 É digno de nota, entretanto, que a questão de autoria é ainda mais complicada pela orientação do 'Uchenyi sal'erizm: o formal'nom (morfologicheskom) metode', escrito no fim de 1924 e publicado com o nome de Medvedev em 1925. Aqui, assim como 'O Problema com Conteúdo, Material e Forma na Teoria Literária', o foco é enfaticamente no segundo conceito formalista de matéria, e nós deixamos de atribuir a ênfase *tardia* de Medvedev sobre o conceito formalista *inicial* de matéria, no *Método Formal* à consistência maior do livro com o temperamento político, em oposição ao temperamento teórico, do período/da épica. Ver P. N. Medvedev, 'Uchenyi sal´erizm: o formal´nom (morfologicheskom) metode', Bakhtin pod maskoi. 5/1: Maska piataia, pervaia polumaska, Moscow, 1996, pp. 10–24; ver também Nikolai Nikolaev, 'Publishing Bakhtin: A Philological Problem (Two Reviews)', Dialogism, 4, 2000, pp. 67–111, que faz um caso empático e detalhado da autoria comum de 'O Problema com Conteúdo, Material e Forma na Teoria Literária' e 'Uchenyi sal'erizm', mas que falha na sustentação da implicação que se estende ao *Método Formal.*'O literaturnom fakte', obra de Tynianov, publicada entre a escrita de O Problema do Conteúdo, Material e Forma na Teoria Literária' e 'Uchenyi sal'erizm', é citado no último. Existem, como veremos, bases para supor que é de desenvolvimento particular de Tynianov do formalismo na segunda parte dos anos 1920 que provoca a diferenciação maior de Medvedev entre as duas concepções formalistas de matéria no *Método Formal;* ou, em outras palavras, que é Tynianov que 'revela' a instabilidade da abordagem formalista em relação à matéria. Veja Iu. N. Tynianov, 'O literaturnom fakte', Lef, 2, 1924, pp. 101–16; citado em Iu. N. Tynianov, 'Literaturnyi fakt', in Arkhaisty i novatory, Leningrad, 1929, pp. 5–29 (hereafter, Tynianov, 'Literaturnyi fakt').

37 Bakhtin, O Problema com Conteúdo, Material e Forma na Teoria Literária, pp. 278, 284; pp. 276, 282. Isto também é uma importante premissa teórica da breve análise de Bakhtin da obra de Pushkin "Remembrance" (Vospominanie): Bakhtin, 'O Problema com Conteúdo, Material e Forma na Teoria Literária', pp. 297–300; pp. 296–98.

Bakhtin, mais tarde, põe a linguística à prova pelo seu conceito empobrecido do que ele insiste em chamar de língua *viva*,[38] mas neste estágio inicial em seu próprio engajamento com a linguagem é o imperialismo da linguística, em oposição à sua inadequação (de algum modo implícita), que é sua preocupação primária: a análise linguística deve se restringir à "maestria" (*ovladenie*) de seu próprio objeto (a respeito do qual a linguística não progrediu para além da sentença complexa), ao invés de especular em torno do 'significado [das particularidades puramente linguísticas da própria linguagem] para a arte, para a ciência e para a religião, uma tarefa mais apropriada para a estética e para a ciência cognitiva.[39]

Bakhtin acusa, essencialmente, a linguística de tentar se passar por estética, de restringir a análise da natureza estética e da função da arte verbal em suas metodologias implicitamente inapropriadas. Mais especificamente, ele acusa a 'poética contemporânea', cada vez mais convencido do significado da base material linguística para literatura, de aderir à linguística abstrata em um projeto que culminará no 'empobrecimento' (*obednenie*) do objeto da poética, e até na substituição [*podmena*] de seu objeto [...] por algo bem diferente'.[40]

O perigo imediatamente percebido é, portanto, a inscrição de uma análise da linguística abstrata na construção de uma nova poética 'imanente'. Apesar da 'produtividade e significância indubitável' de certas obras produzidas pelos 'representantes do então chamado método formal ou morfológico',[41] o problema é que

> *a poética é ligada fortemente à linguística, temendo ir um passo mais adiante do que ela (no caso da maioria dos formalistas e de V. M. Zhirmunskii), e às vezes fazendo esforços diretos para tornar-se apenas uma divisão da mesma (no caso de V. V. Vinogradov).*
> *Para a poética, como para qualquer estética especializada, na qual é necessário considerar a natureza da matéria (neste caso específico – verbal) bem como nos princípios da estética geral, a linguística é, sem dúvida, necessária como uma disciplina subsidiária;* porém aqui ela começa a ocupar uma posição de liderança inapropriada, quase que justamente a posição que deveria ser ocupada pela estética geral *(Ibid., p. 263; p. 261.).*

III

As implicações para a nossa compreensão da história do formalismo na Rússia, e seu impacto posterior no ocidente, são bastante surpreendentes: poderia parecer que os formalistas, apesar de uma certa tendência voltada para a inovação terminológica, não tinham fixado uma concepção de matéria na produção literária. Isto foi observado, mas não resolvido de alguma forma, por Viktor Erlich em "*Russian Formalism: History – Doctrine",* que questiona se a 'matéria' constitui-se do 'objeto-problema da realidade incorporado na literatura, ou seu meio, a linguagem'. A resposta reveladora de Erlich é que, apesar de 'não haver aparentemente uma unanimidade entre os porta-vozes formalistas e quasi-formalistas' a esse respeito, a 'última interpretação parece ter prevalecido' (esta tentativa extrema de não-conclusão é precedida, incidentalmente, por instâncias conflitantes traçadas

38 'A palavra não é uma coisa' ('Slovo ne veshch´'), Bakhtin escreve, mais tarde, em seu livro sobre Dostoiévskii: Problemy tvorchestva/poetiki Dostoevskogo, Kiev, 1994, p. 418; Problemas da Poética de Dostoiévski ed. and trans. Caryl Emerson, Minneapolis and London, 1984, p. 202.

39 Bakhtin, 'O Problema do Conteúdo, da Matéria e da Forma' (The Problem of Content, Material and Form), p. 293; p. 292.

40 Ibid., p. 260; p. 258.

41 Ibid., p. 261; p. 258.

por Shklovskii, que 'pagou sua dívida às duas interpretações antagônicas; consistência ou clareza terminológica não era seu forte').[42] A implicação é de que isto constituirá um defeito congênito no 'sistema' formalista, conforme foi sugerido por Bakhtin – uma estética material baseada em uma compreensão equivocada da 'matéria' em si – ou, de forma alternativa, uma *defesa* contra a mesma implicação, será o objeto de outros comentários posteriores.

As implicações – embora secundárias – da nossa compreensão das relações de Bakhtin com um de seus co-pensadores, entretanto, são mais claras, de alguma maneira: há algo de paradoxal no fato de que no trabalho *inicial* de Bakhtin, ele não dá atenção explícita para a primeira fase do desenvolvimento formalista, ignorando virtualmente, como já vimos, a primeira definição formalista de matéria.

O trabalho posterior de Medvedev, apesar de ter o escopo coberto no período de meados de 1920, quando esta concepção de matéria (juntamente com grande parte do pensamento formalista) passa por uma revisão fundamental, discutindo o 'núcleo genético' do formalismo, os princípios fundadores da sua análise não permitirão superá-lo, e movem-se apenas tardiamente para o solo que Bakhtin ocupa desde o início.

A contribuição de outro co-pensador de Bakhtin é relevante tanto em relação ao aspecto teórico como em relação aos aspectos bio-bibliográficos do problema. O artigo de Voloshinov publicado em 1926 denominado 'Discourse in Life and Discourse in Poetry' (*O Discurso na Vida e o Discurso na Poesia*) também foi atribuído à Bakhtin, mas, do mesmo modo que *O Método Formal,* também cede credibilidade à hipótese da autoria distinta quando lido como uma contribuição ao problema da matéria. Distinguindo duas visões 'falsas' da produção literária, a primeira concentrando-se na psicologia do autor ou do leitor, e a segunda expulsando o autor e o leitor em favor da '*fetichização da obra artística como coisa'*,[43] Voloshinov, utilizando um qualificador que foi cada vez mais favorecido pelos próprios formalistas, nomeia o 'então chamado método Formal' como uma espécie da última hipótese:[44]

> *Para [o Método Formal] a obra poética é matéria verbal, organizada pela forma de maneira particular. Além disso, [o Método Formal] considera o discurso não como uma entidade sociológica, mas de um ponto de vista linguístico abstrato [...]. Compreendido mais amplamente, no entanto, como produto da interação cultural, o discurso deixa de ser um objeto auto-suficiente e não pode mais ser compreendido independentemente da situação social em que é produzido. [...] Na verdade, se nos mantivermos dentro dos limites do aspecto objetivado da arte, é impossível indicar as fronteiras da matéria e seus aspectos que tenham significação artística.*
> *A matéria em si combina diretamente com o ambiente circundante extra-artístico e possui uma quantidade infinita de facetas e definições – matemáticas, físicas, químicas, e finalmente, linguísticas (Voloshinov, 'Discourse in Life and Discourse in Poetry', p. 63; p. 8.).*

42 Viktor Erlich, Russian Formalism: History — Doctrine, The Hague, 1980 [1955], p. 189.

43 O segundo, na verdade, duplamente falso no ponto de vista de Voloshinov, uma vez que isso apenas finge ter uma objetividade científica, mas, em última análise, e visando inevitavelmente a natureza fundamental do objeto das ciências humanas, faz seu próprio contrabando 'subjetivista': Voloshinov, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, p. 277; p. 62.

44 Nos meados dos anos 1920, na Rússia, tornou-se quase compulsório o uso dos termos "Método Formal" e "Formalismo" firmemente em aspas, ou apenas apresentá0los com o epíteto 'chamado' ('tak nazyvaemyi'). Esta prática não era, de forma alguma, restrita aos oponentes do Formalismo: ver, por exemplo, Osip Brik, 'Tak nazyvaemyi formal'nyi metod', Lef, I, 1923, pp. 213-15; 'The So-Called Formal Method', *Russian Poetics in Translation*, 4, 1977 (*Formalist Theory*), pp. 90-91.

Aqui, como em outras passagens do 'Discurso na Vida e Discurso na Poesia', Voloshinov repete as preocupações de Bakhtin e Medvedev em relação à ilusão da poética contemporânea de imanência, e a fetichização/reificação da produção literária, sua atração fatal para a linguística abstrata, e sua falta de habilidade em distinguir a arte verbal daquilo que é meramente verbal. Ele, contudo, também explicita claramente o que havia sido abordado apenas implicitamente no tratamento anterior de Bakhtin em 'O Problema de Conteúdo, Material e Forma' – ao dizer que o problema não recai na concepção de matéria como linguagem, *mas preferivelmente na concepção de linguagem tratada como sendo abstrata.*

Apesar de Voloshinov prefaciar sua definição de matéria ao opor os caminhos igualmente 'falsos' da abordagem imanente à produção literária (Formalismo) e o subjetivismo psicológico que tem caracterizado a crítica literária tradicional, estes elementos não são opostos de modo dialético, e Voloshinov não procura a síntese destes.

O desenvolvimento proposto por Voloshinov é, de fato, muito mais sutil e inesperado. Ele faz referência, como já vimos anteriormente, à tentativa de Sakulin de desenvolver um 'método sociológico' mais sofisticado ao distinguir as séries 'imanentes' e 'causais' nas quais a obra literária tem sua existência, e nos termos pelos quais elas devem ser estudadas. Voloshinov, no entanto, escrevendo ostensivamente a partir de um ponto de vista marxista mais amplo, não está preocupado em adjudicar entre as reivindicações das abordagens 'imanentes' e 'sociológicas' concebidas nestes termos, e rejeita a ideia de que a análise sociológica (histórica, social, diacrônica) irá seguir corretamente e 'completar' a análise imanente (poética, sincrônica).

Voloshinov nos leva para além do problema inicial que identificamos com a metodologia 'cambaleante' de Sakulin, isto é, de que a prática crítica sempre tenderá a enfatizar uma fase deste processo em detrimento de outra, e oferecer, ao invés disso, uma alternativa metodológica bastante distinta, que atenta para o que se volta e está de fato baseada no problema da matéria. Voloshinov não traz o 'método sociológico' como uma alternativa direta à especificação imanente e anti-social da poética contemporânea (formalismo), mas busca, ao invés disso, transformar o *método* sociológico em uma *poética* sociológica, que irá rejeitar a distinção metodológica entre 'imanente' e 'causal' assim como rejeita a separação entre o material verbal e não-verbal. O *método* sociológico é reprovado por falhar em 'fazer uma única tentativa séria de estudar com seus próprios métodos a então chamada estrutura imanente do trabalho artístico' (Ibid., p. 60; p. 6). Mas como poderia?

O método precisa deixar que os outros, poetas políticos, completem essa tarefa antes que ela se torne sua obrigação. De moto alternativo, em uma maneira que prefigura a direção tardia da crítica literária soviética, a análise sociológica poderia preceder a análise poética, deixando para a última, apenas irrelevâncias relativas.

Para Voloshinov, entretanto, o 'sociológico' e o 'imanente' são termos meros de uma falsa oposição, e essa questão que deveria preceder outra é, então, evitada. Estas questões são fundadas em uma falsa oposição a partir da qual iniciamos, e a qual produz concepções alternativas, mas igualmente problemáticas de matéria: a análise sociológica toma a primeira concepção formalista de matéria como seu ponto de partida, que leva à questão de sua expressão na forma linguística; a análise imanente começa a partir da *segunda* concepção imanente de matéria, e somente a partir daí considera (se considerar de fato) a relação entre a matéria da produção literária e a matéria da 'vida'. A concepção de matéria que unifica os fenômenos extra-linguísticos (o domínio inicial da análise sociológica) anula metodologicamente a distinção entre as abordagens imanentes e sociológicas. Voloshinov, por fim, define a arte como 'sociologicamente imanente' ('immanentno-sotsiologichno')

e o que é uma descrição alternativa da dinâmica de uma nova concepção de matéria, "O ambiente social extra-artístico, que influencia [a arte] por fora, encontra nela uma resposta interna direta. Não é o caso de uma entidade extraterrestre influenciando outra, mas sim de uma construção social influenciando outra." (Ibid., p. 62; p. 7)

Todas as abordagens 'falsas' ou parciais as quais Voloshinov se refere – a abordagem imanente, a abordagem sociológica, e até a desacreditada abordagem psicológica subjetivista da era 'pré-científica' – compartilham uma tendência em comum: de confundir a parte com o todo.

Na análise de Voloshinov, as más apreensões destas abordagens parciais do estudo da literatura são espelhadas perfeitamente por suas respectivas considerações fatalmente parciais do material literário. Embora Medvedev e Bakhtin tenham sido igualmente contundentes em seus diagnósticos, nenhum (pelo menos neste aspecto, no caso de Bakhtin) ofereceu os meios para superar estas deficiências metodológicas;

Voloshinov, entretanto, exige em última instância uma confluência das abordagens críticas alternativas e aparentemente contrárias (sociológica e imanente), uma confluência que é predicada em relação a uma concepção de matéria literária completamente nova. Para Voloshinov, o material da produção literária é, de fato, a linguagem, mas a linguagem entendida como "Forma particular de interação social, que é percebida e fixada na matéria do trabalho artístico."[45]

Deste modo, Voloshinov se volta para a possibilidade de uma nova 'poética', para uma vertente literária de uma nova 'estética material', que será fundada a partir da inseparabilidade dos fenômenos da vida real e do discurso ou, em outras palavras, a indivisibilidade da matéria.

Esta é a ligação crítica entre a obra de Bakhtin '*O problema do Conteúdo, da Matéria e da Forma'* e a discussão posterior de Medvedev de uma 'translinguística' embrionária em '*O Método Formal'*, que desenvolve a proposição indefinida de Bakhtin do 'enunciado' tomado como a unidade básica de uma linguística concreta (em oposição à linguística abstrata) sob a influência da redefinição *programática* de Voloshinov de matéria.

Medvedev identifica a ligação perdida 'que une a presença material da palavra com seu significado' como uma 'avaliação social' ('sotsial'naia otsenka').[46] Sendo assim, a avaliação social pode não ter nenhuma relação com o exemplo linguístico, que é somente um 'enunciado condicional' ('uslovnoe vyskazyanie'), em oposição à 'performance discursiva concreta' (konkretnoe rechevoe vystuplenie') que corresponde ao enunciado social;[47] e, deste modo, a poesia em si (e, por extensão, toda a produção literária) deve ser compreendida não como um domínio hermeticamente fechado para uma análise linguística de forma abstrata, *mas como um tipo de enunciado concreto,* cognato com uma variedade infinita de outros tipos de enunciados associados com os várias condições não-literárias da performance linguística.[48]Ou, para retornar aos termos específicos da presente análise, ao rejeitar a concepção formalista inicial de matéria como motivação do instrumento, Medvedev parafraseia uma rejeição unificada de Bakhtin da segunda concepção de matéria como linguagem argumentando que:

45 Ibid., p. 64; p. 9.

46 Medvedev, *The Formal Method*, p. 162; p. 119.

47 Ibid., p. 166; p. 122.

48 Ibid. pp. 171–74; pp. 126–28. Falando francamente, a referência cruzada aqui deveria ser à Voloshinov, o proponente mais expansivo e explícito da base social da linguagem dentro da escola de Bakhtin: Ver parte dois de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

> *A linguagem, entendida como totalidade ou sistema de possibilidades linguísticas (fonética, gramatical, lexical), é, menos que todas, a matéria da poesia. O poeta não escolhe as formas linguísticas, mas as avaliações que são depositadas nelas (Medvedev, The Formal Method, p. 166; p. 122).*

Na obra de Bakhtin "O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária", dentro do qual este princípio encontra sua primeira confirmação, é famosamente prefaciada por sua asserção sobre a liberdade do artigo "do lastro supérfluo de citação e da referência, [...] desnecessária para o leitor competente, e que não auxilia de forma alguma o leitor incompetente'.[49] Isto, como já vimos anteriormente, é lançado de forma ainda mais dramática por Medvedev em sua ênfase posterior a respeito da concepção formalista inicial sobre a matéria no Método Formal. A questão do engajamento real de Bakhtin com a fase inicial do formalismo é, então, enterrada sob uma camada de dúvidas e depende da boa-vontade do leitor em 'confiar' em Bakhtin, que faz repetidas referências (talvez sem muito suporte) ao seu suposto 'melhor oponente', Zhirmunskii.[50]

IV

O fato de que Medvedev deveria focar em sua análise de uma segunda concepção formalista de matéria não focada em Zhirmunskii, mas em Tynianov, autor esse ao qual Bakhtin não faz nenhuma referência direta é, de fato, completamente consistente com o período da escrita da obra.[51] O reconhecimento de Medvedev de pelo menos a possibilidade

49 Bakhtin, 'The Problem of Content, Material and Form', p. 259; p. 257. Bakhtin pode não estar, de fato, se referindo ao debate crítico imediato a partir do qual nenhuma parte interessada poderia estar imune, mas ao chamado formalismo europeu de Wölfflin, Hildebrand, Fiedler e Worringer, o qual Medvedev posteriormente dedica um capítulo do Método Formal, 'The Formal Method in European Art Scholarship'. Devemos, entretanto, tomar cuidado ao atribuir muito significado a estas fontes, como de fato afirma Medvedev: 'É fato que não é possível exibir que nossos formalistas dependeram diretamente de seus predecessores do leste europeu. Ao que tudo indica, não havia conexão genética direta entre eles. Nossos formalistas geralmente não contam com ninguém e não citam ninguém que não sejam eles mesmos': Medvedev, The Formal Method, p. 59; p. 41. Compare o desprezo mal humorado de Rosaliia Shor a respeito da ignorância formalista a qual ela caracteriza como uma antiga tradição da análise formal no ocidente, particularmente da escola alemã: R. O. Shor 'Formal'nyi metod na zapade' in Ars Poetica, I, ed. M. A. Petrovskii, Moscow, 1927, pp. 127-43.De outra forma, Bakhtin pode estar escolhendo deliberadamente 'engajar-se com o outro' de uma maneira que a escola ocidental considerou ousada: ver por exemplo Ladislav Matejka, 'Deconstructing Bakhtin in C.A. Mihailescu e W. Hamarneh (eds), *Fiction Updated: Theories of Fictionality, Narratology and Poetics,* Toronto, 1996, pp. 257-66, que situa as origens das ideias de Bakhtin sobre a forma e matéria em uma dívida desconhecida em Broder Christiansen *Philosophie der Kunst* [1909]. Para um panorama das fontes filosóficas que possam ter condicionado a abordagem de Bakhtin para as questões de forma e matéria, ver Craig Brandist, *The Bakhtin Circle: Philosophy, Culture, Politics*, London and Sterling, VA, 2002, pp. 15-52.

50 Bakhtin também faz referências explícitas a Eikhenbaum como prefácio à sua discussão sobre as várias formas literárias no discurso duplo na primeira edição de seu livro sobre Dostoiévski, Problemy tvorchetsva Dostoevskogo, in Bakhtin, Problemy tvorchestva/poetiki Dostoevskogo,p. 90, p. 406. Para tradução em Inglês, ver Bakhtin, Problems of Dostoevsky's Poetics, p. 191. Ver também a resposta direta à questão que Skhklovskii levanta 'a palavra é uma coisa', a qual já comentamos, um momento no qual a 'polêmica' de Bakhtin com o formalismo é tudo menos 'escondida' (notas 19 e 37 acima).
A questão do engajamento de Bakhtin com seu 'outro' especificamente formalista forma o pano de fundo para a obra de Michael Holquist 'Bakhtin and the Formalists: History as Dialogue', in Robert Louis Jackson and Stephen Rudy (eds), Russian Formalism: A Retrospective Glance, New Haven, CT, 1985, pp. 82-95, onde Holquist propõe uma oposição entre Bakhtin como 'pensador russo do formalismo' (p. 82); ver também Igor´ Shaitanov, 'Zhanrovoe slovo u Bakhtina i formalistov', Voprosy literatury, May–June, 1996, pp. 89–114; 'The Concept of the Generic Word: Bakhtin and the Russian Formalists', in Carol Adlam et al. (eds), *Face to Face*: Bakhtin in Russia and the West, Sheffield, 1997, pp. 233–53.

51 Bakhtin pode não ter tido conhecimento a respeito da obra de Tynianov 'Oda kak oratorskii zhanr', publicado em 1922, embora este confronto inovador sobre a relação entre a literatura e a 'não-literatura' iria se

de mudança na concepção formalista de matéria é feito com o seu agora familiar ceticismo retórico. Sua descrição e rejeição de uma "Segunda concepção de 'Matéria' na obra de Tynianov" é prefaciada por uma atualização de sua convicção de que a primeira concepção formalista de matéria 'é parte de um componente crucial e inalienável do sistema formalista'.[52] Igualmente, ao confirmar que Tynianov concebe a ideia de matéria 'como linguagem, e nunca como motivação do dispositivo (instrumento)', Medvedev caracteriza isso como uma 'adesão [...] ao conceito de matéria de Zhirmunskii', e uma adesão que é acompanhada por lapsos ocasionais em relação à primeira concepção, 'sem nenhuma consideração metodológica'.[53]

Duas obras publicadas em 1924 poderiam parecer confirmar o julgamento de Medvedev: *The Problem of Verse Language abre* uma afirmação aparentemente inequívoca a respeito da natureza especificamente verbal da matéria, e a convicção de que a questão central para os estudos literários em sua relação com tal matéria, a qual Tynianov chama de 'o princípio construtivo', e os meios pelos quais a matéria é transformada em processo literário;[54] em 'Literaturnyi fakt', contudo, faz parecer Tynianov vacilar entre a primeira e a segunda concepção de matéria, às vezes confirmando a interação essencial da 'matéria verbal' ('rechevoi material') e os fatores construtivos que o organizam, às vezes "caindo", de fato, considerando os elementos pré-literários históricos ou experienciais de uma *fabula* potencial como material a partir do qual os fatores construtivos se 'aplicam'.[55]

Esta aparente inconsistência na reformulação de Tynianov do conceito de matéria pode ser, entretanto, igualmente atribuída à natureza inovadora de seu pensamento e sua real incerteza no que diz respeito a todas suas implicações.[56] No entanto, *The Problem of Verse Language* não é apenas um reconhecimento claro da influência crescente da associação entre matéria e linguagem no seu pensamento; a obra também atenta para o início de uma problematização da relação entre a matéria verbal e 'não-verbal' e para um questionamento acerca da real viabilidade de tal distinção.[57]

---

provar altamente significativo para a escola bakhtiniana: Tynianov, Poetika, pp. 227-52. Referência direta à Tynianov em Bakhtin é, ironicamente, limitada a uma avaliação completamente negativa à produção literária de Bakhtin, mediada pelas anotações 'secretas' de palestras feitas por R. M. Mirkina no período entre 1922 e 1927: 'Tynianov [...] não possui nem o estilo nem a linguagem que permitiria a ele criar um trabalho artístico. 'Kiukhlia' só pode ser visto como um livro de leituras para o ensino médio. Lev Tolstói [...] trabalhou por vários anos nos materiais de Guerra e Paz. Tynianov produziu seu trabalho em duas semanas': M. M. Bakhtin, 'Letskii po russkoi literature (1922-1927 gg.)', *Dialog. Karnaval. Khronotop, I, 1993, 2, pp. 97-104.* As palavras russas *material* ou *materialy* são usadas aqui no sentido convencional de 'fontes', sem nenhuma referência implícita ao problema teórico que estamos trabalhando.

52 Medvedev, *O Método Formal*, p. 159; p. 116.

53 Ibid., pp. 160, 159; p. 117. Em uma atitude que pode indicar um aprofundamento da espiral de influências operantes no processo de transmissão formalista. Na tradução de O Método Formal para o Inglês, o tradutor Albert J. Wehrle utiliza uma expressão um tanto indevida 'fortuita', *exatamente* o mesmo termo Erlich utiliza para caracterizar a ampla 'retirada' do formalismo (Erlich, *Russian Formalism*, p. 129).

54 Iu. N. Tynianov, Problema stikhotvornogo iazyka, The Hague, 1963 [1924]; The Problem of Verse Language, ed. and trans. Michael Sosa and Brent Harvey, Ann Arbor, MI, 1981.

55 Tynianov, 'Literaturnyi fakt', p. 16; p. 19.

56 Vladimir Novikov concede uma falta 'definitiva, embora historicamente perdoável' de 'desenvolvimento explícito do conceito de matéria em todos seus aspectos e nuances' no trabalho de Tynianov e seus colegas: Iu. N. Tynianov, Literaturnaia evoliutsiia: izbrannye trudy, ed. Vladimir Novikov, Moscow, 2002, p. 476. De outro modo, Medvedev, talvez não surpreendentemente levando em conta a nossa discussão anterior, está preparado de outra maneira para chamar Tynianov de 'o líder formalista mais cauteloso, comedido e acadêmico': P. N. Medvedev, Formalizm i formalisty, Leningrad, 1934, p. 171.

57 Marc Weinstein fez um estudo detalhado das (quatro) diferentes denotações do termo 'matéria' em Tynianov, mas com o propósito infeliz de distanciá-lo de Bakhtin, cuja estética é caracterizada apenas como uma

Tynianov estabelece a matéria verbal como o primeiro lócus para o estudo de arte verbal ao se referir não apenas à matéria, mas à 'matéria formada, o marcador convencional mais simples que é o discurso, a palavra'.[58] A palavra 'formada' (oformliaemyi) poderia inicialmente parecer sugerir a insistência de Tynianov na concepção de uma separação fundamental entre matéria e sua expressão linguística (seu 'receptáculo'): isto é, ele persiste na ilusão positivista que na ocasião distraiu Shklovskii, e que permite que o artista apenas encontre e 'forme' o material, mas não o crie. A inferência mais crítica, no entanto, é que *é impossível falar de quaisquer fenômenos culturais ou experienciais como apenas 'encontrados'.* Isto é suportado pelo desenvolvimento de Tynianov em 'Literaturnyi fakt' da ideia de que a obra literária é essencialmente a aplicação (prilozhenie) do fator construtivo à linguística material, isto se transforma no processo de 'formação do material' ('v oformlenii materiala').[59] Os fenômenos culturais, históricos ou experienciais, a 'matéria' do conceito inicial formalista, devem sempre ser construídos (na verdade, até certa medida eles já são construídos) no meio da linguagem; em outras palavras, '*não há realidade em si, nenhuma realidade neutra que pode ser posta em oposição à arte'* porque a 'vida' e a 'realidade' já são 'minuciosamente estetizadas'.[60] Além disso, este processo de construção, sendo ou não especificamente relacionado à criação de uma obra especificamente 'literária', *já implica em si* na construção também da *forma*.[61] 'matéria' não é, de maneira alguma, oposto a 'forma'; material também é 'formal', *porque ela não existe aparte do [fator] construtivo.*[62]

A base para essa resolução harmonizadora e abrangente do problema do material na obra literária oferece a maior pista sobre o motivo pelo qual o problema provocou tantas exposições variadas do trabalho de vários críticos formalistas na obra do próprio Tynianov (às vezes, aparentemente, dentro de uma mesma obra), e em diferentes respostas críticas a esses trabalhos feitos por Medvedev e Bakhtin. Tynianov não *substitui*, de fato, uma concepção de matéria por outra, como Medvedev sugere: Ele *combina* ambas concepções em uma formulação que tem a capacidade inesperada de resistir:

---

recapitulação contraditória de suas raízes essencialmente Kantianas. Weinstein, tendo em vista ironicamente a ênfase deste artigo (e de Tynianov) na evolução, se contenta em manter Bakhtin congelado no ano de 1924, o que é equivalente – se não for muito pior – a insistir na associação indissociável de Tynianov com o formalismo inicial; ver Marc Weinstein, 'Le débat Tynjanov / Bakhtin ou la question du matériau', Revue des Études Slaves, 64, 1992, 2, pp. 297–322. Aleksander Skaza, de forma oposta, traz uma leitura altamente sensível sobre o significado de matéria em Bakhtin, mas persiste em opor isso a uma 'posição' Formalista indiferenciada, o que não só engloba Tynianov e Shklovskii, mas também engloba – e apaga – o desenvolvimento cronológico de cada uma de suas posições respectivas; ver Aleksander Skaza, 'Kontseptsiia "material'noi estetiki" M. M. Bakhtina v polemike s formal´nym metodom: neskol´ko zametok', in Miha Javornik et al. (eds), Bakhtin and the Humanities: Proceedings of the International Conference in Ljubljana, October 19–21, 1995, Ljubljana, 1997, pp. 45–55.

58 Tynianov, *The Problem of Verse Language*, p. 7; p. 31.

59 Tynianov, 'Literaturnyi fakt', p. 15.

60 Bakhtin, 'The Problem of Content, Material and Form', p. 278; p. 276. Aqui, como em vários momentos deste artigo, o objeto e a terminologia de Bakhtin constroem claramente uma parte de seu público alvo como sendo familiar à luta neo-Kantiana com o idealismo e, juntamente com sua observação inicial a respeito do 'lastro supérfluo de citação e referência', ironicamente sinaliza a relativa ignorância do restante – entre esses, presumidamente, estão seus oponentes formalistas. As fontes filosóficas de Bakhtin, e em questões particulares de influência, não são, entretanto, a preocupação do presente artigo; ver sobre em, Brandist, *The Bakhtin Circle*: Philosophy, Culture, Politics.

61 A distinção crítica aqui não é entre literário e não-literário, mas entre externalizado (representado artisticamente, expresso pragmaticamente) e discurso 'interno', que determina, em última instância, toda a questão de forma e gênero em Bakhtin.

62 Tynianov, 'Literaturnyi fakt', p. 15.

1. Ao escárnio de Medvedev à tendência formalista de tratar a *fabula* como matéria 'já que tudo isso não existe como um dado fora da obra';[63]
2. À crítica de Bakhtin e Medvedev a respeito da 'abstração' da linguagem que é implícita por sua concepção como matéria 'inerte'. Tynianov rejeita implicitamente a 'A linguagem, entendida como totalidade ou sistema de possibilidades linguísticas (fonética, gramatical, lexical)' como base para uma teorização da matéria literária,[64] e ao fazê-lo supera a crítica de Bakhtin em relação à visão da produção literária como sendo meramente um '*material organizado*, como uma coisa'.[65]

Não existe 'matéria' *sem* linguagem, mas igualmente, igualar matéria com linguagem é incluir em sua definição todos os diversos fenômenos culturais, históricos e experienciais previamente associados com *fabula* e com a motivação de seu instrumento. Tynianov combina os dois conceitos de material por conta da inseparabilidade fundamental dos fenômenos 'em vida' e as inúmeras formas de sua instanciação (construção) linguística. Ou, pelo menos, Tynianov nos permite inferir tal junção, e que foi deixada para que o editor atual de suas obras, Vladimir Novikov, a tarefa de reapresentar este novo conceito de matéria nos seguintes termos:

Matéria é toda a realidade pré-criativa da produção artística: sua base verdadeira/empírica ou histórica; a diversidade de ideias abstratas refletidas nela; a totalidade de emoções extra-estéticas e as realidades naturais e objetivas recriadas pelo autor; *e a linguagem em sua especificidade linguística.*[66]

Isto não é apenas uma resolução útil das dificuldades na reformulação de Tynianov do conceito de matéria, mas isso define também o ponto no qual a comparação direta com Bakhtin se torna produtiva – a base para uma resposta à pergunta sobre como a realidade é estetizada nas diferentes fases da criação artística verbal. Inicialmente o que é surpreendente e ainda importante no resumo de Nonikov não são os termos particulares que ele opta por caracterizar os primeiros três componentes aparentemente 'não- ou extra-verbal' de 'toda a realidade pré-criativa da produção artística', mas o que é implícito a respeito da relação entre estas três categorias e a categoria final, 'linguagem em sua especificidade linguística. A língua é libertada da abstração e da 'inércia' do ato de ser forçada a co-habitar ou *habitar, trazer à existência* o que era previamente confundido pelo conteúdo 'não-linguístico': assim como a matéria não pode ser 'amorfa', a mesma também não pode ser vazia/esvaziada de conteúdo (o que, por sua vez, não pode ser concebido isolado da língua).

A reformulação de Tynianov no conceito do material literário repousa sobre a ideia dupla de que a língua e a 'realidade' (e a arte) não podem ser separadas, e que o material literário é *formado* no processo da performance verbal concreta. Ele chega perto de uma declaração definitiva da relação mutualmente constitutiva entre a linguagem e os 'fenômenos' ideológicos ou experienciais (devemos chamá-los adequadamente de 'possibilidades') em 1924, no livro 'Literaturnyi fakt'. Sua postura pode, portanto, ser denominada quase 'Bakhtiniana' em seu reconhecimento de que a língua em si só pode ser concebida em termos de performance concreta (a manifestação externa de tal, neste caso, é a escrita).[67] Devemos notar que tudo isso, embora seja direcionado à resolução do problema do ma-

63 Medvedev, *The Formal Method*, p. 153; p. 112; e acima.
64 Ibid. p. 166; p. 122; e acima.
65 Bakhtin, 'The Problem of Content, Material and Form', p. 266; p. 264; e acima.
66 Tynianov/Nonikov, Literaturnaia evoliutsiia, p. 47; grifo meu – RA (Referência do Autor?).
67 Embora toda performance linguística seja processual, e não pode ser reduzida ou identificada completamente com sua manifestação externa, é o momento onde o processo adquire forma externa que deve dominar quaisquer análises dentro de uma abordagem especifica da crítica literária.

terial literário, não implica necessariamente na 'dependência da realidade em instâncias especificamente literárias da personificação/incorporação estética; a atividade estética é, para Bakhtin, um componente de qualquer interação consciente com o mundo, e Tynianov também se aproximará desta posição/opinião no artigo de 1927 'On Literary Evolution'.[68] Isso parece apresentar, contudo, certas dificuldades lógicas, na medida em que a 'realidade' depende para sua 'existência' de uma construção estética, que *inclui,* mas não se restringe à construção literária ou artística; Tynianov parece correr o risco, como, de fato, Medvedev havia proposto, de destruir o material literário enquanto o define.

Aqui, a caracterização de Medvedev a respeito de Tynianov é, de novo, completamente destinada às associações anteriores do mesmo/deste. Medvedev tem associado Tynianov explicitamente com a contestação do primeiro conceito formalista sobre matéria, mas ele é incapaz ou relutante em aceitar que isso implica também em uma contestação do outro pilar da teoria do formalismo inicial que observamos brevemente no início, a distinção de uma linguagem especificamente 'poética'. A crítica de Medvedev é que o segundo conceito de matéria de Tynianov, bem como todas as associações problemáticas com as abstrações da linguística, também minam fatalmente a ideia de uma linguagem literária definitiva e distinta. Isso é essencialmente uma repetição da crítica bakhtiniana global do formalismo, no sentido de que os formalistas têm sido consistentemente incapazes, até em seus próprios termos, de conceituar a distinção entre o literário e o que é verbal/textual, mas não-literário.[69] Ainda assim, Tynianov tem estado, no mínimo, desinteressado há muito tempo nesta tarefa; de fato, em relação a seus trabalhos publicados, é possível argumentar que isso *nunca foi* sua primeira preocupação. Sua apostasia ostensiva do caráter 'ortodoxo' do formalismo é caracterizada por Medvedev como tendo nascido da inconsistência, uma consequência inevitável da premissa inicial problemática do projeto formalista. No entanto, a apostasia de Tynianov não se resulta em sua identificação com o 'outro lado' da moeda da estética material, mas com o estabelecimento 'Marxista' para o qual as manobras políticas de Shklovskii apontam;[70] nem leva necessariamente a sua associação canônica com a ascensão do estruturalismo, que se apoderou/se aproveitou da resolução proposta por Tynianov e Jakobson do problema da sincronia e diacronia nos termos da evolução sistêmica, mas prestaram pouca ou nenhuma atenção ao conceito subjacente de matéria, o que é o pré-requisito necessário dessa evolução.[71] Isto leva a sua rejeição dos

68 Iu. N. Tynianov, 'O literaturnoi evoliutsii' [1927], in Poetika. Istoriia literatury. Kino, pp. 270–81; 'On Literary Evolution', in Matejka and Pomorska (eds), Readings in Russian Poetics, pp. 66–78 (hereafter, Tynianov, 'On Literary Evolution').

69 "Sem um conceito sistemático de estética [...] é impossível isolar o objeto da poética – o trabalho verbal *artístico* – da massa de trabalhos verbais de um tipo diferente': Bakhtin, 'The Problem of Content, Material and Form', p. 261-259.

70 Compare, a esse respeito, as relações mutantes de Shklovskii com Eikhenbaum, o qual foi mais longe em direção a acomodação do Marxismo em seus artigos 'Literatura i pisatel´', Zvezda,5, 1927, pp. 121–40, and 'Literaturnyi byt' [1927, as 'Literatura i literaturnyi byt'], in Boris Eikhenbaum, Moi vremennik / Marshrut v bessmertie, Moscou, 2001, pp. 49–59. Shklovskii pôde escrever à Jakobson em Fevereiro de 1929, em sua tentativa de ressurgir com o *Opoiaz,* que "o 'ambiente literário' [de Eikhenbaum] é o Marxismo mais vulgar. Além disso, ele se tornou ciumento e tem medo de seus próprios estudantes' (citado de Galushkin '" I tak, stavshi na kostiakh...'", p. 140); e mesmo assim, no fim do ano, Eikhenbaum e Shklovskii co-editaram Slovenost'i kommertsiia. Knizhnaia lavka A. F. Smirdna, Moscou, 2001 [1929], cuja introdução editorial afirma que enquanto 'os autores deste livro não afirmam, em nenhum sentido, que o chamado 'ambiente literário' (termo de B. M. Eikhenbaum) é a causa primária da evolução literária [...] mas eles consideram que a análise do ambiente literário pode disponibilizar materiais para uma análise das mudanças na função da literatura em diferentes períodos' (pp. 5-6).

71 Tynianov and Jakobson, 'Problems in the Study of Literature and Language', pp. 282– 83; pp. 79–81.

dois lados da moeda da estética material, e a sua associação, *ex post facto* como isto devia ser inevitavelmente, a Bakhtin.

A resposta de Tynianov à crise definitiva do Formalismo, que tem sido formulada há muito tempo, foi voltar-se para a ficção histórica (e, em menor escala, à crítica sóbria histórico-literária).[72]

Seja qual for o status do 'Problems in the Study of Literature and Language', sua última declaração ostensiva antes da adoção de um 'silêncio' teórico, a penúltima declaração de Tynianov – e talvez a mais substancial - aponta para uma direção ligeiramente diferente. 'On Literary Revolution', primeiramente publicado anteriormente à tentativa abortiva final de Shklovskii de recuperar uma base institucional segura para a ampla 'escola formal', certamente compartilha da problemática central de 'Problems in the Study of Literature and Language' (e do estruturalismo em geral) em seu exame a respeito da relação entre a série literária e extra-literária (que estão também, e não totalmente fortuito, no cerne das tentativas de aproximação entre formalistas e marxistas). O que tem recebido menos atenção, entretanto, é que Tynianov aqui aborda a questão global do literário frente à frente do não literário ao identificar implicações novas e maravilhosas de sua concepção combinada de matéria. Voltando-se à questão do gênero literário, Tynianov afirma que

> *A novela, que parece ser um gênero integral que se desenvolveu dentro e de si mesmo ao longo dos séculos, acaba por não ser um todo integral, mas sim uma variável, com matéria que varia de um sistema literário para outro, e com métodos variáveis de introduzir o material do discurso extra-literário na literatura (Tynianov, 'On Literary Evolution', pp. 274–75; p. 70).*[73]

Tynianov se volta para a questão de gênero não só porque ela foi 'menos estudada', mas porque ela se oferece como um mecanismo através do qual os efeitos e processos que afetam a 'matéria' podem, literalmente, ser observados: se a concepção de Tynianov de matéria se convenciona com a insistência de Bakhtin na sua condição já 'necessariamente estetizada', gênero é a categoria que nos permite estabelecer precisamente *como* a realidade é estetizada nas diferentes fases da história da arte verbal:

Como e por quais meios o extra-literário se correlaciona com a literatura? O extra--literário é complexo e multifacetado em sua natureza, e apenas a função de todos seus elementos é específico nele. O extra-literário se correlaciona com a literatura acima de tudo em seu aspecto verbal. [...] Não existem gêneros literários banais. O seu lugar é ocupado pelos fenômenos extra-literários verbais. A função ou orientação verbal busca a forma, e a encontra no romance, na piada, na peça com rima, *bouts rimés*, charadas, etc. E aqui o aspecto de gênesis, "da presença de certos tipos de forma discursiva extra-literária" (Tynianov, 'On Literary Evolution', pp. 278, 279; pp. 73, 74), adquire sua significação evolutiva.

A segunda parte do livro de Bakhtin sobre Dostoiévski pode suportar os traços de seu engajamento positivo com o formalismo tardio, e seu 'Discourse in the Novel', escrito no

72 Embora vejamos, por exemplo, a carta agonizante de Tynianov para Shklovskii no fim de Março de 1929: 'Estou um pouco perdido, eu não tenho um grande trabalho e receio que perdi o hábito de trabalhar com história e teoria. Mas não tenho intenção nenhuma de me tornar um escritor de novelas' ('Iu. Tynianov to V. Shklovskii, 29 March 1929', Voprosy literatury, 12, 1984, pp. 199–200).

73 O termo russo *byt* foi traduzido aqui simplesmente como o 'extra-literário' em reconhecimento ao seu significado central neste contexto; alternativas como 'vida doméstica', 'vida cotidiana' ou 'ambiente' trazem conotações adicionais, que desvirtuam de uma compreensão do termo em oposição específica ao 'literário' (assim como a interpretação de Matejka e Pomorska: 'convenções sociais').

exílio – portanto, sem empecilhos – no início dos anos 1930, é contundentemente consistente com as formulações de Tynianov em sua abordagem do gênero.[74] No momento em que 'The Problem of Speech Genres' foi escrito, em 1952-1953, contudo, a tentativa tardia de Bakhtin de desenvolver a proposição inicial de Voloshinov de que "a psicologia social é dada principalmente nas mais variadas formas do 'enunciado', na forma de pequenos *gêneros discursivos,* internos e externos, que até o presente momento não foram estudados"[75] o status dos artigos teóricos posteriores de Tynianov é manifestado em cada página.

Há mais em jogo, portanto, nesta associação de Bakhtin e o trabalho tardio de Tynianov do que simplesmente lançar um ponto de vista diferente em certas dificuldades locais no ambiente crítico dos soviéticos de 1920, e mais até que a implicação substancial de que ambos (e talvez muitos outros) pertencem a uma 'escola' unificada de teoria literária russa.[76] Tanto Tynianov como Bakhtin, que trabalham em escolas críticas (e pragmáticas) muito diferentes, sugerem não apenas a possibilidade de renovação do estudo literário, mas o fazem de maneira que isso fique deslumbrantemente integrado e suscetível às problemáticas recorrentes da teoria literária. Em um nível, seu conceito de material literário como indivisivelmente verbal e extra-verbal é a base para um estudo textual sincrônico que é, ao mesmo tempo, imanente *e* orientado ao contexto extra-literário (mas não, falando adequadamente, extra-verbal) de sua produção. Em outro nível, eles insinuam uma revolução no nosso conceito de gênero literário, visto como um tipo de 'gravador' de evoluções no sistema literário produzidos pelas mudanças na matéria em si, e nas maneiras que ele 'entra' ou 'é trazido para' a literatura: a base que é, para o estudo diacrônico de organização sistêmica e mudança.

Esta metodologia de estudo literário, predicado em uma concepção completamente nova de material literário, não foi acessível a partir da falsa dicotomia e, portanto, reforçando mutuamente a 'estética material' do Formalismo ou do Marxismo: e dada a influência das várias redações do Formalismo e do Marxismo no curso tardio da teoria literária, não é tão surpreendente que ela tenha se mantido inacessível desde então. Ao mesmo tempo,

---

74 M. M. Bakhtin, 'Slovo v romane', in Voprosy literatury i estetiki. Issledovaniia raznykh let, ed. S. Leibovich, Moscow, 1975, pp. 72–233; 'Discourse in the Novel', in *The Dialogic Imagination*: Four Essays by M. M. Bakhtin, ed. Michael Holquist, trans. Caryl Emerson and Michael Holquist, Austin, TX, 1981 (hereafter, *The Dialogic Imagination*), pp. 259–422.

75 Voloshinov, *Marxism and the Philosophy of Language*, p. 20; p. 232. Bakthin faz uso específico do termo, embora longe de programático, no livro sobre Dostoiévski; em seguida, ele aborda superficialmente uma única vez em seu trabalho entre o fim dos anos 1920 e o início dos anos 1950, na aproximação com 'From the Prehistory of Novelistic Discourse': ver M. M. Bakhtin, muito próximo de 'From the Prehistory of Novelistic Discourse': ver M. M. Bakhtin, 'Iz predystorii romannogo slova', in Voprosy literatury i estetiki. Issledovaniia raznykh let, ed. S. Leibovich, Moscow, 1975, pp. 408–46 (p. 445); 'From the Prehistory of Novelistic Discourse', in *The Dialogic Imagination*, pp. 41–83 (p. 83). Também, M. M. Bakhtin, 'Problema rechevykh zhanrov', in Sobranie sochinenii.

76 Esta sugestão foi explicitada por Igor Shaitanov em uma conferência em Moscou em 1993 e combinada com o que V. V. Zdol'nikov descreve como 'uma oposição extremamente ativa'; ver Igor Shaitanov, 'Bakhtin i formalisty v prostranstve istoricheskoi poetiki', in M. M. Bakhtin i perspektivy gumanitarnykh nauk, ed. V. L. Makhlin, Vitebsk, 1993, pp. 16–21; Igor´ Shaitanov, 'The Concept of the Generic Word: Bakhtin and the Russian Formalists', in Adlam et al. (eds), Face to Face: Bakhtin in Russia and the West, pp. 233–53; see also, V. V. Zdol´nikov, 'Vopros ostaetsia otkrytym (Nemnogo syb´´ektivnye zametki o konferentsii "Bakhtin I perspektivy gumanitarnykh nauk", Moskva, RGGU, fevral´ 1993 goda)', Dialog. Karnaval. Khronotop, 1993, 2–3, pp. 198–200. Ver também, D. Kujundzic, Bakhtin i Tynianov kak interpretatory Dostoevskogo', in D.Kujundzic and V. L. Makhlin (eds), Bakhtinskii sbornik II: Bakhtin mezhdu Rossiei i zapadom,Moscow, 1992, pp. 45–49, que enfoca a similaridade nas leituras de Bakhtin e Tynianov do status textual de formas discursivas variadas em Dostoiévski, sem explicitar a relação entre esta problemática e o problema da matéria, a qual, em nossa perspectiva, é inseparável.

é irônico e apropriado que a reorientação de Tynianov sobre o formalismo, conduzido por uma percepção da necessidade de historicizar a teoria, deva ser apresentada como um movimento a partir do qual a história da teoria requer que seja reescrita; é ainda mais apropriado que este imperativo histórico seja intrinsecamente ligado aos imperativos de renovação nos termos que podemos hesitar em caracterizar como 'meramente' literário ou 'puramente' teórico.

Tradução: Fabiana Ribeiro do Nascimento, Ana Zandwais
Revisão: Maria Inês Batista Campos, Nathalia R.S. Polachini

Referências

ADLAM, Carol et al. (eds.) *Face to face*: Bakhtin in Russia and the west. Sheffield, 1997.
ARVATOV, B. Literatura i byt. In: *Zvezda*, nº 6, 1925, p. 308-319.
BAKHTIN, M.M. Problema soderzhaniia, materiala i formy v slovesnom khudozhestvennom tvorchestve. In Raboty *1920*–kh godov, Kiev, 1994, p. 257–318; '
_____. The Problem of Content, Material and Form in Verbal Art', in *Art and Answerability*: Early Philosophical Essays by M. M. Bakhtin. Ed.. Michael Holquist and Vadim Liapunov; trans. Vadim Liapunov and Kenneth Brostrom, Austin, Texas Press University, 1990, p.257-325.
_____. *Problemy tvorchestva/poetiki dostoevskogo*. Kiev, 1994.
_____. Discourse in the Novel', in *The Dialogic Imagination*: Four Essays by M. M. Bakhtin, ed. Michael Holquist, trans. Caryl Emerson and Michael Holquist, Austin, TX, 1981
BERNARD-DONALS, Michael. .*Mikhail Bakhtin: Between Phenomenology and Marxism*, Cambridge, 1994.
BOCHAROV, S.G., NIKOLAIEV, N.I. Sobranie sochinenu. Moscow, 2003, vol1, p.707-41
BRANDIST, Craig. *The Bakhtin Circle*: philosophy, Culture, politics. London, London and Sreling, 2002.
BRIK, Osip. The so called formal method. *Russian poetics in translation,* 4, 1977.
EIKHENBAUM, Boris. Moi vremennik / Marshrut v bessmertie, Moscou, 2001,
ERLICH, Viktor. *Russian formalism* History. The Hague: Ed. Doctrine, 1980 .
MARX, Karl. *Selected writings*. Oxford, Ed. David Mc. Lellan, 1977
MATEJKA, Ladislav. 'Deconstructing Bakhtin in C.A. Mihailescu e W. Hamarneh (eds), *Fiction Updated: Theories of Fictionality, Narratology and Poetics,* Toronto, 1996, pp. 257-66
_____, POMORSKA Krystyna (eds), *Readings in Russian Poetics*: Formalist and Structuralist Views, Ann Arbor, MI, 1978
MEDVEDEV, P.N. *Formal nyi metod v literaturovedenu kriticheskoe v sotsiologicheskuiu poetiku.* Leningrad,1928
_____. *Formalizm i formalisty*, Leningrad, 1934,
_____.BAKHTIN, M.M. *The formal method in literary scholarship:* a critical introduction to sociological poetics. Baltimore, MD, 1978. Trans. Albert Wehrle.
PLEKHANOV, G.V. Literatura I estetika. Moscow, 1958.
SHAITANOV, Igor. 'The Concept of the Generic Word: Bakhtin and the Russian

Formalists', in ADLAM, Carol et al. (eds*). Face to Face:* Bakhtin in Russia and the west. Sheffield, 1997.
SHKLOVSKII, V. B. Kak sdelan Don Kikhof. In: SHKLOVSKII, V.B. O teory prozy. Moscow, p.91-124.
SHUKMAN, Ann 'Between Marxism and Formalism: the Stylistics of Mikhail Bakhtin', in Elinor Shaffer (ed.), Comparative Criticism: A Yearbook, 2, 1980, p. 221–34;
TIHANOV, Galin. Zametki o dispute formalistov i marksistov 1927 goda', Novoe literaturnoe obozrenie, 50, 2001.
TYNIANOV, Iurii. O literaturnon fakte. Lef,2, 1924, p.101-116.
_____, JAKOBSON, Roman. Problemy izuichenua literatury i yazika In: TYNIANOV, I. Poetika. Istoriia literatury. Moscow, Kino, 1977.
_____. The fundamentals of cinema. Russian poetics in translation. 1982, p.32-54
TROTSKII, L .*Literature and Revolution,* London, 1991.
USTINOV, D. Materialy disputa "Marksizm i formal´nyi metod" 6 marta 1927, Novoe literaturnoe obozrenie, 2001.
SHAFFER, Elinor (ed.), *Comparative Criticism:* A Yearbook, 2, 1980, p. 221–34
SHOR, R. Formal nyi metod na zapade. Ars. Poetica. Moscow: Ed. M.A. Petrovskii, 1927
VOLOSHINOV, V. Marxism and the philosophy of language. Cambridge, London, 1991.
_____. Marksizm i filosofiia iazyka. In: VOLOSHINOV, V. Filosofiia i sotsiologiia gumanitarnykh nauk. Sao Petersburg, 1995, p. 216-380.
ZHIRMUNSKII, V. M. Theoriia literatury. Poetika stilistika. Leningrado, 1977, p.15-55
_____. *Theoriia literatury. Poetika. Stilistika.* Leningrado, 1977,

O discurso poético de Rui Knopfli em uma relação interdiscursiva

Paula Terra Nassr[1]

Resumen: Este artículo presenta un análisis del discurso poético del escritor mozambicano Rui Knopfli, basado en los estudios del Análisis del Discurso que están apoyados en presupuestos filosóficos, materialistas históricos y dialécticos. Las relacciones de significación y de interdiscursividad entre el discurso del poeta africano y de poetas brasileños van a desvelar la condición de que el lenguaje pasa siempre por un proceso en que la histórica, los sujetos y los sentidos están envueltos a la ideologia, de modo que, los movimientos de significación no presentan un carácter de ociosidad
Palabras Clave: Rui Knopfli; Discurso Poético; Análisis de Discurso; Procesos de significación; Interdiscursividad.

Resumo: Este artigo apresenta uma análise do discurso poético do escritor moçambicano Rui Knopfli, com base nos estudos da Análise do Discurso que estão alicerçados em pressupostos filosóficos, materialistas históricos e dialéticos. As relações de significação e de interdiscursividade entre o discurso do poeta africano e de poetas brasileiros vão desvelar a condição de que a linguagem passa sempre por um processo em que a histórica, os sujeitos e os sentidos estão envoltos à ideologia, de modo que, os movimentos de significação não apresentam um caráter de ociosidade.
Palavras-Chave: Rui Knopfli; Discurso Poético; Análise do Discurso; Processos de Significação; Interdiscursividade.

1 Introdução

Se pensarmos os estudos da linguagem priorizando a forma e a estrutura da língua, iremos nos filiar a linhas de pesquisa que pensam a língua como um objeto estático, como um sistema onde não há possibilidades para equívocos, deslizamentos de sentido, ambiguidades e contradições, visto que podem desestabilizar a ordem da língua como objeto de estudo de uma ciência mais objetiva. Porém, aqueles que trabalham com a linguagem de modo a romper paradigmas, binarismos, possibilitando que os sentidos sejam sempre outros, sem haver suas pré-definições, devem filiar-se a uma proposta de reflexão sobre a linguagem em que o sujeito, a história e a ideologia sejam cúmplices no jogo dos sentidos. Jogo este, em que sujeito e sentido se constituem num *continuum*, num constante vir a ser.

Nos anos 60, na França, Michel Pêcheux, com suas inovadoras ideias, vem estabelecer novos paradigmas a estudos já defasados sobre as ciências da linguagem. Das suas observações e estudos surge, então, a Análise de Discurso (AD) que passa a ser uma disciplina

1 Professora SMED/POA. Mestre em Teorias do Texto e do Discurso (UFRGS) e doutoranda em Literaturas Luso-africanas (UFRGS).

que não trabalha com a língua como sendo um sistema abstrato, conforme relata Orlandi (1999), mas como espaço de interação dos sujeitos com o mundo, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas. Não sendo mais um sistema fechado em si, a língua passa a ser relacionada à sua exterioridade, levando-se em conta no processo de produção da linguagem, o sujeito na sua história e as situações em que este vai produzir o dizer.

Nessa nova proposta, Pêcheux passa a articular conhecimentos do campo das Ciências Sociais e da Linguística. Contudo, de um modo bem particular, faz algumas rupturas em que o político e o simbólico se confrontam, colocando questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que deixa de lado, da mesma maneira que questiona as Ciências Sociais no que se refere à transparência da linguagem sobre a qual elas se baseiam.

Na AD, não há um sentido literal, este não está pré-fixado, ao passo que, não pode ser qualquer um, pois há uma determinação histórica. Para se compreender o funcionamento do discurso, Orlandi (1998) explica que é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível em nível do discurso é histórico e não formal.

Viu-se, então, que na AD o discurso é determinado pela sua exterioridade e ao mesmo tempo vai remeter a outro discurso, isso tem a ver com a memória do dizer (interdiscurso), espaço em que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que surgem suas identidades. Como observa Orlandi (1998) o processo de interpretação é regido por condições de produção específicas, que aparecem como sendo universais e eternas, pois vai ser a ideologia que irá produzir esse efeito de evidência e unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais". É pela ideologia que se naturaliza o que é produzido pela história, ela vai guiar a interpretação dos sentidos em uma certa direção e esta será determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia vai fazer parte dessa relação da linguagem com o mundo, de modo que, linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro. Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é o trabalho desta contradição. Portanto, é importante entendermos essas relações citadas anteriormente para que possamos distinguir a forma abstrata, que é transparente e literal, da forma material, que é histórica e que está sujeita a equívocos e opacidades.

Há de se salientar, ainda, que quando se pensa a determinação histórica dos sentidos nos processos discursivos, não se está pensando a história como evolução e cronologia, mas o que interessa são as maneiras como os sentidos são produzidos e vão circular. Nos estudos sobre a linguagem, muitos são os processos que trabalham com a questão dos sentidos (sinonímia, paráfrase, polissemia, paródia, entre outros), todavia, o que devemos observar é como as noções de sentido e de linguagem vão aparecer nesses diferentes processos. E, principalmente, neste artigo, como os estudos da Análise do Discurso alicerçados em pressupostos filosóficos, materialistas históricos e dialéticos vão contribuir para as análises poéticas realizadas.

2 Concepções em torno da paráfrase

Se formos tratar a linguagem e o sentido de modo mais estrutural, os processos que envolvem significação passam a representar relações de equivalência entre palavras, frases, enunciados, tornando a comunicação algo estável e com uma ideia de que possa ser previsível. Affonso Romano Sant'anna (2008) vai tratar da paráfrase como sendo um processo mais voltado à ideia da imitação e da cópia e se, em geral, a história é a história

da diferença e do acréscimo, não irá combinar com a repetição. Ainda, consoante o autor (2008), a paráfrase repousando sobre o idêntico e o semelhante, pouco faz a linguagem evoluir, permanecendo oculta em algo estabelecido, em um velho paradigma. Todavia, se pensarmos a paráfrase relacionada aos estudos da AD, não poderemos prescindir das relações históricas e sócio-políticas que atravessam as palavras, os textos, os discursos, observando as ideologias que transitam. O autor trabalha a paráfrase em oposição à paródia, para a AD não há essa ideia de oposição. Sant'anna pensa a paródia repousando sobre novos paradigmas e a paráfrase sobre velhos, entretanto desde o ponto de vista da AD há uma relação tensa na paráfrase que busca manter paradigmas e que não se isenta de reformular esses paradigmas. Na paródia vai se instaurar um processo de contra-identificação, onde os saberes de uma mesma formação discursiva (FD) se tornam contraditórios e estranhos entre si. A paródia busca subverter os sentidos já cristalizados que circulam a partir da Ideologia Dominante, de modo a romper com a manutenção dos discursos que se instauram pela refração dialética, assim ela desopacifica as reproduções.

Importante esclarecer que tanto a paráfrase quanto a paródia não vão apresentar um caráter ocioso, enquanto Sant'anna aproxima a paráfrase da sinonímia não se dá conta de que as relações de sinonímia dependem de acontecimentos e das formas como os sujeitos se reconhecem em uma determinada FD.

A formação discursiva[2] é o lugar da constituição do sentido, conforme Pêcheux (1988). Ele explica que as palavras mudam de sentido ao passarem de uma FD a outra. Assim, não são somente as intenções do sujeito que determinam o dizer, existe uma ligação entre a intenção individual e um pacto social. A noção de sentido está intrinsecamente ligada às condições de produção do discurso e à relação de paráfrase entre sequências que formam famílias parafrásticas (famílias de sentido). Para poder entender o processo parafrástico deve-se entender a forma-sujeito de modo a não prescindir da língua relacionada à história e do sentido à contradição, pois se as palavras ficam sem a história a língua fica só na etimologia e ao se inscreverem no interior de uma dada FD elas adquirem sentidos contraditórios. A paráfrase é um processo orgânico porque movimenta saberes de FDs diferentes, possibilitando sempre reformulações.

Retomando Pêcheux - 1975 - (1988), no que concerne ao sentido, ele diz que uma palavra, proposição ou expressão, não tem um sentido particular (sentido literal). E se não existe um sentido literal, não existe fonte da qual possa derivar sentidos por meio de uma lógica linguística combinatória. Para o autor, se realmente houvesse uma literalidade, as palavras não poderiam receber os diversos sentidos que recebem, em conformidade com uma ou outra FD. Pois dentro da mesma FD os sentidos parecem igualmente evidentes.

O que vai realmente determinar o sentido das palavras são as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que são (re)produzidas. Dessa maneira, então, as palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as utilizam, obtêm seu sentido em consonância com essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas.[3]

---

2 A noção de FD surgiu das ideias de Foucault sobre o discurso. Para ele as regras de formação do discurso são condições de existência – mais também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento – em uma repartição discursiva dada. Essas regras de formação permitem a determinação dos elementos que compõem o discurso e determinam uma FD. (FOUCAULT, 2000, p. 43)

3 Para Pechêux e Fuchs - 1975 – (1993, p. 166), a **Formação Ideológica (FI)** constitui-se num elemento capaz de intervir, como uma força que se opõe a outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um momento específico. Assim, cada FI se constitui num conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

A ideologia vai designar o que é e o que deve ser o significado de uma palavra, através do hábito e do uso, muitas vezes, por desvios que são linguisticamente marcados. Por isso, é ela que fornece as evidências através das quais "todo mundo sabe" o que as palavras significam. Essas evidências fazem com que as palavras aparentem dizer o que realmente dizem em uma dada FD, originando, portanto, uma ilusão de "transparência da linguagem".

A falsa transparência disfarça o caráter material do sentido das palavras; este refere à dependência do que Pêcheux (1988, p. 159) designa de [...] "todo complexo das formações ideológicas". Dentro dos estudos da AD, há uma certa manutenção do sentido, da paráfrase (matriz do sentido), porém há o surgimento do novo sentido, fonte do sentido (polissemia).

Dessa forma, ao produzir seu discurso, o sujeito produz sentidos e passa pelos processos parafrásticos, que são relacionados com o dizível, a memória e pelos polissêmicos, que são relacionados com a ruptura de processos de significação.

Pêcheux -1969 – (1993) nos primeiros tempos da AD via a paráfrase como a possibilidade de substituição de segmentos discursivos em um contexto. Essas substituições eram índices de equivalência, isto é, sequências de um domínio semântico que constituíam formas semânticas equivalentes de uma mesma proposição. Sendo assim, a substituição de elementos em um determinado contexto discursivo estabelecia uma relação de sinonímia entre esses elementos.

Essa noção de paráfrase sofre ainda influência da linguística distribucional de Harris e, de acordo com Courtine (1981), esse modo de considerar o fenômeno tem como resultado a construção de classes de equivalência distribucionais, interpretadas como classes de paráfrase discursiva. Essas classes de equivalência manifestam a presença de invariantes recorrentes em um conjunto de sequências, bem como a presença de classes de comutação de outros elementos, em que as formas de invariança, estáveis e idênticas, constituem o contexto distribucional. Ocorre, então, uma variação regular da ordem da repetição, ou seja, da ordem do pré-construído como repetição do mesmo, como reiteração do idêntico, em um espaço em que repetição e reprodução mesclam-se.

Em vista disso, é que para Courtine (1981) as classes de paráfrase discursiva, nos primórdios da AD, são resultado de uma série de homogeneizações que acabam por colocar o discurso na categoria do mesmo.

Pêcheux juntamente com Fuchs -1975 - (1993) repensa suas ideias anteriores e percebe que as relações de substituição que constituíam a paráfrase não podiam ser reduzidas à mera equivalência, o que fez com que ele distinguisse dois tipos de substituição: as simétricas e as orientadas. Na primeira, ocorre que um elemento é, dentro do mesmo contexto, sinônimo do outro. Já no segundo tipo de substituição, os elementos substituíveis não são equivalentes, mas se pode passar de um ao outro.

É importante destacar que o autor (1993) vai associar a noção de paráfrase à produção de sentido, e esta é indissociável da relação de paráfrase entre sequências, em que a família parafrástica constitui a "matriz do sentido".

A paráfrase para Pêcheux, conforme Serrani (1993) salienta, é uma das questões em que se concentra a AD, já que o projeto desta consiste em estabelecer elementos que venham contribuir para os linguistas que têm a preocupação de investigar o suporte linguístico dos processos sócio-históricos.

Baseada nos trabalhos de Pêcheux (1993) e Courtine (1981), Serrani (1993)[4] desenvolve um estudo sobre a repetição dentro da discursividade, mais enfaticamente, sobre a

4 O trabalho de Serrani está voltado para o funcionamento da paráfrase sob a ótica da Análise do Discurso (AD).

paráfrase. A paráfrase é vista por ela (SERRANI, 1993, p. 43): [...] "como uma relação semântica não-estável, que vem em decorrência de alguma qualidade, pertencente às frases, que possa ser observada."

A autora pensa que a paráfrase não pode ser concebida como uma relação de validade universal, porque não convém pressupor qualquer acordo pré-determinado entre os protagonistas da linguagem, visto que a produção de sentidos no discurso é o lugar de mal-entendidos, equívocos, disputa.

Serrani vai adotar um posicionamento frente a essa questão, que pressupõe uma percepção do fenômeno de uma forma não binária, distinta da que vê, exclusivamente, que duas frases podem ser ou não paráfrases.[5] Ou seja, para ela vale a ideia de que os sentidos são sócio-historicamente determinados e devem ser referidos às suas condições de produção. Assim, é isso que vai permitir identificar uma relação parafrástica entre enunciados, que não se atendo às relações de substituição, não podem ser paráfrases um do outro.

Ainda para a autora (1993, p. 47), a paráfrase pode dar a ideia de "ressonância de significação", isto é, essa ressonância é compreendida como um efeito de vibração semântica mútua entre formações discursivas contraditórias ou até mesmo antagônicas. Essa noção de ressonância, de acordo com a autora, permite incluir o sujeito na concepção de paráfrase, já que ela sempre ressoa para alguém, seja na dimensão dos interlocutores empíricos projetados no discurso (projeção que é importante para o domínio das formações imaginárias), seja na dimensão do sujeito.

A ressonância interdiscursiva, segundo Serrani, permite trabalhar com uma noção de linguagem heterogênea, pois para definir como as unidades envolvidas ressoam é necessário colocar em jogo outros discursos, como espaços virtuais de leitura da sequência descrita. Enfim, vistas por esse ângulo, as paráfrases [...] "ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas" (SERRANI, 1993, p. 47).

Orlandi (1999) trabalha com a noção de paráfrase, porém diferentemente dos demais, pois a opõe à noção de polissemia. A autora apresenta essas noções como sendo duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente[6]. Ao tomar a palavra o sujeito produz uma mexida na rede de filiação dos sentidos, porém fala com palavras já ditas. E é nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia, entre o já dito e o a se dizer, que os sujeitos e os sentidos se movimentam para se (re)significar.

A autora (1999) trata também de outros dois processos que envolvem a paráfrase e a polissemia – a produtividade e a criatividade. A criação em sua dimensão técnica é produtividade, reiteração de processos já cristalizados. Esta é orientada pelo processo parafrástico, a produtividade faz o homem retornar sempre ao mesmo espaço dizível, produzindo a variedade do mesmo. Por outro lado, a criatividade implica a ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na relação com a história e com a língua. Desse modo, surge o diferente, aparecem novos sentidos.

---

5 A concepção binarizante de paráfrase é a que predomina nos estudos puramente linguísticos, em que há substituições sinonímicas, onde consideram que as expressões possuem o mesmo sentido. (Maria **colocou** a mesa em outro lugar. / Maria **botou** a mesa em outro lugar.).

6 Orlandi (1990, p. 43) acrescenta que não somente existe a tensão entre esses dois processos (paráfrase/polissemia), mas que há também uma *con-fusão* entre eles. São confusos, visto que, obscuros e transparentes, misturados ou combinados, difusos ou dispersos. O *mesmo* e o *diferente* às vezes não são passíveis de serem distinguidos no discurso.

A paráfrase, segundo Orlandi (1999, p.38), "é a matriz do sentido, já que não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem, uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos". Pois, se os sentidos e os sujeitos não fossem múltiplos, não pudessem variar e serem outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia representa movimentos distintos simultâneos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Ao compreender a relação da paráfrase com a polissemia, o analista se propõe observar como o político e o linguístico vão se relacionar um com o outro na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, que são marcados ideologicamente.

Se pensarmos os processos discursivos acordando com a ideias de Bakhtin, temos que levar em conta que a discursividade está fundada na relação com o outro, todo dizer é uma resposta ao dizer do outro.

Em Marxismo e Filosofia da Linguagem, Bakhtin e Volochinov (1992) explicam que é por meio da palavra que me defino em relação ao outro, assim como à coletividade. Daí decorre a famosa metáfora empregada pelos teóricos, em que a palavra serve como uma ponte lançada entre mim e o outro, recaindo sobre as extremidades de cada um destes o suporte, o apoio de tal ponte. Conforme os autores (1992, p.66) "a palavra torna-se uma arena em miniatura, na qual valores sociais de diferentes orientações ideológicas se entrecruzam, lutam".

Ainda, conforme os autores (1997, p.177), "o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados", aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal, dessa maneira, deve ser considerado como uma resposta a enunciados anteriores.

Vista por esse viés marxista, a discursividade é, nos estudos bakhtinianos, um processo que se apresenta sempre relacionada ao dialogismo, em que o eu vai relacionar-se sempre com um tu (coletivo), que não é necessariamente empírico e que constitui o eu pela história.

Nesses movimentos relacionais dos processos discursivos, a memória discursiva sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, segundo nos explica Orlandi (1999), porém estas são esquecidas e vão construindo uma história dos sentidos. Os sentidos são construídos com base nessa memória na qual os sujeitos não detêm o controle, dando a impressão de que sabem do que estão falando. Por causa disso, se forma uma ilusão de que são a origem do que dizem. Mas esse apagamento é necessário para que os sujeitos se filiem a um lugar possível no movimento da identidade e dos sentidos. Estes não apenas retornam, eles se projetam em outros sentidos, constituindo outras formas de subjetivação dos sujeitos.

Os sentidos vão resultar então de relações em que um discurso aponta para outros que os sustentam, assim como para dizeres futuros, sempre num movimento de continuidade, não havendo como nos reforça Orlandi (1999, p.39) "um começo absoluto nem um ponto final para o discurso". A autora ainda complementa, em consonância com os estudos bakhtinianos, que um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.

Ao observar os discursos o analista deve analisar as condições de produção destes. Orlandi (1999) diz que as Condições de Produção (CP) compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação; e que também a memória faz parte da produção do discurso. Considerando-se as CP em sentido estrito (circunstâncias da enunciação) tem-se o contexto imediato. E ao considerar em sentido amplo, incluem-se o contexto sócio-histórico e ideológico.

Os sujeitos envolvidos nesse processo de produção a ser analisado são o poeta Rui Knopfli e os escritores com os quais dialoga. O espaço da memória que os une tem a ver com o espaço do discurso colonialista, visto que tanto a África (espaço do poeta moçambicano) quanto o Brasil (espaço dos demais poetas), foram colonizados por portugueses.

A seguir, uma análise de um discurso poético mergulhado em um contexto em que o discurso colonial se torna uma ponte entre África e Brasil.

3 Relações interdiscursivas: poesia e sentidos em torno do social

Pelos anos 40, os escritores brasileiros são lidos com grande intensidade e entusiasmo por escritores africanos nos territórios ocupados por Portugal, conforme relata Chaves (2006, p.34) e eles vão alimentar com a literatura brasileira um vivo processo de interlocução, visto que estão em projetos de construção da identidade nacional. Percebiam nos textos brasileiros um meio de buscar elementos para reflexão de novas formas de ver o mundo. Eles ainda estavam no processo de lutas pela libertação do jugo colonialista, que cessou em 1975, porém para eles o Brasil refletia uma situação desejosa, já que desde o final do século XIX era considerado um país "livre" da colonização. E este desejo de liberdade e de identidade nacional é que unia as culturas separadas pelo oceano. Nesse processo de associação de culturas via discurso literário, os africanos iam compondo retratos idealizados do Brasil, que se firmavam como um apoio, como um modelo a ser seguido.

O poeta Rui Knopfli não foge desse cenário, era leitor de vários escritores brasileiros e, a partir de suas leituras, desenvolve um discurso poético em que Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, entre outros, são seus interlocutores dentro de um discurso poético ansioso por firmar-se em um lugar, em um espaço de identificação e de luta contra o silenciamento advindo do contexto traumático do período colonial e de guerras pela libertação.

Nos poemas a seguir veremos como os sentidos que circulam vão apresentar processos de significação que ora podem apresentar uma identificação ora podem mostrar um deslocamento ou até ruptura com as ideias com as quais dialoga.

> ***Contrição***
> *Meus versos já tem o seu detractor sistemático:/ uma misoginia desocupada entretém os ócios/ compridos, meticulosamente debruçada sobre / a letra indecisa de meus versos./ em vigília atenta cruza o périplo das noites/ de olhos perdidos na brancura manchada do papel, progredindo com infalível pontaria/ na pista das palavras e seus modelos./ Aqui se detesta Manuel Bandeira e além/ Carlos Drumond de Andrade também/ Brasileiro. Esta palavra vida/ foi roubada a Manuel da Fonseca/ (ou foi o russo Vladimir Maiacovsky/ quem a gritou primeiro?). Esta,/ cardo, é Torga indubitável, e/ se Deus Omnipresente se pressente,/ num verso só que seja, é um Deus/ em segunda trindade, colhido no Régio/ dos anos trinta. Se me permito uma blague,/ provável é que a tenha decalcado em O´Neill/ (Alexandre), ou até num Brecht/ mais longínquo. Aquele repicar de sinos/ pelo Natal é de novo Bandeira (Porque não/ Augusto Gil,/ António Nobre, João/ De Deus?). Estão-me interditas,/ como certos ritmos, certas palavras. Assim,/ não devo dizer flor nem fruto,/ tão-pouco utilizar este ou aquele nome próprio,/ e ainda certas formas da linguagem comum,/ desde o adeus português (surrealista)/ ao obrigatório bom dia! (neo-realista)./ Escrevendo-os quantos poetas sem os saber,/ mo interditavam apenas a mim; a mim, perplexo/ e interrogativo, perguntando-me, desolado:/ - E agora, José?, isto é, - E agora, Rui?/ Felizmente, é pouco lido o detractor de meus versos, senão saberia que também furto em Vinícius, Eliot, Robert Lowell, Wilfred Owen/ (...)/ Que, em suma, roubando aos ricos para dar a este pobre, sou o Robin Hood dos Parnasos e das Pasárgadas (...) (KNOPFLI, 2003, p. 210).*

O poeta apresenta no poema Contrição[7], alguns escritores nos quais buscou inspiração para os seus versos, contudo desenha esta apresentação em um leve tom irônico, visto

7 Poema publicado no livro *Mangas Verdes Com Sal*, em 1969, em Lourenço Marques, no auge das guerras de libertação.

que a ironia, de acordo com Brait (1996), é uma construção discursiva em que existe a presença de um significante recobrindo dois significados, e, portanto, pode assumir entre outros sentidos, o de crítica. O vocabulário empregado denota claramente esta criticidade irônica: "Meus versos já têm o seu detractor sistemático"; "roubando aos ricos para dar a este pobre". Nesse recurso discursivo em que substitui a ideia de inspiração por furtar, subtrair e roubar dos ricos a palavra interdita para seu uso próprio, o coloca em um lugar social de quem, mesmo estando à margem, tem o direito de defesa da sua já tão ciciada voz. Como não existe discurso sem o entrelaçamento de outros, para instaurar o seu dizer, o sujeito busca nessa "misoginia desocupada" a fissura por onde seu discurso poderá ecoar. E o ato de escrever poemas, que é o seu labor primordial dentro do intento de fazer-se sujeito de sua história, vai se apresentar como bem descreve Octavio Paz (1993) como um nó de forças contrárias, no qual sua voz e a voz do outro se enlaçam e se confundem. As fronteiras desse entrelaçamento se apagam, e o seu discurso se transforma insensivelmente em algo que o sujeito poético não pode dominar completamente. O seu "eu" cede lugar a um pronome sem denominação, que tampouco é um tu ou um ele, mas é o espaço do entremeio (entre-lugar), em suma, o espaço da inspiração criadora, da revelação imagética e da emergência de uma consciência social.

Os poemas que seguem vão apresentar uma vez mais este espaço de delito, em que o autor ousa furtar discursos e versos alheios, como forma de montar um caleidoscópio discursivo em que possíveis matizes dão o tom à sua obra poética.

> ***Terra de Manuel Bandeira***
> *Também eu quisera ir-me embora/ pra Pasárgada,/ também eu quisera libertar-me/ e viver essa vida gostosa/ que se vive lá em Pasárgada/ (E como seria bom, Manuel Bandeira,/ fugir duma vez pra Pasárgada!)./ Entanto tudo me prende aqui/ a este lugar desta cidade provinciana./ Como deixar ao abandono o olhar/ Luminoso dessa mulher que eu amo?/ Quem responderá às inquietas/ Perguntas de minha filha pequena/ (cabelo curto, olhos de sonho)?/ Quem, no sereno da noite, para as beijar/ com ternura e nos braços acalentar?/ E esta vida, este sítio,/ E estes homens e estes objectos?/ E as coisas que amei e as que esqueci?/ E os meus mortos e as doces recordações,/ as conversas de café e os passeios no entardecer fusco da cidade?/ E o cinema todos os sábados, segurando/ com força a mão de minha mulher?Eles nem são amigos do rei/ e a entrada lá é limitada./ Por isso é que eu não fujo/ duma vez, pra Pasárgada (KNOPFLI, 2003, p. 44).*

No poema, apresentado acima, Terra de Manuel Bandeira [8], o poeta se vale de um tom parodístico e dialógico: "E como seria bom, Manuel Bandeira,/fugir duma vez pra Pasárgada!", que vem expressar o seu apego à pátria e à família, "Entanto, tudo me prende aqui/a este lugar (...) /Como deixar ao abandono o olhar/luminoso dessa mulher que amo?/ Quem responderá às inquietas perguntas de minha filha pequena (...)?". A dialogia, no sentido amplo, é entendida apenas como conversa, depois como nos ensina Orlandi (1990), passa a ser referida como interação e pode ser entendida como confronto. Não há mais solidão possível dentro do campo da linguagem, a relação com o outro pode vir a regular, preencher e explicar a ordem do real, tanto o sujeito como o sentido. Dessa maneira, o poeta dialoga com o outro poeta apresentando sua ideia de poder fugir de um espaço que não lhe convém permanecer, devido às inconveniências histórico-sociais. O outro sujeito

8 Muitas são as releituras e diálogos feitos de escritores africanos a partir do poema *Pasárgada* de Manuel Bandeira. Na sua maioria convergem com a ideia de Knopfli de que a fuga não é o melhor a ser feito, evidenciando um sujeito africano vinculado à sua terra e às suas origens.

poético (Bandeira, 1986), que por apresentar circunstâncias melhores "lá sou amigo do rei/terei a mulher que quero na cama que escolherei", encontra no seu espaço imaginário um bom lugar para se refugiar "Vou- me embora pra Pasárgada". Já o sujeito knopfliano, devaneia expressando o desejo de também ir para este espaço imaginário de conforto e regalias, porém as circunstâncias históricas não são as mesmas. "Eles não são amigos do rei/e a entrada lá é limitada./ Por isso é que eu não fujo duma vez, pra Pasárgada.". Curiosa é essa forma de expressão, uma vez que mostra no processo dialógico uma forma de falar de si, de seu lugar e do lugar do outro, instaurando uma etapa de autoconhecimento e de justificação da condição de sujeito deslocado do seu tempo e do seu espaço.

No próximo poema, o autor trabalha em consonância com Drummond que no seu poema No meio do caminho apresenta a metáfora da pedra como um espaço de ruptura e de obstaculização, mas que faz o sujeito refletir sobre a sua condição social, existencial. "No meio do caminho tinha uma pedra/Tinha uma pedra no meio do caminho (...) /Nunca me esquecerei desse acontecimento/Na vida de minhas retinas tão fatigadas." Há entre os poemas uma relação parafrástica em que os sentidos se mantêm no mesmo espaço dizível; em Drummond as retinas fatigadas não deixam de perceber tal obstáculo, tal acontecimento do surgimento da pedra, que abala a estabilidade e, em Knopfli, o sujeito se torna alguém diferente, justamente por segurar a pedra, por enfrentá-la, mesmo deixando levar-se pelos sentimentos tão contrários como o amor e a raiva. Em ambos, a pedra simboliza um obstáculo que não passa despercebido, que torna esses sujeitos diferentes, que os faz ressignificar a própria ordem do real e se ressignificarem ao mesmo tempo.

> ***A Pedra no Caminho***
> *Toma essa pedra em tua mão,/ toma esse poliedro imperfeito,/ duro e poeirento. Aperta em/ tua mão esse objecto frio,/ redondo aqui, acolá acerado./ Segura com força esse granito/ bruto. Uma pedra, uma arma/ em tua mão. Uma coisa inócua,/ todavia poderosa, tensa,/ em sua coesão molecular,/em suas linhas irregulares./Ao meio-dia em ponto, na avenida/ ensolarada, tu és um homem/ um pouco diferente. Ao meio-dia/ na avenida tu és um homem/ segurando uma pedra. Segurando-a/com amor e raiva. (KNOPFLI, 2003, p. 155)*

No poema que segue, o sujeito poético knopfliano apresenta uma poética do mirar em volta, do encantamento com o espaço que sempre desejou estar incluído e nesta relação do espaço externo com o seu espaço interno, rompe com o silenciamento para se auto-examinar numa possibilidade de fuga da realidade tão ríspida que está impregnada do ranço colonialista. O espaço do devaneio é para onde pode encontrar o seu tão desejado lugar. Mas, o sujeito poético drummondiano do poema José[9],com o qual há uma interlocução não vê no seu entorno um espaço para onde fugir de tantas adversidades "Você marcha José, José para onde?". Sabe-se que historicamente os espaços em que ambos estão inseridos não são espaços de acolhimento, são socialmente desestruturados, o do Rui (KNOPFLI, 2003) pela opressão ainda presente do colonialismo e o do José (ANDRADE, 1942) pelos reflexos causados também pela anterior fase colonial, mas que deixou marcas sociais de desigualdades. Os poetas vivem momentos políticos diferentes, mas culturais muito próximos. A colonização portuguesa perpetuou o arquétipo da injustiça no país, o que se pode ver ainda em Moçambique. Embora haja anos de diferença entre a colonização do Brasil e a resistência moçambicana, a poesia desses autores evidencia as máculas da história e

9 Poema escrito durante a Segunda Guerra Mundial e no governo de Getúlio Vargas. Publicado em *Poesias*. SP: Ed. José Olympio, 1942.

rompe o silêncio da imposição colonial. "E agora, José?/ A festa acabou,/a luz apagou,/o povo sumiu". Ambos podem comover-se, mas os sentimentos e sentidos são contrários, pois se fizéssemos a mesma pergunta para o José, o que será que responderia? E, agora, José não vais reagir, não vais comover-te? Como não sentir-se tomado pela comoção, se "Está sem mulher,/está sem discurso,/está sem carinho, (...)". Então, os sujeitos desses poemas têm em comum o desejo de ver suas pátrias como espaços de bem viver, onde a desigualdade social, que acaba por impedir que muitos Josés sintam a mesma sensação de comoção do Rui, venha a ser algo do passado.

> ***Então, Rui?***
> ***Sobes*** *o barranco, corpo magrote/ e alguns empenos, rosto miúdo,/ nariz agressivo, o olho muito/ agudo,/ ríspido qual ave de presa./ Tua capital a teus pés,/ sem que o saiba, longilínea,/ alinhada, de carros pequenos/ e brilhantes entre acácias de miniatura./ Coças o peito na zona do esterno/ num jeito muito teu. E olhas./ Teu olhar tem a curvatura/ terna e feroz duma grande-angular./ Esse perfil distante de cimento/ e argamassa é toda uma geometria/ decantada e gostosa molhando os quadris/ deleitados no charco doce da baía./ Diacho, que perfil mais bonito, hem?/ Então, Rui, que é isso,/ não vais agora comover-te? (KNOPFLI, 2003, p.207)*

No próximo poema, há uma interessante relação parafrástica com o poema de Vinícius de Moraes O dia da criação [10].

> ***Nunca mais é Sábado!...***
> *- Conjecturamos à segunda-feira,/ início de uma longa ressaca,/ em todas as claves, desde o ré menor/ gemebundo aos claros tons de sol maior./ nós os humildes e os humilhados,/ os que não temos rosto próprio porque somos/ o rosto da multidão. Nós, o branco-branco,/ o preto-preto e o branco-preto./ (...), no silêncio húmido dos armazéns,/ no bafio burocrático e gris das repartições/ com funcionários de vida atribulada/ funcionários de vida empenhada,/ funcionários de vida sempre estragada./ Os que esperam na jaula envidraçada dos cafés,/ fumando o cigarro bronquítico da melancolia;/ na fuligem luminosa do cais, nas zonas/ de carga e descarga, na longa fita de asfalto/ ardente, na perigosa articulação dos ângulos/ de betão do prédio de onze andares./ Os que uma regra de excepção escondeu/ por detrás dos altos muros de um silêncio/ recluso e têm o olhar mortiço/ e a expressão resignada. (...)/ Os que alimentam de miséria a sua miséria/ e outros que, estando melhor, a nutrem/ na miséria de pequenas e grandes indústrias./ E os que nem sequer a alimentam/ no lôbrego ventre de oficinas e fábricas./ Toda a população flutuante do elevador/ e da escada de serviço, do prédio e da rua; (...)/ Da escada de serviço e do elevador/ para o prédio, do prédio para a rua,/ da rua para a praça, da praça para a cidade,/ da cidade para o subúrbio, onde crescem/ a doença, o medo, a fome e o futuro,/- nunca, nunca mais é sábado. (KNOPFLI, 2003, p.213-215)*

Para Vinícius as coisas vão acontecendo "Porque hoje é sábado" numa também relação dialógica, porém parodística com o sexto dia da criação vinculado ao discurso do catolicismo "Tudo isso porque o Senhor cismou em não descansar no Sexto Dia, e sim no Sétimo". Num tom sarcástico, relata fatos do cotidiano de uma sociedade que sofre, mesmo sendo "protegida" pelo Senhor que tanto idolatram dentro da sua crença católica "Há um divórcio e um violamento/Porque hoje é sábado. (...) Há criancinhas que não comem./ Porque hoje é sábado./Há piquenique de políticos." Tanto no poema de Knoppfli como no

10 *Poemas, Sonetos e Baladas*. SP: Edições Gavetas, 1946.

de Vinícius há uma crítica social contundente, em Nunca mais é Sábado, Knopfli inicia já dando continuidade a questão dos dias (sábado e domingo) relacionados no poema com o qual dialoga "- Conjecturamos à segunda-feira, início de uma longa ressaca". Ressaca esta advinda dos dias anteriores, onde não houve o tão esperado descanso, descanso que falta, justamente, por não haver momentos em que os problemas sociais cessam. Depois vem uma listagem também, como no outro poema, de acontecimentos que marcam os pesares de uma sociedade que sofre com as disparidades do seu contexto sócio-político. "Nós os humildes e humilhados,/os que não temos rosto próprio porque somos o rosto da multidão. / (...) Os que alimentam de miséria a sua miséria/e outros que, estando melhor, a nutrem/ na miséria de pequenas e grandes indústrias." No poema de Vinícius o sexto dia (sábado) é o dia da criação, o dia em que tudo deveria dar certo, porém os fatos mostram que não. E no poema de Knopfli, há essa relação parafrástica que apresenta o sábado também como sendo um dia que tudo deveria ser melhor, ser especial, pois não é o "Dia da Criação"? Porém, novamente os fatos que ocorrem com a sociedade não permitem que seja este dia, um dia tão especial, como nos indica o discurso religioso do catolicismo. "Da escada de serviço e do elevador/ para o prédio, do prédio para a rua,/ da rua para a praça, da praça para a cidade,/ da cidade para o subúrbio, onde crescem/ a doença, o medo, a fome e o futuro,/- nunca, nunca mais é sábado."

4 Considerações finais

A partir das análises dos poemas, podemos afirmar que os sujeitos e os sentidos, realmente, se ressignificam em cada novo espaço dialógico, em cada movimento de sentido que venha a reforçar a ideia de que não se pode ficar em espaços simbólico e semântico ociosos. Não permanecemos os mesmos no decorrer da história, somos mutáveis a cada interação discursiva, em cada espaço social, em cada formação discursiva na qual estamos inseridos e dentro das quais nos reconhecemos. Knopfli, em seus versos cheios de interação, mostra-nos que mesmo a sua voz estando estrangulada pela engrenagem da contradição histórica, mesmo que, muitas vezes, o dizível não satisfaça, passa a ser ele e ser-se nos outros com os quais mantém a relação dialógica e, no final, o que vale é o sentido, é o sentir-se sujeito do seu discurso, do discurso com o qual se identifica e por meio desse permanecer na história, na sua história: "mas que ecoo inteiro na força do meu grito." (KNOPFLI, 2003, p.46)

Referências

ANDRADE, C. D. *Poesias*. São Paulo: Ed. José Olympio, 1942.
BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
BANDEIRA, M. *Bandeira da vida inteira*. Rio de Janeiro: Editora Alumbramento, 1986.
BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
CHAVES, R. A literatura brasileira no imaginário africano: invenção e utopias. In: CHAVES, R.; SECCO, C.; MACÊDO, T. (org). *Como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris: n. 62,1981.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
KNOPFLI, R. *Obra poética*. Lisboa: Editorial da INCM, 2003.
MORAES, V. *Poemas, sonetos e baladas.* São Paulo: Edições Gavetas, 1946.
ORLANDI, E. P. *Terra à vista*: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
ORLANDI, E. P. *Interpretação*: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1998.
ORLANDI, E. P. *A análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
PAZ, O. *El Arco y La Lira*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
PÊCHEUX, M. – *1975 – Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
PÊCHEUX, M. – 1969 – Análise automática do discurso (AAD-69) In: GADET; HAK (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
PÊCHEUX, M; FUCHS, C. – 1975 – A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET; HAK (Org.). *Por uma análise automática do discurso.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
SANT'ANNA, A. R. *Paródia, paráfrase & Cia.* São Paulo: Editora Ática, 2008.
SERRANI, S. *A linguagem na pesquisa sociocultural*: um estudo da repetição na discursividade. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

Estudos literários e crítica política

Benjamin Abdala Junior[1]

Abstract: This article shows a comparative approach that requires of the critical the consciousness of its enunciative locus (with its hybrid nature), involving analyzes multi / interdisciplinary and political and cultural. The current political moment calls for new strategies of reconfigurations and new pacts. Networks, today, are planetary and involve from the spheres of knowledge clippings to the geopolitical. They constitute a world of multiple borders and the identity issues should be seen in the plural. In this sense, another comparative trend is arising, the call World Litterature. If the post-colonial theory has shown inclinations for zzthe political and social general issues, the definition of so-called locus of enunciation and its historicity is essential for a critical it intends to depart from the generality. So, the university research is very important to mitigate the established hegemony, continuity of asymmetries of cultural flows and also the legitimacy of the hegemonic symbolic power associated with them.
Keywords: Comparativism, locus of enunciation, hegemony, asymmetry.

Resumo: Este artigo evidencia uma postura comparatista que exige do critico a consciência do seu locus enunciativo com sua natureza híbrida, envolvendo análises multi/interdisciplin ares e politico-culturais. O atual momento político solicita reconfigurações de estratégias e repactualizações. As redes, na atualidade, são planetárias, e envolvem desde as esferas dos recortes do conhecimento até às da geopolítica. Configuram um mundo de fronteiras múltiplas e as questões identitárias devem ser vistas no plural. Nesse sentido, surge uma outra tendência comparatista, a da chamada "Literatura Mundo". Se a teorização pós-colonial tem mostrado inclinações genericas para questões politico-sociais, a delimitação do chamado lócus enunciativo e de sua historicidade é imprescindível para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade. É a forma, e a pesquisa universitária tem considerável peso nisso, de se atenuar a hegemonia estabelecida, a continuidade das assimetrias dos fluxos culturais e também a legitimidade do poder simbólico hegemônico a elas associado.
Palavras-chave: Comparativismo, locus enunciativo, hegemonia, assimetria.

1 Comparações/interações entre sujeitos e o lugar de onde acessamos o mundo

A primeira consideração que nos parece fundamental na análise comparatista é a necessidade de o crítico ter consciência de seu *lócus enunciativo*, o lugar de onde ele acessa o mundo. Esse lugar, como todas as formações socioculturais, é de natureza híbrida e envolve análises tanto em termos multi/interdisciplinares, como também em termos políti-

1 Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da USP/CNPQ.

co–culturais. É importante que tenhamos a consciência de que os campos do conhecimento, estabelecidos pela práxis social em nossa trajetória histórica, constituem escaninhos de ordem prática. Não obstante, em razão da dialética de nosso processo histórico, podem vir a espartilhar os horizontes de seu próprio campo, pois que o conhecimento está sempre em interações/fricções, motivado sobretudo pelas relações interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. Vêm justamente dessas interações/fricções a possibilidade que se abre para novas e criativas conformações.

As interações, se inovadoras, pressupõem reciprocidades, quer em relação a esses campos, como também a situações político-sociais. Importa, nesse sentido, que se levem em conta que o pólo de que partimos não pode subordinar ou, se quisermos do ponto de vista político, "colonizar" o outro; ou, em sentido contrário, deixar-se "colonizar" por ele. Se acessamos o mundo através da literatura, isso significa que o modo de conhecimento da realidade para quem se situa nesse campo pode se abrir à política, sociologia, história, linguística etc., para nos ater às esferas das Humanidades, mas também às áreas das chamadas ciências duras, biológicas e da saúde. Não podemos, entretanto, nos deixar colonizar por critérios dessas outras áreas, como muitas vezes ocorre. A atividade crítica deve partir e voltar para o próprio objeto literário que está sendo analisado, que é um modo de conhecimento da realidade afim das ciências humanas e sociais.

Nossa posição, quando buscamos articulações com outras áreas, é colocarmo-nos igualmente como sujeitos do conhecimento. Num outro campo podemos encontrar formas de conhecimento que vêm de experiências históricas que não figuram nos escaninhos de nossa área. Cabe-nos, então, incorporar criticamente essas experiências, revitalizando a nossa práxis, através de reconfigurações em que sejamos igualmente sujeitos e não objetos, reproduzindo especularmente o conhecimento.

Trata-se, pois, de comparar, para com isso afastar práticas rotineiras em torno de mesmices que se estabelecem em nosso campo e, ao mesmo tempo, aberturas para articulações da vida cultural em sentido amplo, abarcando inclusive a cultura material. Observação semelhante vale para o comparatismo entre objetos literários. Uma inclinação, pois, entre sujeitos que se comparam, considerando o sentido das diferenças, sem deixar de considerar o lócus enunciativo de quem compara. Por extensão, o afirmado sobre as interações entre as áreas do conhecimento vale para o comparatismo literário dentro ou fora de fronteiras políticas estabelecidas. A tendência a ser evitada é a deixar-se "colonizar" por parte de quem se reveste de hegemonia em termos de poder simbólico, isto é, das assimetrias dos fluxos culturais. E também em sentido oposto, ao analisarmos narrativas de um povo ágrafo, precisamos considerar o fato de que esse povo possui uma experiência que não temos. Não podemos impor uma metodologia a eles estranha, apenas para procurar legitimar nosso ponto de vista, colocando-os subalternamente nos "devidos" compartimentos administrados por formulações que possam legitimar nossa hegemonia.

Vem dessas postulações, em relação aos países hegemônicos, que administram a hegemonia dos fluxos culturais, a inclinação para não aceitar tais imposições, embora sabendo que eles possuem formas de saberes diferentes dos nossos e que podemos aprender com a experiência deles. É imprescindível, entretanto, considerarmos devidamente, a condição política de sujeitos do conhecimento, matizando essas experiências nas redes do lócus de onde eles falam, que tem sua historicidade e configurações socioculturais, que não deixam de configurar geneticamente o sentido das assimetrias dos fluxos culturais subjacentes.

Nesse sentido, no campo dos estudos comparados das literaturas de língua portuguesa,

para quem se situa no Brasil, impõe relevar circunstâncias político-culturais que apontamos em *Literatura Comparada & relações comunitárias, hoje*[2]:

1º) o fato de estarmos num momento de crise do modo de pensar a realidade que veio das esferas financeiras, que culminou no *crack* de 2008, em que foi naturalizada a "imagem utópica do mundo das finanças: desregulamentação e flexibilidade como modelo para a economia, um desenho "naturalmente" extensivo às práticas sociais e culturais. De acordo com a reiterada agenda que vem pautando os meios de comunicação, desregulamentação se afinaria com liberdade e, esta, nas esferas socioeconômicas, com a competitividade, colocada, assim, como critério de eficiência e aspiração maior não apenas das empresas, mas também do indivíduo e da própria democracia. O individualismo associado à condição da vida democrática, e, mais, como uma das inclinações fundamentais do humanismo"[3];

2º) relacionado a essa situação, temos de levar em consideração que o "atual momento político solicita, no âmbito do Brasil e da comunidade mundial, reconfigurações de estratégias e repactualizações, o que já vêm ocorrendo nas relações internacionais. No plano da vida cultural, em nosso país, a compreensão do sentido dessa repactualização ainda é muito ligeira, desconsiderando as esferas culturais. Nossa intelectualidade, em geral, tem-se colocado a reboque dos acontecimentos, com discursos legitimadores das hegemonias, voltando-se mais para a administração da diferença nas balizas do sistema estabelecido. E diante das novas solicitações é de se entender que essas vozes da intelectualidade, muitas vezes melancólicas e contemplando ruínas, devem assumir atitudes mais ativas e prospectivas, para criar ou redesenhar, com matização mais forte, tendências de cooperação e solidariedade, que sempre embalaram ideais democráticos. Pelas margens do sistema das assimetrias hegemônicas, abre-se a possibilidade real de se estabelecer efetivos contrapontos ao paroxismo da competitividade, que envolve e se coloca como paradigma da vida econômica, social e cultural, de acordo, com a lógica dessas assimetrias dos fluxos econômicos e culturais"[4];

3º) essa inclinação para a "regulação da vida social já se manifestava, na situação anterior ao *crack*, justamente como reação aos efeitos perversos dos modelos articulatórios do capital financeiro, que flexibilizaram fronteiras nacionais para impor as assimetrias de sua ordem hegemônica. Foi pelas brechas desse sistema – já que toda hegemonia é porosa - que se firmou a necessidade de conexões amplas, abrindo a possibilidade de articulações comunitárias de sentido supranacional. Nesta nova situação, essas associações comunitárias tornam-se ainda mais urgentes, e envolvem a possibilidade de novas articulações, amplas e estruturadas em múltiplos níveis, desde a vida econômica às esferas da vida sociocultural"[5].

4º) entre os comunitarismos supranacionais é politicamente relevante que desenvolvamos laçadas de cooperação e solidariedade com os países de língua portuguesa e espanhola, enlaçando a iberoafroamérica. Mais particularmente, devemos considerar que "inclinações comunitárias linguístico-culturais sempre embalaram as tendências democráticas, nos países de língua portuguesa. A situação atual é evidentemente diferente do que acontecia no período colonial e também no estabelecimento e consolidação de nossos sistemas republicanos, como o próprio conceito de fronteiras. O comunitarismo afirma-se, na atualidade, envolvendo pluralidade nas articulações políticas, pautadas sempre pela supranacionalidade. Relevantes são as ações políticas na forma de blocos, com linhas de ação amplas, da vida

2 Cotia: Ateliê Editorial, 2012. 327 p.
3 *Op. cit*., p. 9.
4 *Op. Cit*., p. 10.
5 *Op. cit*., p. 10-11.

econômica à cultural. Blocos politicamente mais eficazes para estabelecer contrapontos às assimetrias dos fluxos hegemônicos supranacionais do novo imperialismo, e também em suas correspondências nacionais e/ou, mesmo, estratificações sociais"[6];

5º) impõem-se, pois, mudanças de atitudes também em termos de comparatismo literário. Não podemos nos limitar à análise das redes estabelecidas entre as esferas do conhecimento, mas que problematizemos os fatores que lhes são subjacentes e que geraram sistemas de hierarquização em suas articulações econômicas e socioculturais. Como indicou Lucien Goldmann em seu "Balanço Teórico" (em cores talvez excessivamente fortes e que devem ser em parte mediatizadas), é necessária a busca dessas bases para que a crítica se afaste "de qualquer posição moralizante como, por exemplo, a da Escola de Frankfurt e, em especial a de Herbert Marcuse. Para esses pensadores, que criticam e condenam a sociedade contemporânea sem perguntar em que medida essa crítica é baseada numa força social interna a essa sociedade, as únicas perspectivas tornam-se o isolamento do pensador no mundo de seus pares, ou a ditadura provisória e temporária dos filósofos que deveriam transformar a sociedade"[7].

Diríamos, nessa perspectiva, como afirmamos em nossa tese de livre-docência na Universidade de São Paulo (1988), com o título *Imagem (n/a/ç/ã/o) política*, como a imaginação política, pela ação de escritores, pode reconstruir cacos da nação, advindos das assimetrias dos fluxos culturais (hegemonias evidentemente que não se limitam apenas ao colonialismo). A versão em livro foi publicada um ano depois, com o título *Literatura, história e política*[8] Essa imaginação política é fundamental também para a atividade critica, pois remove os muros da especialização meramente acadêmica, que a circunscreve apenas à chamada "produtividade", como numa esteira industrial, ou mesmo ao estabelecimento de laços de solidariedade restritos aos atores dessa área do conhecimento. Na verdade, o campo meramente acadêmico acaba assim por ser administrado, levando-o a pairar como nuvens distantes da vida social, como pode ocorrer inclusive com a própria imaginação sociológica que por ali acaba por circular apenas entre pares. Para além dos escaninhos do ensimesmamento desse campo intelectual[9], importa que sejam configuradas articulações contextuais mais amplas e problemáticas pela diversidade das esferas econômicas, sociais e culturais envolvidas, que levem esse campo de produção do conhecimento a interagir com as esferas públicas, de sentido político.

2 Cooperação/solidariedade e o princípio de juventude

Neste momento de repactualização internacional, por oposição ao império do mercado, são relevadas formas de cooperação à escala planetária. São enfatizados, pela hegemonia que busca legitimidade e também por aqueles que se colocam contra essa hegemonia, ideais de respeito às diferenças de toda ordem e à democracia. Não obstante, as inclinações comunitárias, a contrapelo da hegemonia que pretende administrar a diferença, emergem

6 *Op. Cit*., p. 11.

7 Löwy, M. e Naïr, S. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 153.

8 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. p. 278-279.

9 O conceito de campo intelectual e, mais especificamente, literário, foi cunhado por Pierre Bourdieu em 1992 (Edição brasileira: *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996). Trata-se de uma estrutura complexa que vai da economia à cultura em sentido amplo, envolvendo relações entre escritores e seus leitores, editores, críticos etc. Isto é, articulações múltiplas em que o autor e suas produções mostram-se imbricados com a vida social.

para primeiro plano, como forma de mediação entre os múltiplos campos da vida social e do estado. Diante dos novos desafios de ênfase no comunitarismo, particularizando nosso campo de trabalho, parecem-nos importantes que os estudos de literatura comparada, sejam vistos numa dimensão política e sociocultural. Sabemos que veio de nosso processo histórico as assimetrias de poder simbólico afeitas ao processo de colonização e, depois, da permanência dos hábitos de colonizados, comutando centros hegemônicos. Verificar essas bases da circulação cultural, com viés crítico e sem assimilacionismos, pode ser uma forma de nos situar diante dos fluxos inclinados à continuidade dessa colonização de nosso imaginário.

Nas atitudes de atores culturais do passado, podem ser configuradas, assim, linhas que são imprescindíveis para a melhor compreensão de nossa atualidade sociocultural. Entretanto, a restrição às assimetrias desse comparatismo, mesmo se nos pautarmos pela criticidade, não é suficiente. Temos proposto outra forma de comparatismo. Um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação. Comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Enlaces comparatistas em que as particularizações do passado devem ser reconfiguradas em termos prospectivos e tendentes a ações de reciprocidade. Não mais a histórica relação sujeito/objeto, mas agora de sujeito/sujeito, que se comparam em aproximações e fricções, tendo em conta desafios que se colocam em termos da atualidade sociocultural.

Neste momento de crise e de repactualizações políticas, tornam-se importantes atitudes pautadas por otimismo crítico. Acreditar que o mundo possa ser diferente e melhor do que ele é. Para além da necessária inclinação da negatividade inerente ao pensamento crítico, a motivação e o embalo de um princípio de juventude, consubstanciado em projetos e ações político-culturais mais amplos.

Se é próprio da melhor literatura se voltar para aquilo que falta, há, pois, que renovar atitudes no âmbito da crítica literária, em sentido prospectivo, para nos valer ainda de um paralelismo com os anos de 1930, descartando agora o enredo de ambiência melancólica, que veio das frustrações que marcaram a Modernidade. Uma nova atitude implica ter a esperança como princípio[10]. Ao contrário da ideologia do fim da história e da inculcação de que vivemos no melhor dos mundos, é imprescindível acreditar em nossa potencialidade subjetiva e objetivá-la em projetos inclinados para o futuro. Como explicita o poeta Carlos de Oliveira,

"Na poesia,/ natureza variável/ das palavras,/ nada se perde/ ou cria,/ tudo se transforma:/ cada poema, no seu perfil/ incerto/ e caligráfico,/ já sonha/ outra forma.[11]"

Para quem se situa no Brasil, no âmbito da cultura, o momento é de relevar blocos de nossa comunidade linguístico-cultural, de forma correlata às estratégias de ordem econômica que vêm sendo desenvolvidas pelo país. Mais particularmente, importa estreitar relações com nosso bloco linguístico-cultural e também, numa laçada mais ampla, com os países iberoamericanos. As redes, na atualidade, são mais amplas, planetárias, e envolvem desde as esferas dos recortes do conhecimento até às da geopolítica. Configuram um mundo de fronteiras múltiplas e as questões identitárias devem ser vistas no plural[12]. Outras articulações supranacionais se configuram, ao lado daquelas que vieram de nossa

10 Cf. Bloch, Ernst. *O princípio esperança*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2005/2006.

11 "Lavoisier". *Obras de Carlos de Oliveira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992. p. 223.

12 Cf. Abdala Junior, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

formação histórica, como ocorrem igualmente nas relações econômicas. O comunitarismo linguístico-cultural constitui um ponto de partida político e estabelece, para nós, um "nó", em termos de redes comunicacionais, de onde abrimos "janelas" igualmente múltiplas. Pelo comunitarismo cultural, podemos mostrar rostos diferenciados, em diálogo com outros. Num mundo em que o inglês tornou-se uma espécie de língua franca, é importante que também falemos em português como língua de cultura, numa associação mais particularizada com a língua espanhola.

Ter esperança ou pautarmo-nos pelo princípio de juventude implica a atualização de gestos prospectivos, tal como ocorreu no passado com a literatura social do período entre-guerras, voltando-nos aos anos de 1930, e que se projetou pelos anos da guerra-fria. A grande diferença de situação, quando se compara os dois *cracks* financeiros, é que em 1929 a intelectualidade acreditava que as coisas poderiam ser diferentes e agora essa manifestação do desejo se mostra mitigada, envolvida pelos modelos articulatórios da utopia do mundo desenhado pelo capitalismo financeiro. De acordo com esses modelos, viveríamos no melhor dos mundos – um eterno presente, da produção e competição. Mais do que a força das idéias e da reflexão, continuam dominantes sistemas de modelizações do pensamento e de condutas afinados com um individualismo narcisista reverenciado pela mídia, que só destaca quem se coloca nas passarelas daquela que já foi chamada sociedade do espetáculo.

3 Marcas eurocêntricas e a sobrevivência das formas

Estamos longe, nos estudos comparatistas, das tendências eurocêntricas positivistas dos estudos das "fontes", mas os cânones continuam a vir dos países hegemônicos da Europa Ocidental e suas extensões norte-americanas. São as literaturas "maiores" e as outras, ao sul da Europa e próprias do mundo colonizado, as "menores". Em literatura comparada, esse primeiro modelo de estudo correspondeu à hegemonia teórica francesa, substituída pela norte-americana em meados do século XX, onde os recortes nacionais foram vistos em suas interações supranacionais. Como indica Cláudio Guillén, afirma-se, então, o momento da supranacionalidade, para além das fronteiras nacionais[13]. Desloca-se a hegemonia, em termos de literatura comparada, para a outra margem do Atlântico Norte.

As hegemonias nunca são absolutas, mas porosas. Se nessas teorizações da década de 50 aparecem formalismos e desconsiderações político-sociais, surgirão, nas décadas finais do século, novas perspectivas para os estudos comparados, imbuídos de sentidos políticos, presentes, por exemplo, nas obras de Fredrick Jameson[14] e de Edward W. Said. São as contradições dentro do mesmo sistema, que envolvem a imagem de vida democrática, um princípio de legitimidade de quem se vale das assimetrias dos fluxos culturais e que não deixa de estar presente nos discursos oficiais norte-americanos.

Na atualidade e em decorrência desse comparatismo Leste/Oeste em que foram importantes teóricos que se deslocaram para os centros hegemônicos, surge uma outra tendência comparatista, a da chamada "Literatura Mundo". Do ponto de vista político, consideramos necessário, como estamos argumentando, a consideração de laçadas comunitárias, por sobre a porosidade das hegemonias estabelecidas. A articulação comunitária configura formas de poder simbólico contra uma pastichização que interessa apenas para as configurações hegemônicas.

13 *Introducción a La literatura comparada (Ayer y hoy)*. Barcelona: Tusquets Editores, 2005.

14 *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Trad.: Simon, I.; Xavier, I. e Oliboni, F. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.

Edward W. Said desenvolveu a tese, na perspectiva de sua crítica política, de que a cultura integra a ação colonizadora, um espaço de tensões/conflitos. O próprio conceito de Oriente foi cunhado para justificar o domínio imperial sobre os "outros", sempre inferiores[15]. Um desenho análogo ao dos povos africanos, para justificar sua escravidão pelos "civilizados" colonialistas. Para Said, a análise dessas tensões entre o império e as colônias envolve tratar cultura e imperialismo numa relação de interdependência. E é com esse horizonte, que é importante estudar a *forma mentis* desse processo. Em termos de intersubjetividade, o desenho que envolve relações de dominação, no plano interno dos blocos hegemônicos e das regiões subalternas, corresponde aos gestos coloniais, que continuam a marcar a vida subjetiva e cultural desses povos, seus universos simbólicos.

Foi assim que desde os tempos coloniais o eurocentrismo procurou estabelecer a inteligibilidade e, principalmente, a legitimidade necessárias às práticas de dominação, justamente porque inferiorizavam, tanto em discursos científicos quanto leigos, os espaços, povos e culturas das colônias e apontavam a sua necessidade de evolução em amplos sentidos. Hoje, essa inclinação persiste nos olhares, práticas e representações que permitem a continuidade da dominação e manutenção de determinadas hegemonias e hierarquizações, mesmo que de forma sutil, ininteligível, naturalizada ou compartilhada por todos. Um amplo sistema de modelização de pensamento e de conduta, em dimensão planetária. Não podemos nos esquecer de que na Europa e nos EUA há numerosas comunidades marginalizadas, como os irlandeses, ciganos, negros, latino-americanos, judeus, muçulmanos, os habitantes das periferias, gays, lésbicas etc. Foi nesse contexto situacional híbrido e de fricções que apareceram as obras de Fredrick Jameson, Edward W. Said, Homi K. Bhabha[16] e Stuart Hall[17], entre outros.

O eurocentrismo – como se vê - corresponde hoje à ocidentalização, que não tem precisão geográfica, mas tem suas bases políticas e econômicas. Envolve toda uma série de repertórios secularmente acumulados, de onde vêm as reflexões e práticas espalhadas pelo mundo, através das assimetrias dos fluxos culturais. Evidentemente, convém repetir, aprendemos com a experiência do outro. Afinal, somos todos misturados. As identidades são sempre plurais, já indicamos. Não obstante, uma certa hibridização que conflui para uma espécie de plasticização indefinidora de fronteiras, que, na verdade, são configuradas e múltiplas, pode ser estratégia similar à da mestiçagem das elites brasileiras: mesclagens tendentes a formulações eurocêntricas.

Preferimos considerar que as fronteiras são múltiplas e não líquidas, indefinidas. Se existe a tendência à fragmentação posmoderna, afim do modo de administrar e pensar o mundo pelo viés das finanças, podemos situar as fronteiras de acordo com processos de articulações que se alternam, sobrepõem e se imbricam, mas que não se liquefazem, de acordo com a teorização de Zygmunt Bauman[18] Somos igualmente múltiplos do ponto de vista identitário e, na verdade, uma visão crítica das implicações políticas desses caracteres (nível individual, nacional, social), verificará que eles se atritam e não deixam de estabelecer hegemonias ou dominâncias, que podem ser reversíveis.

Assim são os hábitos[19], que em suas linhas articulatórias impregnam os atores sociais,

15 Cf. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.* Trad.: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

16 *O local da cultura.* Trad.: M. Ávila, E. L. L. Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

17 *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org: Liv Sovik. Belo Horizonte-Brasília: Editora UFMG/ UNESCO, 2003.

18 *Tempos líquidos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

19 Associamos o conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, ao de modelo de articulação que vem da práxis (o

mesmo em situações políticas que poderiam contraditá-los. Observe-se, nesse sentido, o romance *Mayombe*, de Pepetela, escrito em plena guerrilha das lutas de libertação nacional de Angola. O sentido crítico do narrador destaca linhas de articulação de hábitos, que impregnam suas personagens, deixando à mostra as reais motivações dos guerrilheiros, mitificados pelos discursos oficiais. Citemos uma personagem feminina, que de um ângulo periférico analisa a situação que experimenta:

"Isso é que me enraivece. Queremos transformar o mundo e somos incapazes de nos transformar a nós próprios. Queremos ser livres, fazer a nossa vontade, e a todo momento arranjamos desculpas para reprimir nossos desejos. E o pior é que nos convencemos com as nossas próprias desculpas, deixamos de ser lúcidos. Só covardia. É medo de nos enfrentarmos, é um medo que nos ficou dos tempos em que temíamos a Deus, ou o pai ou o professor, é sempre o mesmo agente repressivo. Somos uns alienados. O escravo era totalmente alienado. Nós somos piores, porque nos alienamos a nós próprios. Há correntes que já se quebraram mas continuamos a transportá-las conosco, por medo de as deitarmos fora e depois nos sentirmos nus."[20]

Vieram de nossa formação hábitos alienados e as formas culturais, tal como as formas políticas, sociais e econômicas, resistem. Há nelas, de um lado, uma experiência acumulada; e, de outro, implicações ideológicas que tendem a justificar hegemonias. Constituem desenhos ou linhas que resistem e determinam a formação de caracteres, com papéis sociais marcados. O grande problema, do ponto de vista político, é que tais impregnações fazem parte do cotidiano e configuram as expectativas de cada ator, dirigente ou dirigido. Tais gestos alienantes serão mais enfáticos na obra posterior, de Pepetela, quando ironizará a nova sociedade urbana de Angola.

Nos EUA, houve um transplante mais efetivo da população européia e o estabelecimento de um estado dos "brancos", originalmente puritanos, que se recusaram à mistura. Consequência: extermínio dos ameríndios e o *apartheid* dos ex-escravos. Só a partir da segunda metade do século XX, essas populações das margens começaram a fazer valer seus direitos de cidadania. E ganharam peso político-social e cultural, mais recentemente, pela presença ativa da grande população de migrantes, que vieram de outras margens. A discussão sobre a mestiçagem, escamoteada pelas elites norte-americanas, ganhou então as universidades e já é matéria de sua indústria cultural, tendo em vista a busca de legitimidade para a preservação da hegemonia desse país.

4 Experiência histórica e fronteiras culturais

O processo colonial fixou hábitos, repertórios literários e culturais, que vieram dessa experiência histórica e dos contatos culturais entre povos que até então não se conheciam. Se há hoje toda uma inclinação crítica para mudanças de paradigmas, sejam eles filosóficos, estéticos, em relação às áreas do conhecimento, entendemos que essa tendência não pode se naturalizar sobre um rótulo genérico de um "pós", uma redução ao obsoleto de toda

homem com ser ontocriativo). Para Bourdieu o "*habitus,* como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (de um sujeito transcendental da tradição idealista) o *habitus,* a *hexis,* indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar a atenção para o `primado da razão prática´ de que falava Fichte, retornando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, o `lado activo´ do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do reflexo, tinha abandonado (*O poder simbólico.* Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. 61.

20 São Paulo: Ática, 1982. p. 208.

uma experiência que se consubstancia no presente. Pior ainda pode ocorrer em relação às instâncias políticas, onde o "pós", afeito às condições da mídia e dos produtos moda, procura tudo reduzir a uma tabula rasa, sem passado. A experiência histórica e suas realizações passam a ser situadas como um repertório passivo, para a estilização sem história, formas restritas a uma espécie de repertório passivo, desconsiderando-se o processo que as modelizou.

Temos de levar na devida consideração o fato de que a teorização pós-colonial tem discutido convenientemente questões relativas à mundialização econômica, com implicações socioculturais, aos deslocamentos dos povos e ao processo de americanização do mundo, sob o impacto da mídia e do consumo mercadológico. Em relação às questões político-sociais, entretanto, ela pode tender a inclinações genéricas. São igualmente pós-coloniais quaisquer sociedades marcadas pelo colonialismo, sem maior consideração sobre sua historicidade, nivelando países que se emanciparam no período pós-Segunda Guerra Mundial, aos que se emanciparam desde o século XIX. Falar de pós-colonialismo, sem consciência dessas especificidades, implica nivelar uma cultura como a do Canadá, ou da África do Sul, por exemplo, à complexa situação cultural da Índia – ambas ex-colônias britânicas. Só uma análise das redes políticas, econômicas e socioculturais pode revelar de que pós-colonialianidade se trata. Essa situação se torna ainda mais complexa, se vinculada – como acontece - à ênfase ao nomadismo diaspórico dos estudos pós-coloniais. Coloca-se novamente a necessidade de se considerar de onde fala o crítico e os laços socioculturais que acabam por enredar suas formulações discursivas.

São muitos os pós-colonialismos. Há, por exemplo, o pós-colonialismo do ex-colonizador, que encontramos num romance como *Os cus de judas*, de Lobo Antunes[21]; e, para contrastar, o do ex-colonizado, como em *Mayombe*, de Pepetela[22]. O primeiro vai desconstruir mitos e fazer de sua memória individual um depoimento que se quer história. Pepetela, numa direção oposta, embala-se por mitos, sem deixar de criticar indivíduos que se querem mitos. Nessa crítica, evidencia posturas etnocêntricas do passado que se reproduzem no presente. Em Lobo Antunes, enfatiza-se a desconstrução dos mitos e a distopia; em Pepetela, na formação de um novo estado nacional, a construção e a utopia. Há ainda o pós-colonialismo dos colonizadores que permaneceram na metrópole e dos ex-colonizados que migraram. A clara delimitação do chamado lócus enunciativo e de sua historicidade é, pois, imprescindível para uma crítica que pretenda afastar-se da generalidade.

Refletir sobre especificidades nacionais implica situá-las num processo de agenciamentos comunitários que tem um solo histórico e relações de poder simbólico. Temos destacado o sentido político de se discutir literatura no âmbito do comunitarismo iberoafroamericano, mas – voltamos a insistir - as articulações comunitárias podem ser de muitas ordens e politicamente nos parece importante relevar que o mundo atual é de fronteiras múltiplas e identidades plurais, seja numa perspectiva individual ou nacional. São interações que levam à consideração de um complexo cultural híbrido, interativo, onde a cultura brasileira, por exemplo, é multifacética e se alimenta produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de sofrer os efeitos das assimetrias dos fluxos culturais.

Tais considerações, para além das especificidades nacionais, torna necessária a consideração do repertório enfaticamente híbrido de nossa formação cultural. Na apropriação desse repertório, a consciência dessa historicidade e relações de poder que ensejou, pode contribuir para o afastamento de produções miméticas, afins da convenção ou do estereótipo.

21 *Os cus de judas*. Lisboa, Editorial Vega, 1979.
22 São Paulo: Ed. Ática, 1982.

Tal sentido crítico contribui para o desenvolvimento de inclinações abertas à criatividade e que às vezes acabam para o questionamento de espartilhos ideológicos e identidades míticas.

Em *Literatura, história e política*, analisamos a circulação cultural entre o Brasil, Portugal e África, tendo como motivo condutor a imagem de Pasárgada, de Manuel Bandeira. Procuramos então discutir essa figuração utópica por recorrência a Osvaldo Alcântara (pseudônimo poético de Baltasar Lopes) e a Ovídio Martins. O primeiro, com os "pés" em Cabo Verde, sonha à Bandeira com uma pasárgada que existiria em outra margem do oceano. Se o poeta brasileiro imagina um reino com um rei bonachão que lhe permitiria todas as "libertinagens" (título da coletânea do poeta brasileiro), Osvaldo Alcântara tem saudade de uma pasárgada futura que encontraria no "caminho de Viseu" *(... indo eu, indo eu,/a caminho de Viseu*[23] . Osvaldo Alcântara, repetimos, estava com os pés em Cabo Verde, mas a cabeça inclina-se para fora, para as possibilidades de se encontrar plenitude na imigração. Sua perspectiva é aquela que historicamente sempre se colocou para seu povo de migrantes e ele não deixa de ter consciência de que *esta saudade fina de Pasárgada/é um veneno gostoso dentro do meu coração*[24]. A partir das carências de sua terra, Osvaldo Alcântara sonha com o que não tinha.

A identificação no repertório comum não implica, assim, mimetismo. A distância crítica advém não apenas através da perspectiva de um brasileiro, mas sobretudo de quem estabelece suas bases poéticas na persistência de uma mesma linguagem comunitária. Ampliando essas observações, podemos afirmar que são importantes do ponto de vista crítico estudar esses diálogos, embutidos – explicitamente ou não - nos repertórios literários, que circulam entre os países de língua portuguesa. Por outro lado, relevar as relações de poder que envolvem essa circulação é uma forma de se afastar da celebração, seja da mimese ou de um pretenso sincretismo ou do hibridismo, que desconsidera as relações de poder e encaminha atitudes assimilacionistas tendentes à cultura do colonizador e suas implicações no que tange à cooptação política. Não se pode, entretanto, deixar de considerar devidamente o fato de que a plasticidade da língua literária portuguesa vem desde sua formação nos tempos medievais e só pode ser estudada adequadamente na dinâmica das tendências dos campos intelectuais supranacionais, nos processos de mundialização das culturas européias.

5 A administração da diferença

À flexibilidade da circulação dos produtos culturais, ao ritmo nômade do capital financeiro, que se articula em rede, sempre reduzindo distâncias por velocidade, sempre desdobrável, parece-nos importante contrapor estratégicas contra-hegemônicas, associadas aos comunitarismos supranacionais. Esse processo vertiginoso de estandardização dos produtos culturais, por parte da economia de mercado, não se restringe à estandardização de massa. Convém não nos esquecermos de que a hegemonia possui bases amplas, que não deixam de ser mercadológicas, e procura incorporar em suas redes mesmo a contestação de seu próprio sistema. Trata-se da perspectiva da administração da diferença, que temos insistido em apontar. A diferença como administração política e abertura de nicho de mercado. Noutro sentido, esta incorporação pode contribuir para a dinamização do sistema: mudar para que as coisas continuem estruturalmente as mesmas. Ou, como aparece no livro/filme *O leopardo,* de Giuseppe Lampedusa/Luchino Visconti, na fala de Tancredi, príncipe

23 ABDALA Junior, Benjamin. 2. ed. *Literatura, história e política.* Cotia: Ateliê Ed., 2007. p. 81.
24 Idem. *Ibidem.* p. 81.

de Falconeri, na Sicília: "É preciso que algumas coisas mudem, para que tudo continue na mesma". A emergência parcial do novo, sob controle político-social das estruturas pré-estabelecidas e que faz valer sua hegemonia para controlá-lo, ao mesmo tempo em que se beneficia de sues influxos para atualizar suas redes numa nova configuração histórica.

Neste momento que se afigura em processo pós-neoliberal, a afirmação de uma tendência mais tolerante, que procura valer-se da estratégia de administrar da diferença, afim, por exemplo, do multiculturalismo de matização liberal, pode constituir uma maneira mais inteligente e de longo prazo de se preservar e mesmo promover a hegemonia. Estratégia para um capitalismo administrado, um retorno, em nossas bases, dos princípios norteadores do governo Roosevelt. Seria uma espécie de um novo *New Deal,* de onde – já que as coisas são misturadas - foi possível surgir, não obstante, a obra de um Caldwell, Hemingway, Dos Passos, Gold, Steinbeck, Faulkner etc. E também a organização das Nações Unidas e da carta que estabelecia o princípio da autodeterminação dos povos.

Tal eurocentrismo de matização norte-americana pode vir a ser agora atenuado, na nova configuração que se esboça, como uma das tendências possíveis da política imperial. Fala-se insistentemente na necessidade de "tolerância": tolerância liberal, uma nova modalidade dos pressupostos de caridade, uma via de mão única, sem reciprocidade. A aproximação dos excluídos, que foi uma das bases fortes da eleição do presidente Barack Obama e que fez a diferença, não é evidentemente relevada. Para além dessa modulação da tolerância, é imprescindível ao pensamento crítico descortinar também as relações de poder envolvidas. Sem a discussão dessas relações, o discurso multicultural que, ao que parece, deve se afirmar ainda mais, não deixará de ser um veículo conceitual de administração da diferença, tendo em vista a manutenção da hegemonia norte-americana, vale dizer, de suas elites. Falta a esse multiculturalismo de tintas liberais a consideração de vozes simultâneas em tensão, uma espécie de um áspero concerto polifônico construído pelas diferenças. Logo, uma perspectiva crítica capaz de contraditar formulações discursivas hegemônicas, tendentes ao nivelamento de uma espécie de "branqueamento" eurocêntrico, uma *forma mentis* análoga à que se produziu nas elites brasileiras, desde o século XIX.

Reiteramos, pois, no contraponto ao que naturalizou até o momento do *crack* econômico de 2008, de que o acesso à rede supranacional se faz num lócus enunciativo determinado e ele é fundamental para a crítica. Se na vida universitária, por exemplo, um docente situa-se numa universidade norte-americana, ele não pode desconsiderar o fato de que seu discurso pode estar associado a estratégias hegemônicas desse país. Estas são considerações relativas a uma hegemonia que procura legitimar-se nas esferas intelectuais e públicas, em que a sociedade civil se articula com as esferas de estado, formando um consenso supranacional. Junto com tais estratégias que procuram legitimar assimetrias, em que a ação da mídia é igualmente importante, há evidentemente formas de dominação despótica que operam desde o campo econômico ao militar, mais ou menos atuantes, conforme as oscilações das relações políticas, estabelecidas sobretudo por motivações econômicas.

Em termos de consenso hegemônico, na atualidade, ele se efetua não apenas no sentido da aceitação, mas sobretudo de promover a capitalização da diferença. Uma diferença que se consubstancia em produtos, desde o da imagem democrática do país hegemônico até a mercadorias mais explicitamente comercializáveis.

Para ilustrar a abrangência do processo de mercantilização que atinge inclusive a identidade individual, podemos nos valer de um poema de Carlos Drummond de Andrade, "Eu Etiqueta" (*Corpo*, 1984). As mercadorias aí já não apenas espreitam, mas introjetam-se em todas as pessoas, inclusive e de forma irônica, no próprio poeta. As pessoas perdem suas identidades, transformadas numa espécie de vitrine de mercadorias. E as marcas consumidas

(etiquetas) valem menos pelo valor de uso e, mais, pelo *status* que conferem. Um consumo acrítico que, no processo de simbolização literária, não deixa de se associar a hábitos que vêm desde os tempos coloniais, como o autoritarismo denunciado em *A rosa do povo* (1945), do mesmo poeta. Etiquetas, quase sempre produtos, marcas ou modelos importados situados como superiores. E talvez pudéssemos acrescentar, já que a simbolização poética o permite: esse mesmo gesto é correlato a hábitos que perduram no campo científico ou na crítica literária – a importação sem sentido crítico. Uma citação nos estudos literários não poderia ter a função de uma etiqueta? Uma etiqueta a ser observada pelo olhar irônico, pretensamente menor do poeta, que se vê como "homem-anúncio itinerante, / Escravo da matéria anunciada. / Estou, estou na moda. / É doce andar na moda, ainda que a moda / Seja negar minha identidade (...)"[25].

Em relação a essas práticas que oscilam entre a hegemonia que procura se legitimar e o despotismo de quem tem o poder, não se pode esquecer a posição dos Estados Unidos como único país a defender a inserção da cultura como "produto", na Organização Mundial do Comércio. Para além do produto diretamente comercializável, a hegemonia implica um "reconhecimento" internacional da instituição onde esse crítico trabalha, o que certamente atrairá alunos e docentes, inclusive dos países não-hegemônicos. A partir dessa situação, serão criadas condições para convênios interinstitucionais com esses países, tendentes à preservação da hegemonia estabelecida. Só uma efetiva reciprocidade entre os atores da comunidade universitária envolvida poderá atenuar essas assimetrias. Isto é, a consciência da dimensão política que envolve a pesquisa científica. A busca da "eficácia", aparentemente neutra, mas no fundo mimética e sem criticidade, pode mascarar processos que respaldam a continuidade das assimetrias dos fluxos culturais e também da legitimidade do poder simbólico hegemônico a elas associado.

Referências

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural.* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
_____. 2. ed. *Literatura, história e política.* Cotia: Ateliê Ed., 2007.
_____. *Literatura Comparada e relações comunitárias, hoje.* Cotia: Ateliê Editorial, 2012.
ANDRADE, Carlos Drummond. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
BHABHA, Homi K. *O local da cultura.* Trad.: M. Ávila, E. L. L. Reis, G. R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
BLOCH, Ernst. *O princípio esperança.* 3 vols. Trad.: Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2005/2006.
BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Trad.: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
GUILLÉN, Claudio. *Introducción a La literatura comparada (Ayer y hoy).* Barcelona: Tusquets Editores, 2005.

25 ANDRADE, Carlos Drummond. *Corpo*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org: Liv Sovik. Belo Horizonte-Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.
JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Trad.: Simon, I.; Xavier, I. e Oliboni, F. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.
LOBO ANTUNES, António. *Os cus de judas.* Lisboa: Editorial Vega, 1979.
LÖWY, M. e NAÏR, S. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
OLIVEIRA, Carlos. *Obras de Carlos de Oliveira.* Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
PEPETELA. *Mayombe.* São Paulo: Editora Ática, 1982.
SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.* Trad.: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Religião e ideologia em Ruy Belo: alguns apontamentos

Natália Ubirajara Silva[1]

Abstract: This article describes the questioning of Catholicism in the work Homem de Palavra[s], by Portuguese poet Ruy Belo. Through the reading of the poems "Nós os vencidos do catolicismo", "Soneto superdesenvolvido" and "O portugal futuro", it tries to verify, in dialog with concepts of Marxist philosophy, in which ways the Catholic ideology and its influence in Portuguese society during the Salazar years are problematized in Belo's poetic writing.
Keywords: Portuguese literature; Ruy Belo; Catholicism; Marxism; ideology

Resumo: O presente artigo discute o questionamento do catolicismo na obra Homem de Palavra[s], do poeta português Ruy Belo. A partir da leitura dos poemas "Nós os vencidos do catolicismo", "Soneto superdesenvolvido" e "O portugal futuro", procura-se verificar, num diálogo com conceitos da filosofia marxista, de que forma a ideologia católica e sua influência na sociedade portuguesa durante os anos do salazarismo são problematizadas no fazer poético de Belo.
Palavras-chave: literatura portuguesa; Ruy Belo; catolicismo; marxismo; ideologia

Introdução

O poeta português Ruy Belo (1933-1978) foi um incompreendido. Criado em lar católico, praticou sua fé até a vida adulta. Membro da Opus Dei e doutor em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade de Estudos São Tomás de Aquino, em Roma, Belo passou a ser alijado do meio católico por suas amizades, ideias e produção poética. Ao mesmo tempo, por ser católico, também era visto com reservas no meio intelectual português; prova disso é que em 1978, ano de sua morte prematura, o poeta, tradutor, crítico e ensaísta era professor secundário e estava em vias de concorrer a uma vaga de professor universitário. Muitas portas profissionais se fecharam ao autor devido a seus posicionamentos (cf. SILVA apud REVEZ, 2009, p. 138). Independente, Belo não se filiou a agremiações literárias; questionador, não ficou preso às amarras do catolicismo institucionalizado e aparelhado ideologicamente pelo Estado Novo de Oliveira Salazar.

Eugénio de Andrade expressa a posição de Belo na cultura portuguesa em seu poema "À memória de Ruy Belo":

> *[...]*
> *já terás feito amigos, sem saudades dos dias*
> *onde passaste quase anónimo e leve*
> *[...]*

1 Doutoranda em Literaturas Portuguesa e Luso-africanas no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS

Consola-me ao menos a ideia de te haverem
deixado em paz na morte; ninguém na assembleia
da república fingiu que te lera os versos,
ninguém, cheio de piedade por si próprio,
propôs funerais nacionais ou, a título póstumo,
te quis fazer visconde, cavaleiro, comendador,
qualquer coisa assim para estrumar os campos.
Eles não deram por ti, e a culpa é tua,
foste sempre discreto (até mesmo na morte),
não mandaste à merda o país, nem nenhum ministro (ANDRADE, 1984, p. 76-77).

O sujeito lírico de Andrade elogia a falta de homenagens póstumas a Ruy Belo, a qual significaria a não assimilação do poeta por parte do sistema religioso e político vigente: "para neutralizar a literatura, pode-se prender, exilar, assassinar os escritores ou então assimilá-los, integrá-los, cooptá-los [...] condecorando-os com a Ordem disso e daquilo, colocando-os no primeiro lugar de uma lista dos mais lidos" (TENÓRIO, 2014, p. 67). Felizmente, não foi isso que ocorreu com Ruy Belo; a cultura oficial limitou-se a silenciar quanto a sua obra.

A trajetória desse poeta discreto, de projeção inversamente proporcional à qualidade de sua produção, é a de um homem atormentado pela dúvida quanto à fé que aprendera e pregara. A "cosmovisão bíblica" (REAL, 1998, p. 181) segundo a qual sua mentalidade se plasmara se choca com a realidade: ao lançar Homem de Palavra[s], em 1969, Ruy Belo está em crise. Em 1978, nove anos após a publicação, Belo escreve um prefácio à segunda edição do livro e rebate as críticas recebidas:

> *No balanço que, em finais de 1969, publicou sobre livros de poesia que nesse ano apareceram, um crítico literário que aliás muito prezo disse que, com este Homem de Palavra[s] eu, como poeta, me havia desencontrado. Ora eu creio que isso não aconteceu, embora só agora o diga. O que aconteceu foi que mais uma vez a crítica [...] se ficou num livro passado de um autor para o voltar contra seus livros futuros, como se seus não fossem igualmente* (BELO, 2004, p. 243).

O poeta reconhece em Homem de Palavra[s] uma viragem temática e estilística em comparação com suas obras mais conhecidas, como Aquele Grande Rio Eufrates (1961) e Boca Bilingue (1966). No processo de composição desse livro, Ruy Belo desafiou-se a nunca repetir-se: "Em Homem de Palavra[s], parece-me ter escrito poemas, introduzido processos, buscado formas que nunca escrevera, introduzira ou buscara até então" (BELO, 2004, p. 243). Os críticos, contudo, tomaram as obras anteriores como paradigma e, com isso, desprezaram as inovações que o poeta trouxe em Homem de Palavra[s]. Essa visão limitada de sua obra perdura em certas recensões à obra do autor. Massaud Moisés, por exemplo, em seu famoso livro A literatura portuguesa, afirma que as experiências religiosas de Belo oferecem aos seus poemas "calma e paz" (MOISÉS, 2008, p. 472), ignorando a profunda crise religiosa que se percebe em Homem de Palavra[s] e em textos posteriores.

Ao revisitar sua obra, o poeta reconhece o tom de "vão catolicismo" (BELO, 2004, p. 244) que a permeia; sustenta, porém, que a presença de elementos cristãos nos poemas não representa adesão à religião cristã enquanto instituição: "Se as epígrafes pedidas à Bíblia conferissem o cariz cristão a quem delas se socorre muitos autores teriam de ser considerados cristãos, quando tal ideia nunca lhes teria passado pela cabeça nem pelo coração" (BELO, 2004, p. 244). Quanto a isso, o poeta é categórico: "O clima do livro já não é o da fé, aliás perdida" (BELO, 2004, p. 244). Isso se confirma em sua trajetória posterior:

> *Consumada a sua ruptura com a Igreja, inicia-se o que podemos designar como um período de afastamento. Ruy Belo não rompe simplesmente com o catolicismo mas caminha por um longo processo de questionação da fé, afirmando Joaquim Manuel Magalhães [...] que o poeta se encontraria no final da sua vida numa situação de completo agnosticismo* (REVEZ, 2009, p. 137).

A negação da fé se traduz até mesmo na grafia das palavras. A análise do espólio do poeta é reveladora:

> *Aquele Grande Rio Eufrates, o livro de estreia, é um caso à parte. Quando publicou a primeira edição (Ática, 1961), o poeta saíra há pouco de uma década na Opus Dei. Na edição da Moraes, em 1972, decidiu suprimir as maiúsculas no desejo de que "palavra alguma levante a cabeça no meio da frase", incluindo "o lexema 'deus'". Tudo isto é história conhecida.*
> *A partir daqui é interessante ver no espólio como, algures entre 1972 e 1978 – entre a segunda edição e a morte – Ruy Belo eliminou, riscando a lápis todas as referências a deus no exemplar da 2ª edição pertencente a Teresa Belo: "Descobri isto há uns anos e de facto lembro-me de ele manusear este exemplar." Seria o que estava mais à mão.*
> *Alguns exemplos: no primeiro poema, onde está "o senhor", Ruy Belo risca e escreve "alguém"; no segundo poema, onde está "senhor deus", risca e escreve "aquele olhar"; e por aí fora, riscando sempre "deus", "senhor", "cruz", e escrevendo por cima, "artista", "justiça" ou mesmo "alguma coisa"* (COELHO, 2003).

Homem de Palavra[s] é um ponto importante nesse processo de afastamento da cosmovisão religiosa. Apesar de Ruy Belo não se declarar marxista, vários dos poemas aproximam-se de conceitos dessa filosofia. Como diz Paz, "el marxismo ha penetrado tan profundamente en la historia que todos, de una manera u outra, a veces sin saberlo, somos marxistas. [...] Este pensamiento es ya parte de nuestra sangre intelectual" (1972, p. 258).

1 "Nós os vencidos do Catolicismo": Religião e desistência

Os três grandes temas de Homem de Palavra[s] são anunciados na série "Portugal sacro-profano", no poema "Lugar onde". São eles: "País poema homem" (BELO, 2004, p. 259). Acreditamos que esses três grandes temas são problematizados em sua relação com o catolicismo. A fé que transparecia nas obras anteriores é questionada, como vemos em "Nós os vencidos do catolicismo" (BELO, 2004, p. 269):

NÓS OS VENCIDOS DO CATOLICISMO

Nós os vencidos do catolicismo
que não sabemos já donde a luz mana
haurimos o perdido misticismo
nos acordes dos carmina burana

Nós que perdemos na luta da fé
não é que no mais fundo não creiamos
mas não lutamos já firmes e a pé
nem nada impomos do que duvidamos

Já nenhum garizim nos chega agora
depois de ouvir como a samaritana
que em espírito e verdade é que se adora
Deixem-me ouvir os carmina burana

Nesta vida é que nós acreditamos
e no homem que dizem que criaste
se temos o que temos o jogamos
"Meu deus meu deus porque me abandonaste?"

O poema se divide em quatro quartetos e tem ritmo impresso pelo uso de metro regular (decassílabo). As palavras sobre as quais o acento tônico recai são importantes para a construção do sentido; destacamos: "vencidos", "catolicismo", "já", "perdido misticismo", "carmina burana", "perdemos", "fé", "agora", "acreditamos" e "abandonaste". A rima e o ritmo criam imagens de perda e derrota, negação, abandono, desistência.

As rimas externas seguem o esquema ABAB; CDCD; EBEB; DFDF. A repetição das rimas B (terceira estrofe) e D (quarta estrofe) estabelece relações entre os versos, conforme a teoria do estruturalista russo Iuri Lotman. Segundo essa teoria, a rima "reenvia o leitor para o texto precedente" (LOTMAN, 1978, p. 216), criando uma rede de equivalências. Assim, temos:

nos acordes dos carmina burana (v. 4)
Deixem-me ouvir os carmina burana (v. 10)

não é que no mais fundo não creiamos (v. 6)
Nesta vida é que nós acreditamos (v. 13)

O sujeito lírico é expresso pelo pronome pessoal "nós", ou seja, não representa a voz de apenas um indivíduo, mas de todo um grupo a vivenciar a mesma derrota. Esse sujeito lírico coletivo se define como "vencido do catolicismo", tendo se afastado da fé de outrora, e representa uma geração de católicos portugueses que, após viverem intensamente a religiosidade institucional, começaram a se desiludir.

Esse espírito de geração é corroborado pelo diálogo entre a expressão "vencidos do catolicismo" e o grupo "Vencidos da vida" (1888-1894), grupo de 11 intelectuais (dentre os quais Oliveira Martins, Guerra Junqueiro e Eça de Queirós) que se reuniam em Lisboa para jantar e discutir a situação de Portugal. Esses pensadores participaram ativamente nas Conferências do Cassino Lisbonense em maio de 1871, nas quais as novidades culturais e filosóficas do século XIX, como o marxismo, foram introduzidas no contexto lusitano. Em decorrência das teorias marxistas, um dos tópicos discutidos em 1871 foi a decadência portuguesa devido ao catolicismo, religião atrelada às políticas e interesses do Estado. Antero de Quental, na conferência "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos", atribui o apequenamento de seu país à "transformação do catolicismo operada pelo Concílio de Trento" (QUENTAL, 1871, p. 19).

Mais de quinze anos depois, nos jantares dos "Vencidos da Vida", o catolicismo continuou a ser profundamente discutido. O grupo não era anticlerical de todo, mas questionava os sacramentos e a noção de pecado, por exemplo. Dizer-se "vencidos" equivale a reconhecer que as revoluções esperadas após a realização das Conferências de 1871 não se concretizaram.

Como os "Vencidos da vida", o sujeito lírico do poema de Belo demonstra ser a voz de uma geração derrotada. No prefácio à segunda edição de Homem de Palavra[s], Ruy Belo menciona a observação de um amigo: "'Nós os vencidos do catolicismo' seria o poema de uma geração, [...] um definitivo abandono dos homens por parte de Deus" (BELO, 2004, p. 248). Ser "vencido", nos dois casos, é quase um programa de vida. Se considerarmos

a biografia de Ruy Belo, veremos como o poeta se tornou um dissidente do catolicismo ao verificar que a Igreja – da qual participara ativamente, como membro da Opus Dei – apresentava uma "função justificadora" (RICOEUR, 2011, p. 85) da ideologia do Estado Novo. Belo e sua geração reconheceram na Igreja Católica portuguesa aquilo que Althusser chama de "aparelho ideológico de Estado religioso" (1974, p. 43).

No segundo verso do poema, percebe-se desorientação ("não sabemos já donde a luz mana"); a tônica no advérbio "já" salienta a condição de perda das certezas – antes, sabíamos; agora, não mais. Antes, havia luz, conhecimento, certeza; agora, não sabemos de onde a luz brota. O sentimento é de instabilidade. No terceiro verso, lemos que o misticismo, outrora haurido na espiritualidade católica, agora é sorvido na melodia dos Carmina Burana, alusão intertextual aos cantos profanos medievais escritos ao longo do século XIII e à cantata homônima do alemão Carl Orff (1936). Ambas as referências são profanas, trazendo aspectos satíricos e eróticos. Desse modo, haurir dos Carmina Burana o misticismo demonstra não só abandono da fé católica, mas busca do misticismo na concretude da vida.

Em sua análise sobre hermenêutica e ideologia, Ricoeur explica a visão marxista de religião como deformação por inversão (RICOEUR, 2011, p. 83). O filósofo parte da metáfora do reflexo, apresentada por Marx e Engels em A ideologia alemã:

> *E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico* (MARX; ENGELS, 2001, p. 19).

Sobre isso, Ricoeur explica: "o fato de a religião poder prestar-se a essa função [de justificadora da ideologia de Estado], enquanto inversão das relações do céu e da terra, significa que ela não é mais religião, vale dizer, inserção da Palavra no mundo, porém imagem invertida da vida" (RICOEUR, 2011, p. 85). No poema de Belo, o sujeito lírico rejeita essa imagem invertida da vida – o misticismo haurido no catolicismo –, preferindo os Carmina Burana – a "vida material" (MARX; ENGELS, 2001, p. 89). Uma das epígrafes de Homem de Palavra[s], embora bíblica, ratifica essa opção: "Aquele que é da terra, pertence à terra e fala da terra" (Jo 3,31). A exaltação do hoje e do material também aparece nos últimos versos de "Palavras de Jacob depois do sonho": "Aqui – mulher terra mar – / Aqui só pode ser a casa de deus" (BELO, 2004, p. 283). Também em Homem de Palavra[s], o dístico "Requiem por um bicho" nega a transcendência: "Está tudo muito certo mas a gata / que outro mundo trará a gata que morreu?" (BELO, 2004, p. 270).

Voltando a "Nós os vencidos do catolicismo", vemos como o poema expressa o momento de desconfiança e desistência por que os católicos portugueses passavam. No primeiro verso do segundo quarteto, retoma-se o pronome "nós"; além de vencido do catolicismo, o sujeito lírico foi derrotado na luta da fé, como se depreende da primeira estrofe. Na segunda estrofe, porém, ele explica o que vem a ser essa perda da fé: "não é que no mais fundo não creiamos / mas não lutamos já firmes e a pé / nem nada impomos do que duvidamos". Percebe-se aqui a repetida negação (por meio da repetição do advérbio "não" e de "Nem nada"). O sujeito lírico deixa claro que não perdeu totalmente a fé: seu desencanto parece ser com a fé institucionalizada, dogmatizada. A fé permanece, mas no terreno íntimo ("mais fundo"). Já não se luta para defender as crenças; não se impõe a fé, visto que o sujeito lírico tem, ele mesmo, muitas dúvidas. O sentimento de desistência retorna de forma pungente no poema "Cinco palavras cinco pedras", em que o sujeito lírico

salienta a contraposição entre o presente (perda da fé e desistência) e o passado (tempo em que os deuses eram grandes):

> *Antigamente escrevia poemas compridos*
> *Hoje tenho quatro palavras para fazer um poema*
> *São elas: desalento prostração desolação desânimo*
> *E ainda me esquecia de uma: desistência*
> *[...]*
> *Antigamente quando os deuses eram grandes*
> *Eu sempre dispunha de muitos versos*
> *Hoje só tenho cinco palavras cinco pedrinhas* (BELO, 2004, p. 272).

A terceira estrofe de "Nós os vencidos do catolicismo" também se centra na perda da fé. Agora, nenhum Garizim (grafado com minúsculas) chega. Garizim ou Gerezim é um monte da Cisjordânia citado na Bíblia. No Antigo Testamento, era um território sagrado de sacrifício e adoração para os samaritanos; no Novo testamento, é o local de um marcante encontro entre Jesus Cristo e uma samaritana ao lado do poço de Jacó. Diz o texto bíblico:

> *Nossos pais adoraram neste monte [Garizim], mas vós dizeis que é em Jerusalém que se deve adorar. Jesus respondeu: Mulher, acredita-me, vem a hora em que não adorareis o Pai, nem neste monte nem em Jerusalém. Vós adorais o que não conheceis, nós adoramos o que conhecemos, porque a salvação vem dos judeus. Mas vem a hora, e já chegou, em que os verdadeiros adoradores hão de adorar o Pai em espírito e verdade, e são esses adoradores que o Pai deseja* (Jo 4:20-23).

Jesus Cristo diz à samaritana que ela não irá mais adorar no Garizim, mas em espírito e em verdade. O sujeito lírico se alinha à figura da samaritana, tendo ouvido, como ela, as palavras de Jesus Cristo; o monte aparece como metáfora da fé mediada pela Igreja, local de adoração institucionalizado. Ao dizer que nenhum Garizim pode satisfazê-lo, o sujeito lírico, de maneira forte, renega a Igreja. Ele ordena: "deixem-me ouvir os Carmina Burana"; em vez de hinos de louvor, prefere ouvir cantos que dessacralizam e desautorizam a ideologia católica. Sua fé pode ser em espírito e verdade, sem a constrição que a adesão à crença institucionalizada proporciona.

Depois de três estrofes com o predomínio de imagens de negação e perda, o último quarteto nos apresenta uma afirmação sobre a fé no tempo da enunciação: "Nesta vida é que nós acreditamos". Essa rima (v. 13), como dissemos anteriormente, ecoa a rima do verso "não é que no mais fundo não creiamos" (v. 6). Há uma crença, sim, embora não a antiga. Hoje, o sujeito lírico crê na vida (v. 13) e no homem (v. 14), concordando com Marx e Engels quando estes afirmam que "é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento" (2001, p. 100). O sujeito lírico rejeita o idealismo, vinculando-se à visão materialista da vida. Ainda nesta última estrofe, revela-se a identidade do interlocutor: o Deus cristão, aquele que – dizem – criou o homem (v. 14). A interlocução com esse Criador questionado configura o poema como espécie de oração daquele que já não tem fé, um Credo do descrente.

A despeito da afirmação sobre a crença na vida e no homem, o tom melancólico se mantém ao fim do poema: o sujeito lírico parece se ressentir com a destruição das certezas e lamenta, em total abandono, como o salmista (Sl 21) e Jesus Cristo na cruz: "Meu deus [com minúsculas, dessacralizando o nome divino], meu deus, porque me abandonaste?". Os últimos versos constroem uma imagem de solidão, abandono e de saudade do tempo em que o misticismo e a fé eram certezas imutáveis.

Em uma de suas mais conhecidas citações, Marx afirma que a "tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos" (s.d., p. 6). Os portugueses vencidos do catolicismo, advindos de uma "cristalização duradoura de uma mentalidade judaico-cristã" (REAL, 1998, p. 182), sofrem com a perda dessa tradição, órfãos da antiga visão de mundo que pautara suas existências.

2 "Soneto Superdesenvolvido": Caridade cristã e sua função justificadora

Outro poema-denúncia da religião como imagem invertida da vida é "Soneto superdesenvolvido" (BELO, 2004, p. 265). Nele, o sujeito lírico ironiza a visão edulcorada que a religião constrói acerca da realidade:

SONETO SUPERDESENVOLVIDO

É tão suave ter bons sentimentos
consola tanto a alma de quem os tem
que as boas acções são inesquecíveis momentos
e é um prazer fazer bem

Por isso no verão se chega a uma esplanada
sabe melhor dar esmola a beber laranjada
Consola mais viver assim no meio de muitos pobres
que conviver com gente a quem não falta nada

E ao fim de tantos anos a dar do que é seu
independentemente da maneira como se alcançou
ainda por cima se tem lugar garantido no céu
gozo acrescido ao muito que se gozou

Teria este (se não tivesse outro sentido)
ser natural de um país subdesenvolvido

Neste soneto elisabetano – formado por três quartetos e um dístico conforme o esquema rímico ABAB; CCDC; EFEF; GG –, o sujeito lírico apresenta uma visão "superdesenvolvida" ou, nos termos de Marx, uma visão invertida. Ironiza-se a atitude cristã de caridade, por parte dos ricos, e de resignação por parte dos pobres; a repetição dos vocábulos "tanto" e "tão" reforçam o tom irônico do poema. As expressões "suave", "bons sentimentos", "consola", "alma", "boas ações", "inesquecíveis momentos" e "prazer", na primeira estrofe, formam um arquissema (cf. LOTMAN, 1978, p. 251), formando a imagem de uma alma cristã benfazeja e caridosa. Há uma ideia de consequência: ter bons sentimentos é tão suave e consola tanto aquele que os tem, que as boas ações praticadas se tornam inesquecíveis. A rima entre "sentimentos" (v. 1) e "momentos" (v. 3) indica que, na verdade, esses atos de caridade não são tão rotineiros quanto se dá a entender. Desvela-se a máscara do altruísmo: ao realizar tantas "boas ações", o indivíduo procura sua própria consolação, um prazer particular.

Essa visão romântica e franciscana permanece na segunda estrofe, na qual se diz que dar esmola – quando se está, comodamente, em melhor condição social que o outro – é mais saboroso do que beber laranjada (v. 6). A alma que tem bons sentimentos vive em uma classe social "a quem não falta nada" (v. 8) e dar esmola se torna um lazer, entre-

tenimento, passatempo de verão. A condição de desigualdade fica exposta por meio do pronome "muitos" (v. 7): não são poucos os pobres. O vocábulo "pobres" (v. 7), aliás, é o único em fim de verso sem rima externa ao longo de todo o soneto (há rima interna com "esmola", no sexto verso). Não há lugar nem voz para os pobres: eles servem apenas como um meio pelo qual o benfeitor pode realizar boas ações e garantir sua satisfação pessoal; a eles, resta esperar pela caridade e crer que sua miséria será recompensada no céu. Esse é, aliás, um dos princípios cristãos condenados por Marx e Engels:

> *Os princípios sociais do cristianismo pregam a necessidade de uma classe dominante e de uma classe oprimida e só têm a oferecer a esta o piedoso desejo de a primeira dignar-se ser caridosa.*
> *Os princípios sociais do cristianismo colocam no céu esse desagravo de todas as infâmias de que fala nosso conselheiro, justificando assim sua permanência na terra* (MARX; ENGELS apud LECOMPTE, 2000, p. 133-134)

Não podemos deixar de reconhecer nessa divisão em classes a ideologia salazarista de exaltação do Portugal rural e retrógrado, a qual moldou uma imagem nacional justificadora do atraso e da desigualdade baseando-se na visão de mundo cristã. Também sobressai, na segunda estrofe, o contraste entre duas classes de cidadãos: os pobres e aqueles a quem não falta nada, espelhando a divisão marxista entre ideólogos ativos e passivos:

> *Uns serão os pensadores dessa classe (os ideólogos ativos, que teorizam e fazem da elaboração da ilusão que essa classe tem de si mesma sua substância principal), ao passo que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva em face desses pensamentos e dessas ilusões, porque eles são na realidade os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para alimentar ilusões e ideias sobre suas próprias pessoas* (MARX; ENGELS, 2003, p. 49).

No terceiro quarteto do poema, o pronome "seu" (v. 9) reforça a noção de posse: quem tem bons sentimentos é também aquele que tem bens materiais; o fato de possuir mais bens e capitais do que os outros não é questionado, bem como a origem desses bens (v. 10). A rima entre "seu" (v. 9) e "céu" (v. 11) compõe a imagem de compra e posse de um lugar no céu por meio das boas ações praticadas. Desvelam-se os verdadeiros fins da caridade cristã: a oferta de esmolas oriundas dos bens acumulados não é desinteressada, garantindo consolo pessoal (satisfação por reconhecer-se bom) e abrindo caminho para ainda mais benefícios na outra vida. O contraste com o ensinamento evangélico – "é mais fácil o camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que o rico entrar no Reino de Deus" (Lc 18,25) – é gritante, numa inversão do texto bíblico. Como aponta Galimberti,

> *para livrar-se da contradição, a doutrina social da Igreja esquece que, como condição para a salvação da alma, Jesus exige do jovem rico que entregue todos os seus bens aos pobres, enquanto a Igreja, vestindo as roupas do bom senso, manda aos ricos de hoje que deem o mais possível para evitar que se arruínem* (2003, p. 335).

O dístico final rompe o ritmo do poema e "provoca uma expectación" (PAZ, 1972, p. 57). Nele, o sujeito lírico revela, concordando com Antero de Quental, que a alegada vivência dos valores cristãos pela classe dominante resulta na decadência de Portugal. Embora a ideologia católico-salazarista apregoe um império superdesenvolvido, o país é, na realidade, subdesenvolvido em virtude da acomodação, elemento que aparece em outros

poemas: "Invadia-nos um íntimo torpor" (BELO, 2004, p. 258), "Neste país sem olhos e sem boca" (BELO, 2004, p. 259), "desistência desalento prostração desolação desânimo" (BELO, 2004, p. 272), "deixo cair os braços o esquerdo e o direito" (BELO, 2004, p. 286), "e a minha maneira de me matar / é deixar cair ambos os braços" (BELO, 2004, p. 287).

Seguindo a ideologia de acomodação vigente, as almas ditas boas contentam-se com a recompensa celeste, que as exime de atuar sobre o presente a fim de modificá-lo, e as almas pobres se consideram bem aventuradas, abençoadas pela sua condição miserável. Mais uma vez, Belo percebe a função de aparelhamento ideológico da religião. Segundo Althusser, ideologia e classe dominante andam juntas:

> *Se quisermos considerar que em princípio a "classe dominante" detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de Alianças de classe ou de fracções de classes), e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é activa nos Aparelhos ideológicos de Estado* (1974, p. 48).

Na Bíblia, o pobre é valorizado e o rico é execrado – vide parábola do rico e Lázaro (Lc 16:19-31); porém, a hegemonia da classe dominante (cf. ALTHUSSER, 1974, p. 49) sobre o aparelho ideológico religioso subverte a lógica do Evangelho. De acordo com Marx e Engels,

> *Os pensamentos da classe dominante são, também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação* (MARX; ENGELS, 2001, p. 48).

A fim de justificar a manutenção do status quo e de mascarar a incongruência entre este e a pregação evangélica, prega-se a beleza da pobreza, o contentamento com o estado de vida e o não questionamento das desigualdades. O poema de Ruy Belo denuncia o louvor à estagnação empreendido pela ideologia salazarista e religiosa, que prega a resignação diante da condição atual sob a forma da universalidade, representando seus pensamentos como "os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos" (MARX; ENGELS, 2003, p. 50). Assim, segundo a teoria de Gramsci, os conceitos religiosos

> *[...] podiam cimentar valores e desejos populares, dito de outro modo, poderiam sistematizar valores difusos, dispersos na sociedade, e consolidar uma visão de mundo compreendida, aceita e legitimada. Na Itália, a religião detinha este poder simbólico de emoldurar a cultura e constituir um elo entre a razão e a crença. Neste sentido a fé geraria a identidade popular* (SILVA, s.d.).

Como na Itália, a visão de mundo portuguesa configurou-se de acordo com uma ideologia religiosa de dominação, a qual emoldurou a cultura e a identidade popular lusitanas. Essa ideologia de dominação coaduna-se à do Estado Novo, e sua dominação é garantida por meio da repressão às dissidências:

> *Gramsci nos municia com dois instrumentos conceituais necessários para o esboço das funções históricas de uma igreja na sociedade, são eles: a ideia de religião como uma forma de ideologia específica e a ideia da religião como aparelho ideológico. E é esta segunda atitude que Gramsci considera como opiácea, pois ela compreende uma fase de declínio em que a religião perdeu sua função histórica e tem sobrevida devido aos mecanismos de repressão por ela adotados.* (SILVA, s.d.).

O papel repressor da religião é apontado por Belo no prefácio a Homem de Palavra[s], quando este afirma que o Cardeal Cerejeira "infiltrara nas consciências os temores e receios que Salazar instilara exteriormente na ordem – nas ruas, nos fortes, nas próprias casas populares" (BELO, 2004, p. 248). Os mecanismos de repressão do aparelho religioso atuam na consciência, impedindo o pensamento livre e levando à passividade:

> *A partir desse momento, a ideologia religiosa tornou-se um freio à iniciativa das massas, à sua emancipação política, mantendo-as na passividade. É nesse sentido que a religião não é automaticamente ópio do povo, ela se torna tal, na medida em que, superada por uma "concepção superior do mundo" impede toda evolução* (SILVA, s.d.)

3 "O Portugal futuro": Projeção de um novo começo

Apesar do quadro de desistência e repressão formado por "Nós os vencidos do catolicismo" e "Soneto superdesenvolvido", ainda há esperança. O sujeito lírico criado por Ruy Belo se permite sonhar com "O portugal futuro" (BELO, 2004, p. 264):

O PORTUGAL FUTURO

O portugal futuro é um país
aonde o puro pássaro é possível
e sobre o leito negro do asfalto da estrada
as profundas crianças desenharão a giz
esse peixe da infância que vem na enxurrada
e me parece que se chama sável
Mas desenhem elas o que desenharem
é essa a forma do meu país
e chamem elas o que lhe chamarem
portugal será e lá serei feliz
Poderá ser pequeno como este
ter a oeste o mar e a espanha a leste
tudo nele será novo desde os ramos à raiz
À sombra dos plátanos as crianças dançarão
e na avenida que houver à beira-mar
pode o tempo mudar será verão
Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz
mas isso era o passado e podia ser duro
edificar sobre ele o portugal futuro

Esse poema diferencia-se dos anteriores, pois apresenta apenas uma estrofe com 19 versos. Há uma divisão explícita em cinco blocos, indicados pelas iniciais maiúsculas. Valendo-nos da teoria de Lotman (1978), agruparemos os versos do poema segundo suas equivalências; no caso, nosso critério será rímico, buscando relações de sentido estabelecidas pela identidade sonora.

O primeiro arquissema formado por meio das rimas reúne imagens que elaboram o Portugal futuro como felicidade possível, novidade, infância e apagamento do tempo antigo: "O portugal futuro é um país" (v. 1); "as profundas crianças desenharão a giz" (v. 4); "é essa a forma do meu país" (v. 8); "portugal será e lá serei feliz" (v. 10); "tudo nele será novo desde os ramos à raiz" (v. 13); "Gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz" (v. 17). O uso do vocábulo "país" em lugar de "pátria" é deliberado: "contraponho – dizia eu – à palavra 'pátria' a palavra 'país', humilde e discreta" (BELO, 2004, p. 245). Em "Lugar onde", poema da série "Portugal sacro-profano", a diferenciação entre os dois vocábulos é explicitada: "país palavra húmida e translúcida / palavra tensa e densa com certa espessura / (pátria de palavra tem apenas a superfície" (BELO, 2004, p. 259). No poema "Aos homens do cais", o sujeito lírico ratifica: "Portugal não é pátria mas país" (BELO, 2004, p. 267). "Pátria" seria uma palavra ideologicamente carregada, representando a imagem salazarista de Portugal como grande império ultramarino predestinado por Deus.

O segundo arquissema traz duas figuras do mundo animal: "aonde o puro pássaro é possível" (v. 2) e "e me parece que se chama sável" (v. 6). Ambos, pássaro e sável, remetem a um tempo original: o pássaro é puro; o sável, peixe migratório já extinto, revive no desenho das crianças. Se recorrermos ao método das passagens paralelas (COMPAGNON, 2006, p. 68), leremos no poema "O maná do deserto" que as aves passam e ficam "só nos versos do poeta" (BELO, 2004, p. 258); o puro pássaro poderia ser, pois, uma metáfora para o fazer poético. Essa leitura é corroborada pelo poema "A minha tarde": "passam as aves em seu voo rasante / desde sá de miranda até jorge de sena" (BELO, 2004, p. 281). Outra interpretação possível seria considerar esse "puro pássaro" uma metáfora da liberdade.

No novo Portugal sonhado por Belo, crianças desenharão um sável; as crianças e o animal extinto reforçam a imagem de um novo começo, retorno à origem. O tom otimista de "O portugal futuro" pode ser explicado por meio da contextualização histórica: em 1969, Marcello Caetano assumiu o poder, o que provocou em Portugal a esperança de que o ciclo salazarista estaria se encerrando em breve – a chamada "primavera marcelista" (SILVA apud REVEZ, 2009, p. 138).

No terceiro arquissema, reúnem-se os versos referentes ao desenho feito pelas crianças no asfalto: o sável, desenhado "sobre o leito negro do asfalto da estrada" (v. 3); "esse peixe da infância que vem na enxurrada" (v. 5). No quarto arquissema, os versos apresentam paralelismo – "Mas desenhem elas o que desenharem" (v. 7) e "e chamem elas o que lhe chamarem" (v. 9). Os dois versos referem-se a ações das crianças, agentes criadores do novo Portugal. Não importa ao sujeito lírico o nome, a definição do que seja esse Portugal futuro; importa ser feliz (v. 10). A imagem da criança remete à infância do país, relação apontada em outro poema de Homem de Palavra[s], "Algumas proposições com crianças": "A criança está completamente imersa na infância / [...] a infância é o elemento da criança como a água / é o elemento próprio do peixe" (BELO, 2004, p. 282). Esse poema, por meio do método das passagens paralelas, também explica outra imagem de "O portugal futuro": o desenho a giz feito pelas crianças pode ser interpretado como o grande leque de opções, o mundo de possibilidades de criação de um novo país: "Se foste criança diz-me a cor do teu país / Eu te digo que o meu era da cor do bibe / e tinha o tamanho de um pau de giz" (BELO, 2004, p. 282).

O verso "portugal será e lá serei feliz" (v.10) encontra-se no centro do poema e se recobre de maior importância interpretativa. Nele, o sujeito lírico revela sua infelicidade no Portugal presente, embora não desista de seu país. Há esperança em um Portugal ainda por

vir, novamente desenhado. O fato de ser desenhado a giz aponta para a capacidade ilimitada de mudança, a transitoriedade: o desenho a giz é sempre novo e passível de apagamento. O leito negro do asfalto onde as crianças rabiscam remete ao presente negro de Portugal; é sobre ele que se desenhará um novo país. Essa imagem também pode remeter à lousa: a estrada – caminho, história – é o quadro-negro em que o novo Portugal será traçado.

No quinto arquissema, em que se comenta a dimensão territorial do Portugal futuro, "já nos surge um país descolonizado (BELO, 2004, p. 248): "Poderá ser pequeno como este" (v. 11), "ter a oeste o mar e a espanha a leste" (v. 12). Há uma ideia de satisfação quanto à geografia portuguesa, talvez indicando que não é essa a matéria de "queixa" do sujeito lírico; não é o território do país que o incomoda, mas a ideologia que nele impera. Se considerarmos que o poema foi escrito em meio à guerra colonial, vemos uma postura contrária à política de manutenção do império ultramarino: para o sujeito lírico, as terras africanas não fazem parte do pequeno território português. Elas são algo do qual o Portugal futuro pode prescindir. Há uma contraposição à imagem da "grande nação imperial do Minho ao Timor" (RIBEIRO, 2004, p. 171).

Quanto à territorialidade, Ribeiro explica:

> *Segundo esta ideologia, a fragmentação do império seria a morte de Portugal e, com ela, a morte de uma ideia de civilização ocidental, que tinha encontrado a sua grandeza e consequente centralidade numa política de expansão imperial [...]. Portugal, ao insistir na perpetuação da divisão do mundo em metrópoles e colónias – como se esta ordem que tinha estado na base da eurocentralidade da idade imperial não estivesse já irremediavelmente perdida – procurava imaginar-se num centro que já só era uma imagem dessa ordem passada e que só um discurso assinalavelmente anacrónico e desfasado da realidade poderia sustentar* (2004, p. 190).

Ainda nos versos do quinto arquissema, salienta-se a involução: a renovação de Portugal não começa da raiz aos ramos, mas "desde os ramos à raiz" (v. 13). É preciso destruir o que já está posto e começar tudo de novo, sobre novas bases, abandonando os velhos mitos fundacionais e a identidade nacional forjada a partir de interesses do Estado Novo. Explica-se, pois, a opção de Belo por dizer que o Portugal futuro é um país e não pátria, palavra ideologicamente carregada.

No sexto arquissema, as crianças voltam a ser mencionadas, evocando a alegria e a abertura à mudança que reinarão no Portugal renovado: "À sombra dos plátanos as crianças dançarão" (v. 14); "pode o tempo mudar será verão" (v. 16). Uma rima isolada é a do verso "e na avenida que houver à beira-mar" (v. 15). Aqui, o sujeito lírico segue evocando imagens de verão, florescimento, vida. É à beira-mar que o tempo do inverno pode mudar em verão. O verbo "mudar" aponta a transformação por que o Portugal do presente precisa passar a fim de se tornar o Portugal que o poema propõe. É nesse sentido que Belo caracteriza os poemas de Homem de Palavra[s] como "poesia de intervenção" (BELO, 2004, p. 244).

No último arquissema rímico, temos praticamente um dístico de fechamento. Após sentenciar que gostaria de ouvir o sino da matriz indicando a passagem das horas, o sujeito lírico rejeita esse desejo: "mas isso era o passado e podia ser duro / edificar sobre ele o portugal futuro" (v. 18 e 19). O desejo de ouvir o relógio da matriz representa a saudade da segurança, da certeza e do encantamento que a fé proporcionava; porém, o sujeito lírico sabe que, para edificar o Portugal futuro, é preciso abandonar as raízes. Os dois últimos versos – duros, como indica o v. 18 – rejeitam "a tradição das gerações mortas" (MARX, s.d., p. 6). Ao comentar seu poema no prefácio à segunda edição do livro, Ruy

Belo reconhece nos versos finais do poema que "estava disposto a renunciar ao passado como condição do futuro" (BELO, 2004, p. 248). Nesse novo tempo, o sino se torna um "objecto inútil", como diz o poema "Lugar onde" (BELO, 2004, p. 259).

Em "O portugal futuro", Belo dialoga com a interpretação gramsciana do marxismo:

> *Se para grande parte da tradição marxista, a revolução que conduziria à transformação da sociedade teria seu ápice a partir da tomada do Estado, para Gramsci os termos devem ser invertidos, antes de atacar o Estado-burguês seria necessário transformar a força cultural e política, tornando os ideais revolucionários hegemônicos, isto é, dirigentes da Sociedade Civil, dentro de um sistema de alianças. Esta batalha deveria ser travada no plano das ideias (científicas, filosóficas, religiosas, artísticas, etc), daí a importância do papel desempenhado pelo intelectual, pelo educador e pelo efeito multiplicador dos meios de comunicação social no sentido de mudar a mentalidade, divorciando-a dos sistemas de valores tradicionais e estabelecendo novos valores. É por isso que em Gramsci ganha importância a ideia de uma Reforma Intelectual e Moral, a fim de alcançar uma mudança de mentalidade nas sociedades ocidentais que se constituem de normas, crenças, critérios e convicções (*SILVA, s.d.).

É essa reconstrução intelectual e moral que Ruy Belo deseja e antevê. A mentalidade no Portugal futuro será nova; não mais se ouvirá o relógio da matriz – a ideologia católico-salazarista – a marcar a passagem do tempo e a determinar as horas do dia e os rumos da nação.

Considerações finais

A filosofia marxista, reveladora das falácias por trás dos discursos hegemônicos, traz luz ao questionamento da fé realizado por Ruy Belo em Homem de Palavra[s]. Ainda que não tenha adotado abertamente os conceitos marxistas, o poeta dialoga com vários deles; isso porque a ideia de um país livre de opressões "no se trata únicamente de una moral ni de una filosofía política" (PAZ, 1972, p. 259). A condenação da aliança entre religião e Estado e a opção pela vida material – país, poema, homem – possibilitam o vínculo entre a poética de Belo e as reflexões marxistas.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3.ed. Lisboa: Presença, 1974.

ANDRADE, Eugénio de. Ostinato rigore. Epitáfios. 9.ed. Porto: Limiar, 1984.

BELO, Ruy. *Todos os poemas*. 2.ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. v. 1.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

COELHO, Alexandra Lucas. *A juventude definitiva de Ruy Belo*, Público, Lisboa: 08 ago. 2003. Disponível em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/a-juventude-definitiva-de-ruy-belo-1160773>. Acesso em: 30 set. 2014.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GALIMBERTI, Umberto. *Rastros do sagrado.* São Paulo: Paulus, 2003.

LECOMPTE, Denis. *Do ateísmo ao retorno da religião: sempre Deus?* São Paulo: Loyola, 2000.

LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico.* Lisboa: Estampa, 1978.
MOISÉS, Massaud. Ruy Belo. In: _____. *A literatura portuguesa*.São Paulo: Cultrix, 2008.
MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte.* Disponível em: <http://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.
_____; ENGELS, Friedrich. A *ideologia alemã.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.
PAZ, Octavio (1956). *El arco y la lira: el poema, la revelación poética, poesía e historia.* 3.ed. México: Fondo de Cultura Economica, 1972.
QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos.* Porto: Typographia Commercial, 1871. Disponível em: <https://archive.org/details/conferenciasdem00quengoog>. Acesso em: 22 maio 2014.
REAL, Miguel. *Portugal: ser e representação.* Algés, Portugal: DIFEL, 1998.
RIBEIRO, Margarida Calafate. Epitáfio para os impérios: do lenho e dos barcos naufragados. In: _____. *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo.* Porto: Afrontamento, 2004. p. 167-257.
RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias.* 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
REVEZ, Jorge. *Os "vencidos do catolicismo": militância e atitudes críticas.* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Hc6yktZCiBcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11 mar. 2014.
SILVA, Anaxsuell Fernando da. *Ópio, conforto ou esperança? A concepção de religião em Gramsci.* Disponível em: <http://www.academia.edu/472225/%C3%93pio_conforto_ou_esperan%C3%A7a_A_concep%C3%A7%C3%A3o_de_religi%C3%A3o_em_Gramsci>. Acesso em: 03 dez. 2014.
TENÓRIO, Waldecy. *Escritores, gatos e teologia.* Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

Entre a literatura e história: considerações para uma abordagem materialista-histórica das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa

Rejane Vecchia Rocha e Silva[1]
Ubiratã Roberto Bueno de Souza[2]

Abstract: This study is a reflection on fundamental issues in historical paradigms built in Africa and its rupture. It is impossible to study critically african literatures of portuguese languages without considering their specificities political, social, economic and cultural. In this sense, the authors draw a critic route from colonialism to the proto nationalism and to the present days, revealing the literature as a symbolic representation of resistance, subversion and historical overcoming.
Keywords: african literatures; History; economics; ideology.

Resumo: Este estudo é uma reflexão em torno de questões fundamentais na afirmação histórica de paradigmas construídos na África e sua ruptura. Parte do reconhecimento da impossibilidade de situar-se criticamente diante das literaturas africanas de língua portuguesa sem que se considerem as estruturas políticas, sociais, econômicas, culturais e suas especificidades locais. Nesse sentido, traça um percurso crítico do colonialismo ao protonacionalismo e aos nossos dias, revelando a literatura como representação simbólica de resistência, subversão e superação histórica.
Palavras-chave: literaturas africanas; história; economia; ideologia.

O nosso pessimismo aumentou, mas permanece vivo e cheio de atualidade o nosso lema: pessimismo da inteligência, otimismo da vontade
(GRAMSCI, *L'Ordine Nuovo*, 04 de março de 1921)

Quero ser tambor
Ó velho Deus dos homens
Eu quero ser tambor
E nem rio
E nem flor
E nem zagaia por enquanto
E nem mesmo poesia
Só tambor ecoando a canção da força e da vida
Só tambor noite e dia
Dia e noite só tambor
Até à consumação da grande festa do batuque!
Ó velho Deus dos homens
Deixa-me ser tambor
Só tambor!
(José Craveirinha)

1 Universidade de São Paulo
2 Universidade de São Paulo

As reflexões em torno das literaturas africanas dos países de língua oficial portuguesa convocam de início um pressuposto teórico-metodológico básico: a ruptura de paradigmas construídos em relação ao continente africano no que diz respeito à formação e ao desenvolvimento das estruturas sociais locais e à disseminação de ideias e de conceitos em torno de tais sociedades. Partimos da observação das diversas formas de referência ao continente africano comumente ligadas às imagens de culturas exóticas, paisagens paradisíacas e animais selvagens. Sem dúvida, a construção de tais paradigmas procurou atender aos interesses dos países que se transformaram em potências econômicas e políticas desde o processo de exploração econômica de uma parcela do mundo que se divida em colônias sobretudo a partir do século XIX.

Para que seja possível construir uma crítica da cultura e da literatura que pretenda problematizar e contrapor-se a essas imagens seria necessário, portanto, questionar especificamente os interesses que levaram à construção de tais paradigmas, procurando considerar, pelo menos, alguns aspectos relevantes das estruturas sociais locais. É preciso atentar, por exemplo, para uma miríade de fatores remontados pela historiografia que estão no bojo do surgimento das literaturas nos países africanos de língua oficial portuguesa, e que não poderiam ser alienados de uma crítica da cultura sem que isso acarretasse algum prejuízo de uma visão mais sistêmica da cultura como um elemento social humano.

Neste sentido, não é possível situar-se criticamente diante das literaturas africanas de língua portuguesa sem atentar precisamente para as estruturas políticas, econômicas e culturais locais e suas especificidades; para a significativa pluralidade étnico-linguística dos espaços colonizados; para a história do continente africano anterior ao processo colonial; para as rotas comerciais e as migrações internas; para a exploração de diversos tipos de matérias-primas e fontes energéticas consoante aos diversos ambientes de exploração; para as disputas políticas e econômicas internas; para as sucessivas guerras que se organizaram frente a expansão comercial europeia; para as demarcações e disputas territoriais anteriores e posteriores à chegada dos sistemas colonialistas; para o comércio com o estrangeiro; para a partilha do continente; para o continente ocupado; para o modelo moderno de mão-de-obra escrava; para a implantação do capitalismo europeu e do trabalho alienado a partir das conjunturas específicas das sociedades locais e dos interesses econômicos estrangeiros; para os processos de independência; para a reorganização interna no período pós-independência; para as guerras deflagradas após as independências; para o neoliberalismo; para a economia de mercado.

Semelhante postura de conjugar os diversos aspectos políticos, econômicos e culturais numa análise sistêmica parece ter o historiador marxista Eric Hobsbawm, que busca compreender esse momento da história europeia, a que ele argutamente chama de "era dos impérios", conjugando uma série de fatores de ordem política, ideológica e social a um fator central econômico que, embora não seja o único determinante do colonialismo que derivou do imperialismo do final do século XIX, acaba por ser sempre o princípio e a finalidade desse empreendimento megalomaníaco das potências europeias. Neste sentido, Hobsbawm (1988, p. 100) declara que um motivo "geral" para o novo imperialismo do século XIX teria sido justamente a busca de mercados que, através de esforços de exportação, resolvessem os problemas econômicos relativos à superprodução oriunda das crises europeias da segunda metade do século. Além do escoamento dessa produção excedente, a busca por novas fontes de matérias primas, bem como o "imperialismo social"[3],

3 "A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista, a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado "imperialismo social", isto é, da tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras" (HOBSBAWM, 1988, p. 105).

são fatores decisivos para impulsionar o empreendimento colonial em terras cada vez mais remotas. Resulta disso que até o final do oitocentos um curto número de potências europeias terá distribuído seu domínio em colônias efetivas ou zonas de influência por quase toda a superfície do planeta, criando um gigantesco complexo comercial global (ibid., p. 95):

> *Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. Sem isso, não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do rio Congo, ou tivessem se empenhado em disputas diplomáticas em torno de algum atol do Pacífico. Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século.*

Além dos fatores políticos, econômicos e sociais que motivaram a expansão imperialista que, por sua vez, motivou o colonialismo, existem os fatores essencialmente culturais que decorrem do e ao mesmo tempo motivam o empreendimento. A cultura hegemônica do período dos impérios esteve num contato nunca antes visto com a imensa miríade de formações culturais absolutamente distintas da europeia e precisou formular posições e ideias em relação ao resto do mundo não europeu que, da mesma forma que formulasse uma concepção para o que poderia considerar como cultura – as organizações da vida cotidiana, de sociedade, a construção de conhecimento de cada comunidade –, precisou criar uma base ideológica, a partir daí, que justificasse a ação colonizadora (ibid., p. 118). É por isso que Edward Said pensa no fato colonial oriundo do imperialismo em face da cultura que se debate e se organiza a partir dele (SAID, 1995, p. 40):

> *Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como "raças servis" ou "inferiores", "povos subordinados", "dependência", "expansão" e "autoridade". E as ideias sobre cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais.*

A partir dessa fundamentação ideológica baseada nas motivações econômicas que lançaram o europeu em direção da partilha do mundo não europeu no final do século XIX, se seguiu a isso a pilhagem, o saque desmedido, a desorganização das sociedades, o assassinato e inúmeras outras formas de violência que acompanharam todos os colonialismos, desde seu auge na segunda metade do século XIX. Frantz Fanon alerta para essa possibilidade de visualizar as formas do colonialismo, solicitando a referência às razões materiais com as quais foram condicionados (FANON, 1975, p. 40-41):

> *Parecidas tentativas ignoran voluntariamente el carácter incomparable de la situación colonial. En realidad, las naciones que emprenden una guerra colonial no se preocupan de confrontar culturas. La guerra es un negocio comercial gigantesco y toda perspectiva debe ser relacionada a este criterio. La servidumbre, en el sentido más riguroso, de la población autóctona es su primera necesidad.*

> *Por esto se deben modificar sus sistemas de referencia. La expropiación, el despojo, la razia, el asesinato como objetivo se duplican en un saqueo de los esquemas culturales o, por menos, son condicionadas a este saqueo. El panorama cultural es desgajado, los valores burlados, borrados, vaciados.*

Justamente por isso é que os pensadores mais radicais da situação colonial não hesitaram em anunciar a morte da cultura dos povos colonizados. Com efeito, ao verem desmoronar aos seus olhos inúmeras formas de organização social que suportavam práticas culturais muito específicas, pouquíssimas outras analogias de linguagem lhes restariam senão a figura da morte. Aimé Césaire, por exemplo, reflete (1956, apud SANCHES, 2011, p. 258-259):

> *O mecanismo dessa morte da cultura e das civilizações sob o regime colonial começa a ser bem conhecido. Para desabrochar, toda a cultura precisa de um enquadramento, de uma estrutura. Ora, não há dúvida que os elementos que estruturam a vida cultural do povo colonizado desaparecem ou degeneram devido ao regime colonial. Trata-se, bem entendido, em primeiro lugar, da organização política. Pois é preciso não perder de vista que a organização política que um povo se outorgou livremente faz parte, e num grau eminente, da cultura deste povo, cultura que, por outro lado, ela condiciona. [...]*
> *Trata-se da limitação da civilização colonizada, supressão ou do abastardamento de tudo o que a estrutura. Como não nos admirarmos, nestas condições, com a supressão daquilo que é uma das características de qualquer civilização viva, a faculdade de renovação?*

É possível observar, portanto, que a afirmação histórica de determinados paradigmas surge como uma forma discursiva de legitimação no campo da cultura de uma empresa de ordem econômica, que buscava estabelecer seu domínio de cunho explorador numa escala mundial. Trata-se, portanto, de perceber como o imperialismo europeu no continente africano se constrói como processo de expansão capitalista que atinge as formações sociais locais provocando uma progressiva transformação de suas realidades materiais até serem absorvidas pela realidade sistêmica colonialista sobretudo a partir da partilha do continente em finais do século XIX e início do século XX. Nota-se, então, cada vez mais uma significativa e acentuada produção simbólica afinada aos interesses metropolitanos, portanto oficial, e que se ocupará de alimentar o imaginário mundial com suas correspondentes ideologias.

Como alerta o historiador Joseph Ki-Zerbo (1999, p.9), a História do continente africano passa a ser considerada como "mero apêndice" da História dos países europeus, bem como os modelos sociais anteriormente estabelecidos se tornam sempre reduzidos a algo menor que uma sociedade, e sua cultura somente como "usos e costumes". Acompanha-se, desse modo, a movimentação da mundialização econômica também em territórios africanos onde serão ali definidas a partir das novas (e impostas) relações político-econômicas as estruturas sociais e jurídicas internas. Vale recordar as observações feitas por Karl Marx e Friedrich Engels (1984, p. 44-45) em relação ao movimento mundial da expansão da economia capitalista:

> *Quanto mais se expandem, no curso deste desenvolvimento, os diversos círculos que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento original de cada nacionalidade é aniquilado pelo modo de produção e o intercâmbio já formados e pela divisão do trabalho entre as diferentes nações assim naturalmente produzida por eles, tanto mais a História se torna História Mundial, pelo que, por exemplo, quando na Inglaterra é inventada uma máquina*

> *que deixa sem pão inúmeros operários na Índia e na China e transforma profundamente toda a forma de existência destes impérios, este invento torna-se um fato histórico-mundial (...). Daqui decorre que esta transformação da história em história Mundial não é, de modo algum, um mero ato abstrato da "Consciência em Si", e do Espírito do mundo ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato totalmente material, demonstrável empiricamente, um ato cuja prova é fornecida por cada indivíduo no seu dia-a-dia, ao comer, ao beber e ao vestir-se.*
> *Na História até aos nossos dias é, sem dúvida, igualmente um fato empírico que cada um dos indivíduos, à medida que a atividade se alarga à escala histórico-mundial, fica cada vez mais escravizado sob um poder que lhe é estranho (cuja pressão eles imaginaram como chicana do chamado Espírito do mundo, etc.), um poder que se tornou cada vez mais desmedido e que em última instância se legitima como o* ***mercado mundial****.*

Tal conjuntura histórica precisa ser tomada como ponto de partida se quisermos observar, dentro dos mecanismos de implantação do sistema capitalista mundial, como as estruturas sociais internas do continente africano, dentro de suas respectivas e múltiplas especificidades culturais e históricas, foram capazes de potencializar seus mecanismos de ação e de reação às novas formas de poder implantadas e como o campo cultural ou da produção simbólica, portanto extraoficial, estará inevitavelmente implicado neste processo. Mas, nesse caso, o campo cultural e o campo econômico estão entrelaçados nesse percurso crítico que temos proposto.

Essa vinculação da produção cultural às condições econômicas que a motivam é um ponto central das teorias do materialismo histórico. Muitas vezes considerada numa lógica binária e determinista que buscava separar as sociedades humanas entre uma infraestrutura econômica determinante de uma superestrutura, que seriam as atividades do espírito humano relacionadas às formas institucionais e jurídicas que permitiriam a conservação da dinâmica do poder, essa relação entre base econômica e a constituição das sociedade precisa aqui ser vista numa lógica mais flexível e dialética. Para retomar algumas questões levantadas por Raymond Williams, vale citar as seguintes considerações deste teórico acerca das relações complexas entre infraestrutura e superestrutura (1979, p. 84-85):

> *Mas o que está errado nisso [a simples projeção de uma base/infraestrutura e uma superestrutura] é a sua [de Plekhanov] descrição desses elementos como "sequenciais", quando na prática são indissolúveis: não no sentido de que não se podem distinguir para finalidades de análise, mas no sentido decisivo de que não constituem áreas ou elementos separados, mas o todo, as atividades e produtos específicos de homens reais. Isto é, as categorias analíticas, como ocorre com frequência no pensamento idealista, tornaram-se (quase despercebidamente) descrições substantivas, que têm prioridade habitual sobre todo o processo social ao qual, como categoria analítica, se procuram dirigir. Analistas ortodoxos começaram a pensar na "infraestrutura" e "superestrutura" como se fossem entidades concretas separáveis. Com isso, perderam de vista os próprios processos - não relações abstratas, mas processos constitutivos - que o materialismo histórico deveria ter, como sua função especial, ressaltado.*

E vale ainda retomar as reflexões deste teórico acerca do conceito de "determinação" (1979, p. 91):

> *A "sociedade" não é nunca, então, a "casca morta" que limita a realização social e individual. É sempre também um processo constitutivo com pressões muito poderosas que se expressam em formações políticas, econômicas e culturais e são internalizadas e se tornam*

> *"vontades individuais", já que tem também um peso de "constitutivas". Esse tipo de determinação - um processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões - está na própria totalidade do processo social, e em nenhum outro lugar: não num "modo-de-produção" abstrato, nem numa "psicologia" abstrata. Qualquer abstração do determinismo, baseada no isolamento das categorias autônomas, que são consideradas como controladoras, ou que podem ser usadas para a previsão, é então uma mistificação de determinantes específicos e sempre correlatos que constituem o processo social real - uma experiência histórica ativa e consciente, bem como, por omissão, passiva e objetivada.*
> *O conceito de "superdeterminação" é uma tentativa de evitar o isolamento de* ***categorias*** *autônomas, mas ao mesmo tempo de ressaltar* ***práticas*** *relativamente autônomas, e não obstante, interativas, é claro. Em suas formas mais positivas - isto é, no seu reconhecimento de forças múltiplas, e não das forças isoladas dos modos ou técnicas de produção, e em seu reconhecimento dessas forças como estruturadas, em situações históricas particulares, e não como elementos de uma totalidade ideal, ou pior ainda, simplesmente adjacentes - o conceito de "superdeterminação" é mais útil do que qualquer outro, como meio de se compreender situações vividas historicamente e as complexidades autênticas da prática.*

Já que a produção simbólica colonial encontra-se essencialmente imbricada com as condições econômicas e materiais que motivam seu surgimento de acordo com os interesses do poder estabelecido politicamente em países do continente africano, bem como um discurso contra hegemônico surge por oposição franca àquele etnocentrista, desencadeiam-se, assim, as possibilidades de aproximação no campo de um discurso crítico a respeito dessas produções entre as realidades simbolicamente construídas pela estética e as realidades históricas dos países africanos de língua oficial portuguesa. O objetivo dessa aproximação visa problematizar, sobretudo, questões relativas às experiências econômicas, políticas, históricas, sociais e culturais desses países, na medida em que o processo de expansão imperialista europeu carrega para diferentes espaços do continente africano novas formas de organização, transformando paulatinamente as relações político-sociais internas sob o signo da opressão e da espoliação. Diante desta etapa do colonialismo, cujas formas de dominação política e econômica demarcaram novas fronteiras entre a opressão e a subversão, as sociedades locais viram-se frente a frente à necessidade de buscar suas saídas no embate com o poder político metropolitano. A literatura surge então como espaço fundamental da produção simbólica para o debate/embate relativo às realidades de opressão passadas e presentes.

É possível observar, portanto, a organização sistemática de uma intelectualidade que há de afirmar, paulatinamente, cada vez mais a necessidade da construção de uma consciência endógena que ainda sob as condições de opressão metropolitana inicia a construção de suas trincheiras no campo simbólico e por intermédio de poemas, contos e romances, transitando entre esses diferentes gêneros literários, acaba por afirmar-se dialeticamente no contexto literário desses países em que as questões político-históricas estarão significativamente presentes nas mais diversas formas discursivas de organização estética desses textos. As raízes desse tipo de pensamento são antigas: vozes dissonantes ao projeto português do ultramar existem desde antes do século XIX. A partir do século XX, no entanto, tomam a forma daquilo que Mário Pinto de Andrade chama de protonacionalismo, que, através de continuidades e rupturas, desembocarão num pensamento verticalmente crítico a respeito da colonização portuguesa em África, segundo afirma (ANDRADE, 1997, p. 185-186):

> *A linha de continuidade situa-se no plano dos temas essenciais do discurso político e da práxis, considerados num outro contexto e carregados de conteúdos diferentes. Com efeito, a problemática inerente ao sistema colonial recolocar-se-á durante largo tempo em termos*

> *da dicotomia indígena/ assimilado, da permanência apenas dissimulada do trabalho obrigatório, do esbulho das terras ou do acesso à instrução. [...]*
> *Mas o protonacionalismo, na sua essência, foi produtor de um discurso com uma finalidade ilusória: assumindo-se como negros cultos, no molde ocidental, sujeitos da nação portuguesa e legalistas, esses ideólogos [...] não tinham atingido o grau crítico de compreensão lógica do sistema colonial português.*
> *E aí reside, precisamente, o ponto de ruptura que será expresso pela geração que fará a sua entrada na cena da história, nos anos imediatos à segunda guerra mundial.*

O movimento que levaria à criação de uma *intelligentsia* africana que conseguisse representar de fato uma ruptura com as manifestações nacionais do início do século, no entanto, parece ter seguido um caminho paulatino, embora baseado sempre na opressão da cultura residual africana em face da hegemonia desempenhada pela cultura do colonizador. O protonacionalismo está relacionado com a ínfima elite letrada fruto das primeiras orientações assimilacionistas da presença portuguesa em Moçambique (os velhos assimilados). A consciência crítica sobre a colonização parece surgir concomitante ao surgimento de um novo tipo de assimilação informal que foge ao controle efetivo do aparato colonial. Trata-se das populações periurbanas da colônia, em contato franco com a "modernidade", uma vez que sua força de trabalho era solicitada para a manutenção de serviços no interior da sociedade urbana. A relação que esse grupo alimenta com a cultura ocidental parece seguir uma chave mais subversiva, por assim dizer, como explana Cabaço (2009, p. 142): "as populações periurbanas da colônia, juridicamente *indígenas*, são a evidência de que, a par da política de *assimilação* decorria um processo espontâneo de mudança cultural, no qual os subsídios de 'modernidade' da sociedade colonizadora eram menos *imitados* e mais *apropriados*".

É possível afirmar que em Angola e Moçambique, por exemplo, em fins do século XIX registraram-se, na imprensa local que então se formava, as primeiras intenções do que posteriormente se confirmaria como uma literatura de resistência, na medida em que alguns desses periódicos locais começam a publicar artigos, crônicas, poemas e contos cujos conteúdos manifestam uma perspectiva crítica contra uma estrutura social e política que funcionava em defesa dos direitos da metrópole portuguesa. Serão, portanto, esses periódicos que desde fins do século XIX (ainda timidamente) e ao longo do século XX (agora então sob forte repressão do governo de Salazar) organizarão os caminhos para a consolidação de uma resistência local – enfaticamente marcada pela produção cultural desses países – ao poder colonial.

Portanto, em comum, inevitavelmente, Angola e Moçambique apresentam-se circunscritos inicialmente dentro dos limites rígidos da opressão colonial em que o papel de uma literatura contestadora se torna fundamental. Assim, a formação de uma significativa produção literária antenada para tais questões e transformada em campo de debate ao regime de repressão que as cercava, de certa forma, enlaça e aproxima as produções desses escritores que apresentam certa pretensão a uma construção de uma outra realidade para seus respectivos países. Nesse sentido, é importante observar as possibilidades de resistência que se constituíram no campo da produção cultural e nas imbricações possíveis entre essas duas realidades. Esse contexto de opressão e necessidade de subversão da lógica opressiva através do discurso literário gera novas formas estéticas que hoje podem ser analisadas em relação a todo esse contexto.

Um discurso crítico que pretenda considerar todo o contexto aqui descrito que favorece ao surgimento de literaturas africanas em língua portuguesa nos antigos espaços coloniais

dominados pelo Portugal imperialista, precisa, necessariamente, estar atento aos sinais simbólicos de subversão e resistência que estarão sinalizando, de dentro da realização estética dos textos literários, para todo uma história de opressão e pilhagem. Por isso, uma crítica que parta dos pressupostos do materialismo histórico, que, justamente, não aliena a produção cultural das bases econômicas de uma sociedade, precisa ser uma crítica de interface transdisciplinar entre Literatura e História, num sentido lato, mas que esteja pronta a perceber as contradições, os impasses e as cisões que, de dentro do texto literário, sinalizam para esses mesmos impasses no campo da economia e da política de períodos temporais específicos em cada um dos casos. E os textos literários africanos de língua portuguesa são sempre ensejos riquíssimos para que a História possa ser visualizada a partir da estética, uma vez que os próprios escritores que produziram esses textos partiram de diversas formas de engajamento neste intento. Vale ao crítico procurar investigar como esse engajamento produziu formas discursivas e organizações estéticas instigantes e inovadoras a partir da intenção e da denúncia.

Na poética de Noémia de Sousa, por exemplo, a presença de um eu-lírico enunciativo que se constrói performaticamente no corpo do poema por contraposição diferencial a um interlocutor opressor é uma característica evidente. No poema "Nossa voz" (1949), por exemplo, esse eu-lírico, apresentado na primeira pessoa do plural, atribui a essa enunciação um caráter coletivo. A verborragia dos versos longo de sintaxe direta e crua, para tratar da voz que se ergue, soa como uma multidão que clama contra o egoísmo dos homens que, não por acaso, ganha um epíteto: é branco, numa evidente transferência de predicação que provoca uma ardilosa reflexão. Vejamos os versos:

Nossa voz
[...]
Nossa voz ergueu-se consciente e bárbara
Sobre o branco egoísmo dos homens
Sobre a indiferença assassina de todos
[...]
Nossa voz, irmão!
nossa voz atabaque chorando.

Ora, existe um jogo, um embate entre os predicativos que adjetivam a voz coletiva que se enuncia, por um lado, e o obstáculo sobre o qual essa voz se "ergue", por outro. Neste embate predicativo, a esse "nós" são atribuídas as características de "consciente e bárbara", enquanto os obstáculos se transformam de "egoísmo" a "indiferença". A indiferença é "assassina", e curiosamente, o egoísmo é "branco". Bem, não são os homens que são brancos, mas sim um tipo de atitude ética à qual é atribuída uma cor, ou, por conseguinte, uma característica étnica. Não há como não pensarmos que esses versos configuram-se dessa forma justamente por que tem em seu bojo uma matéria social: o clima tenso das relações humanas no universo colonial que tinha suas bases na discriminação étnica e cultural como forma de legitimação da empreitada imperialista. Dessa forma, contra uma suposta "estupidez inferior" que, segundo a lógica etnocêntrica caracterizaria as comunidades negro africanas, há, sim, uma voz "consciente" que se orgulha em se enunciar positivamente naquilo que para o europeu é defeito e atraso. Desviando dos sinais da opressão (o egoísmo branco e a indiferença assassina), essa voz se ergue e clama coletivamente e fraternalmente para todos os seus semelhantes. Como não perceber neste poema, além de tudo, a carregadíssima metalinguagem, uma vez que essa voz coletiva é bem um símbolo

da própria poesia que, cifrada em metáforas, traz em seu bojo poético sua denúncia?

Não raro a poesia africana de língua portuguesa produziu formas em que a projeção futura que supera a opressão do tempo presente é o sinal que move todo o poema. Na poesia angolana, o exemplo de Agostinho Neto parece aliar a mesma consciência étnico cultural que vimos no poema de Noémia de Sousa, desta vez ampliada para além da questão do negro em África, mas também para outras dimensões em que outras formas de opressão permitiam ao poeta irmanar-se numa grande fraternidade, almejando por um futuro condicionado à força, oriunda da revolta presente. Vejamos neste conhecido poema também de 1949:

Aspiração
[...]
E nas sanzalas
nas casas
nos subúrbios das cidades
para lá das linhas
nos recantos escuros das casas ricas
onde os negros murmuram ainda

O meu Desejo
transformando em Força
inspirando as consciências desesperadas.

As correspondências propostas para a análise conjunta de obras ficcionais de escritores do continente africano partem, paradoxalmente, ao encontro de uma possível compreensão, na verdade, das especificidades que cercam as realidades materiais de cada país e apresentam como ponto de partida evidentemente a própria literatura. A literatura produzida nessa fase inicial, então, problematiza esteticamente de diversas formas as condições materiais da vida dentro dessas sociedades por intermédio de discursos e de personagens que trazem consigo, em comum, além do desejo de transformação, a compreensão da história como um processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade manifesta intrinsecamente suas contradições, gerando condições históricas específicas na medida em que se vêem inscritas dentro de um mecanismo histórico-econômico capitalista maior e cujas realidades devem responder ainda que subjugadas ao poder político-econômico metropolitano.

Observar a partir da representação ficcional de que forma a estrutura social surge problematizada nos parece um percurso fundamental para as questões históricas que vão se apresentando ao longo da leitura também a partir da vida das personagens ali entrincheiradas. Romances como *Nós, os do Makulusu, Nosso musseque, A vida verdadeira de Domingos Xavier* são algumas das narrativas exemplares de José Luandino Vieira que acolhem as perspectivas críticas que se constituem no texto literário para acenar ao leitor as contínuas possibilidades de aproximação entre a Literatura e a História na medida em que esta se constitui significativamente como fio condutor da narrativa literária proporcionando um ensejo riquíssimo para o crítico que, em face de uma postura materialista, se lance e estabelecer um diálogo entre os dois campos dos saberes.

Por meio da representação literária, portanto, estendem-se para a atualidade os debates em torno das contradições internas provocadas pela expansão e implantação do modelo capitalista nesses territórios; pelas especificidades históricas de consolidação dos grupos políticos locais e suas definições ideológicas; pela afirmação de uma intelectualidade local

responsável pela representação/produção simbólica alimentada por uma conjuntura interna inerente a sua realidade. Na esteira dessas questões, o espaço ficcionalmente descrito emerge problematizando sistematicamente os entraves relativos às contradições entre os países denominados emergentes e as chamadas potências economicamente hegemônicas e também traz à tona a atual crise do sistema financeiro capitalista na medida em que evoca novas aberturas quando se trata da incursão de novos mercados financeiros entre os já consagrados europeu e norte-americano. Para citar alguns exemplo, vale lembrar romances como *O último vôo do flamingo, O outro pé da sereia, Antes de nascer o mundo* de Mia Couto, *Campo de trânsito* de João Borges Coelho, ou ainda, *Predadores, O quase fim do mundo* de Pepetela ou os livros de contos *Filhos da Pátria* e *The serial killer* de João Melo.

A produção literária, dessa forma, vem se mantendo historicamente mobilizada pelas questões sociais, focalizando formas do comportamento político em sociedades do continente africano que foram sendo inscritas na ordem do capitalismo mundial e tais formas de representação, enquanto realidades discursivas, estabelecem inevitavelmente vinculações entre o contexto textual (ficcional) e a realidade material (de acordo com as configurações histórico-culturais, portanto). Assim sendo, o estudo das relações entre Literatura e História se faz diante das solicitações ideoculturais de momentos políticos - do passado e do presente - em que se observa a tentativa de deflagrar também nas linhas da ficção as possibilidades não só da contestação mas da própria superação do momento histórico. Nesse sentido, é possível perceber a acentuada relação entre a prática histórica (articulada pelos próprios escritores) e a narrativa ficcional, ao se considerar aspectos propriamente estéticos da composição de romances e contos, por exemplo, mediados sistematicamente pela presença de uma História extra-literária capaz de potencializar significativamente a narrativa ficcional.

Assim, os projetos literários de escritores de Angola e de Moçambique, por exemplo, apontam, gradualmente, para contextos de opressão em que a recriação ficcional de tais realidades se volta para elementos comuns no que diz respeito, primeiro, à rejeição aos sistemas de poder, incidindo sobre uma perspectiva política de contestação, enquadrada em expectativas relativamente próximas de combate ao regime salazarista, de construção de uma visão de mundo endógena capaz de abarcar, de certa forma, a especificidade própria dos contextos históricos africanos que viviam.

Historicamente tais literaturas estabeleceram inevitavelmente uma discussão com o poder político e constituíram-se como uma prática verbal capaz de superar as formas de interdição e de opressão. Trata-se, assim de literaturas entendidas como transgressão e questionamento, e que, enquanto discurso, estão alheias de suas situações sociais concretas. Portanto, dentro de um contexto em que as práticas artísticas acabam por acolher a dimensão da contestação e o debate/embate com as estruturas do poder, a literatura começa por definir os caminhos que serão tomados dentro do cenário literário desses países.

Vale observar, também, a relação intratextual que aproxima significante e significado e, em seguida, estabelecer uma relação intertextual das palavras e dos códigos culturais exteriores ao texto. Portanto, é possível perceber através das descrições das personagens, por exemplo, as escolhas linguísticas realizadas para compor as caracterizações dessas personagens – trabalho exemplar elaborado por Luandino Vieira - e, sobretudo, das periferias como é o caso dos musseques (à margem dos centros urbanos, da cidade de cimento) ou do interior de Angola (como é o caso da Lunda detalhada por Soromenho). Temos, então, a construção polifônica de vozes que irão compor o quadro dialético das expectativas sociais, políticas e econômicas, confluindo das margens para os centros de

cimento e negando o português formal para construir um código transgressor dentro da mesma língua para trazer à tona o outro sujeito que por essa mesma língua, ainda que subversivamente, circula.

É também possível observar as estruturas temáticas que se organizam ao longo dos textos e os códigos culturais que aos poucos revelam várias formas de ser e estar no mundo – a partir das diversas perspectivas das populações locais - mas que compartilham uma certa aflição que as condições de escassez imprimem. Dessa mesma forma, as personagens se iluminam através de sua auto percepção enquanto emergem em diálogo explícito ou implícito com os outros. A personagem percebe as suas possibilidades de inserção social e a partir de uma polifonia discursiva evocada, em que as outras vozes vão cada vez mais se assomando, ajustando-se às falas mais comuns do cotidiano, partindo ao encontro de uma espécie de conscientização coletiva operada, também, sem dúvida, por uma certa memória coletiva que registra a história de suas populações a partir de um mesmo espaço de origem e de um passado de certa forma compartilhado.

Partindo do pressuposto de que a questão social é abordada na produção ficcional dos escritores o que, evidentemente, pressupõe uma análise de seu tempo e de sua sociedade, e que tais escritores realizam a representação de formas do comportamento político, podemos inferir que se estabelece uma relação entre o autor e uma dada realidade objetiva, chegando ao que Balibar e Macherey afirmam sobre as potencialidades sociais e políticas da literatura, quer dizer: uma literatura concebida como uma realidade histórica, na sua própria forma e que a análise científica procura apreender (Balibar & Macherey, 1976, p.26). Isso quer dizer que, para uma análise que se pretenda nutrir de elementos do materialismo histórico, a ideia de conceber uma literatura em que se busca correspondências referenciais, implica, evidentemente, a consideração de um índice de realidade da literatura.

Dessa forma, a literatura surge de uma prática social que se revela na importância dada aos fatos históricos que ela procura abarcar. Sua ficção cria o efeito literário de uma perspectiva do real, de um mundo do qual, nem por meio da alegoria, ele consegue fugir. Nesse aspecto, ainda segundo Balibar e Macherey, uma *"concepção marxista inscreve, pois, a literatura no seu lugar no sistema completo (...) das práticas sociais reais"* (Balibar & Macherey, 1976, p.26).

A literatura, desse modo, representaria essa dialética que procura veicular conhecimento, mesmo que para isso não consiga escapar aos tipos de ideologia que se interpõem entre realidade e ficção. Afinal, verificar na literatura essas formas ideológicas não significa restringi-la a conceitos pré-estabelecidos, mas indicar uma conformação particular e a força justamente de um campo ideológico dentro do qual se encontra. Dentro dessas perspectivas, inserir os escritores africanos de língua portuguesa no contexto histórico e literário de seus respectivos países significa repensar essas questões dentro de uma conjuntura dada e uma já determinada especificidade.

Não cabem, evidentemente, automatismos para a relação estabelecida entre Literatura e História, partes constitutivas de um sistema maior. No entanto, é interessante ressaltar as aproximações que se tornam possíveis, numa leitura que pretenda preservar as características específicas de cada uma dessas disciplinas. A Literatura que, segundo Candido: *é "um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas"* (CANDIDO, 1989, p.163). Essa interação é que aponta para a possibilidade da literatura propiciar o conhecimento histórico de uma certa realidade,

através de um documento cultural que não pretende reduzir sua leitura a uma possível objetividade precisa e indiscutível mas que permite, sem dúvida, estabelecer um intercâmbio ou certos empréstimos entre as áreas das Ciências Humanas.

No entanto, no âmbito da História, especificamente, cabe também levantar o problema de como estabelecer o intercâmbio entre essas duas disciplinas. Os historiadores positivistas não reconheciam nos textos literários a possibilidade de identificar um certo conteúdo de conhecimento, uma vez que se trabalhava com a ficção/criação e não com a realidade objetiva dos fatos. Assim, uma literatura ou uma narrativa ficcional capaz de revelar uma problematização histórica, evitaria ou contornaria o hábito da "objetividade", distanciando-se da descrição e da análise objetiva dos fatos, pois a essa objetividade correspondia o fator determinante da impessoalidade e o rompimento final com qualquer característica pragmática da interpretação, própria da História. Os pronomes na primeira pessoa do singular, por exemplo, eram totalmente abolidos do texto histórico, para que não houvesse o menor risco de uma interpretação pessoal do fato.

Nesse sentido, a história social procurou avaliar não só a maneira como organiza e pensa a narrativa histórica, como também, pelas fontes que utiliza. Procurando trazer à luz novos conceitos, distanciou-se cada vez mais dos antigos dogmas para acolher a ideia de que a sociedade pode representar, segundo Lacapra: "*o estágio final de toda pesquisa histórica, revelando um maior interesse pelas funções dos sistemas simbólicos e das práticas significativas na formação da própria sociedade"* (LACAPRA, 1990, p.117).

E entre elas, evidentemente, a Literatura.

Em relação às especificidades históricas do continente africano, vale lembrar as observações feitas por Joseph Ki-Zerbo (1999, p. 34) em relação à concepção da História:

> *A própria concepção da história deve ser discutida a propósito da África. Com frequência se disse que a história é uma ciência e que os Africanos não deviam fazer dela uma paixão. Esta distinção é eminentemente pobre no seu esquematismo. A história é uma ciência humana que anda à procura de um certo grau de certeza chamada moral ou de probabilidade que lhe permita reconstituir e explicar o passado do homem. A história é uma verdadeira ciência, e não apenas uma "pequena ciência conjectural". Mas a história não é apenas ciência. Seria inconsciência ou hipocrisia pretendê-lo, porque, mesmo nas ciências chamadas exactas a verdade permanece relativa. O destino do homem consiste em procurar a verdade e em se aproximar o mais possível deste ideal. [...] Os melhores historiadores reconhecem também que ser historiador é escolher o seu tema, os seus centros de documentação, as suas fontes, os seus argumentos, a sua apresentação, o seu estilo... e o seu público. Todos esses fatores de eleição sutil do ambiente social e dos preconceitos, mostram bem a parte de subjetividade do trabalho histórico. A partir do momento em que escolhe a todos estes escalões, o historiador procura não somente a Verdade, mas também a "sua" verdade. Foi por essa razão que os maiores historiadores sempre tomaram partido nos seus livros, como na sua vida. O grande Prof. Marc Bloch, fuzilado pelos nazis, é um exemplo entre muitos outros.*

Dessa forma, dentro da perspectiva da historiografia, a literatura pode, então, ser considerada uma fonte documental uma vez que carrega as conformações de uma dada realidade ali representada, no entanto, alimentada por outra, a material que a circunda. Na literatura, é através das personagens, da representação da vida social, do assunto abordado, do tempo e do espaço propostos que o historiador encontra também o campo adequado para a sua pesquisa, transformando o campo simbólico em matéria viva para a compreensão histórica de determinadas estruturas sociais.

De acordo com Marx (1984, p. 48–49):

> *Ao contrário da visão idealista da História, não tem de procurar em todos os períodos uma categoria, pois permanece constantemente com os pés assentes no* ***chão*** *real da História; não explica a práxis a partir da ideia, explica as formações das ideias a partir da práxis material, e chega, em consequência disto, a este resultado; todas as formas e produtos da consciência podem ser resolvidos não pela crítica espiritual, pela dissolução na „Consciência em Si" ou pela transformação em "aparições", "espectros", "manias", etc., mas apenas pela transformação prática (revolucionária) das relações sociais reais de que derivam estas fantasias idealistas - a força motora da história, também da religião, da filosofia e de todas as demais teorias, não é a crítica, mas sim a revolução. Ela mostra que a história não termina resolvendo-se na "Consciência de Si" como "espírito do espírito" [na expressão de Bruno Bauer] mas que nela, em todos os estágios, se encontra um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e dos indivíduos uns com os outros que a cada geração é transmitida pela sua predecessora, uma massa de forças produtivas capitais e circunstâncias que, por um lado, é de fato modificada pela nova geração, mas que por outro lado também lhe prescreve as suas próprias condições de vida e lhe dá um determinado desenvolvimento, um caráter especial - mostra, portanto, que as circunstâncias fazem os homens tanto como os homens fazem as circunstâncias.*

Na medida em que uma das questões refere-se, justamente, às aproximações entre Literatura e História, vale reforçar que também a partir da perspectiva literária, a ficção vai além de suas formas marcadamente estruturais, dialogando e interagindo com outras áreas das Ciências Humanas, e considerando sobretudo sua própria integridade enquanto manifestação estética e independente. Assim, as obras indiciam a trajetória de seu respectivo autor, apresentam um narrador construído no interior do próprio romance, por exemplo, em direção a um interlocutor (o leitor), cujo olhar pode ou não orientar, mas revelando, através da representação artística, concomitantemente, contextos político-sociais particulares.

Para além das primeiras linhas de combate ao sistema colonial produzidas pelos escritores em seus primeiros romances e que procuravam tensionar/contestar no campo literário, também, as relações históricas de poder instauradas pelo governo de Salazar, vale refletir acerca dos romances mais recentes em que os escritores têm procurado problematizar as condições materiais da realidade presente intensificando cada vez mais a crítica em relação aos novos donos do poder dentro e fora de seus países e como as novas demandas mercadológicas mundiais vem atingindo as estruturas sociais internas.

Assim, na afirmação de uma leitura crítica que torna essencial a compreensão não só do que significou sobreviver dentro dos regimes ditatoriais mas também na compreensão da contemporaneidade, a produção literária desses países registra a materialidade da vida como tônica significativa para as relações que a literatura procura criar e dar sentido.

Estabelecendo um recorte temporal que se organiza sobretudo a partir do sistema colonial, das guerras de libertação deflagradas em 1961 (Angola) e 1964 (Moçambique), das independências conquistadas em 1975 e das guerras posteriores, é possível notar que as problematizações propostas em relação às sociedades angolana e moçambicana, por exemplo, encontram também no campo ficcional o espaço propício para os questionamentos que buscam a compreensão das tensões dialéticas desses espaços sociais específicos. Vislumbrando as possibilidades não só da independência como também da reorganização social desses países cujos horizontes desenhavam-se em torno das utopias

libertárias das décadas de 60 e 70, os escritores tecem uma profunda análise das condições sociais e das possibilidades de ruptura e emancipação de suas respectivas realidades. Descrevem os estertores do sistema colonial mas, seguindo as mesmas orientações de seus projetos literários anteriores, trazem a agonia dos tempos atuais.

Assim, ao analisar as obras desses escritores, é possível reunir, por meio de suas narrativas, as vozes que se organizaram dentro e fora das malhas da ficção, no combate às diferentes formas de poder que marcaram a história de suas sociedades. Esses escritores, buscando construir uma atmosfera na literatura para as questões que cada vez mais ocupavam as preocupações gerais de combate ao regime político, intensificaram as discussões que se recusavam e se recusam a aceitar os projetos políticos impostos e acabam por se organizar em torno de projetos literários que procuram descrever e discutir cada vez mais as condições materiais dentro das quais emerge uma literatura voltada para a vida social. Assim, abrigando os projetos de liberdade que mobilizaram as discussões de seus escritores no passado, ainda é possível notar a presença, referida nos textos, de uma certa utopia libertária que se pretende construir a partir da resistência às forças do chamado neoliberalismo atual.

Referências

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique:* identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios.* São Paulo: Ática, 1989.

CÉSAIRE, Aimé. Cultura e colonização. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *As malhas que os impérios tecem.* Lisboa: Edições 70, 2011.

FANON, Frantz. *Por la revolución africana.* Mexico (D.F.): Fondo de Cultura Económica, 1975.

GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno e lo diverso – introducion a la literatura comparada.* Barcelona: Editorial Crítica, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875 – 1914).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra.* Portugal: Publicações Europa-América, 1999.

LACAPRA, Dominick. *Revista de História.* Campinas: Editora Unicamp: nº 2/3, 1991.

MACHEREY, Pierre & BALIBAR, Etiénne. *Sobre a literatura como forma ideológica: algumas hipóteses marxistas.* Lisboa: Acádia, 1976.

NETO, Agostinho. *Sagrada esperança.* Luanda: Edições Maianga, 2004.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo.* São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SOUSA, Noémia de. *Sangue negro.* Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Resenha:

O *ESTADO E A REVOLUÇÃO:* O QUE ENSINA O MARXISMO SOBRE O ESTADO E O PAPEL DO PROLETARIADO NA REVOLUÇÃO[1]

Luciana Vedovato[2]

O texto de Lenin não é necessariamente inédito, do ponto de vista da revisão da literatura leninista. O que a tradução de Aristides Lobo apresenta para os leitores é uma precisão em relação aquilo que realmente foi escrito pelo estadista russo. Talvez pelo fato de que o próprio tradutor também fosse um membro do Partido Comunista Brasileiro, assim, a tradução não passa apenas pela literalidade, mas apresenta-se como uma obra rica e detalhada, especialmente no que se refere ao contexto de produção leninista que fica presente durante toda a obra, do entendimento de Lenin sobre as questões surgidas com o proletariado no poder, ocupando o Estado.

Contudo, cabe uma ressalva: não se trata de uma leitura introdutória ao método leninista, assim, para compreender Estado e Revolução é preciso adentrar em outros textos importantes de Lenin, como, por exemplo, *Sobre a aliança operária e camponesa* – textos de 1899/1921 que apresenta questões sobre como a Rússia organizou a distribuição de terras depois da reforma do sistema feudal e como tal distribuição lançou os camponeses em um estado de penúria cuja alternativa para não morrer era a luta e a aliança com o proletariado já organizado. Outros textos que estabelecem um diálogo com *Estado e Revolução* são *Crítica ao programa de Gotha*[3]*, Manifesto Comunista, A sagrada família* e outros que serão mencionados ao longo da resenha. Também é preciso lembrar que a morte prematura de Lenin fez com que alguns dos seus questionamentos mais profundos sobre como o proletariado ocuparia o Estado e o poder não foram suficientemente esclarecidos, por isso há na obra resenhada mais uma possibilidade de compreensão da questão do Estado do que necessariamente indicativos do modo como os operários deveriam atuar quando, por fim, saíssem gloriosos da revolução.

Nesse sentido o Estado e a revolução é resultado da reflexão de Lenin sobre o modo como os trabalhadores estavam se organizando no poder, mas é também um alerta para o modo como - os marxistas vulgares – expressão do próprio Lenin – juntamente com os populistas ganhavam espaço fazendo alianças com a burguesia, mascarando o interesse que tais líderes tinham pelo poder em detrimento do avanço do Estado do Proletariado.

Assim, Lenin faz uma brilhante análise de como Estado também deveria desaparecer – definhar é o termo – quando, enfim, o comunismo triunfasse.

Para isso ele põe da tomada do poder estatal como uma questão central da luta de classes e para discutir tal proposição, Lenin propõem a *reestabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado* (p.24), pois ele avaliava que os burgueses, após a morte de Marx e Engels, apropriaram-se das teorias marxistas deslocando-as do lugar real da história ao

---

1 LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução*: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. Trad rev. e anotada Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3 O referido texto trata-se de um comentário de Marx sobre a colisão, no Congresso de Gotha, da união no Partido Socialista da Alemanha, o Partido Operário Socialdemocrata e Bebel. Comentário que explica o motivo de Marx, e também Engels, em distanciarem-se da proposição feita em tal congresso.

qual elas pertenciam, transformando os dois pensadores em inofensivos e negando toda construção transformadora de Marx e Engels. E para cumprir a tarefa de reestabelecer a doutrina de Marx, Lenin retomas os textos do autor e de Engels para esclarecer o papel do Estado que para Lenin "é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes" (p.25), mas que os reformistas da teoria marxistas estão sempre a dizer não, que o Estado é o responsável pela mediação das classes, quando, de fato, o Estado é a representação máxima da dominação de uma classe por outra, pois sobre a nomenclatura de "conciliador das classes" o que o Estado faz á engendrar práticas para a dominação, pela classe burguesa, pela classe operária.

Para tanto, de acordo com Lenin, o Estado organiza-se de modo a manter-se como instrumento da exploração da classe oprimida. Assim, mantem uma força armada, pela aparelhagem governamental: cargos, estrutura, etc. o que fez com que todo o arranjo do modo de agir do Estado seja em função da manutenção da classe dominante.

O questionamento leninista é bastante veemente. Ao tocar no ponto sufrágio universal que, modernamente, é tomado como o maior dos movimentos democráticos ele faz duras críticas afirmando que os democratas pequeno-burgueses (e aqui ele faz um apontamento para os próprios membros do partido que deixaram-se envolver pela compreensão errônea de que o Estado pode ser o conciliador entre as classes) "partilham e fazem o povo partilhar a falsa concepção de o sufrágio universal, 'no Estado atual' é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores" (p.34).

Ora, se fundamentalmente o Estado é ocupado de guardar os valores da burguesia, o sufrágio universal e a democracia também são questionáveis enquanto sistema de representação dos trabalhadores, justamente por conterem em si o princípio que não prevê a igualdade e sim a manutenção de uma das forças, notadamente, a força burguesa.

Continuando a leitura de Marx e Engels, Lenin[4], aponta para outros desvirtuamentos pelos sociais-democratas modernos – a quem ele chama de oportunistas - e pelos anarquistas. Para Lenin, os oportunistas ao tentar criar a ideia de que o sufrágio universal era um modo de representar a maioria dos trabalhadores, também dissimulava os reais escritos de Engels que afirmava que ao acontecer à igualdade de classes o Estado também não seria mais necessário, também desapareceria. A dura crítica feita por Lenin aos oportunistas encontra razão de ser, pois para o autor, o Estado não pode continuar a existir quando os meios de produção estiverem na mão do proletariado e ao mencionar a passagem de Engels ele explica que quando isso acontece: o proletariado tomar o Estado, eles – os trabalhadores – também se destroem enquanto "classe e abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado." (p.36), mas é preciso fazer notar que tal processo não é a morte do Estado e sim o definhamento, termo cunhado por Engels e que para Lenin é fundamental para compreendermos como tanto os oportunistas como os anarquistas não poderiam reivindicar a teoria de Engels, uma vez que para os primeiros o Estado de fato não definhava, continuava ali a reger, desta vez, o poder do proletariado, para os segundos, a compreensão, segundo Lenin, é de que o Estado deixaria de existir de uma hora para outra.

Porém para não restar dúvidas sobre a compreensão que faz de Engels, Lenin reforça sua leitura apontando para o fato de que suas conclusões são muito mais para desvelar

4 Lenin trata da rivalidade entre os oportunistas e anarquistas durante boa parte do texto, pois, segundo o autor, a leitura de que as críticas de Marx e Engels eram endereçadas apenas aos anarquistas é um equívoco, pois o grande alvo eram os oportunistas que estavam a fazer políticas de troca e aliança dentro do Partido Comunista.

o falseamento feito pelos oportunistas das teses marxistas do que reforçar a crítica aos anarquistas. Assim ele começa distinguindo a abolição do Estado de seu definhamento e morte. A abolição só pode ser compreendida como a do Estado burguês, ou seja, a tomada da estrutura estatal durante o processo revolucionário e o definhamento e morte viriam depois da revolução, mas conjuntamente, pois primeiro seria preciso que a "força especial de repressão" (p.39) que antes atuava da burguesia sobre o proletariado, passe a ser uma força especial de repressão da burguesia pelo proletariado, ou seja, a posse dos meios de produção, feito isso, o modo de operação da classe burguesa, entrará no processo de definhamento até desaparecer: a morte do Estado.

Ao tratar especificamente do definhamento, Lenin faz um alerta para os que "imprudentemente desvirtuam o marxismo" (p.39) a compreensão do definhamento do Estado, também abarca o conceito de democracia que o Estado burguês toma para si. Desse modo, a revolução abole o Estado burguês e a ditadura do proletariado, isto é, a tomada, pelo proletariado, dos meios de produção, fará definhar a *letargia* do Estado burguês.

Nesse contexto, a crítica feita por Lenin é que os leitores de Engels equivocam-se acreditando que o texto foi feito para os anarquistas. Para Lenin, Engels repreende duramente os oportunistas por que estes acreditavam ser possível um Estado popular e livre, pois não há democracia que não seja, para alguma parte da população, no regime capitalista, por exemplo, os trabalhadores, uma forma de escravidão:

> *nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos de que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática (p.40).*

E para finalizar a discussão sobre esse ponto Lenin revisa um dos pontos de Engels que considera fundamental: a conceituação da revolução violenta e, ironicamente, enuncia que "disso ninguém se lembra" criticando os oportunistas por apagarem tal reflexão para garantir a tomada dos meios de produção. Para Lenin a compreensão de que o definhamento do Estado só é possível pela revolução violenta é deixada de lado pelos sociais-democratas alemãs – e também por aqueles que não querem de fato a revolução - justamente pelo fato de que só ela garantiria a real transformação das estruturas de produção.

O segundo capítulo da obra trata das *Experiências de 1848-1851* que trata de dois textos de Marx: *A miséria da Filosofia* e o *Manifesto comunista*, ainda no tratamento dado por Engels e Marx para o Estado. Para Lenin o fundamental a ser observado nos dois textos é a referência histórica, uma vez que eles são lançados em 1847, pouco tempo antes da Revolução Francesa e mostram, até certo ponto, que todos os escritos estavam imbuídos do espírito revolucionário.

Lenin retoma o conceito de definhamento do Estado para tocar em outro ponto importante da teoria marxista sobre o assunto: a ditadura do proletariado. Para o autor os reformistas da teoria de Marx e Engels esqueceram esse conceito fundamental e acreditavam em tuas teses falsas: a possibilidade do desenvolvimento pacífico da democracia e a necessidade de um Estado para ajudar o proletariado. Lenin refuta as duas teses apontando que não há como a burguesia deixar o poder que não seja pela revolução violenta e que o proletariado só precisa do Estado em definhamento até subjugar as classes exploradoras, feito isso cessa a necessidade do Estado, quando o proletariado reorganiza os meios de produção e atinge a supremacia política "sem partilha e apoiado diretamente na força das massas armadas" (p.49) torna-se inevitável a derrubada da burguesia.

Lenin ao fazer a leitura de Marx e Engels apontava para o fato de que os reformistas da teoria marxistas logo abandonavam os pontos importantes para não ocupar-se da real transformação do Estado. Ao mencionar Kausty[5] Lenin pontua que ao negar a destruição do Estado e, da mesma maneira que a burguesia apropriar-se do Estado ocupando postos no aparelho burocrático e militar, não há nenhuma transformação. Há uma tentativa de reforma, mas a reforma como bem pontua Lenin que aqueles que apenas reconhecem a luta de classe não é ainda marxista, "só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditatura do proletariado" (p.59).

No capítulo III, Lenin faz uma leitura de Marx e a experiência deste com a Comuna de Paris (1871). Para Marx, segundo a leitura de Lenin, a revolução em 1871 poderia ser um risco. Mas uma vez ocorrida, diferente dos oportunistas como Plekhânov, Marx não criticou e sim tratou de fornecer análises e observações para a construção de uma nova realidade. Os pontos levantados por Lênin são justamente referentes ao modo como a organização do Estado ocorreu logo depois da revolução de 1871: não bastava apenas apoderar-se do Estado, era preciso quebrá-lo, destruí-lo e em termos marxistas "não passar para outras mãos a máquina burocrática e militar – como se tem feito até aqui – mas quebra-la" (p.63). E para isso não há na perspectiva de Marx e também na de Lenin, como fazer o movimento revolucionário sem estabelecer uma aliança com operários e camponeses: "a revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser popular com a condição de englobar o proletariado e os camponeses (...) sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação possível" (p.65).

Na avaliação de Marx – segundo a leitura de Lenin - a Comuna cometeu alguns erros que custaram à revolução: o contentamento com a supressão do exército permanente, a elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários, mas para Lenin, apenas essas medidas, mesmo que fundamentais, não foram suficientes para que a igualdade chegasse para todos.

Outro ponto mencionado por Lenin diz respeito ao fato que a Comuna manteve o parlamento e delegou aos anarquistas toda a crítica ao parlamentarismo. Para o autor o modo de sair do parlamentarismo

> *Não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de trabalhar verdadeiramente. A Comuna devia ser uma assembleia, não parlamentar, mas trabalhadora, ao mesmo tempo legislativa e executiva (LENIN, 2005, p.73).*

E a análise leninista também se alonga para a questão da existência política do funcionamento do Estado, uma vez que para ele, todo o aparato de cargos do Estado deveria ser acessível à população, não deveriam os cargos, apresentarem uma conotação superior e, por isso, serem remunerados de forma exorbitante. Se todos pudessem conhecer os ofícios do trabalho no Estado, todos poderiam receber o "salário de um operário" (p.77).

Para tanto, Lenin aponta, nas leituras de Marx, que para que o Estado burguês seja destruído é preciso que haja a centralização das organizações das tarefas nas mãos do proletariado. É uma dura crítica ao federalismo de Proudhon e Bakuin que pensavam em um Estado federalizado[6]. Não há outra forma de lutar contra o poder burguês e em favor

5 Líder do partido social democrata alemão.

6 Como exemplo de federalismo podemos tomar a organização do Estado Brasileiro que é constituído de Estados que têm suas regulamentações especiais garantindo o direito de propriedade, à posse, a relação com outros estados, mas todos seguem uma lei maior que garante a própria existência dos estados. A federação é responsável, desse modo, pela regulamentação geral, pelo alinhamento econômico e político dos estados.

da destruição do Estado que não seja centralizando as tarefas na organização proletária, por isso, era preciso sim acabar com a centralização, mas aquela proposta pela burguesia enquanto operado do Estado, feito que a Comuna – se não conseguiu totalmente, ao menos mostrou que era possível à organização para a revolução proletária.

No capítulo IV, Lenin trata o que chamou de Esclarecimentos complementares de Engels, ainda considerando o tratamento dado por Engels e Marx para a questão do Estado, o autor aponta alguns problemas a serem resolvidos, entre eles, a habitação e, de um modo geral, os bens pertencentes à burguesia. A compreensão de Engels é que o Estado burguês já executa a supressão de bens, terras, imóveis, etc., do proletariado e isso, no período em que o Estado estivesse tomado pelos trabalhadores, precisaria funcionar de forma inversa, ou seja, redistribuir os bens para que todos tivessem terras, imóveis, etc. E enquanto durar o definhamento do Estado e a divisão de classe nesse processo, os aluguéis ainda seriam cobrados e nesse ponto ele também entra em outra questão que é a polêmica com os anarquistas.

Na leitura de Engels e Marx feita por Lenin é bastante clara: qualquer organização que fale do Estado como aliado no processo revolucionário (como os sociais-democratas) ou que queira a derrubada do Estado de um dia para o outro (como os anarquistas) não reflete bem os princípios revolucionários, pois não há como acreditar que o Estado, em sua forma atual, possa servir aos interesses dos trabalhadores e nem sequer pode-se supor uma revolução sem autoridade, sem organização, sem armas, como pretende os anarquistas.

E Lenin volta a tocar na questão quando fala da crítica de Marx e Engels ao programa de Gotha e também ao projeto do programa de Erfurt. Nesse capítulo, além das duras críticas ao programa reformistas dos sociais-democratas, há uma discussão fundamental para a compreensão da sociedade comunista que é *Eliminação da democracia, segundo Engels* (p.116), tópico que já havia sido iniciado com a discussão do sufrágio universal, para Lenin definhamento do Estado, levaria ao definhamento da democracia, pois em uma sociedade comunista não haveria a submissão da minoria à maioria, pois de acordo com o autor o objetivo final "é a supressão do Estado", isto é, de toda violência, organizada, sistemática, de toda coação sobre os homens em geral (p.118), em uma sociedade sem classes, também não há necessidade de submissão de um homem a outro, pois "os homens, com efeito, se habituarão a observar as condições elementares da vida social sem constrangimento nem subordinação" (. 118).

A reflexão leninista é para a liberdade. E homens livres sabem quando é necessária a autoridade, sabem também respeitar as normas e, especialmente, sabem manter o princípio da disciplina para que as conquistas não sejam perdidas. Há um ponto importante também na discussão de Lenin que é o fato da instrução do proletariado de forma clara, fazendo com que todos participem dos movimentos da revolução, para que não haja falsas impressões sobre o que se deve fazer e como se deve agir.

No capítulo V Lenin discute as questões econômicas do definhamento do Estado a partir da crítica do programa de Gotha[7]. Para Marx, a questão do Estado e seu definhamento era uma reflexão da evolução do processo revolucionário:

7 A carta em questão é uma revisão e uma crítica – item por item – que Marx faz ao programa de Gotha. Marx fica bastante contrariado com a leitura do programa e acredita que o lançamento das normativas foi feito de modo antecipado e sem discussões mais aprofundadas o que causou dúvidas e incertezas. A mais dura crítica - também retomada por Lenin – diz respeito ao enunciado Estado Livre: *Estado livre, o que é isso? Tomar o Estado 'livre' não é de modo algum o objetivo de trabalhadores já libertos da estreita consciência do súdito* (MARX, 2012, p.42).

> *Toda a teoria de Marx é a teoria da evolução, na sua forma mais lógica, mais completa, mais refletida e mais substancial, aplicada ao capitalismo contemporâneo. Marx devia, naturalmente, aplicar essa teoria à falência iminente do capitalismo e ao desenvolvimento futuro do comunismo futuro (LENIN, 2007, p.120).*

O segundo ponto do capítulo diz respeito justamente ao modo como Marx concebia a transição do capitalismo ao comunismo e a ditadura do proletariado é mais uma vez retomada por Lenin. Para ele, não há meios de conceber uma passagem do capitalismo para o comunismo sem que primeiro os proletários se organizem para tomar o Estado, utilizar-se dele para fazer quebrar a resistência dos capitalistas exploradores; reprimir a atividade dos exploradores capitalistas para que não haja organização contra os trabalhadores e por fim a definição de um outro conceito de democracia a partir da ditadura do proletariado:

> *A democracia, para a imensa maioria do povo, é repressão pela força das atividades dos exploradores, dos opressores do povo, por outras palavras, a sua exclusão da democracia – eis a transformação que sofre a democracia no período da transição do capitalismo ao comunismo. (p.126)*

A passagem é bastante esclarecedora, pois como se pode perceber, não outro meio de haver democracia no comunismo que não seja pela ditadura do proletariado, pela organização política dos operários em classe dominante e, a partir de então, a supressão do agir da classe burguesa até a compreensão de que para uma sociedade sem classes não há maioria ou minoria, que não pode haver uma democracia de uma maioria sobre a minoria, pois esses dois polos deixarão de existir na sociedade comunista. Para Lenin "a passagem da sociedade capitalista para a sociedade comunista é impossível sem um período de transição política em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado". (p.123)

Outro ponto que Lenin volta a tocar ao falar da transição do capitalismo ao comunismo é o conceito de democracia. Para ele a democracia proposta pelo capitalismo não é uma democracia, pois sempre é a vontade de uma minoria sobre uma maioria esmagada pelas condições de produção que não permite que a grande massa assalariada tenha tempo para refletir questões políticas e sociais[8]. Nesse sentido, há um falso efeito de que existe democracia, quando na verdade, não há acesso à participação política, nem mesmo modos de formar a consciência para a formação política, uma vez que todas as formas de dominação simbólica ou são ocupadas pelo Estado ou pela classe dominante (escolas, teatros, etc.). O falso efeito de democracia é garantido pelos dizeres de Marx, retomados por Lenin (p.125) "os oprimidos são autorizados, uma vez cada três ou seis anos, a decidir qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no parlamento, os representará e os esmagará!".

Para Lenin apenas a ditadura do proletariado faria com tal processo cessasse. Mas ele apresenta a situação com clareza histórica: não se trata de alagar a democracia para atender os pobres e sim fazer da vontade do povo, dos pobres, dos trabalhadores, a democracia e aqui o Estado mais uma vez tem papel fundamental: não irá servir de instrumento para mediação das classes, mas tomado pelo proletariado servirá para triunfar sobre o adversário,

8 Para ilustrar tal situação, basta que peguemos os trabalhadores de supermercados: a jornada de trabalho é de 10, 12 horas por dia, quase tudo que é preciso para a existência está ali dentro (roupas, comida, etc.), por causa dos turnos de trabalho dificilmente os trabalhadores se reúnem, não há lugar para a coletividade. Assim, eles não se envolvem socialmente, não possuem uma vida fora do trabalho e sequer refletem sobre as questões políticas. São escravos também, mas pensam viver em uma democracia, porque votam.

restringir-lhe os direitos, a liberdade e quando, de fato, a igualdade e a liberdade existirem, o Estado também deixará de ser necessário.

E ainda ao tratar da sociedade comunista, Lenin faz uma leitura da *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012), para explicar que as conjecturas lassalianas[9] eram frágeis, justamente por acreditar que seria possível abandonar todo o modelo capitalista existente e começar do zero e nessa primeira fase do comunismo - ou comunismo inferior – o Estado seria utilizado justamente para subverter a ordem do poder estabelecido. Essa primeira fase, nominada de socialismo por Marx, prevê justamente o fim da exploração do homem pelo homem, "pois ninguém mais poderá dispor, a título de propriedade privada, dos meios de produção, das fábricas, das máquinas, da terra "(p.131).

Mas participação igualitária nos meios de produção não significa ainda igualdade, pois ainda prevê a divisão *fruto do trabalho*. A perspectiva lassaliana é completamente derrubada por Marx (2012)

> *No interior da sociedade cooperativa, fundada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos, do mesmo modo, o trabalho transformado em produtos não parece aqui como valor desses produtos, como uma qualidade material que eles possuem, pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total. A expressão fruto do trabalho, que hoje é condenável por sua ambiguidade, perde todo o sentido (p.29)* [10].

É o direito burguês que Marx questiona ao perguntar se o fruto do trabalho pertence integralmente a toda à sociedade. A questão é até mesmo os que não trabalham receberam o fruto integral do trabalho? Respondendo a tal questão, Marx (2012) reflete a questão dentro do programa comunista, explicando, assim como Lenin o fez que para existir a ditatura do proletariado também será preciso organizar uma nova ordem econômica a partir da divisão dos recursos oriundos do trabalho coletivo[11] e a partir de tal condição que o comunismo ultrapassa o socialismo e apaga, gradativamente, o capitalismo.

Por fim, no VI e último capítulo, Lenin trata do que chamou de *aviltamento do marxista pelos oportunistas*. Para o autor autores como Plekhânov, Kautsky e este último é para a leitura leninista tão oportunista quanto Bernstein, pois também deixou de tratar a questão do Estado da forma como Marx havia refletido, desfigurando assim o marxismo em prol da manutenção do poder sem a destruição da máquina do Estado (p.148). Essa concessão, do ponto de vista leninista, é só o princípio de uma série de distorções que Kaustky fará do programa marxista, uma vez que falara ainda do programa vitorioso do proletariado, por meio da democracia (o conceito de democracia burguesa), ele acreditava ainda que a luta em si já traria as mudanças necessárias, não sendo necessário intervir nas questões do Estado.

Ainda nesse capítulo Lenin abordará outro autor Pannekoek que envolvido com a polêmica de Kautsky esforça-se em apresentar os conceitos do marxismo a partir do "centrismo" conforme pontou a leitura leninista. Assim como Kaustky, mas por caminhos

9 Ver mais informações em https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lassalle.htm .

10 O enunciado "fruto do trabalho integral" é o primeiro item do programa de Gotha: *1) O trabalho é a fonte de toda riqueza e toda cultura, e como o trabalho útil só é possível na sociedade e por meio da sociedade, o fruto do trabalho [Arbeistsertrag] pertence inteiramente, com igual direito, a todos os membros da sociedade*. (MARX, 2012, p.23). Marx desconstrói o argumento do programa de Gotha, inclusive, linguisticamente questionando os elementos conectivos da frase.

11 Ver obra citada acima, p.28.

diferentes, Pannekoek deixou de lado os ensinamentos marxistas para de alguma forma apresentar uma leitura do que seria revolução, a luta do proletariado, contudo também renunciou em discutir o Estado. Assim, como os demais, o interesse era muito mais construir um projeto de governo, já pensando em como ocupar o Estado depois de vencida à classe dominante, do que necessariamente, por fim na luta de classe levando junto o Estado. O oportunismo para Lenin é justamente esse desvirtuamento da teoria marxista para manter o poder, manter a estrutura burocrática do Estado, os cargos, etc., com a falsa desculpa de que tal manobra servirá para o povo. Não será e Marx - em todas as passagens mencionadas por Lenin – elucida a questão: não haverá igualdade enquanto houver classe e o Estado só deverá existir enquanto a ditatura do proletariado organiza uma nova realidade social em que todos trabalharão, todos terão papel importante e a democracia não seja a representatividade vazia, onde trabalho material e intelectual seja fundido e os seres de maneira igualitária existam.

A leitura de *O Estado e a Revolução* é fundamental para compreendermos como o Estado organiza as instituições e estas organizam as formações ideológicas que atingiram os sujeitos em seus discursos e filiações. Para entender as relações de contradição e aliança de forças antagônicas e, especialmente, nortear-se por uma leitura densa de como o pensamento marxista não pode ser deixado de lado na compreensão das questões do Estado e suas relações com a classe dominante e com o proletariado.

Referências

ENGELS, F. MARX, K. *A sagrada família*: ou a crítica da Crítica: contra Bruno Bauer e consortes Trad. Marcelo Backes São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ *O Manifesto Comunista.* Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo,1998.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007.

_____. *Sobre a aliança operária e camponesa*: textos 1899/1921. S/L: Editora 17 de Outubro, 1975.

_____. *O que fazer.* São Paulo: Hucitec, 1988.

MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha.* Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.* 4. ed, São Paulo: Centauro, 2006. Trad. Silvio Donizete Chagas

Revista Conexão Letras

Política Editorial

A Revista Conexão Letras do Porgrama de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publica estudos de base teórica e aplicada nas áreas de Lingüística e Literatura, com produção semestral alternada: um semestre para estudos literários, outro para estudos lingüísticos, sendo que possui, simultaneamente, produção on-line e forma impressa. Aceitam-se colaborações do Brasil e do exterior, desde que se trate de pesquisa original devenvolvida dentro das referidas áreas.

A Revista publica texto em forma de artigos, debates, entrevistas sob forma de debates e resenhas, sendo acentos para publicação trabalhos nas línguas portuguesa, francesa, inglêsa e espanhola.

As diferentes modalidades de publicação devem obedecer às normas que seguem.

a) Artigos: textos entre 15 e 30 páginas, contendo Introdução, Análise (subdividida em itens) de acordo com a natureza da pesquisa, e Considerações Finais.
b) Retrospectivas: textos entre 15 e 30 páginas, envolvendo reflexões críticas a respeito de percursos de teorias ou pressupostos implicados na trajetória de escolas lingüísticas e literárias.
c) Debates: textos entre 10 e 15 páginas, contendo diálogos sob forma de abordagem de questões relativas a outros estudos lá publciados, tais como:contribuições relevantes, limites e aspectos críticos do estudo em análise.
d) Entrevistas Sob Forma de Debate: textos entre 15 e 30 páginas, contendo diálogos com outros pesquisadores, os quais envolvam diferenças de enfoque teórico e contradições em torno de um mesmo tema, ou análise crítica sobre o estado da pesquisa realizada nas áreas de publicação da Revistas.
e) Resenhas: textos entre 4 e 10 páginas, contendo análise e reflexões críticas a respeito de livros publicados no país e no exterior.

Normas para apresentação de trabalhos

Os artigos, retrospectivas, debates e entrevistas sob forma de debate serão precedidos por Abstract, Résumé ou Resumen, seguido de Resumo com aproximadamente 150 palavras cada.

Serão constituídos por:

•Título do Trabalho em letra maúscula.
•Abstract, Résumé ou Resumen, seguido de Resumo em Língua Portuguesa, com espaço simples e um intervalo de espaço duplo entre cada.
•As expressões Keywords, Mots-clés, Palabras clave, contendo, no máximo, 5 itens, seguidas de Palavras-chave (espaço simples entre referências em línguas estrangeira e portuguesa).
•Introdução e Considerarações Finais sem numeração.
•Corpo do trabalho numerado em diferentes seções, conforme a natureza da pesquisa.

•Citações até 4 linhas, entre aspas, no corpo do trabalho, podem manter o mesmo padrão deste. Citações de mais de 4 linhas que ocupem parágrafo próprio, deverão ser digitalizadas em fonte 10, itálico, com recuo de dois toques, com espaço 1,5 em relação ao corpo do texto.

•Notas devem ser digitadas em pé de página (corpo 10).

•As referências bibliográficas devem estar em ordem alfabética e obedecer a ordem cronológica de publicação, no caso de haver várias obras de um mesmo autor, de acordo com os seguintes critérios: sobrenome do autor, nome, seguido de ponto, título do livro ou revista em itálico e somente com a letra inicial em maiúsculo, seguidos de ponto, local de publicação, seguido de vírgula, data de publicação e indicação de páginas e vol., (no caso de revista ou de coleção), conforme modelo a seguir:

LYONS, John. Introdução à língüística teórica. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

COURDESSES, Lucile, Blum et Thorez em may 1936: analyses d'enoncés. In: Langue francaise. Paris, Eci. Larousse, vol. 9, p. 23-33, 1971.

•Tabelas, gráficos e desenhos devem ser encaminhados em versão também impressa, pronta para reprodução.

Os trabalhos serão enviados em mídia aproriada, com uma cópia impressa ou via e-mail, em anexo, em versão recente do Word for Windows, Times New Roman, corpo 12, espaço simples, juntamente com os dados de identificação do colaborador, tais como: Nome do pesquisador, Instituição, Áreas de trabalho, Endereço, Telefone, Fax, E-mail.

Os colaboradores receberão dois exemplares da Revista por ocasião da publicação.

Os textos não aceitos para publicação não serão devolvidos aos autores, que serão informados sobre o resultado da avaliação realizada por dois pareceristas, membros do Conselho Editorial.

Os trabalhos deverão ser remetidos para

Revista CONEXÃO LETRAS
Programa de Pós-Graduação em Letras - UFRGS
Comissão Editorial
Av. Bento Gonçalves, 9500 - Bairro Agronomia - Porto Alegre - CEP 91540-000

E-mail para envio do material: jtutikian@terra.com.br

COMISSÃO EDITORIAL
Ana Zandwais (UFRGS)
Jane Tutikian (UFRGS - Coordenadora)

Impresso na Gráfica da UFRGS